

ISSN:0101-4862

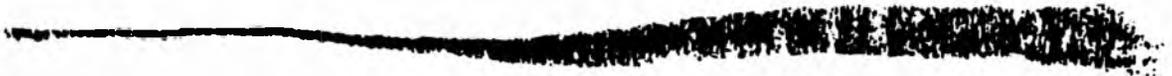
Língua e Literatura



Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

DEPARTAMENTOS DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº. 23 – 1997

Língua e Literatura



Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

DEPARTAMENTOS DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº 23 – 1997

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Flávio Fava de Moraes

Vice-Reitora: Prof^a Dr^a Myriam Krasilchik

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira

Vice-Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: Prof. Dr. Benjamin Abdala Junior

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

Chefe: Prof^a Dr^a Sandra G. Teixeira Vasconcelos

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ORIENTAIS

Chefe: Prof^a Dr^a Aida Ramezá Hanania

DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA

Chefe: Prof^a Dr^a Elisabeth Brait

DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LIT. COMPARADA

Chefe: Prof^a Dr^a Sandra Margarida Nitrini

LÍNGUA E LITERATURA

Comissão Editorial:

Ivone Daré Rabello (DTLLC)

Maria Elisa Cevasco (DLM)

Mariosaria Fabris (DLM)

Zenir Campos Reis (DLCV)

Flávio Wolf de Aguiar (DLCV)

Zélia de Almeida Cardoso (DLCV)

Oswaldo Ceschin (DLCV)

Aida Ramezá Hanania (DLO)

Salete de Almeida Cara (DL)

Elisabeth Brait (DL)

Endereço para correspondência

COMISSÃO EDITORIAL

LÍNGUA E LITERATURA – FFLCH/USP

Cx. Postal 2530

01060-970 – São Paulo, SP – Brasil

e-mail: fflch@edu.usp.br

COMPRAS E/OU ASSINATURAS

HUMANITAS LIVRARIA – FFLCH/USP

Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária

05508-900 – São Paulo, SP – Brasil

Tel (011) 818-4589 / Fax (011) 211-6281

e-mail: pubflch@edu.usp.br

<http://www.usp.br/fflch/fflch.html>



LÍNGUA E LITERATURA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
HOMENAGEM	
<i>Presença da Graça</i> Aida Ramezá Hanania e Mário Bruno Sproviero	9
ARTIGOS	
<i>Palavras aladas: uma pequena teoria do sublime n'as aves de Aristófanes</i> Adriane da Silva Duarte	15
<i>O silêncio, a palavra e o sábio</i> Ana Szpiczkowski	29
<i>A palavra e o homem no teatro de Meyerhold</i> Arlete Orlando Cavaliere	37
<i>A praça, o povo e o poeta</i> Flávio Aguiar	47
<i>A citação direta de fala como marca de expressividade</i> Hudinilson Urbano	63
<i>O percurso interpretativo de um discurso argumentativo</i> Maria Adélia Ferreira Mauro	79
<i>Ensino e humanização: a palavra na aula de língua materna</i> Maria Helena da Nóbrega	97
<i>Digressão: palavra desviante ou estratégia argumentativa?</i> Maria Lúcia da Cunha V de Oliveira Andrade.....	121
<i>Notas para um diálogo entre culturas – As traduções de Fagundes Varela de poemas sânscritos</i> Mário Ferreira.....	151

<i>A omissão de complementos verbais</i>	
Mônica Magalhães Cavalcante	171
<i>O proletário aparece</i>	
Oswaldo Humberto L. Ceschin	217
<i>A mulher e o silêncio nas peças de Shakespeare</i>	
Peonia Viana Guedes	239
<i>Macacos que mord(r)em</i>	
Valentim Fiacoli	253

RESENHAS

Luciano. <i>Diálogos dos mortos</i> . Versão bilingüe Grego/Português. Org. e Trad.: Henrique G. Murachco, por Elisa Guimarães	269
POSSENTI, Sírio. <i>Por que (não) ensinar gramática na escola</i> , por Helena H. Nagamine Brandão	273
PEREIRO, Carlos Paulo Martinez. <i>Natura das animalhas</i> . Bestiário medieval da lírica profana galego-portuguesa, por Lênia Márcia Mongelli	279
ARRUGUCCI, Jr., Davi. <i>O cacto e as ruínas. A poesia entre outras artes</i> . por Oswaldo Humberto L. Ceschin	283

CONFERÊNCIA

<i>Para uma sintaxe da repetição – Língua falada e gramaticalização</i>	
Ataliba T. de Castilho	293
Índice Geral de 1 a 9 (1972-1980)	333

APRESENTAÇÃO

O número 23 da revista *Língua e Literatura* apresenta, como proposta temática, o binômio que tradicionalmente reúne interesses e atenção dos estudiosos das humanidades e, especialmente, dos que se dedicam ao estudo das Letras: “a palavra e o homem”

A comissão editorial, ao escolher este tema aberto e amplo, pretendeu oferecer aos seus colaboradores a oportunidade de retomada de uma relação historicamente muito produtiva do trabalho acadêmico e especialmente rica para as atividades das disciplinas que compõem os Departamentos de Letras.

O resultado dessa proposta foi reunido em treze artigos que desenvolveram de forma diversificada o assunto proposto, dando origem a trabalhos centrados na palavra e nas suas diversas ocorrências e valores, em perspectivas da lingüística da frase e do discurso, da literatura, do teatro e da relação da palavra e do texto com a cultura. Os trabalhos contemplaram a literatura brasileira, a literatura universal, antiga e moderna, o ensino, a estilística e a teoria do texto. Compõem também esse número quatro resenhas de obras ligadas à tradição clássica e medieval, ao ensino da gramática e à crítica literária.

Publica-se, na seção Conferência, o texto do Prof. Ataliba T. de Castilho, titular de Filologia e Língua Portuguesa, do DLCV que corresponde à Aula Magna, ministrada por ocasião do seu recente concurso de Titularidade.

Com emoção, registra-se uma homenagem dos departamentos e da revista *Língua e Literatura* à memória da querida colega Maria da Graça Campos Mendes Segnibo, que deixou entre nós sua eterna lembrança. Os professores Aida Ramezá Hanania e Mário Bruno Sproviero merecidamente a reverenciaram.

Neste ano, completam-se os vinte e cinco de um veículo que se propôs a dar acolhida aos trabalhos dos docentes dos Departamentos de Letras, com pretensão também de ser útil e duradouro. Em comemoração ao fato, publica-se um Índice Geral com as matérias dos números de 1 a 9, correspondentes ao período de 1972 a 1980, com a esperança de que possa ser de interesse para os leitores. Os volumes seguintes completarão o Índice. São nossos votos; e que a revista complete mais 25 anos!

O editor deste número e os demais membros da Comissão aproveitam para agradecer a colaboração de todos os que têm contribuído para a existência da nossa revista e, em especial, a deste número, e não podem deixar de nomear, de modo particular, pelo trabalho incansável que tem realizado em favor deste meio de união dos Departamentos de Letras, à Professora Doutora Zélia de Almeida Cardoso, um exemplo de dedicação a essa causa comum, a *Língua e Literatura*.

A COMISSÃO

PRESENÇA DA GRAÇA

*Aida Ramezá Hanania**

*Mário Bruno Sproviero**

Certo dia da década de sessenta, ela trocou o Maranhão e a tranqüilidade do campo pela turbulência de São Paulo. Turbulência, entretanto, que era também cultural, o que irremediavelmente a atraiu, colocando-a na senda do Extremo Oriente, à primeira vista, de cultura estranha, distante da cultura brasileira e particularmente de sua peculiar cultura nortista.

Curiosamente, porém, ao voltar-se à Cultura Chinesa, que foi assimilando sólida e progressivamente (valendo-lhe a pertinente observação do Dr. Sun Chia Chin de que esse seu modo calmo e persistente de assimilação era muito oriental e muito chinês...) reencontra suas raízes, num momento em que sua terra natal já sofrera modificações...

Na verdade, o estudo da China – cuja filosofia e história cultural estão marcadamente ligadas ao meio rural – veio de encontro a um projeto pessoal de pesquisa e contribuição à própria realidade maranhense, plena de dificuldades, tanto quanto a chinesa, sobretudo do ponto de vista social e econômico.

A vontade e mesmo, a necessidade de ir à China para ampliar sua formação foram proporcionais às dificuldades encontradas para essa realização em tempos de rigor ditatorial e de intrincadas relações entre o Brasil e a China.

Após cerca de vinte anos de tentativas, no entanto, eis que a sonhada permanência na China se concretiza, coroando um per-

(*) Aida Ramezá Hanania é Chefe do Departamento de Línguas Orientais e Mário Bruno Sproviero, Suplente de chefia do Departamento de Línguas Orientais e docente do Curso de Chinês.

curso intelectual dos mais valorosos pela dedicação e persistência com que se desenvolveu.

Em meio à vigência da bolsa que lhe foi concedida, presenciou o trágico acontecimento ocorrido na Praça da Paz Celestial de que todos, lamentavelmente, temos lembrança. O episódio, naturalmente, fê-la interromper seus estudos, mas, chegando ao Brasil, retomou de imediato a luta por seu projeto, voltando, em seguida, à China para finalizá-lo.

Enquanto aqui esteve, concedeu várias entrevistas à imprensa escrita e falada, promovendo – em momento tão crucial – uma real aproximação entre os dois países.

A Dissertação de Mestrado “*O San Zi Jing no “Reino Celestial” dos – Taiping China, 1851-1864*” (defendida em 1983, antes de ir ao Oriente) abordou tema que trata da Revolução dos Taiping, a grande revolução do século passado que precedeu a revolução marxista deste século.

Este mesmo tema foi aprofundado na China, com vistas à Tese de Doutorado “*O “Reino Celestial” dos Taiping (China 1851-1864): O Imaginário político-pedagógico no Taiping Tian Ri e no San Zi Jing*” apresentada em 1993, representando um ápice na carreira, uma vez que lhe permitiu, no plano acadêmico, um engajamento cultural extremamente objetivo, apesar de suas convicções políticas muito bem definidas.

Seu último projeto, o de Livre-Docência, buscava, em linhas gerais, examinar as razões de permanência e valorização – na Cultura Chinesa – do Confucionismo (surgido no século VI antes de Cristo), a ponto de constituir-se o mesmo em sua própria identidade.

Seu trabalho intelectual foi interrompido no momento em que o campo já estava todo semeado... A colheita que não teve tempo de fazer legou-a a seus alunos e seus colegas que, profundamente saudados e emocionados, são hoje seus maiores beneficiários.

A sinóloga consciente, zelosa cumpridora do dever, conviveu permanentemente com a colega solidária, colaboradora, positiva e com a amiga afetuosa, alegre, otimista e profundamente autêntica em sua brasilidade.

Relacionava-se bem com todos os colegas de Departamento, preservando sempre sua independência: não integrava grupos

divisionistas e tampouco estimulava facções. Ao contrário, era tolerante e conciliadora, sem ser concessiva; equilibrada, discreta, convicta.

E é com estas características que a Graça nos emocionou até o fim: sem diminuir em nada sua disponibilidade, suportou silenciosa e solitariamente seu sofrimento, poupando os colegas do peso de sua tragédia, participando ativamente – até o último instante – da vida acadêmica, comparecendo com todo seu entusiasmo à festa de encerramento do ano que promovemos no DLO, brindando e cantando conosco, visivelmente esperançosa de um 1997 melhor e mais justo...

Assim era a Graça e é assim que ela estará sempre presente entre nós.

Nota

Maria da Graça de Campos Mendes Segnibo nasceu na cidade de Caxias no Maranhão, em 28 de março de 1949 e faleceu em São Paulo, em 17 de março de 1997. Era casada com o Sr. Bernard Segnibo e não deixou filhos.

Esteve ligada à Universidade de São Paulo desde 1973, exercendo, inicialmente, atividade administrativa na FFLCH – setor de Pós-Graduação (1973-1988).

De 1988 a 1997 integrou o quadro de Professores do Departamento de Línguas Orientais, exercendo as atividades de docência e pesquisa junto ao Curso de Chinês, especializando-se em Cultura Chinesa.

Artigos

PALAVRAS ALADAS: UMA PEQUENA TEORIA DO SUBLIME N'AS AVES DE ARISTÓFANES

*Adriane da Silva Duarte**

RESUMO: *A comédia **As Aves** de Aristófanes tem por tema principal o poder da palavra. Embora seu enredo possa parecer fantástico à primeira vista, a referência à democracia ateniense, cujo principal sustentáculo estava no debate público, está bem presente. Ao explorar as diversas possibilidades de usar as palavras para manipular os outros e atingir os objetivos mais improváveis, Aristófanes traz à cena os maiores beneficiários da retórica: poetas, adivinhos, advogados, políticos. Nos sucessivos embates com o herói, delineia-se uma pequena teoria do sublime, que busca descrever o efeito do discurso sobre o homem. Apesar da sua brevidade, são surpreendentes os pontos de contato com a definição apresentada séculos mais tarde por Longino no **Tratado do Sublime**.*

Palavras-chave: *Comédia Grega Antiga, Aristófanes, Sublime.*

A comédia grega antiga é um gênero político caracterizado pela crítica da esfera pública. Aristófanes, seu principal representante, não só abordou com frequência temas como as distorções do sistema judiciário, a nova educação, a demagogia, a guerra e a paz, como também satirizou abertamente figuras proeminentes da sua cidade natal. Nesse contexto, Atenas não é apenas o cenário natural desse teatro, mas também o seu principal objeto.

As Aves, comédia que data de 414 a. C., é uma das poucas peças que nos legou cuja ação não se passa em Atenas. Além disso,

(*) Professora de Língua e Literatura Grega do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

sua trama tem apelo universal, aproximando-se do conto popular: o herói deixa sua cidade, descontente com as condições de vida, e parte ao encontro de um ser fantástico, uma ave que antes fora homem, para que esta lhe ajude na escolha de um lugar melhor para morar. Insatisfeito com as possibilidades apresentadas, resolve fundar em conjunto com os pássaros uma cidade aérea e aproveitar essa situação estratégica para estender o domínio deles sobre deuses e homens. Cabe ao herói, transformado em ave, conduzir o plano e colher os louros pela vitória; ao final da peça é sagrado o mestre soberano do universo.

A ausência de elementos de sátira direta a Atenas, em contraste com as peças anteriores, fez com que alguns helenistas classificassem *As Aves* ora como uma alegoria do momento político às vésperas da expedição à Sicília, ora como uma comédia de escape, uma tentativa de fugir da realidade para um mundo de faz-de-conta, ou ainda como uma utopia da vida pré-cívica¹. De fato, num primeiro momento, o choque entre civilização e natureza parece nortear a construção do enredo, que opõe a degradação da cidade à simplicidade da floresta. Mas a idealização da vida natural não dura muito. Se a paisagem d'*As Aves* não evoca Atenas, seu protagonista é um ateniense, fato de extrema relevância para a análise de seus atos.

Já no prólogo, o protagonista e seu companheiro de viagem declaram sua cidadania ateniense e deixam claro que, embora estejam decepcionados com sua terra natal, não pretendem abdicar do meio urbano. Em sua bagagem trazem uma cesta, uma panela sacrificial e coroas de mirto, utensílios necessários para a cerimônia de consagração de uma cidade². Desde o princípio, eles contam com a possibilidade de, não encontrando um lugar apropriado, fundar a sua própria cidade. É com essa disposição que se dirigem a

(1) Para uma síntese das principais tendências interpretativas veja-se DOBROV (1990). Os defensores da alegoria, atribuem-na ao decreto de Siracúcio, que teria proibido a sátira pessoal em Atenas nesse período, obrigando os comediógrafos a trocarem as referências abertas por alusões cifradas.

(2) *As Aves*, vv. 33-35 e 43.

Tereu, um antigo rei transformado em poupa por Zeus³ para se aconselharem com ele.

A idéia de criar nos ares uma nova cidade surge quando os homens desistem de encontrar uma localidade existente que seja livre de defeitos e passam a observar a vida que as aves levam: sem preocupação com dinheiro, elas passam o dia nos campos em busca de sementes⁴. O que chama a atenção do herói não é o bucólico dia-a-dia em meio à natureza, mas a falta de objetivos do reino animal. Como ateniense, ele é um animal político, no sentido aristotélico do termo. Para Aristóteles, o homem sem cidade (*ápolis*) está ou acima ou abaixo da humanidade, ou é um deus ou é um bicho, por ser incapaz de sobrepor os interesses coletivos aos individuais e garantir, assim, a auto-suficiência. O homem define-se por sua participação na comunidade, a opção natural de uma vida melhor⁵. Todo cidadão tem uma mentalidade política. Imediatamente vem ao herói o desafio de despertar nos pássaros a ambição, introduzindo nas matas o vírus do poder.

A palavra é o instrumento adequado para cooptar os bichos. A concepção do plano da cidade aérea deve-se a um trocadilho: por que não transformar o céu, *pólo* das aves, em uma *pólis* (cidade)?⁶ Nisso reside o poder futuro dos pássaros, desde que eles passem a obedecer ao herói. O verbo grego para obedecer é o mesmo que para

(3) Segundo o mito, Tereu rei trácio, era casado com Procne, filha do rei ateniense Pandion e irmã de Filomela. Tereu, apaixonado, rapta Filomela e corta-lhe a língua para evitar que ela o denuncie. Através de uma mensagem bordada, Filomela consegue comunicar-se com a irmã e as duas se vingam esqueteando e servindo como prato principal em um banquete Ítis, filho de Tereu e Procne. Como forma de punição, os deuses transformam todos em aves: Tereu em poupa, Procne em rouxinol e Filomela em andorinha. N'As Aves, as principais características do mito são subvertidas, bem ao gosto da comédia. Tereu e Procne parecem estar reconciliados, pois dividem o mesmo ninho e ele, que foi responsável pela mudez de Filomela, por lhe ter cortado a língua, torna-se um grande disseminador da linguagem ao ensinar aos pássaros a fala articulada (vv. 199-200).

(4) *As Aves*, v. 155 ss.

(5) *Política*, 1253 a.

(6) *As Aves*, v. 184.

persuadir, *peítho* e o nome do protagonista da comédia, Pisetero, é composto desse radical e do substantivo *hetairos*, companheiro. Companheiro Persuasor ou, numa tradução mais livre, Bom de Lábria, subverte a partir de então a situação inicial da peça, em que os dois homens obedeciam uma gralha e um gaio, seguindo-as às cegas; agora são elas e as de sua espécie que se deixam persuadir e passam a obedecê-lo⁷ Tem início um jogo de persuasão, em que o herói usa toda a sua habilidade lingüística para convencer primeiro Tereu da necessidade de fundar a nova cidade, depois as demais aves e, por fim, os deuses a ceder a soberania.

Apresenta-se então o verdadeiro tema da peça: a palavra. *As Aves* é uma comédia sobre o poder do discurso e Pisetero, como seu nome mesmo indica, é um mestre no convencimento. A palavra de Pisetero é poderosa não só porque é capaz de alterar o mundo, mas também porque confere poder ao seu usuário. De uma figura fraca no começo da peça, o velho exilado torna-se no final líder dos pássaros, dos homens e dos deuses. Seu casamento com Soberania coloca-o acima do próprio Zeus, transformando-o em senhor do universo.

Essa qualidade da palavra só é imaginável no âmbito de uma cultura predominantemente oral e, mais ainda, numa democracia. Nenhum outro regime político projetaria alguém tão alto só por sua habilidade retórica. Para Vernant, o que caracteriza a *pólis* grega é “uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder”⁸. Ela se torna o meio principal de subjugar os outros e passa a manter com a política uma relação de reciprocidade, pois se a política é a linguagem posta em prática, esta se molda necessariamente nas assembleias da ágora, na discussão. Não é à toa que as considerações de Aristóteles, na *Política*, sobre o dom humano da fala se dão no mesmo contexto em que é exposta a inclinação natural dos homens à vida em sociedade⁹.

O debate, que constitui o grande sustentáculo da democracia, está em primeiro plano n' *As Aves* o que faz com que também Atenas

(7) *As Aves*, vv. 5 e 7, *peithómenon*; v. 163 ss., *pisthoisthe*, *pithómetha*, *píthesthe*.

(8) VERNANT (1981: 34).

(9) 1253 a.

esteja permanentemente em foco, mesmo que as menções diretas sejam poucas. Tanto é assim que o regime democrático, um produto tipicamente ateniense, é de adoção universal na peça: as aves delegam a Pisetero o direito de representá-las junto aos deuses, que, por sua vez, elegem uma comissão para negociar seus interesses.

A ascensão do herói cômico ao Olimpo, portanto, deve-se menos às asas, que ele porta desde a sua metamorfose em pássaro na metade da peça¹⁰, do que à eficácia de seu discurso. A relação entre asas e palavras não é nova para os gregos, tendo sido registrada primeiro no emprego homérico da fórmula *palavras aladas* (*épea pteróenta*). Mas se o sentido da expressão não é esclarecido em Homero, n'As Aves o vínculo entre esses elementos é constantemente reelaborado e explicitado¹¹.

A asa constitui a principal imagem da peça, como se poderia deduzir já a partir do seu título. Alados, além dos pássaros, são alguns deuses e os protagonistas humanos, que adquirem a capacidade de voar após ingerirem uma raiz mágica. De marca de inferioridade, traço animalesco que atrapalha os planos de conquista das aves, elas se tornam, na argumentação de Pisetero, um traço de união com os deuses, já que estes também voam. Embora para as aves as asas denotem comodidade, rapidez, segurança e status¹², elas são sobretudo um símbolo ascensional. Voar é libertar-se do peso, do corpóreo, do terreno. O vôo é, literalmente, uma sublimação, e a comédia não escapará a essas implicações. A análise das três cenas em que Pisetero atende homens em busca de asas vai ser valiosa para a caracterização da relação entre as asas e o sublime na comédia, assim como para a determinação do sentido desse termo para Aristófanes¹³.

(10) *As Aves*, v. 655.

(11) Cf. WHITMAN (1964: 193-194).

(12) ANDERSEN, H. C. Os novos trajes do imperador. In: *Contos de Andersen*. Tradução de Guttorm Hanssen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 108-113.

(13) *As Aves*, vv. 676-800.

ASAS: UM INSTRUMENTO PARA A ELEVAÇÃO DO ESPÍRITO.

O primeiro a se apresentar é um jovem que declara desejar asas para poder agir como certas aves que costumam surrar o próprio pai até a morte. Sua intenção é apoderar-se da herança sem ter que esperar que a natureza aja por si mesma. Convencido por Pisetero a mudar de idéia e a canalizar toda a sua agressividade para o serviço militar, ele será o único que receberá o que veio buscar, ainda que a maioria dos comentadores acredite que, nessa passagem, as asas representem um escudo para o novo soldado. A razão mais provável para isso, é que ele abandona os pensamentos rasteiros e aceita o conselho do herói. A recusa de Pisetero em ceder asas para propiciar más ações pressupõe uma incompatibilidade entre baixa moral e a capacidade de voar. As asas estariam mais ligadas à idéia de elevação espiritual do que à pura ascensão física.

O segundo visitante é apresentado de uma perspectiva estética, sem que hajam considerações morais como no caso do seu antecessor. O poeta ditirâmico Cinésias, contemporâneo de Aristófanes e satirizado pelos comediógrafos por sua magreza e seu ateísmo, ilustra a visão aristofânica do sublime na poesia. Ao se apresentar a Pisetero, ele justifica seu desejo por asas para poder colher nos ares o material para sua arte:

*“Após receber de você asas, quero, nas alturas
voando, das nuvens tirar novos,
movidos a ar, nevados prelúdios. [...]*
*Os mais brilhantes ditirambos
são aéreos, obscuros, azulados
e de ágeis-asas.”¹⁴*

O Cinésias d'As Aves é um obcecado por tudo que pertença às regiões celestes. Esse seu interesse testemunha uma tendência do ditirambo no fim do século V a. C. que se caracteriza pelo esvazia-

(14) Sobre a *poneria* do herói cômico: WHITMAN, C (1964).

mento de conteúdo como contrapartida de sua crescente complexidade métrica e melódica. As narrativas mitológicas, que até então mantinham o sentido cultural do ditirambo, tornam-se apenas pretexto para o exercício de estilo e as digressões multiplicam-se¹⁵. Assim, a poesia aérea de Cinésias, povoada de nuvens, pássaros e brisas, parece estar cheia de vento, oca.

A natureza aérea dos novos ditirambos já havia sido descrita por Aristófanes n'A Paz, onde ele coloca os poetas, literalmente, nas alturas. Ao voltar do Olimpo, perguntado se encontrara outro mortal pelo caminho, o camponês Trigeu responde que:

*"Não! A não ser duas ou três **almas (psyché)** de poetas ditirâmbicos [...] a apanhar em vôo prelúdios musicais, daqueles que cruzam o céu, levados pelo vento."*¹⁶

As almas dos poetas se lançam ao céu na esperança de elevar o estilo. O que move a sua ascensão é a busca do sublime, em grego *hýpsos*, literalmente altura, elevação¹⁷. Essa visão não é exclusiva da comédia, tanto que a comparação entre poetas e pássaros é recorrente na lírica grega. E Cinésias não é exceção, já que revela o desejo de tornar-se um rouxinol canoro¹⁸. Grotescamente, sua poesia reflete seu comportamento:

*"Imagens dos alados,
etéreos corredores,
de pássaros de longo-colo."*¹⁹

Há uma confusão intencional entre a poesia sublime e a de temática *elevada*. Aristófanes opera uma redução do sentido figura-

(15) Cf. COMOTTI (1991: 24).

(16) *A Paz*, vv. 827-831, tradução de Maria de Fátima Souza e Silva (1989). Itálico da autora.

(17) O termo sublime deriva do adjetivo latino *sublimis*, o que está no alto, o que é elevado; figuradamente se aplica ao estilo.

(18) *As Aves*, v. 1380.

(19) *As Aves*, v. 1393-1394, tradução da autora.

do de *tó hýpsos*, o estilo elevado, para o literal, altura. Cinésias, uma metáfora ambulante, encarna o autor sublime, o poeta-pássaro que eleva a si e à sua arte para os ares. Do ponto de vista estético, as asas são um instrumento de acesso ao sublime. O fato de o poeta partir sem elas mostra que a sua concepção de sublime, que certamente pode ser estendida a vários colegas seus, é equivocada aos olhos do comediógrafo. E isso fica claro quando do exame da última das cenas que me propôs a analisar.

Em uma passagem-chave da comédia, Pisetero revela a natureza das asas prometidas. Após a saída de Cinésias, apresenta-se um delator profissional que quer voar para poder exercer com maior eficiência a sua *profissão*. Aconselhado por Pisetero a mudar de atividade, o delator nega-se e exige asas imediatamente. Diante da sua irredutibilidade, Pisetero confessa o segredo do seu poder:

DE. *“Homem, nada de sermões! Me dê as asas!*

PI. *Agora, enquanto falo, estou lhe dando asas.*

DE. *E como?*

Dar asas a alguém com palavras?

PI. *Graças às palavras todos levantam vôo.*

DE. *Todos?*

PI. *Você nunca ouviu a conversa de sempre [1440]*

dos pais com os adolescentes no barbeiro?

“Não é terrível que Diítrefes, com sua lábia,

tenha dado asas ao meu rapaz para as corridas?”

E um outro diz que o dele bateu asas por causa da tragédia

e que vive nas nuvens. [1445]

DE. *Então graças às palavras eles levantaram vôo?*

PI. *Isso mesmo.*

Graças às palavras a mente fica

suspensa nos ares / e o homem se eleva.

Assim eu quero dar-lhe asas e com bons conselhos

encaminhá-lo para uma profissão decente.”²⁰

(20) *As Aves*, v. 1436-1450, tradução da autora.

No diálogo entre Pisetero e o Delator, o sublime não surge mais representado, mas está teorizado. Pode-se dizer, guardadas as devidas proporções, que esse diálogo constitui uma pequena teoria do sublime, de caráter accidental, dentro da comédia.

Ao identificar as asas com as palavras, Pisetero observa que graças a elas o homem se eleva (*epáiretai*, v. 1447). Porém não é mais o corpo que se projeta nos ares, mas o espírito (*phrénas*, v. 1445) e a mente (*noûs*, v. 1447). Eis exposto com simplicidade o efeito do sublime sobre o ouvinte: elevar seu espírito, sensibilizá-lo, melhorá-lo. Cinésias, o poeta que quer virar uma ave para alçar vôo de corpo e alma, é expulso por não conceber que exista sentimento elevado sem que haja também um corpo em levitação. O Delator também fica sem suas asas por não se deixar elevar pelas palavras, recusando-se a mudar sua conduta.

Essas idéias aproximam Aristófanes de Longino, que vai teorizar de fato sobre o estilo elevado cinco séculos mais tarde no *Tratado sobre o Sublime*. Compare-se o que diz Pisetero com o trecho em que Longino descreve os efeitos do sublime sobre o homem:

*“Pois, por natureza de certa forma, sob o efeito do verdadeiro sublime, nossa alma (psyché) se eleva (epáiretai) e, atingindo soberbos cumes, enche-se de alegria e exaltação, como se ela mesma tivesse criado o que ouviu.”*²¹

A conclusão de Longino coincide totalmente com a de Pisetero. Em outra passagem do *Tratado*, ele vai ressaltar que a experiência do verdadeiro sublime se restringe às pessoas de sentimentos elevados, o que mais uma vez, está de acordo com o comportamento de Pisetero, ao se recusar a entregar asas a quem tem pensamentos rasteiros²².

(21) *Do Sublime*, VII, 2, tradução de Filomena Hirata a partir de J. Pigeaud (1996).

(22) *Do Sublime*, IX, 4.

AS ASAS DA IMAGINAÇÃO

Assim, ao fim desses encontros, Pisetero continua a ser o único homem alado da peça, já que seu companheiro de aventura, Evélpides, deixou a cena para não mais voltar cerca de quinhentos versos antes. As suas asas são a sua habilidade com as palavras. O que ele se torna se deve ao discurso, sua ascensão se deve às asas da imaginação e com essas será coroado o novo mestre do universo. Conseqüentemente toda a ação da comédia é fruto de palavras: o direito das aves à soberania, a construção da cidade aérea, a distribuição de asas para os mortais.

O *lógos* é o grande responsável pela sustentação da cidade dos pássaros no ar, uma vez que ela não passa de uma construção retórica²³. A cena permanece a mesma desde o início da peça, o bosque onde reside Tereu, a poupa. Não há nenhum indício no texto de uma mudança de cenário. Só se tem notícias da nova cidade através dos relatos de mensageiros: palavras e mais palavras. Seu próprio nome, Cuconuvolândia, já revela a sua imaterialidade: nuvem, névoa, nada. A referência ao cuco, ave tida como astuciosa por botar seus ovos em ninhos de outros pássaros, para que esses criem seus filhotes, aponta para o ato de enganar. Ou seja, Cuconuvolândia soaria para um grego a algo como “Engana-Trouxa”

Pisetero cria Cuconuvolândia a partir do *lógos* e, assim como o alfaiate espertalhão de Andersen convence os súditos e o próprio imperador que ele está ricamente vestido em sua nudez, trata de persuadir as aves da realidade de sua cidade²⁴. Essas vão reelaborar os argumentos que ele lhes oferece e se dirigir aos homens na parábase²⁵, tentando, por sua vez, cooptá-los. Crentes os seres humanos da divindade dos pássaros e de que Cuconuvolândia é o novo centro do universo, os deuses abandonados também se curvam. É

(23) Cf. WHITMAN (1964: 193-194).

(24) ANDERSEN, H. C. Os novos trajes do imperador. In: *Contos de Andersen*. Tradução de Guttorm Hanssen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 108-113.

(25) *As Aves*, vv. 676-800.

certo que, se Pisetero sabe tirar proveito de seu dom oratório, as aves não alcançam o mesmo êxito. Enquanto seu líder, divinizado pelo casamento sagrado com Soberania, torna-se tirano (*sic*) do universo, elas compoem apenas seu séquito admirado, estão no mesmo plano que homens e deuses.

Se o comportamento de Pisetero deixa a desejar do ponto de vista ético e parece contrastar com a elevação que as asas-palavras lhe proporcionam, isso se deve ao fato de o herói cômico não se precisar se submeter a nenhuma regra que limita a atuação dos demais mortais. A malandragem é constitutiva do seu caráter, que se encontra acima da moral²⁶. O protagonista pode exigir que seus interlocutores ajam com lisura, castigando-os em caso de recusa, mas está livre para usar de quaisquer meios para atingir os fins almeçados. Digamos que sua função lhe confere certas imunidades.

Embora *As Aves* não deva ser vista como um *roman-à-clefs*, cuja alusão cifrada a um momento particular da vida política ateniense seja estrita, é significativo que sua composição coincida com um período de grande ufanismo e entusiasmo popular na história da cidade. Um ano antes de sua apresentação nas Grandes Dionisias, a assembléia, seduzida pelos vãos oratórios de Alcibíades, aprovara o envio de uma grande expedição militar à Sicília, julgando que, se vencesse, seria uma potência imbatível na Hélade. Tomados pela euforia de ver concretizado tal objetivo, os cidadãos recusaram-se a pesar os prós e contras de tamanha operação. Hoje, sabemos que o fim foi trágico para eles, determinando a derrota na Guerra do Peloponeso. Mas então, o aspecto mais visível do episódio, devia estar no poder de persuasão das palavras, capaz de criar mundos novos e melhores e de sustentar o desejo da massa em alturas inimagináveis.

A estratégia de Aristófanes, ao optar pela abordagem indireta dos problemas de Atenas, foi fazer com que o espectador saísse do chão, do cotidiano, e se deixasse levar pelas asas da imaginação até a cidade aérea dos pássaros. E tudo isso para que, no momento em que os atenienses se reconhecessem em Pisetero e à sua pró-

(26) Sobre a *poneria* do herói cômico: WHITMAN, C (1964).

pria política no desejo ilimitado dele pelo poder, a sátira ao imperialismo de Atenas fosse mais contundente do que jamais fora antes. Com os espíritos desarmados, os cidadãos perceberiam do que as palavras são capazes e que a principal força da democracia podia estar voltada contra eles.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓFANES. *A Paz*. Tradução de SOUZA E SILVA, M. F. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.
- ARISTOPHANES. *Birds*. Edited and translated by SOMMERSTEIN, A. Wiltshire: Aris and Phillips, 1987
- ARISTOTE. *Politique (I-II)*. Ed. AUBONNET, J. Paris: Les Belles-Lettres, 1960.
- COMOTTI, Giovanni. Greek Music. In: *Music in Greek and Roman Culture*. Tradução de Rosária V. Munson. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991, p. 12-97.
- DOBROV, Gregory. Aristophanes' *Birds* and the metaphor of deferral. In: *Arethusa*, 23/2, 1990, p. 209 -233.
- LONGINO. *Do Sublime*. Tradução de Filomena Hirata a partir de J. Pigeaud. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PARRY, Milman. About winged words. In: Parry, A. (ed.). *The Making of Homeric Verse*. New York: Oxford University Press, 1987. p. 414-418.
- TAILLARDAT, Jean. *Les Images d'Aristophane*. Paris: Les Belles-Lettres, 1965.
- VERNANT, Jean-Pierre. O universo espiritual da *pólis*. In: *As Origens do Pensamento Grego*. Tradução de Ísis B. Da Fonseca. São Paulo: DIFEL, 1981, p.34-47.
- WHITMAN, Cedric. *Aristophanes and the Comic Hero*. Cambridge/ Massachusetts: Harvard University Press, 1964.

ABSTRACT: *Aristophanes' Birds' main theme is the power of words. Though its plot may seem fantastic at first, the Athenian democracy is constantly referred to throughout the play, represented by its main pillar,*

i.e. public debate. Exploring several possibilities of employing speech in convincing and manipulating people, of using words as the means to attain the most extravagant aims, Aristophanes puts on stage the true beneficiaries of rhetoric: poets, seers, lawyers, politicians. In successive confrontations to the hero, a brief theory of the sublime is sketched, as an attempt to describe the effects of speech upon man. Despite its brevity, this theory is surprisingly coincident with Longinus' definition, as developed, centuries later, in his essay On the Sublime.

Keywords: Ancient Greek Comedy, Aristophanes, Sublime.

O SILÊNCIO, A PALAVRA E O SÁBIO

Ana Szpiczkowski*

RESUMO: *A comunicação pode se dar tanto pela palavra como pelo silêncio. O silêncio, como meio de comunicação, tem significados especiais, que variam em relação ao contexto no qual se insere, e implica o saber escutar a mensagem do sábio, seja ela implícita ou explícita. Conceituar e explicar o papel do sábio e suas implicações no processo de ensinar e se fazer escutar, de acordo com o texto do tratado de **Pirkei Avot** é, portanto, a proposta deste estudo.*

Palavras-Chave: *comunicação, escutar/ouvir, Pirkei Avot - Ética dos Pais.*

O silêncio é, normalmente, associado ao oposto do uso da palavra, quando na realidade, ele vem, na maioria das vezes, acompanhado da palavra, nem sempre verbalizada, é verdade, mas presente.

Porque o silêncio permite escutar a palavra e sua mensagem. Não ouvir, simplesmente, mas sim escutar, apreendendo o verdadeiro significado da palavra, da sua própria e/ou a do outro. Quando o ser silencia, a palavra persiste, quer seja por sua voz interna que lhe diz coisas, ou a voz do outro que lhe transmite mensagens. Ele tem, portanto, significados especiais, de acordo com o contexto em que se insere.

O silêncio e a palavra não constituem, assim, elementos de oposição, mas companheiros que se comunicam, se inter-relacionam e que promovem relações do homem com o mundo que o cerca.

(*) Professora de Língua e Literatura Hebraica do Departamento de Línguas Orientais, FFLCH/USP

A todo momento e em todas as situações as pessoas atuam e se relacionam com o mundo em que vivem. Nesses relacionamentos a palavra tem papel preponderante, mas no relacionamento interpessoal a comunicação pode realizar-se por outros meios que não a palavra, capazes de transmitir sentimentos e percepções.

Se partirmos do princípio de que nesses relacionamentos todo ser humano deva ser respeitado temos que prestar atenção à forma como a ele nos dirigimos, considerando o local e o momento próprio de fazê-lo.

É preciso considerar que as pessoas exercem, muitas vezes, juízos de valor que se manifestam ora de maneira implícita, ora explícita. A demonstração de agrado ou desagrado, crença ou descrença, podem causar no outro mudanças e por esse motivo temos que ter bem clara em nossa mente qual o tipo de mensagem que estamos querendo transmitir, porque existem diferentes maneiras de fazê-lo, em ocasiões, momentos e formas distintas. Esses juízos podem atuar na sensibilidade e influenciar o comportamento humano quando não verbalizados. Envergonhar uma pessoa publicamente, por exemplo, implica uma atitude desrespeitosa que, provavelmente, não irá trazer nenhum tipo de benefício a qualquer uma das partes envolvidas. É sabido, também, que o uso de palavras vãs pode causar a desgraça do outro, por sua leviandade.

Tais considerações são fruto de reflexões feitas a partir de um texto do Talmude¹ no qual os mestres se referem explicitamente às questões do uso da palavra nos relacionamentos humanos.

Trata-se do do Tratado de **Pirkei Avot** – *Ética dos Pais*², de imensa riqueza filosófica e teológica, que abrange conceitos de éti-

(1) A Lei Oral, a qual, juntamente com a Lei Escrita, forma o conjunto da Lei judaica.

(2) O Tratado de **Pirkei Avot**, ou simplesmente **Avot** *Ética dos Pais* – como também é conhecido, faz parte da Lei Oral judaica. Contém toda uma coleção de ditos e sentenças dos “pais”, os Sábios de Israel, desde Schimeon, o Justo, até Rabi Yehudá – O Patriarca, editor da **Mischná** (conteúdo da Tradição Oral até o séc. II d.C.) cobrindo um tempo que vai aproximadamente desde 300 a.C. até 200 d.C.

ca e conduta, escrito há aproximadamente dois mil anos. Nesse texto se encontram as palavras de Schimeon, filho de Raban Gamliel³:

Todos os meus dias criei-me entre os Sábios e não encontrei nada melhor para o homem do que o silêncio; não é a teoria o principal mas a prática; e quem fala demais, traz o pecado.(Cap. 1:17).

Aparentemente, essas palavras correspondem a uma exaltação ao silêncio.

Entretanto, mais adiante, no mesmo tratado (cap.4:1), encontramos as seguintes palavras de Ben Zomá ⁴:

Quem é sábio? Aquele que aprende com todos os homens, pois foi dito: "De todos os meus mestres recebi ensinamentos" ⁵.

É possível perceber aqui o incentivo ao aprendizado, à aquisição da sabedoria. Associar o silêncio à aquisição de conhecimentos apresenta, aparentemente, uma incongruência, pois como nos ensina a moderna educação, o aprendizado só ocorre por meio da participação ativa do aprendiz.

Estará, entretanto, o silêncio necessariamente vinculado à passividade?

Qual o verdadeiro significado da palavra silêncio nesse texto?

Entendo que a virtude do homem de saber silenciar, como afirma Schimeon, se refere aqui não ao silêncio passivo, mas àquele que leva o homem a fazer silêncio para escutar os mais sábios.

Deve-se considerar que, conforme já afirmei acima, escutar é diferente de simplesmente ouvir. Polster (1979) se refere à função de escutar como algo que não pode ser usado somente para a orientação quanto à posição de outra pessoa. É preciso, prossegue ele, que o homem perceba naquilo que escuta uma mensagem

(3) Mestres da primeira geração (período de 10 a 80 d.C.) de Tanaítas (Repetidores, em aramaico). Refere-se a cada um dos mestres mencionados na *Mischná* (ver nota nº 2) ou operantes no seu tempo.

(4) Terceira geração de Tanaítas (ver nota nº 3), período de 120 a 140 d.C.

(5) *Salmos*, 119:99.

maior do que simplesmente um conjunto de palavras; uma mensagem que tenha um significado especial para ele e que o afete de tal modo que o envolvimento ocorra, e que estabeleça um bom contato com a situação que se apresenta. Para aprender, portanto, a audição, o saber ouvir, especialmente ao sábio, é imprescindível.

O sábio, por sua vez, não designa o homem que possui um conhecimento enciclopédico, mas aquele que se esforça por adquirir a sabedoria, para convertê-la na regra de conduta de toda a sua vida, sem tentar deslumbrar com sua ciência aqueles que o rodeiam.

O verdadeiro sábio é aquele que não somente possui conhecimentos, mas, por sua sabedoria, adquirida no decorrer dos anos, já tem idéias amadurecidas e reconhece o saber de um ancião.

As expressões: **...o sábio não fala diante de quem é maior do que ele em sabedoria** (e em idade) **...e não interrompe as palavras do seu próximo... não é afoito em responder... fala primeiro sobre o primeiro e por último sobre o último ... do que não ouviu, ele diz "não ouvi", e confessa a verdade**, O contrário disso é atribuído ao néscio. (cap.5:7) pressupõem o diálogo nas relações e destacam as diferenças entre o sábio e o néscio.

Quem é, portanto, o oposto ao sábio? Não é o idiota, o tonto, o imbecil, o tolo, o bobo ou o estúpido. É o ser inacabado, incompleto, em desenvolvimento, e que pode vir a saber.

Esse, por não possuir conhecimentos suficientemente amadurecidos, age de maneira contrária. Quando o tema da discussão lhe parece familiar, não observa a calma e a moderação que distinguem o autêntico sábio. Deseja deslumbrar a todos com sua sabedoria e sempre toma a palavra primeiro. O que o diferencia do verdadeiro sábio é a maneira de entrar numa discussão.

O sábio cede a iniciativa da palavra a quem lhe é superior, enquanto aquele que ainda não atingiu a sabedoria quer sempre ser o primeiro a falar.

O sábio não corta a palavra daquele que fala e consegue ouvir o outro com tranqüilidade – dando-lhe a chance de se expressar livremente, para depois contestar, discutir, concordar ou discordar. Sabe expor seus argumentos de maneira ordenada e, quando exis-

tem pontos obscuros ou duvidosos, admite honradamente não havê-los compreendido. Recorre com freqüência às obras de outros sábios e não tem dificuldade de reconhecer, sem rodeios, que pode ter-se equivocado e que seu interlocutor é quem tem razão. Trava-se aí uma discussão construtiva, onde o que está em jogo não é a disputa de egos, um torneio oratório, mas o conteúdo da discussão, visando ao crescimento dos interlocutores e ao desenvolvimento das idéias.

O verdadeiro sábio é reconhecido, também, por sua maneira de fazer as perguntas e de respondê-las. Caso não esteja inteirado do assunto, demonstra de todas as formas sua sabedoria nas perguntas que faz e se interessa em escutar as respostas e não em chamar a atenção sobre si. Para dar respostas, busca explicações nas fontes relativas ao assunto aprecia o valor das gerações anteriores e sabe que seus ensinamentos constituem os elos da cadeia do conhecimento.

O sábio possui método e organização para a transmissão de seus ensinamentos, ao contrário do néscio, que se preocupa em impressionar o auditório com sua erudição e, por conseguinte, não saberá expor seus conhecimentos com a ordem e clareza necessárias.

A capacidade que tem o verdadeiro sábio de reconhecer sua própria ignorância em certos assuntos demonstra seu nível moral elevado, pois, além do silêncio que se impõe, por desconhecer o assunto, revela, ainda, a capacidade de admitir que não é infalível, que também erra. Mais do que a própria reputação, o que lhe interessa é a verdade. E este reconhecimento não lhe custará a reputação, ao contrário, lhe trará um bom nome e respeito.

Utiliza a argumentação, que implica escutar e falar e exige a compreensão de que possa haver várias respostas para a mesma questão, em uma prática democrática por excelência, que pressupõe agilidade e flexibilidade mental de seus participantes.

A reflexão é ponto primordial para ambos, pois conduz à compreensão, à prática e à transferência de conhecimentos para outras situações similares. E se essa reflexão ocorrer com base em diferentes opiniões, desde que suficientemente embasadas, irá conduzir, provavelmente, a uma escolha consciente e autêntica.

Freire (1980) nos alerta para esta questão, quando se refere ao professor problematizador, que possui um papel mais abrangente do que aquele que utiliza seus alunos como meros receptores do conhecimento. O verdadeiro educador reconhece nos seus alunos pessoas com suficiente capacidade para investigação e crítica, responsáveis pela transformação da realidade e da sociedade.

A prática de questionamento, de argumentações e de contraste de posicionamentos frente às mesmas questões, ressaltam por si só a liberdade de escolha, partindo de pontos de vista distintos. Onde tudo já está pré-determinado, não há o que discutir, se existe a possibilidade de discussão, existe a liberdade de expressão.

Dessa constatação é importante ressaltar a responsabilidade daqueles que usam a palavra e o silêncio. Com isso não me refiro somente ao repertório formal de conhecimentos, mas também àqueles informais, que se manifestam na prática, no exemplo e no modelo, que transmitem mensagens não necessariamente verbais, mas com a mesma força ou até maior do que aqueles expressos em palavras.

É preciso que o interlocutor perceba naquilo que escuta uma mensagem maior do que simplesmente um conjunto de palavras, pois como afirma Bakhtin(1988), só reagimos às colocações que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

A mensagem, por conseguinte, deve ter um significado especial para o homem, que o afete de tal modo que o envolvimento ocorra e que estabeleça um bom contato com a situação proposta.

Enfim, acredito que o modo sábio de o homem se conduzir, isto é, com coerência de atitudes e palavras, é o diálogo verbalizado ou silencioso que, como único meio de comunicação e interação, corresponde ao elemento primordial para uma relação efetiva e verdadeira com o mundo, seja ela formal ou informal.

BIBLIOGRAFIA

_____. *Pirkei Avot : Ética dos Pais*, São Paulo, B'nai B'rith, 1976, 1ª ed., tradução e notas explicativas de Eliezer Levin.

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, São Paulo, Hucitec, 1988.
- FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 10^a ed., 1980.
- POLSTER, E.e M. *Gestalt-Terapia Integrada*, Belo Horizonte, Interlivros, 1979.
- SZPICZKOWSKI, A. *A Educação Democrática e a Atualidade do Pirkei Avot* – “Ética dos Pais” ,Tese de Doutorado em Lingüística, USP, 1996.

ABSTRACT: *Communication may be either through words or silence. The Silence as way of communication, has special meanings that vary according to the context where it is applied, and it requires listening to the message of the wise whether implicit or explicit. To appraise and explain the role of the wise and its implications in the learning process, making ourselves understand, according to the text of the Pirkei Avot theme, is, therefore, the target of this study.*

Keywords: *communication, hear/listen, Pirkei Avot.*

A PALAVRA E O HOMEM NO TEATRO DE MEYERHOLD

*Arlete Orlando Cavaliere**

RESUMO: *Neste momento em que se observa no mundo inteiro um crescente interesse pela vida e obra do encenador russo da vanguarda V.E. Meyerhold, graças em parte à recente possibilidade de acesso aos arquivos soviéticos e à divulgação de novos materiais e documentos, o presente artigo propõe-se a surpreender a atualidade de suas propostas artísticas e analisar certas questões, ainda hoje polêmicas, concernentes à uma estética da interpretação teatral.*

Palavras-Chave: *teatro, ator, espetáculo, drama.*

Já se tornou lugar-comum a afirmação de que no panorama do teatro contemporâneo, a arte do encenador se destaca na ampla e complexa rede de elementos que estrutura o fenômeno do teatro.

Em decorrência, a encenação, “uma arte”, como disse Antoine em 1903, “que mal acaba de nascer” surge como o setor mais privilegiado e mais vivo da atividade teatral contemporânea.

Também não é nenhuma novidade a referência obrigatória, e mesmo espontânea hoje, ao nome do encenador de um espetáculo, mais do que ao do intérprete principal ou até ao do dramaturgo, isto quando ele existe. Cogita-se mesmo de que a realização cênica estaria talvez mais “adiantada” do que a criação dramatúrgica. E se tomarmos como correta a distinção entre uma “escrita dramatúrgica” e uma “escrita cênica” pode-se detectar nesta cisão a alentada

(*) Professora de Língua e Literatura Russa do Departamento de Línguas Orientais, FFLCH/USP.

crise do teatro contemporâneo que não disporia de textos modernos adequados à variedade das formas cênicas novas, o que explicaria também a constante recorrência a adaptações de obras clássicas da dramaturgia universal, quando não do vasto repertório que inclui poemas, contos romances, textos filosóficos consagrados e tantas outras modalidades de discurso.

Uma vez constatada a primazia da arte da encenação nos últimos cem anos, é possível sustentar também que a ela corresponde uma verdadeira promoção da atividade crítica e teórica efetuada justamente pelos mais instigantes encenadores deste século.

As reflexões escritas a respeito de seus próprios trabalhos transformaram encenadores como Stanislávski, Meyerhold, Brecht, Grotowski, para citar apenas alguns, em críticos em ação e em marcos referenciais, talvez em maior grau que os dramaturgos modernos, quando se quer examinar a história do teatro contemporâneo.

Ora, esta situação, sob vários aspectos extremamente salutar para a evolução da atividade teatral, tem, por outro lado, principalmente nos últimos anos, propiciado na prática alguns equívocos, quando, em nome das lições deixadas por esses grandes mestres, sobrepuja-se a arte do espetáculo à arte do ator.

O que parece estar um tanto esquecido é que o que embasou quase que a totalidade das novas teorias teatrais, das novas concepções cênicas e até cenográficas foi a pesquisa profunda sobre a questão da interpretação e do trabalho do ator enquanto procedimento organicamente inserido no processo de criação do espetáculo.

Falar da importância capital do ator dentro das preocupações prático-teóricas desses encenadores equivale a enunciar uma óbvia verdade : a consciência que se adquiriu neste século da necessidade de uma reflexão estética que repensasse a posição e função atribuídas ao ator, não só dentro do espetáculo, mas da própria história das formas específicas da representação teatral.

As grandes teorias contemporâneas da representação apoiam-se quase sempre numa rejeição da interpretação tradicional, mas ao lado de propostas, até muito precisas, que visam reformular a arte do ator, está sobretudo a busca de uma integração na lingua-

gem teatral de todos os signos que o ator é suscetível de produzir, engendrando uma rica polifonia, onde, através de um sistema de ecos, correspondências e dissonâncias, as manifestações do ator devem estar interligadas com os outros elementos que compõem a linguagem no teatro: a música, a luz, a cenografia, etc.

Mesmo que se proclame hoje a necessidade de libertar a arte do espetáculo da tutela do texto e da significação discursiva, como conseguir aquilo que Artaud expressara já no primeiro Manifesto do Teatro da Crueldade, isto é, “transformar as palavras em encantamentos” a não ser através do princípio básico do fenômeno teatral, qual seja, aquele mágico cara-a-cara entre um ator e um espectador?

Não se pode esquecer que uma das estruturas mais significativas do teatro deste século é a ênfase dada ao corpo enquanto signo expressivo. Este fenômeno atrela-se a uma revisão do próprio conceito de comunicação teatral que já não aparece ligado à narrativa de uma fábula dramática, mas repousa sobre a valorização das metáforas e dos temas que fazem do corpo do ator o agente principal de sua simbolização.

Assim, à superação das estruturas verbais equivale o adensamento da significação da própria corporeidade, do corpo elevado à estrutura própria, o que propõe um espetáculo lúdico ou auto-expressivo, mas sempre como uma espécie de subversão sistemática do sociológico pelo somático e do mimético pelo performancial.

Em outras palavras, é como se progressivamente o corpo, liberando-se no espetáculo teatral de sua servidão ao texto, de suporte somático do logos, passe a constituir-se em signo próprio, isto é, a expressividade corporal nasce, ao mesmo tempo, de uma separação do corpo em relação ao texto e de uma relação especial para com o mesmo.

Daí decorre a tendência, predominante nas teorias teatrais deste século, de um trabalho de interpretação marcado sobretudo pela negação de uma imitação realista e fiel, confirmando a estrutura de evocação alusiva própria, por exemplo, da pantomima, da acrobacia, da dança e de tantos outros recursos incorporados ao espetáculo contemporâneo.

Isto vem confirmar que todos os esforços para a pesquisa de novas linguagens de representação teatral implicam necessariamente na renovação, na transformação e no apuro tanto técnico como estético da arte do ator.

O trabalho de Vsévolod Emilievitch Meyerhold (1874-1940), um dos mais significativos representantes da vanguarda teatral russa, surpreende pela atualidade de suas propostas artísticas e pelas questões, ainda hoje polêmicas, concernentes à uma estética da interpretação teatral.

Quando se pensa por exemplo nas inovações cênicas deste encenador russo da década de 20, não se pode em absoluto desvincular o trabalho profundo que investigava a partir de sua teoria da biomecânica.

Meyerhold foi um dos primeiros encenadores deste século a tornar-se criador e organizador do espetáculo em toda a sua multiplicidade, compreendendo inclusive a matéria dramaturgica para transformá-la de maneira a revelar, a partir não só de peças modernas, mas também de obras clássicas, um valor teatral atual e revitalizado. Mas para Meyerhold este trabalho só seria viável ao lado da reconstituição do tipo sintético de ator, senhor absoluto de seu “aparelho” biológico, nas suas múltiplas funções.

O ator burguês do século XIX era para ele “um ser falador” e portanto o status do astro e da vedete, do monstro sagrado, pouco ou nada tinha a ver com a riqueza e a variedade dos recursos e dos meios que a sua biomecânica propunha ao trabalho dos atores na cena.

Meyerhold costumava dizer: “Quaisquer que sejam os figurinos e as cabeleiras de que se veste o monstro sagrado não faz mais do que falar, falar e falar”

O ator de Meyerhold, esse, faz muitas outras coisas. E bem! Possui a perfeição da linguagem dos gestos e um corpo superiormente treinado. Esta racionalização dos movimentos dos atores e do comportamento físico como forma de organização científica do trabalho se articulava com o golpe mortal dado na antiga caixa de cena e com a rejeição de uma estética imóvel e contemplativa. Ao exigir um espetáculo atuante, dinâmico, impossível de realizar num

palco da Renascença, de desenho estático, Meyerhold propôs cortar a ribalta e os cenários suspensos e construir dispositivos tridimensionais, mas com um único e principal objetivo: pôr em evidência o dinamismo do ator que atuava para revelar o sentido cênico da peça.

O construtivismo e a biomecânica implantados assim não foram apenas uma invenção espetacular de mais um encenador revolucionário, mas ao fixar a noção de teatralidade procedia a idéia mesma de autonomia teatral, isto é, a constituição de um sistema de signos pertencentes exclusivamente ao teatro. Dado que o teatro se apoia sobre a síntese efetiva e operatória da palavra, da presença humana e do espaço, a teatralidade fundada por Meyerhold leva em conta estes elementos fundamentais para integrá-los num sistema de signos específico e irreduzível a outro.

Meyerhold jamais formulou com exatidão o seu método biomecânico. Suas afirmações a este respeito ficaram vagas e dispersas em alguns escritos e tinham sobretudo, de início, um caráter polêmico contra a teoria dos “sentimentos vividos” no teatro.

Mas sabe-se que ele atribuía à biomecânica uma tarefa educativa para a formação do homem novo não só no teatro, mas na vida. Este homem, interveniente radical no seu tempo e no seu espaço, um ator de absoluta flexibilidade corporal e grande capacidade rítmico-musical, jamais se afigurava para Meyerhold como um ator “sem sentimentos” técnico simplesmente, desconectado emocionalmente com todos os demais elementos que o rodeiam.

Ora, não resta dúvida, que este teatro participa de toda uma orientação da cena moderna da década de 10 e 20, na qual se integram encenadores importantes, tais como, Max Reinhart, Gordon Craig, Georg Fuchs, Adolphe Appia, e, sob certo sentido, B. Brecht, cujas propostas de novas alternativas para o teatro realista-naturalista, passam, antes de mais nada, por uma estética teatral anti-literária, ou pelo menos, por uma “praxis” teatral, onde as palavras, isto é, o aspecto “literário” do drama, exercem uma função muito diferente se comparada com encenadores na tradição de um Stanislávski ou de um Nemiróvitch-Dântchenko.

O teatro de Meyerhold, bem como o de toda a vanguarda teatral e seus diferentes desdobramentos no teatro contemporâneo, incidirá justamente nessa renovada articulação do jogo teatral a

função determinante do corpo do ator enquanto instrumento fundamental na busca da significação mais profunda da própria teatralidade.

Há hoje toda uma linha de pesquisa no campo da interpretação do ator vinculada à chamada "antropologia teatral" que pretende estudar o comportamento fisiológico e sócio-cultural do homem em uma situação de representação. A investigação profunda, desde A.Artaud e J.Grotowski e retomada por Eugenio Barba, das técnicas do ator tradicional oriental (a ópera de Peking, a dança balinesa, o teatro japonês), pretende, através de técnicas extra-cotidianas do corpo, buscar os princípios que estruturam uma pré-expressividade do ator. Assim explicita Barba:

Na tradição ocidental, o trabalho do ator foi orientado por uma trama de ficções, de "se" mágicos que têm a ver com a psicologia, o caráter, a história de sua pessoa e de sua personagem. Os princípios pré-expressivos da vida do ator não são algo frio, relacionado com a fisiologia e a mecânica do corpo. Mas estão também baseados numa trama de ficções, "se" mágicos, que têm a ver com as forças físicas que movem o corpo. O que o ator busca, neste caso, é um corpo "fictício", não uma personalidade fictícia".¹

Também Appia havia esboçado em 1919 uma teoria teatral baseada em concepções estéticas que se aproximam intimamente de Meyerhold, como também, depois, de Artaud e Grotowski, pelo conjunto de princípios a que recorrem e que convergem para a estruturação da linha de força do teatro moderno e contemporâneo, em especial no que diz respeito à pureza do simbolismo do teatro oriental, pretendendo que o ator é o próprio teatro, na medida em que pode transmitir emoções, idéias, sentimentos e pensamentos através do corpo, sem o recurso da expressão verbal. Escreve o teórico suíço:

(1) Cf. Eugenio Barba, "Antropologia Teatral" em Nicola Savarese e Eugenio Barba, *Anatomia del Actor*, Dicionário de Antropologia Teatral, grupo Editorial Gaceta, s.A./International School of Theatre Antropology, tradução Bruno Bert, México, 1988, p.29.

*O corpo, vivo e móvel, do ator é o representante do movimento no espaço. O seu papel é, portanto, capital. Sem texto (com ou sem música) a arte dramática deixa de existir; o ator é portador do texto; sem movimento, as outras artes não podem tomar parte na ação. Numa das mãos, o ator apodera-se do texto; na outra, detém, como num feixe, as artes do espaço; depois reúne irresistivelmente as duas mãos e cria, pelo movimento, a obra de arte integral. O corpo vivo é, assim, o criador dessa arte e detém o segredo das relações hierárquicas que unem os diversos fatores. É do corpo, plástico e vivo, que devemos partir para voltar a cada uma das nossas artes e determinar o seu lugar na arte dramática.*²

Trata-se afinal, de “realismo”? Que tipo de “realismo”? É possível se falar em “realismo” com respeito ao teatro e à poética cênica de Meyerhold?

Um primeiro componente que se observa é a oposição à concepção tradicional da arte como “mimesis” tal como formulada especialmente pelo naturalismo, pressuposto genérico e comum a todas as correntes das vanguarda. Nessa perspectiva, o teatro de Meyerhold se propõe a liberação da tarefa de reproduzir “fotograficamente” a vida, convertendo-se numa forma de expressão baseada essencialmente na invenção formal e orientada no sentido de representar o aspecto inhabitual e inesperado do mundo.

Se a linguagem realista-naturalista, além do princípio da mimesis, postula a identidade entre a coisa representada e o significado, isto equivale a dizer que o significado artístico coincide com os acontecimentos apresentados no palco.

A poética cênica meyerholdiana, contrária ao postulado naturalista, baseia-se no critério da não coincidência entre o significado e a coisa representada, o que implica basicamente numa poética antiaristotélica, contrária à identificação do espectador com a cena e dirigida, isto sim, a um distanciamento reflexivo que permita fomentar o enriquecimento da própria sensibilidade e da consciência crítica e estética.

(2) Cf. Appia, A., *A Obra de Arte Viva*, Editora Arcádia, Lisboa, s/d., p.32.

Se a grande questão da modernidade, ou se quisermos, da pós-modernidade, assenta-se na desintegração do signo e, mais ainda, no seu progressivo esvaziamento nos dias de hoje, para fazer recuar infinitamente o seu objeto até pôr em causa, de maneira radical, a estética secular da “representação” é de se supor que as idéias e mesmo a “praxis”teatral de Meyerhold apresentam virtualidades cujas consequências permanecem ainda imprevisíveis.

De fato, certos recursos cênicos da poética teatral do encenador russo se apresentam com uma certa constância nas várias e diferenciadas propostas contemporâneas que parecem propor, como parecia antecipar Meyerhold, que a base da problematização radical de uma estética radica na própria crise da totalidade dos valores sobre os quais se apoia o mundo e que perdem a sua razão de ser, despidos que são de sua dimensão de fundamento último e estável. Daí a pesquisa contínua que se prolonga no teatro contemporâneo de novas e muitas vezes contraditórias estruturas, porque o fundamental não consiste apenas em recusar, por estas ou aquelas razões, preceitos tradicionais: o que a inspira é a convicção da impossibilidade de segui-los porque é o próprio sentido da realidade que se encontra em crise.³

BIBLIOGRAFIA

- APPIA, A., *A obra de Arte Viva*, Editora Arcádia, Lisboa, s/d.
- ALPERS, B.V., “O Meyerholde”(Sobre Meyerhold), em *Iskânia nóvoi stsêni* (Pesquisas da nova cena), Editora Iskustvo, Moscou, 1985.
- ARTAUD, A., *O Teatro e seu duplo*, Editora Max-Limonad, São Paulo, 1984.
- BORNHEIN, G., *O Sentido e a Máscara*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1975.
- CAVALIERE, A., *O Inspetor Geral de Gogol/Meyerhold-Um espetáculo síntese*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1996.
- D'HOMME, S., *La Misce-en-Scène d'Antoine à Brecht*, Ed. Nathan, Paris, 1959.

(3) Cf. a propósito Bornhein, G.A. “Questões do Teatro Contemporâneo” em *O Sentido e a Máscara*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1975.

GROTOWSKI, J., *Em busca de um teatro pobre*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976.

MEYERHOLD, V., *Státi, písmá, retchi, bessedi*, (Artigos, cartas, discursos, conversas), Editora Iskustvo, Moscou, 1968 2 volumes.

RIPELLINO, A.M., *O Truque a Alma*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1996.

RUDNITZKI, K., *Meyerhold*, Editora Iskustvo, Moscou, 1981.

RUDNITZKI, K., *Meyerhold, The Director*, trad. George Petrov, Ann Arbor, Ardis, 1981.

RÉSUMÉ: *Alors qu'on peut observer aujourd'hui un regain d'intérêt croissant pour la vie et l'oeuvre du metteur en scène russe V.E.Meyerhold, en partie grâce à la possibilité d'accès aux archives soviétiques en Russie et à la diffusion de nouveaux documents, le présent article se propose d'insister sur l'actualité des enjeux artistiques de ce metteur en scène et d'analyser certaines questions encore polémiques, concernant l'esthétique de l'interprétation théâtrale.*

Mots-clés: *théâtre, acteur, spectacle, drame.*

A PRAÇA, O POVO E O POETA*

*Flávio Aguiar***

RESUMO: *O autor apresenta a trajetória da poesia de Castro Alves e sua ligação com o contexto sócio-político da época.*

Palavras-chave: *Literatura brasileira, Castro Alves, escravidão.*

A vida e a poesia de Antônio de Castro Alves são um convite à nossa imaginação. Por elas podemos entrar em um dos períodos mais ricos de nossa história. Na sua época, a par com a estabilidade do Segundo Império e as tentativas de modernização do país, o Brasil vivia uma efervescência, especialmente entre a juventude acadêmica, em busca de novos valores; enfatizavam-se os ideais nacionalistas e libertários. A poesia – hoje muito mais uma causa íntima e pessoal – era coisa pública, aprendida nas escolas e praticada em festejos patrióticos, em comemorações, nos saraus e salões, nos cafês, no teatro, nas reuniões políticas, em comícios de protesto, na rua – em todo canto, enfim. Guardadas as devidas proporções, a poesia ocupava talvez o mesmo espaço reservado, há trinta anos, à música popular, com seus festivais, suas canções românticas e de protesto, seus ídolos. Durante muito tempo os versos

*“A praça, a praça é do povo,
como o céu é do condor”*

(*) Texto escrito originalmente para o livro *Castro Alves*, edição comemorativa dos 150 anos de nascimento do poeta, patrocinada pela Odebrecht S.A e Fundação Banco do Brasil.

(**) Professor de Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas, FFLCH/USP.

foram guardados de ouvido. Até hoje, porém, muita gente não sabe que esses versos pertencem ao poema *O Povo ao Poder*, que sequer faz parte dos livros planejados por Castro Alves. Consta que o jovem poeta baiano, então com 19 anos, declamou-o de improviso, no dia 30 de setembro de 1866, durante um comício republicano em Recife, dissolvido à força pela polícia e no qual fora preso o seu organizador, o jornalista Borges da Fonseca. Tal coisa era comum. Encerrados os espetáculos de rua temperados a política e poesia, os jovens poetas se reuniam nos cafés e declamavam suas produções; também o faziam nas reuniões boêmias da mocidade acadêmica – e não raro entravam pelo terreno da paródia, da sátira, do burlesco ou do explícito caráter erótico.

Castro Alves era um desses moços boêmios e talentosos que faziam uma poesia ligada ao seu tempo. Porém, poucos como ele se tornaram tão conhecidos e declamados. Mudaram os gostos literários e os usos da literatura, mas a sua popularidade se mantém. Sua poesia marcou gerações e gerações com a força de suas imagens e a energia de suas paixões, tanto as de sua vida íntima, quanto as de sua vida pública.

O poeta baiano pertence a uma geração de intelectuais que vicejou no ambiente agitado das Faculdades de Direito de Pernambuco e de São Paulo. Ali surgiam e tomavam forma as novas idéias do tempo. Não por acaso Castro Alves conviveu com pelo menos dois colegas que fizeram carreira na política: o também baiano Rui Barbosa e o pernambucano Joaquim Nabuco. Ambos viveram bem mais do que o amigo. Rui Barbosa morreu com mais de 70 anos, em 1923; Nabuco, aos 64, em 1910. Castro Alves, com 24 anos, em 1871.

Nas faculdades de Direito, a política e a poesia estavam no ar. Eram alimentadas, em primeiro lugar, pela tradição oratória da cultura acadêmica. O gosto pela oratória acompanhava os estudantes do início ao fim do curso. Tinha raízes antigas e profundas no Brasil, mas agora a arte de falar em público era estimulada pelo fervor patriótico. O ensino das leis impunha-se com firmeza. Antes, era moda estudar em Coimbra. O hábito se manteve ainda algum tempo depois da Independência, em 1822. Passados alguns anos, po-

rêm, os moços, movidos pela vontade de construir e modernizar o novo país, preferiam os ambientes acadêmicos nacionais, sobretudo os de Recife e de São Paulo.

O liberalismo, outra bandeira de luta entre os estudantes dessas Faculdades, aparecia renovado. A rigor, nosso liberalismo sempre fora *sui-generis*: durante muito tempo, conviveu melancólica ou despreocupadamente com a escravidão. E a literatura parecia acompanhar a política, em especial no começo do século passado, quando o Romantismo dava os primeiros passos. Ao buscar símbolos para a Nação, escritores e poetas construíram uma figura idealizada de índio – visto como um antepassado longínquo ou mesmo próximo, mas não como um ser real cuja existência merecesse ser reconhecida.

O negro, marginalizado na sociedade, ficava à margem também na literatura, até que a tradução de *A Cabana do Pai Tomás*, da escritora norte-americana Harriet Stowe, começasse a circular no Brasil. O romance de Stowe, publicado como livro em 1852 nos Estados Unidos, tivera um sucesso enorme. O Pai Tomás, o Uncle Tom do inglês, fixava um estereótipo poderoso: o negro escravo, cristão, sofredor, sempre disposto a fazer o bem, apesar de sua condição e dos maus tratos que sofre. Dera impulso à causa abolicionista no seu país de origem e fizera enorme sucesso na Europa, antes de chegar ao Brasil. Mas principalmente as injunções políticas e econômicas internas favoreciam a discussão do escravismo e o tema do abolicionismo invadirá o teatro, a poesia e depois a ficção. Escritores consagrados, como José de Alencar, defenderão um abolicionismo humanitário e moderado, mais como fruto de uma consciência do senhor do que de uma conquista do escravo.

Castro Alves estará na linha de frente da geração acadêmica que vai formular uma retórica abolicionista mais contundente, levando-a inclusive para o terreno da literatura. Desta vez, a literatura esteve na vanguarda da política. Pouco a pouco, junto com a retórica abolicionista, renascem os ideais republicanos, que haviam sido quase soterrados pela estabilidade do Segundo Império, implantado após a proclamação da maioridade de D. Pedro II, em 1840.

Nossa primeira geração romântica, que havia criado o nacionalismo literário, era formada por homens sisudos, íntimos do paço imperial, a exemplo de Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre. Tinham uma formação ainda clássica. De certo modo, eram românticos por força das circunstâncias: queriam produzir uma literatura nos mesmos moldes das correntes estéticas européias das primeiras décadas do século XIX. No gosto, eram dados a um certo ecletismo. Diziam que não se pautavam exclusivamente pelo rigor dos clássicos nem pelo desalinho dos autênticos românticos.

A geração seguinte, que andava na casa dos 30 quando Castro Alves mal chegava nos 20, teve como figuras de proa homens como José de Alencar. Mais independentes do paço do que os anteriores, podem ser visto como um grupo de decididos *selfmade-men* literários. Pretendiam modernizar a sociedade brasileira, acabar sem traumas revolucionários com o trabalho escravo e com o despotismo às vezes licencioso da antiga família patriarcal.

No teatro, um dos heróis dessa geração será o engenheiro Rodrigo de *O Crédito*, de José de Alencar. O engenheiro luta pela modernização tecnológica e mental da Corte, ajustando-a a um padrão burguês de convivência: trabalho como valor de mercado e o casamento consolidado pelo livre consentimento baseado no amor. Os representantes dessa fase vão lutar pela modificação da consciência social dominante, mas serão comedidos em suas propostas: com a melhor das intenções, muitas vezes tentarão convencer os senhores de que a escravidão era tão prejudicial a eles quanto aos próprios escravos.

Com a geração de Castro Alves, o cenário político e literário vai mudar. O abolicionismo virá à tona, misturado com o tom nacionalista que as duas gerações anteriores haviam conquistado. O país já havia se separado da antiga Metrópole, Portugal; faltava agora completar o trabalho, libertando uma parte considerável de seu povo, que ainda se mantinha acorrentada. A radicalidade que o discurso abolicionista foi ganhando redesenhou o perfil dos escritores e poetas. A imagem do jovem engajado com ideais quase revolucionários tomou o lugar dos sisudos primeiros românticos e dos reformadores moderados que vieram a seguir.

O jovem Álvaro, personagem masculino de *A Escrava Isaura*, romance de Bernardo Guimarães publicado em 1875, será descrito como quase um “socialista” – isto é, naquele Brasil de então – um partidário da igualdade de todos, abolindo-se as diferenças entre senhores e escravos. O romance de Bernardo repete, com uma personagem feminina no papel principal, algumas características de *A Cabana do Pai Tomás*, como o sublinhar da virtude do escravo. Isaura é mestiça e diz-se dela que tem a pele tão alva quanto as teclas do piano. Isto era comum no tempo. Ao vir para o primeiro plano, o escravo perdia a pele escura e o cabelo crespo, que ficavam na senzala. Álvaro, o jovem idealista que “salva” Isaura, segue a mudança de perfil por que passava a geração acadêmica de Castro Alves. Poetas das gerações anteriores, como Álvares de Azevedo (a quem Castro Alves admirava), haviam emprestado a essa figura o perfil boêmio, às vezes macabro, ou irônico e sarcástico. O boêmio, agora, tornava-se revolucionário; às vezes ria, às vezes declamava ardorosamente.

Foi uma época, no plano literário, de busca de novos caminhos que reafirmassem o nacionalismo literário aberto pelos escritores das gerações imediatamente anteriores, como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar. Esse objetivo explica a radicalização temática do ideal de independência, num sentido bem amplo, abrangendo o próprio abolicionismo. Essa geração romântica de jovens reformadores, a que pertence Castro Alves (com Tobias Barreto, Pedro Luís e Fagundes Varela), coloca a abolição do escravismo na sociedade nacional como um dos seus temas preferidos; desse modo, pensavam, o Brasil poderia se colocar entre as nações civilizadas.

Sem contradizer seu nacionalismo literário, os jovens poetas promovem uma notável atualização das idéias correntes, sociais e políticas. O Brasil se afinava assim com o liberalismo de tonalidades libertárias que vicejava em outras partes do mundo. A nova geração de poetas românticos vai ampliar bastante a disseminação de escritores e poetas europeus comprometidos com aqueles ideais, como Victor Hugo (1802-1885), um dos mais importantes poe-

tas do romantismo francês, e Lord Byron (George Gordon Noel, 1788-1824), poeta romântico inglês. As leituras que farão desses autores será vital para impulsionar os movimentos de transformação da sociedade brasileira. Mais uma vez, destaca-se a figura de Castro Alves – também, diga-se aqui de passagem, por sua atividade como tradutor ou livre-adaptador de autores franceses e de outras nacionalidades. Castro Alves foi um leitor ávido de diferentes escritores de diferentes épocas: em sua obra se encontram ressonâncias de Homero, da Bíblia, de Shakespeare, de Lamartine, de Alexandre Herculano e de Chateaubriand, entre outros.

O impulso abolicionista foi em grande parte o responsável pelo surgimento de um movimento literário e político de caráter efetivamente nacional, que não ficou restrito às reuniões literárias. O romantismo anterior fora um movimento centrado na Corte, que irradiava a inspiração da nova escola. Desta vez, porém, o movimento abolicionista espalhou saraus literários e poetas de ocasião pelo Brasil inteiro. Havia também as sociedades abolicionistas, que representavam outro foco de movimentação social, e as ruas, onde a poesia tinha seu lugar nas manifestações. Do ponto de vista de qualidade, o resultado literário nem sempre foi compensador. Do ponto de vista da repercussão das idéias, entretanto, a contribuição desses encontros foi um sucesso inegável.

Castro Alves cresceu, amadureceu e morreu no meio dessas profundas modificações em nossa paisagem intelectual. Agitando diretamente os meios literários de Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, ele se tornou o ídolo dessa geração de poetas, estudantes e abolicionistas. Ao fascínio oratório, político e poético, ele agregava o fascínio de uma vida amorosa intensa e apaixonada, e de conhecimento público. As paixões, os ciúmes intensos e as infelicidades lhe davam uma aura atrativa de brilho intenso.

Por conta do estilo de vida, da obra e da época, ele fixou um modelo de poeta imaginário brasileiro – um modelo que teve e ainda tem muito vigor. Castro Alves representa o arquétipo do poeta jovem, ardoroso, inspirado, de palavra fluente, generoso, envolvido o suficiente com as causas sociais do seu tempo para ser visto como contestador dos preconceitos vigentes, de vida boêmia carregada de

amores apaixonados, mas algo infeliz. Esse perfil de poeta carrega um tema caro ao romantismo, quando se formou nosso ideal de autonomia literária. É o conflito entre o “eu poético” visionário e idealista, e o mundo social que o cerca e até mesmo o nega. O “eu poético” deseja se integrar ao universo da natureza e da cultura, integrando-os entre si; mas entre elas, e no interior delas, há diferenças que impedem essa integração. O mundo social é crivado por desigualdades. O mundo cultural é recortado por diferentes. Entre a natureza e a cultura põe-se o abismo cavado por uma civilização progressivamente urbanizada e caótica.

Castro Alves criou uma poesia original que reivindicou o direito de cidadania para o poeta e, ao mesmo tempo, para os dramas sociais e íntimos que retirava do âmago de si ou da coletividade. Diante de uma sociedade contraditória, que deixa antever o futuro promissor mas não o acolhe, o poeta dirige-se à História como um plano remissor das dificuldades do presente. É um recurso usado mesmo ao tratar do mais íntimo drama ou sentimento pessoal, em sua poesia lírica amorosa, por exemplo.

Ao recorrer com freqüência à História, Castro Alves procura construir uma humanidade em que todos são iguais. Os ideais do liberalismo político se misturam com uma tradição mística de inspiração cristã. Como resultado, todos os personagens e a própria natureza se elevam a uma visão idealizada, que se contrapõe às duras desigualdades e vicissitudes da realidade. Ele encontra inspiração nos deserdados desse tempo real, seguindo um olhar voltado para o futuro e para a realização individual. O poeta, o amante, o escravo, o líder exilado, o herói traído e a mulher oprimida (identificada com a escrava impossibilitada de constituir família, por exemplo) se irmanam num sentimento único e amplo de protesto contra o desajuste entre o ideal da existência e as formas de sobrevivência que a sociedade injusta lhes oferece. Todos sofrem juntos as mesmas dores.

Por isso, mesmo ao falar do amor, o poeta fala para um plano superior da existência, que ele identifica como sendo a inexorabilidade da História humana e do seu progresso, em que pesem as forças adversas que impedem a marcha daquela e a realização des-

te. É uma visão idealizada da própria poesia e de seus poderes de se contrapor ao que o poeta identifica como sendo as forças retrógradas que querem prender o presente ao passado ou ao imobilismo.

Essa visão idealizada transfigura tudo o que ela toca. Nesse caso, a realidade é um conceito, digamos, conservador. O “realismo poético” não tem lugar nessa poesia. O escravo, por exemplo, quando aparece, não é na verdade a imagem de um escravo: é, acima de tudo, a visão do Ser Humano, oprimido pela circunstância que bloqueia a sua realização pessoal e social.

Há um sopro épico permanente na poesia de Castro Alves. O poeta fala a partir da visão de um tempo em que tudo é mais grandioso e mais glorioso do que o insuportável aqui-agora. No entanto, sua poesia não foge do presente. Ao contrário, atravessa as circunstâncias reais, porque esse outro tempo não é o passado, como na poesia épica clássica do poeta grego Homero, autor de *Odisséia*, ou do português Luiz de Camões, que escreveu *Os Lusíadas*.

O tempo na poesia de Castro Alves é na verdade um tempo que vem do passado para o futuro: é vertiginoso e tem em si uma característica abismal. O poeta tanto o chama quanto é arrastado por ele. É um reflexo do desajuste do seu próprio ego ao confrontar-se com as vicissitudes da vida íntima amorosa ou ao sentir a presença próxima da morte. O poeta romântico, neste sentido, será sempre um “jovem” pois morrer será sempre prematuro e a existência, insuficiente para a realização do ideal.

A poesia de Castro Alves parece assim brotar de um mesmo cerne inspirador, que é esse estar do homem perante o plano da história que o conclama a realizações revolucionárias, a um plano superior da existência. Esse sentimento se soma à inexperiência de sua pouca idade para explicar muitos dos arroubos que caracterizam seguidamente sua produção em versos. Os poemas passam de achados e formulações interessantíssimas a tiradas pouco trabalhadas. Felizmente, a busca da solução imediata não eliminou de todo o cuidado poético. No entanto, ainda há quem confunda a poesia de Castro Alves com uma retórica de mau gosto. Há pelo menos duas boas razões para o equívoco: de um lado, os maus discípulos, que o imitaram por todo o país durante décadas, e, de outro,

o uso excessivo que se fez de seus versos nos livros e salas escolares, reforçando-lhes a tonalidade bombástica e cadenciando-lhes o ritmo, num arremedo de marcha militar. Uma análise equilibrada não abala seu posto de um dos mais importantes poetas brasileiros.

Na vertente amorosa e na social, sua obra parece quase sempre composta de fragmentos de um grande poema sobre o significado da existência humana. É como se houvesse um encontro violento do poeta com seu tempo e a nós fosse permitido ver, ler ou ouvir partes narrativas desse embate épico. A palavra se realiza então como força unificadora em meio a uma consciência dividida e a um universo problemático. Não se discute que a História significa progresso para a humanidade, mas o acesso a esses significados não é evidente e deve ser laboriosamente construído.

O choque entre o sonho e o dia-a-dia faz a individualidade do poeta se dividir entre o ideal íntimo, de natureza social ou pessoal, e os impedimentos de sua realização, que também podem ser sociais ou pessoais, como respectivamente o escravismo e a proximidade da morte prematura. No caso de Castro Alves, aliás, essa realidade antepôs-se bem cedo, como atesta seu poema *Mocidade e Morte*, escrito em 1864, quando ele tinha apenas 17 anos. Ao visualizar o plano do ideal, a palavra poética une os contrários, reúne o disperso, consolida o fragmentário e torna o drama privado um bem público. Essa concepção romântica de poesia pode parecer um pouco estranha, por conta do costume de ver na poesia muito mais uma causa íntima do que uma coisa pública. Entretanto, a passagem da esfera do privado à esfera do público explica boa parte das fragilidades e das grandezas da poesia castro-alvina.

À palavra poética cabe uma missão e um empenho. A missão é a de iluminar o público leitor, unindo-o em torno de um ideal de transformação social: os atores dispersos devem-se identificar como um corpo único, o povo da nação. Graças a essa identificação, devem-se empenhar na construção do bem comum. O poeta galvaniza esse sentimento coletivo e o traz para a busca do "progresso da história" separando, assim, aqueles que são os inimigos da liberdade. O poeta não traz qualquer revelação, que venha do alto ou de algu-

ma verdade eterna; ele é um iluminado, pondo o leitor ou o ouvinte em contato com um plano superior da existência. Se há outra vida, que tudo absolva, sua manifestação torna-se urgente.

Nos tempos do barroco, dois séculos antes, o Padre Antônio Vieira, em seus sermões, podia pedir paciência aos escravos, ainda que reconhecesse a sua injusta condição. O missionário jesuíta contornava, assim, o problema, embora admoestasse severamente a classe dos senhores pelos maus tratos infligidos. Para os jovens românticos, no entanto, a pressão de busca por uma nova condição faz-se imediata. O poeta vai então diretamente de encontro às limitações e aos preconceitos, transformando-se em vetor de um movimento que, no plano da cultura, renega a omissão e o conservadorismo. Esse empenho com o real se traduz também na sua poesia amorosa, que é densamente erótica, fugindo ao dominante padrão melancólico.

Aos seus contemporâneos, Castro Alves tornou-se conhecido principalmente pelos poemas de empenho social. Chegou até a planejar um livro, chamado *Os Escravos* – que só saiu postumamente. No fim da vida é que ele publicou *Espumas Flutuantes*, uma coletânea de poemas líricos – e o único livro impresso ainda em vida.

Os poemas de Castro Alves – tanto os publicados nos livros *Espumas Flutuantes* e *Os Escravos*, com *A Cachoeira de Paulo Afonso*, quanto os reunidos posteriormente e ainda seu drama *Gonzaga* – podem ser organizados em torno de três grandes ciclos:

- o Homem e a natureza;
- o Homem e o amor;
- o Homem e a sociedade.

Esses ciclos poéticos se interpenetram com freqüência nos poemas, embora em muitos um deles dê a nota dominante. Este é, por sinal, um traço típico da poesia de Castro Alves: o tema principal se entrelaça com outros. É difícil e arriscado separá-los. Os poemas exibem uma visão vastíssima da história humana, que, aliás, representa a preocupação constante de Castro Alves de fazer da poesia uma linguagem universal.

Para falar do amor, do escravo, da república, da imprensa, do livro, da morte ou mesmo da natureza brasileira, sua palavra percorre um arco de imagens que vai do Gênesis e da Grécia Antiga ao Apocalipse, passando vertiginosamente pelo presente, ou toma como metáforas imagens que vem dos quatro cantos do globo. Ele compara a Cachoeira de Paulo Afonso ao touro envolto pela sucuri, que nela crava as aspas, e também a faz contemporânea dos titãs da Antiguidade. No mesmo poema, de repente, o touro se faz centauro e a sucuri se torna gigante, para tudo se resolver ainda numa imagem grandiosa do Laocoonte (personagem grego) envolto pela serpente, com os filhos, diante de Tróia agonizante.

Ao primeiro ciclo, o Homem e a natureza, pertence também a temática da morte. Essa questão, como já vimos, apareceu muito cedo a Castro Alves, como espelhado no *Mocidade e Morte*. Aos ardores do poeta pode contrapor-se a fugaz realidade, como nos versos:

*“Morrer....quando este mundo é um paraíso
E a alma um cisne de douradas plumas”;*

Ao desejo de desfrutar a vida pode também se opor a promessa de uma vala, que lembra a sorte de uma “vala comum” posto que é comum a todos, como em:

*“Mas uma voz responde-me sombria:
Terás o sono sob a lájea fria”.*

É ainda a natureza que retém o desejo de vida e responde à inevitável morte:

*“Árabe errante, vou dormir à tarde
À sombra fresca da palmeira erguida”*

A natureza, além de servir como matriz de metáforas para os outros ciclos temáticos, é uma fonte de consolo metafísico, no qual

o poeta tem o abrigo que não encontra na sociedade. No poema *A Tarde*, que abre *A Cachoeira de Paulo Afonso*, é esse consolo que o poeta evoca. A natureza, ao entardecer, lembra-lhe a infância e o despertar de uma espécie de pan-erotismo disseminado, pois lhe traz de volta

*"(.....) as tranças mulheris da granadilha!....
E os abraços fogosos da baunilha!"*

Mesmo em sua face revolta ou torturada, a natureza serve de amparo ao poeta. Numa forma de solene simpatia, a manifestação bruta dos elementos está à altura dos dramas existenciais que lhe inquietam a alma. Não nos detenhamos nos corriqueiros tufões e nas inúmeras tempestades que retratam a solidão maldita do poeta. Ele foi muito além.

N'A *Cachoeira de Paulo Afonso*, um dos momentos mais expressivos é a descrição da queimada. O poeta percorre o campo com seu perdigueiro, em busca de descanso e de reencontro consigo mesmo. Barrado pela força da queimada, ele chama o cão a acolher-se em seus joelhos. Segue-se a descrição do incêndio, que a tudo destrói, como resultado da ação do homem. Essa parte funciona como um prólogo ao drama que vem logo depois: a desgraça do escravo cuja humanidade é destroçada pelo mundo do senhor, que lhe mata a mãe e lhe estupra a amada. A natureza devassada serve, por assim dizer, de sinal do que está para acontecer. O poeta "sabe" do que vai narrar, e é a natureza que lhe serve de anteparo para a tragédia que ele, numa ironia dramática, prepara para seus personagens.

O segundo ciclo, o do Homem e o amor, guarda outra peculiaridade. Castro Alves espelha o amor enquanto realização erótica, em acentuado contraste com o "temor de amar" típico de vários outros poetas românticos, como Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo, que por sinal ele lia e apreciava. Esse "temor" leva o eu lírico a centrar-se no negaceio, ou na fuga do objeto amoroso; há quase um prazer-se na impossibilidade de realizar o amor. A

divisão do eu romântico, fruto da consciência do desejo e dos obstáculos para sua realização, resolve-se em melancolia, em nostalgia, quando não em auto-compaixão, o que pode às vezes resvalar para a pieguice e o sentimentalismo.

No caso de Castro Alves, existem também aqueles elementos: negaceio, fuga, divisão do eu, contemplação nostálgica, melancolia diante dos limites e do caráter efêmero da existência. No entanto, são todos resolvidos por uma aura de sedução que os atrela a um comportamento ativo de busca e interação com o amor. A poesia de Castro Alves é repleta de olhos e tranças que se desfazem, de pele e das cores das peles; de formas que se deixam entrever e de convites velados ou desvelados. Nesse campo, a poesia de Castro Alves é vigorosamente masculina, sem ser preconceituosa. Entre outros exemplos de erotismo em seus poemas, é famosa a apresentação da mucama Maria, no mesmo *Cachoeira...*:

*“Onde vais à tardezinha,
Mucama tão bonitinha,
Morena flor do sertão?
A grama um beijo te furta
Por baixo da saia curta,
Que a perna te esconde em vão...”*

O terceiro ciclo temático da poesia de Castro Alves, que associa o Homem e a sociedade, delinea a face mais conhecida do poeta, embora alguns de seus poemas líricos, a exemplo de *O Gondoleiro do Amor* e *Tirana*, tenham sido musicados e desfrutados também de muita popularidade. Desta vez, o personagem central é o escravo e seu mote maior, a pregação abolicionista.

Já se comentou que Castro Alves criou e descreveu um escravo tão idealizado quanto o índio de Alencar e que por isso seus poemas careceriam de consistência, pois não espelhariam a realidade das senzalas. Essa crítica peca por anacronismo e erro de perspectiva. Exige-se de Castro Alves um realismo do tipo naturalista que não condiz com sua concepção poética. Nos escravos castro-alvinos, convivem alguns tipos literários de origens diversas, que

ele reúne em um só, por força da energia poética que a tudo quer igualar em nome do ideal: são esses tipos o africano, o mouro, o escravo propriamente dito e até mesmo o brasileiro, definido como tipo mestiço que é, na verdade, um escravo... da escravidão.

Esse mestiço não aparece na poesia de Castro Alves apenas como racialmente mestiço, mas como socialmente mestiço, pois ele é, ao mesmo tempo, senhor e escravo; senhor na alma e escravo na condição. Veja-se o Lucas, ainda de *A Cachoeira de Paulo Afonso*:

*(...) Um belo escravo da terra
Cheio de viço e valor..
Era o filho das florestas!
Era o escravo lenhador!"*

Lucas é "escravo" e filho da natureza brasileira; entregue à sua própria natureza, ele se tornaria senhor de um belo país. Entretanto, é a condição de escravo que o reduz à impotência e faz dele uma espécie de joguete do destino, pois quem violou sua amada foi nada menos que seu irmão. Eles são filhos do mesmo pai, o senhor, mas de mães diferentes. No frêmito da vingança que lhe sacode o corpo e a alma, fazendo-o desembainhar o punhal, vemos um traço longínquo ainda do Otelo, o mouro de Veneza, empurrado pelo ardor do ciúme, um traço bastante explorado no romantismo brasileiro.

Um dos primeiros escravos revoltados do nosso romantismo chamava-se "Mauro, o escravo" (1864) do poema homônimo de Fagundes Varela, contemporâneo de Castro Alves. Mauro, o escravo, andava coberto por capotes e chapéus de aba caída, que estão mais ligados ao melodrama romântico do que propriamente à imagem do escravo comum no Brasil de então. Ainda assim, aquele "mouro" de punhal empunhado que aparece no poema de Castro Alves e que se ergue "...como um tigre bravo" é um africano transposto para a América:

*"No peito arcado o coração sacode
sangue que da raça não desmente,*

*sangue queimado pelo sol da Líbia
que ora referve no Equador ardente”*

Outras vezes, o escravo de Castro Alves se aproximará mais da imagem do escravo africano ou de seu descendente que se formou e predominou em nosso imaginário: o sofredor indefeso dos desmandos dos senhores e de seus cúmplices, como é o caso dos africanos n’ *O Navio Negreiro*. As escravas mulheres também recebem um tratamento destacado nos poemas de Castro Alves. A figura central feminina será também comum ao romantismo abolicionista brasileiro. Nesse caso, ocorre uma inversão da imagem tradicional da “Pietà” consagrada na escultura da Virgem com Cristo morto ao colo, feita pelo artista renascentista Michelângelo no século XVI. Na versão abolicionista, é a mãe que agoniza nos braços do filho e lhe revela um segredo – ou então pede perdão por ter-lhe dado à luz. Em geral, esse segredo é associado ao fato de que ele é filho bastardo do senhor, como Lucas, n’ *A Cachoeira*.

Castro Alves transpõe, assim, para o plano da escravidão um tema recorrente na literatura brasileira do tempo – o ideal da transformação da família patriarcal, escravista e autocrática, em família mononuclear, de uma sociedade de espírito liberal. Portanto, ele faz do escravo também um protagonista desse drama ou da busca dessa passagem, tanto quanto o sinhozinho branco o era nas penas de outros escritores.

Dois outros aspectos da produção literária de Castro Alves devem ser mencionados: o drama e as traduções. Para o teatro escreveu o drama *Gonzaga, ou a Revolução de Minas*, começado em 1866. Foi pensado em função de Eugênia Câmara desempenhar o papel de Marília (a Maria Dorotéia Seixas Brandão) de Dirceu (o poeta Tomás Antônio Gonzaga). Nesse texto, Castro Alves juntou ao tema da independência, presente na conspiração de Minas, o da escravidão; e ao drama histórico, interpôs o amoroso, não apenas do casal Maria e Tomás Antônio Gonzaga, mas atribuindo ao Visconde de Barbacena, comandante da repressão ao movimento revolucionário, uma paixão por ela. *Gonzaga* é bastante interessante do

ponto de vista da construção das personagens. O poeta revela talento para a cena, pois os diálogos são mais objetivos do que a propensão do tema para o dramalhão poderia sugerir. Tivesse ele continuado a trabalhar, e talvez tivéssemos nosso grande autor de dramas para o fim do século XIX que o nosso teatro carece, segundo os próprios críticos da época.

Como tradutor, Castro Alves deixou uma produção que pode ser considerada extensa, tendo em vista seus poucos anos de vida. Se sua poesia mostra irregularidades de composição, a parte da tradução é, ao contrário, muito regular, revelando cuidado e sempre esmero na forma, mesmo quando a tradução é livre, como se dizia na época para designar uma adaptação mais ou menos solta do original. Entre os muitos poetas que traduziu amiudam-se Byron, Alfred de Musset e Victor Hugo.

A poesia de Castro Alves inspirou-se no ideal de que a atividade literária pode contribuir para o avanço da civilização. Poeticamente, construiu uma visão do amor baseada na reciprocidade e quis desterrar da nova nação a barbárie da escravidão, em sua concepção mais ampla. Em 1870, já no final da vida, portanto, Castro Alves escreveu o poema *Poesia e Mendicidade*, no qual ele nos dá a sua definição do Poeta como

*"(...) -- caminheiro errante,
Que tem saudade de um país melhor"*

Posto que a saudade é ainda a mesma, que ele continue a nos inspirar.

ABSTRACT: *The author presents the Castro Alves' poetry path and relation to the social political environment at the time.*

Keywords: *Brazilian literature, Castro Alves, slavery, emancipation.*

A CITAÇÃO DIRETA DE FALA COMO MARCA DE EXPRESSIVIDADE

*Hudinilson Urbano**

RESUMO: *Muitos são os recursos de expressividade da língua falada. No presente trabalho, destaca-se o do discurso direto, mais bem denominado **citação de fala**, que nela se manifesta com características próprias de um procedimento mais espontâneo e menos sistemático do que na língua escrita, inclusive com soluções construídas localmente durante a própria interação. Por seu intermédio, o narrador de experiência pessoal, manifesta seu grau de emoção e obtém um grau especial de envolvimento do seu interlocutor.*

Palavras-chave: *Língua oral, citação direta de fala, expressividade*

O falante, por sua fala, faz ecoar sua imaginação e sensibilidade, talvez mais do que suas próprias idéias. Para tanto, utiliza muitos dos predicados que a língua falada oferece. Nesse sentido, conhecendo-se esses predicados, conhece-se melhor a dimensão humana, individual e socialmente falando.

Parece-nos pacífico que a língua falada, de matiz culto ou popular, caracteriza-se por um grau de expressividade muito maior do que a língua escrita. Ademais, os recursos de expressividade de uma e outra modalidade apresentam origens e características normalmente muito diferentes, mesmo na linguagem escrita literária. Basta considerar as metáforas literárias em confronto com as metáforas populares, para cuja compreensão, com o devido ajuste, vale a observação de Dino Preti (Preti, 1984:124) quanto ao processo metafórico da linguagem erótica, como reflexo de uma tendência popular:

(*) Professor Aposentado do Departamento de Letras Clássicas, FFLCH/USP.

*“O processo metafórico da linguagem erótica reflete bem uma tendência popular: o uso de um mecanismo figurado essencialmente primário, de **fundo emotivo**, no qual, quase sempre, se evoca um objeto concreto por uma imagem também concreta, valorizando uma de suas propriedades, talvez a mais expressiva. (grifos nossos) (p.124)*

A expressividade na língua falada – e estamos pensando principalmente na fala conversacional – é particularmente ponderável e está ligada à capacidade de os falantes manifestarem suas emoções e de despertarem nos parceiros análogos sentimentos, isto é, a capacidade de expressarem e provocarem sentimentos. Naturalmente, a expressividade dificilmente tem autonomia em relação à finalidade precípua da conversação, que é intercambiar mensagens com fins de comunicação. Todavia, sendo inerente à fala, coincide com, ou reforça a função representativa. Na perspectiva em que estamos tomando o termo, corresponde às funções que, na visão de Bally e de tantos outros, retomada por Mattoso Câmara, são objetos da Estilística. Pode-se, pois, falar numa perspectiva de análise de orientação estilística da conversação, como, de certa forma, sugere Martins, quando inclui na sua obra *Introdução à Estilística (a expressividade na língua portuguesa)* o capítulo “A estilística da conversação” centrado nos estudos dos discursos direto/indireto analisados, porém, sob a ótica da intertextualidade.

DISCURSO DIRETO OU CITAÇÃO DE FALA

Muitos são os recursos ou marcas de expressividade que emolduram a língua falada. Em relação à língua em geral, a língua falada possui, além de outros de variada natureza, recursos expressivos específicos, como a acentuação, a entonação, pausas, fluência... Entre eles, destacamos, para as presentes considerações, o discurso direto. Aqui preferimos a denominação **citação direta de fala**, ou simplesmente, **citação de fala**, que nos parece mais compatível com os estudos sobre língua falada, onde esse recurso se manifesta com características próprias de um procedimento mais

espontâneo e menos sistemático do que na língua escrita, dentro da qual, aliás, ele nada mais é do que uma reprodução, representação ou transposição da língua oral. Numa conversa, a fala transposta de outra fala anterior apresenta-se com animações e soluções construídas localmente pela e durante a própria interação.

Trata-se de fala muitas vezes “teatralizada” pelo próprio narrador da narrativa de experiência pessoal, que carrega de grande expressividade não só esse procedimento, mas toda a sua linguagem conversacional, e, em particular, sua narrativa ou certos lances dela, manifestando seu grau de emoção e obtendo um grau especial de envolvimento do seu interlocutor.

O discurso direto ou citação de fala na verdade faz parte da estrutura da narrativa oral e a narrativa oral, por sua vez, apresenta vários pontos em comum com a narrativa escrita. Na narrativa, mesmo oral, a citação de fala não desempenha evidentemente apenas essa função de meio expressivo, mas indiscutivelmente produz, de forma sensível e notória, esse efeito. Aliás, podemos entender a expressividade como um componente do valor comunicativo das citações de fala na conversação, se por expressividade entendermos, entre outras coisas, a obtenção da atenção especial do interlocutor. Graciela Reyes (Reyes, 1993:28), nas suas conclusões do valor comunicativo da citação direta na conversação, assim entende:

“As citações diretas das narrativas orais espontâneas (...) tentam, entre outras coisas, simplificar uma conversação extensa, tornar inteligível o complicado, e provocar certos efeitos, especialmente de manter a atenção do interlocutor, atualizando o relato, dramatizando-o.

Em comparação com o discurso indireto, a expressividade do discurso direto já tem sido amplamente reconhecida na língua literária. Citemos Othon M. Garcia (Garcia, 1980: 131), um dos estudiosos que mais didaticamente estudou e teorizou esse assunto:

*“O discurso direto permite melhor caracterização das personagens, com reproduzir-lhes, de **maneira mais viva**, os matizes da língua **afetiva**,*

as peculiaridades de expressão (gíria, modismos fraseológicos, etc)
(grifos nossos)

Dentro de outra perspectiva, Marcuschi, lembrando Tannen, diz, à guisa de apontar uma função à citação de fala, que ela não passa de um diálogo construído pelo falante como estratégia discursiva para o enquadramento da informação com o objetivo de criar envolvimento e eficácia comunicativa. Ora, cremos que “criar envolvimento” implica que a estratégia seja um recurso particularmente expressivo.

Como sabemos, o discurso direto é uma estratégia discursiva de grande efeito na estrutura narrativa, “presentificando” a personagem idealizada no texto literário ou o falante real ausente na narrativa produzida pelo falante presente na conversa. Ademais, tratando-se de um enunciado sintaticamente autônomo, favorece a reprodução mais autêntica e expressiva da fala de outrem.

Não temos aqui preocupação com a citação de fala como uma das estratégias de construção do texto falado, mas sim como mais um dos recursos de expressividade que a língua falada possui. Evidentemente aquele aspecto serve de pressuposto para o desenvolvimento e a compreensão deste.

Por outro lado, vamos ater-nos, em princípio, apenas à fala em si e não à sua contextualização toda, salvo em algum caso particular.

ANÁLISE DE CASOS

Para demonstrar o efeito expressivo que o recurso em questão pode provocar rastreamos o Inquérito D2 nº 333, constante no V.II, da coleção *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, publicada pelo Projeto NURC/SP.

Trata-se de um diálogo entre duas mulheres de 60 anos cada: uma jornalista e outra escritora, intermediadas pela documentadora – na realidade, uma interlocutora não espontânea, cuja tarefa era

sobretudo suscitar temas. As informantes conversam sobre cinema, TV, rádio e teatro.

As informantes são pessoas não só cultas, mas sobretudo lingüisticamente preparadas, que fazem da própria linguagem escrita seu instrumento de trabalho. Nota-se seu natural desempenho lingüístico culto, com vocabulário, sintaxe e dicção cuidada. Mas são pessoas desinibidas, traquejadas e, graças ainda ao seu grau de intimidade, bastante espontâneas e naturais, condições suficientes para permitir, excepcionalmente, uma conversa mais ou menos solta, entusiasmada e muito interativa, com muitas interrupções, sobreposições, segmentos colaborativos, sombreamentos¹ e liberdade de participação, num diálogo em princípio simétrico, mas que registra também longos turnos, na sua grande maioria por parte da informante jornalista (L1).

O inquérito registra mais de vinte ocorrências de **citação de fala**, a saber: linhas 39 a 40, 146 a 147, 175 a 176, 229 a 235, 267-279 a 285, 287 a 293, 295 a 296, 306 a 309, 425 a 445, 456 a 462, 658 a 662, 960-961, 964-965 e 968 a 971. Muitas são as ocorrências encadeadas que a simples observação delas e as respectivas linhas arroladas facilmente revelam:

	Linha	Loc.	Ocorrências²
(1)	38	L2	<i>(...) quando: : um: : ... locutor ia fazer um teste... o: : ... chefe dizia a ele... "diga aí os ef/ os esses e os erres"... esse era o teste...</i>
(2)	145	L1	<i>mas é por isso que eu digo que a a às vezes a gente diz "bom esses artistas deviam de cursar... a a Escola de Arte Dramática"...</i>

(1) Sombreamento: produção de um segmento por um locutor, repetindo igual segmento do locutor anterior, mas com uma diferença mínima de tempo:

L2 (...) o esse e o erre exagerados dos cariocas

L1

¹ dos cariocas (l.55-56)

(2) As citações diretas são reproduzidas em negrito. As fitas transcritas, na publicação do Projeto NURC/SP foram reouvadas, melhorando-se a transcrição e acrescentando-se inclusive detalhes descritivos.

mas é uma coisa estranha... neste Brasil inteiro neste pais continente neste exato momento... naquela

460 **hora - - parece que não sei se era oi/ dez da noite - - dez da oite... o: : as criaturas mais diversas as faixas sociais mais diversas...estão presas a esse... esse enredo essa história que se processa... e por falar nisto... eu dei(...)**

(10) 473 L1 (...) então eu me pergunto eu não sei se vocês estão lembradas daquele jargão do Odorico Paraguçu... que falava **“apenasMEN::te”**... 475 **é “a moribundíce DE::le”“a mo/”** ((rindo)) eu me

(11) 657 L1 (...) até achei graça uma amiga minha disse... **“eu gostei muito do filme... porque ele tem sobretudo... uma cafonice** 660 L2 **bem brasileira** ((rindo))... bem brasileira L1 **retratando determinado mundo”**...

(12) 960 L1 **éh: : e eu costume dizer...éh “ se no principio era o verbo agora é a ima: : gem”**... a imagem está realmente determinando ... e : : : o Bethowen dizia quando... lhe perguntavam né? o que ele queria expressar com determinada sinfonia **“se eu pudesse fazer com palavras não faria com música”** ((riso)) 965

(13) 966 L1 (...) eu acho que hoje o que se pode fazer com a imagem não se deve fazer com palavra... porque ela é muito mais imediata... se eu disser éh **“em tal região do Brasil uma criança tem fome”** ah a pessoa lerá o jornal e dirá... **“bom ela é uma jornalista Exagerada”** pode poderá até me chamar de subversiva ... agora vai um cinegrafista... filma uma criança a Fome da criança... e põe no vídeo é uma fome Irretorquível e INsofismável 970

O trecho de nº 8 parece ser um dos mais expressivos em termos de aproveitamento do recurso sob análise, razão por que vamos iniciar por ele. Trata-se de uma das narrativas de L2, onde ela con-

ta uma conversa ocorrida em Florianópolis entre ela e uma rendeira a respeito de uma novela de TV. Nas linhas 425-426, L2 reproduz a fala inicial da rendeira:

**“ahn: : da/dona : : ahn : : façavor de me dizer
uma coisa... a a senhora a senhora vê novela?”** ((em tom mais baixo))

Como se pode sentir, sobretudo ouvindo a gravação, L2 reproduz essa fala da rendeira com total dramaticidade: a emissão, já claudicante e hesitante revelada pelos elementos verbais e prosódicos (repetições: **ahn, ahn / a a senhora**; alongamentos: **dona: : ahn: :** ; corte de palavra mal projetada: **da/**), é realizada com preocupação imitativa e em tom bem mais baixo – sussurrando mesmo – em relação ao tom da narração corrente, como que confidenciando. A resposta de L2 (**“vejo”**) foi produzida em tom normal, bem como a nova pergunta da rendeira: **“que que a senhora tá vendo?”**(l. 427)

L2, a narradora, prossegue citando a pergunta complementar da rendeira:

“escute uma coisa por favor me diga ... a Maria morREU?” (linhas 429-30).

A citação continua sendo teatralizada: a primeira parte (**“escute uma coisa por favor me diga”**), preparatória da pergunta propriamente dita, é proferida com velocidade maior que o resto e em tom mais baixo, embora não tanto quanto o da fala inicial da rendeira; a segunda parte (**a Maria morREU?**), com velocidade normal, mas com uma entonação expressivamente crescente, revelando a clara ansiedade. Não interessa aqui conjecturar se a rendeira teria ou não se expressado realmente dessa maneira modalizada. Se teria, esse nível de expressividade é da responsabilidade da rendeira; se não, é da narradora.

O resto da conversa sob narração revela ainda lances curiosos não só sob o aspecto da expressividade do relato, como também

das estratégias discursivas: na l. 435 (**“Maria morreu”**) observa-se o envolvimento de L1, a ponto de ela assimilar a fala citada da rendeira, repetindo-a, e na l. 445, semelhante envolvimento, quando L1 “engata” colaborativamente um segmento – sintático e semanticamente conclusivo – da fala hipotética da própria L2 à rendeira: **“se Maria morreu ou não”**

A expressividade constatada, mais do que evidenciada pela análise, pode ainda ser avaliada por outras manifestações verbais e comportamentais dos próprios interlocutores, a saber:

- o riso franco de L1 (l. 431), como expressão de sua emoção;
- a frase opinativa e entusiasmada da própria L2: *“eu achei esta frase uma coisa COMovente maravilhosa”* (l. 432);
- a parte restante dessa mesma intervenção, mergulhada toda no riso da própria falante (l. 434);
- o claro envolvimento da interlocutora L1: rindo (linhas 431 e 434), assimilando fala (l. 435), tentando completar (l. 441) e completando (l. 445) respostas de L2 à rendeira.

Outro episódio em que ocorrem falas citadas com expressividade ressaltada é o transcrito sob o nº 06, em que L1 narra o comportamento de uma sua ex-empregada, que atendia o telefone, dizendo: **“aqui é da casa de madame H.”** (linhas 279 - 280)

Observe-se a riqueza de detalhes das falas citadas nesse trecho, seja as da empregada, seja as de L1, dentro das quais L1 reproduz, com impositação característica para imprimir maior efeito expressivo, uma fala, que se pode dizer de “segundo grau” isto é, citação dentro de citação (***casa de madame H.***). A fala argumentativamente detalhada favorece ao interlocutor a compreensão e a expressividade verbal e não-verbal, do desfecho (*aí ela pôs a mão no quadril me olhou — eu nunca hei de me esquecer isso faz tantos anos...—* **“por que que a senhora não quer que eu lhe dê madamia?”** – linhas 293 - 296), cujo efeito expressivo se manifesta ainda pela repetição da frase (de conteúdo já por si expressivo, sintaticamente culta - **que eu lhe dê** – e lexicalmente neológica - **madamia**, proferida quase silabadamente) e pelo “riso” de ambas. (l. 300)

Analiseemos agora o tão expressivo quanto curto trecho de n° 5 (linhas 263-273). As interlocutoras faziam reflexão sobre o emprego do ‘vós’ ainda em uso no fim do século passado e início deste. Querendo ilustrar seu uso, L2 referiu-se a uma frase comum entre as amigas de sua mãe (**comei batatinha**). Ao reproduzi-la, porém, teatraliza-a, mudando inclusive a voz e ritmo: “**comei bataTIN::nha**” o que provocou riso, cremos que menos pelo conteúdo do que pelo modo como foi proferida. E, como nos casos anteriores, mais uma vez se repetiu um enunciado, como prova de expressividade (**comei batatinha**) (l. 269), agora, porém, com voz e ritmo normais.

É de se destacar que L2, ao reproduzir a fala como reproduziu, parecia estar querendo justificar a impressão que tinha daquelas amigas: “*eram sempre carinhosas eram umas velhinhas muito simpáticas*” (linhas 264 - 265).

Considerando o texto de n° 11, parece que a fala reproduzida “rindo” (linhas 658 - 660), o foi sobretudo por causa do termo **cafonice**, portanto, expressividade no léxico. Aqui, a narração como fala reportada tem ao menos, em particular, outras causas e/ou efeitos, além da expressividade intrínseca: a) fidedignidade, b) preservação da face da narradora, na medida em que ela deixa claro que o termo é da responsabilidade da amiga. Observe-se mais uma vez a reação / participação da interlocutora, “repetindo” trecho da fala de L1.

Deixamos de analisar especificamente os trechos de n°s 1, 2, 3, 4, 7 9, 10, 12 e 13 pelos seguintes motivos:

- a) o de n° 1 pela sua expressividade praticamente neutra;
- b) os de n°s 2, 3, 4, 12 e 13 porque as ocorrências de falas citadas não estavam, de propósito ou não, claramente identificadas quanto às autorias e/ou situações de sua produção original. Talvez por isso mesmo sinalizam fraca expressividade. Quanto ao trecho de n° 13, acresce o fato de que o conteúdo já de per si é muito forte, daí expressivo, sendo difícil particularizar a expressividade dos seus recursos lingüísticos e/ou paralingüísticos em confronto com o conteúdo em si. Quanto ao trecho de n° 4 nem mesmo o segmento de fala citada enquanto tal foi possível delimitar, já pela falta de entonação particular, já pela falta das características técnicas de um discurso direto, como, por exemplo, a autonomia sintática.

c) o de nº 10, além de seus segmentos citados serem muito reduzidos, trata-se na realidade de *scripts*, sem o caráter de fala espontânea. Ainda assim, há certa modulação na voz da narradora, “esticando” as sílabas tônicas (**apenasMEN::te; a morimbudice DE::le**), no propósito de chamar a atenção para os conhecidos jargões da personagem.

d) os de nºs 7 e 9, embora as citações tenham sido introduzidas pelo verbo *dicendi* típico (dizer), na realidade trata-se não de reprodução de fala, mas sim de reprodução de pensamento (como se L1 falasse com seus botões...), o que as desqualifica para uma análise global. No caso do nº 9, L1 chega a usar o verbo *pensar* (“então eu pensava” - l. 454), substituindo-o inconscientemente, logo em seguida, para *dizer*. (“então eu dizia” - l. 455)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indiscutivelmente os trechos analisados já são de modo geral envolventes pelos próprios conteúdos dos fatos relatados contidos nas falas reproduzidas. Mas, narrados com a incorporação do procedimento de citações teatralizadas das falas das personagens envolvidas com os acontecimentos, ficaram muito mais expressivos e vivos, qualidades que dificilmente alcançariam com o uso apenas do discurso indireto, onde desapareceriam os vários recursos apontados, muitos em concorrência, capazes de comover e de angariar simpatia e envolvimento.

A expressividade, como qualquer traço estilístico de modo geral, não afeta o significado, nem o restringe, ultrapassando o lado puramente referencial e comunicativo da linguagem. (ULLMANN, 1968:122) Sua relação, pois, com o conteúdo é, de um lado, de caráter negativo, conteudisticamente inócua, no sentido de não afetá-lo; de outro, é de caráter positivo no sentido de matizá-lo. De qualquer forma, como acontece com o estilo, a expressividade não pode estar em oposição ao sentido do enunciado; antes deve aliar-se a ele, o qual condiciona seu efeito. Na verdade, o sentido é como filtro que recusa reconhecer expressividade para elementos que de al-

guma forma não tenham relação com o conteúdo do texto. Os elementos, para serem expressivos, devem de alguma forma refletir aspectos do sentido.

É de se notar, por outro lado, que, com exceção do trecho de n° 10, em todas as demais citações, as falas foram introduzidas pelo verbo “dizer” o que é comum na língua oral. Trata-se de verbo puramente declarativo de elocução, expressivamente neutro. Verbos expressivos, indicando reações afetivas, seriam do tipo “gemer” “esbravejar” “vociferar” “soluçar” “suspirar”, “rir” (sobre este, ver comentário adiante) etc., muito usados na introdução de diálogos literários, valendo como verdadeiros comentários do narrador, que, portanto, interpreta a dinâmica vocal e a atitude da personagem.

Às vezes, como diz Othon Garcia (Garcia, 1980:132), autores imaginativos chegam “a empregar verbos que nenhuma relação têm com a idéia de elocução, o que do ponto de vista da sintaxe, poderia ser considerado como inadmissível, pois os *dicendi* deveriam ser, teoricamente ao menos, transitivos ou admitir transitividade. Mas a língua não é rigorosamente lógica, principalmente a falada, cuja sintaxe é ainda menos rígida. Nem precisa sê-lo para tornar-se expressiva; pelo contrário, quanto mais expressiva, quanto mais viva, quanto mais espontânea, tanto menos lógica.”

A observação de Garcia sob o uso de verbos vicários tem plena razão para a linguagem literária, para a língua falada de modo geral e para subsídio às nossas considerações sobre expressividade; no particular, porém, aplica-se ao contrário. Na verdade, no uso de verbos *dicendi*, a língua falada é bem lógica (ou prática), usando apenas verbos descritivos de elocução (“dizer” “falar”), não expressivos. A expressividade fica então toda por conta da própria fala reproduzida, mergulhada na entonação, no falseamento de voz etc. Daí, a importância da própria reprodução, cuja autonomia em relação ao verbo *dicendi* carrega a responsabilidade do efeito expressivo, compensando a inexpressividade desse tipo de verbo. A tarefa é possível, porque, entre outros motivos, as palavras da citação direta de fala são as mesmas presumivelmente proferidas pelo seu autor original. Como vimos em Garcia, esse procedimento permite reproduzir de maneira mais viva os matizes da língua afetiva, as peculiarida-

des de expressão, como gírias, modismos etc. Por outro lado, como justifica Reyes, “Como a citação direta é uma oração autônoma, não tem restrições: pode conter interjeições, interrogações, exclamações, vocativos, etc. (...) Isto faz com que no estilo direto se possam transmitir, além de conteúdos proposicionais, significados afetivos, que são de grande importância nas narrações espontâneas” (p.28) Nessa linha de considerações, podemos dizer que o discurso indireto é mais narração, enquanto o direto é mais dramatização. No caso dos nossos trechos, são notórios os elementos dessa natureza, inclusive marcadores tipicamente conversacionais: **bom** (l. 145), **olha** (l. 282), **ahh** (l. 425), **mas** (l. 455), **bom** (l. 970), **meu Deus** (l. 306), **cafonice** (l. 659)

A expressividade das falas citadas, mesmo quando não sejam introduzidas por verbos vicários expressivos, comprova-se por - mas não só - atitudes de riso como expressão de emoção, que essas falas provocam ou com as quais essas falas são produzidas ou, ainda, pelas quais os turnos ou movimentos subseqüentes são monitorados. Observe-se quantas vezes o riso aparece como reação às falas ou aparece suprasegmentalmente a elas: 268, 285, 300, 431, 434, 443, 444, 475, 660, 965.

Garcia lembra um sugestivo exemplo literário de Clarice Lispector de verbo vicário, onde esse verbo equivale, ao mesmo tempo, a um verbo de elocução e a uma palavra descritiva de comportamento não verbal, como se costuma indicar comumente na transcrição da língua oral:

“Mas não se assuste, a infelicidade nada tem a ver com a maldade, rira Joana.”

valendo o “rira” por “disse rindo” Joana

Outro procedimento das interlocutoras, que consideramos como efeito e sinalizador da expressividade das falas reproduzidas, são as repetições que ditas interlocutoras fazem de segmentos, próprios ou das parceiras, das falas citadas. Observem-se; **comei bata-**

tinha (l. 269), **madamia** (linhas 298 e 300), **que lhe dê madamia** (l. 301), **Maria morreu** (l. 435), **bem brasileira** (l. 661)

Além da expressividade manifestada na citação de fala em si mesma, enquanto estratégia que permite presentificar a personagem trazida de outro evento convencional, insistimos em frisar que esse recurso permite também a teatralização e dramatização da fala, por meio de recursos coocorrentes e potencializadores, como a entonação modulada, o ritmo sintonizado, as hesitações sinalizadoras de autenticidade, o próprio contexto cognitivo e situacional e outros.

Nesse sentido, a citação de fala contém muito de real, mas também um pouco – ou muito – de imaginário, uma vez que, ao reproduzir e recriar, o falante, consciente ou inconscientemente, se intromete no ato recriado.

Se examinarmos outros inquéritos, poderemos observar e constatar não só a alta freqüência das falas citadas na conversação real, como também o alto grau de envolvimento do falante e do ouvinte com os próprios enunciados relatados, definindo, em consequência, um alto envolvimento entre os parceiros, o que, no nosso entender, torna expressivos, ou mais expressivos, os próprios enunciados e a própria interação.

BIBLIOGRAFIA

- CASTILHO, A. T. e PRETI, D. (orgs.) (1987) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. v. II Diálogos entre dois informantes. São Paulo, T.A. Queiroz / FAPESP.
- GARCIA, Othon M. (1980) *Comunicação em prosa moderna*. 8 ed. Rio de Janeiro, FGV.
- MARCUSCHI, L. A. "Citação de falas na interação verbal como edição idealizada" (mimeo)
- MARTINS, Nilce Sant'anna (1989) *Introdução a estilística – a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo, T.A. Queiroz.
- PRETI, D. (1984) *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo, T.A. Queiroz.

78 URBANO, Hudinilson. *A citação direta de fala como marca de expressividade. Língua e Literatura*, nº 23, p. 63-78, 1997.

REYES, Graciela (1993) *Los procedimientos de cita: estilo directo y estilo indirecto*. Madrid, Arco/Libros.

ULLMANN, Stephen (1968) *Language y estilo*. Madrid, Aguilar.

ABSTRACT: *The expressiveness resources of spoken language are several. The presente work point out the direct speech, which it shows proper features of procedure that is more spontaneous and less systematic than written language, including with constructed strategies in the proper interaction. By means of the direct speech, the narrator shows his degree of emotion and he obtains of his hearer special degree of involvement.*

Keywords: *Spoken language, direct speech, expressiveness.*

O PERCURSO INTERPRETATIVO DE UM DISCURSO ARGUMENTATIVO

*Maria Adélia Ferreira Mauro**

RESUMO: *O texto descreve o percurso interpretativo de um discurso argumentativo – o artigo assinado da página editorial –, destacando o quadro teórico que orienta essa atividade interpretativa, bem como as estratégias de construção do sentido aí desveladas. Analisa-se, particularmente, a parte introdutória de dois discursos em confronto na página editorial de um jornal paulista, buscando explicitar as operações discursivas que os individualizam. São discutidas as operações realizadas pelos locutores/enunciadores, identificando-se as escolhas efetuadas no nível sintático e semântico dos enunciados que configuram essa parte da estrutura argumentativa na qual a relação subjetiva se instaura e o jogo argumentativo se esboça.*

Palavras-chave: *discurso argumentativo, interpretação, estratégias e operações discursivas.*

INTRODUÇÃO

Como interpretar um discurso argumentativo? Com esta pergunta, abre-se um leque de questões a respeito não só da natureza e tipo de discurso que se pretende interpretar, quanto do modo de se efetuar esse percurso interpretativo.

Essas reflexões buscam o apoio e, conseqüentemente, levam a estabelecer 'a priori' pontos de vista de ordem teórica que se fundam basicamente na vertente da problemática enunciativa, abordada quer pela via da Nova Retórica, quer pela corrente pragmática

(*) Professora do Departamento de Linguística, FFLCH/USP.

(Fuchs, 1985). Se as teorias da argumentação oferecem o suporte teórico para o enfrentamento da questão do discurso persuasivo em situação, a corrente pragmática oferece suporte para buscar o fundamento (lingüístico e/ou situacional) de certos mecanismos e estratégias discursivas que marcam “os modos de dizer” persuasivos. E ao privilegiar a argumentação (e sua dependência do contexto pragmático) enquanto estratégia que visa conduzir o interlocutor a uma certa conclusão, põe-se em relevo o pólo interpretativo desse discurso. Não se dicotomiza este do pólo da produção, mas na dialogia que se estabelece mediada pelo texto, privilegia-se aqui o leitor e as pistas de que se utiliza ao percorrer interpretativamente o discurso argumentativo.

Resta pontuar quais aspectos são privilegiados nesta situação particular de leitura, desvelando os recortes feitos, os procedimentos utilizados na aproximação do texto e os limites aos quais este percurso interpretativo ele próprio se circunscreve¹

UM DISCURSO DE NATUREZA ARGUMENTATIVA: O ARTIGO ASSINADO DA PÁGINA EDITORIAL

O artigo assinado da página editorial caracteriza-se como um discurso de natureza argumentativa que, ao lado do editorial, configura o espaço discursivo conferido à opinião, no cenário enunciativo composto por esta página do jornal. Entendendo-se opinião aqui não em sua dimensão contingente e efêmera, mas *como força racional capaz de exercer pressão sobre os indivíduos, instância julgadora a exigir um processo de esclarecimento e formação do próprio público*, como diz Chauí (1982). E ao conferir foros de verdade à opinião, o discurso que a manifesta procura pela argumentação conduzir um dado ouvinte à ação.

Contrariamente ao discurso de demonstração que se constrói *para não importa quem* (Grize, 1981: 32), o discurso argumen-

(1) Uma versão reduzida deste trabalho foi apresentada sob a forma de Comunicação no XI Congresso Internacional de la ALFAL, Canarias (Espanha), julho de 1996 e encaminhado para publicação nos Anais do Congresso.

tivo implica um processo dialógico: a ação de A sobre B. E segundo Grize (1981), esta ação pode ser concebida sob dois planos: o do orador (A) e do ouvinte (B). Na dialogia dos planos, A se propõe conduzir B a 're-dizer' o que foi dito e fazer com que B aja em uma dada direção ou, pelo menos, prepará-lo para agir naquela direção. E para que o discurso de A induza B a essa reconstrução proposicional uma série de condições devem ser satisfeitas. Não só condições de coerência discursiva, mas também as condições fornecidas pelo "jogo de imagens" mútuas que se fazem os interlocutores dessa relação dialógica. Essas imagens dialogicamente construídas a partir dos lugares ocupados pelos protagonistas do jogo intersubjetivo envolvem não somente conhecimentos como também valores mutuamente partilhados. Vale dizer que se afirma aqui a importância do quadro sócio-cultural em que se insere a argumentação quanto à prevalência dos aspectos ideológicos e afetivos que pervadem esse tipo de discurso. Faz-se explícito, no jogo de interlocução, o componente subjetivo da argumentação.

E para que se escape à influência do arbitrário, do efêmero, da volubilidade que possa marcar um discurso que se constrói sobre o provável – mesmo que este discurso reflita a opinião comum de um auditório e se ligue ao quadro de um discurso de natureza pública (Perelman, 1982) – há que se dominar estes fatores de ordem intersubjetiva e fazer emergir pelo próprio discurso, pela força interna da linguagem, o efeito persuasivo decorrente de uma atividade argumentativa racional.

Esta atividade se funda não só no método de organizar discursivamente a argumentação, na busca de razões que sustentem as opiniões que se defendem, mas também na escolha dos valores que vão "informar" as premissas, ou melhor dito, o(s) ponto(s) de partida em que se vai assentar a "demonstração" Este componente lógico da argumentação – modos de raciocínio e esquemas de argumentação – não prescinde do componente ideológico e afetivo que determina, em última instância, a aceitabilidade ou não dos valores expressos pelas premissas. Assim, fatores de ordem lógica e psico-social (afetivos e ideológicos) contribuem para a eficácia do processo argumentativo.

O JOGO DE IMAGENS DISCURSIVAS – A ORDEM DA INTERLOCUÇÃO

Uma visada da argumentação sob a perspectiva da relação intersubjetiva põe, entre outros aspectos igualmente relevantes, a questão da imagem discursiva dos sujeitos da interlocução. Tomando-se, no caso, o aspecto da construção dessa representação, a partir da posição do agenciador do discurso, tem-se que, ao lado de uma representação do mundo, este agente constrói no próprio ato enunciativo uma imagem discursiva dele próprio. Não se confunde tal imagem, que se constitui na própria atividade discursiva e que é intrínseca ao discurso, com as qualidades morais e externas que provêm da natureza do locutor, deste que responde pela seqüência dos enunciados produzidos, na situação comunicativa que se instaura no momento em que o artigo assinado, na página editorial, se abre à leitura.

Não é que a verificação da coerência entre imagem discursiva e a personalidade real do locutor desse discurso opinativo seja fator de menor grau de importância, só que no processo interpretativo que ora se instaura, há interesse em explicitar sinais e procedimentos discursivos que constroem essa imagem moral e os efeitos desta imagem sobre o ouvinte. Ou melhor, tentar evidenciar quais são esses sinais e procedimentos discursivos que tornam o orador digno de confiança, abrindo caminho à persuasão. Segundo o que afirma Declercq (1992), ao discorrer sobre a natureza da “prova ética” na Retórica aristotélica, a eficácia da argumentação depende estreitamente do domínio que o agente do discurso tem sobre essa imagem ética, pois é transferindo a confiança concedida à sua pessoa para o propósito que defende, que esse agenciador do discurso pode esperar conseguir persuadir seu ouvinte.

A representação ética do agenciador do discurso está estreitamente vinculada à imagem comum partilhada pelo público a respeito dos valores morais e virtudes tidos como dignos de suscitar a confiança dos ouvintes. Assim, a conformidade do agenciador do discurso à essa representação moral que o público faz do que seja um orador digno de confiança traz à tona não só as relações dialógicas

entre os dois planos que constituem a ordem da interlocução, quanto o entrelaçamento dos fatores éticos (o caráter de cada orador) e dos fatores afetivos e ideológicos (as paixões e os valores que mobilizam os ouvintes) no processo persuasivo. O cruzamento dos fatores de ordem subjetiva na argumentação põe em relevo o caráter “sensível” do discurso e evidencia como seu agenciador utiliza a imagem ética em função das expectativas do público ao qual se dirige e como se aproveita do conhecimento de que dispõe sobre as emoções e os valores que dominam esse mesmo público, ao jogar com representações que vão inclinar favoravelmente esse público em direção às premissas que defende.

Esta movimentação, esta atividade discursiva vem de manifestar a presença de um sujeito que vai tecendo o discurso e que pelas estratégias argumentativas que utiliza vai individuando seu “modo de dizer” seu estilo de argumentar, contrapondo-se a outros modos de dizer que convivem e dialogam entre si na mesma página editorial.

Como se apresenta discursivamente essa “persona” diante de seu público? Como essa “persona” representa os comportamentos, as ações ou situações de forma a provocar a mobilização das paixões do público? Quais estratégias argumentativas dão conta desse jogo intersubjetivo de imagens que põe em cena valores partilhados pelos atores da persuasão? Quais os valores são realçados e de que maneira o são? Como estes fatores de ordem “não-lógica”, “não-racional” entram na constituição do processo argumentativo desses artigos da página editorial?

ARGUMENTAÇÃO E ESTRATÉGIA DISCURSIVA

Essa relação (inter)subjetiva que está na base do discurso argumentativo da página editorial vai sendo estabelecida no processo de construção do sentido desse discurso, mediante as estratégias que aí são utilizadas. Desde que se entenda essa construção de sentidos como um conjunto de operações realizadas no processo de interação discursiva, ou seja, como um conjunto de estratégias de

compreensão/produção. Estratégias estas compreendidas como “uma cadeia de razões daqueles que raciociam no e pelo discurso e portanto realizam inferências a fim de compreender...(Parret, 1988:24)” Sob tal perspectiva, a atividade interpretativa desse discurso opinativo, no caso, do artigo assinado da página editorial, em sendo um processo de raciocínio implica não só pressuposição de valores quanto compartilhamento de propósitos entre quem fala e quem entende. Portanto, esta “racionalidade ligada ao discurso” se exterioriza como um conjunto de operações realizadas no processo de interação discursiva. Nessa atividade interpretativa, as concepções de estratégia, de racionalidade discursiva, das relações entre a dimensão da produção e da compreensão do sentido das seqüências discursivas estão fortemente ligadas ao contexto. Sob tal perspectiva, antes que se apontem alguns dados da leitura dos artigos selecionados para análise, é importante que se recorra a alguns indicadores do contexto da página editorial. Tais indicadores permitem circunscrever os limites das unidades discursivas e textuais e estratégias de seus respectivos agenciadores, como também demarcar a ação do agenciador institucional e a “configuração” que faz do espaço discursivo da página editorial.

Do conjunto dos artigos coletados na página de opinião dos jornal O Estado de S. Paulo (1993 a 1996) assinados, respectivamente, por Frei Beto, identificado, ao pé do artigo como escritor, e Dom Lucas Moreira Neves identificado como cardeal arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, são dois os textos aqui selecionados para a análise: “O Corpo e o Sangue de Cristo e a bandeira do PT” (FB, 1993) e “Cinco chagas luminosas” (LMN, 1993). Publicados, separadamente, no mesmo espaço discursivo, o artigo de Dom Lucas, no dia 26 de maio e o de Frei Betto, no dia 9 de junho, aproximam-se, entretanto, pelo “motivo” que os provocou – a comemoração de Corpus Christi, incluído no calendário do ano civil como feriado nacional e religioso –. E é importante que se note que os articulistas se alternam, nesse espaço discursivo: embora seus artigos apareçam no mesmo dia da semana (quarta-feira), há um intervalo de uma semana entre a contribuição de um e outro. Assim sendo, há que se considerar nessa “configuração” estabelecida pelo agencia-

dor institucional, a presença de mais um artigo de Dom Lucas, no dia 2 de junho – Cinco chagas salvadoras – que, recuperando o tema do artigo anterior (o do dia 26 de maio), marca a sua intervenção mais próxima da comemoração da festa religiosa e se antecede, no tempo, ao pronunciamento do Frei Betto. A recuperação dessas informações, a partir do co-texto da página editorial e do contexto situacional, permitem ao leitor estabelecer, ainda que esquematicamente, o cenário enunciativo “armado” pelo locutor institucional, em cujo espaço se instaura o jogo intersubjetivo entre o locutor/ enunciador e seu público-leitor...

A recuperação de tais informações permite ao leitor que assiduamente frequenta o espaço discursivo dessa página de opinião, flagrar o diálogo intertextual instituído pelo jornal, semanalmente. É um jogo intertextual que procura trazer, periodicamente, à presença dos leitores o embate entre pontos de vista que se fundam em valores que são próprios dos “lugares” ocupados por esses agenciadores do discurso, no caso, Frei Beto, um ex-frade dominicano conhecido por seu engajamento político e filiação ao Partido dos Trabalhadores (o PT) e dom Lucas Moreira Neves, um representante da alta hierarquia da Igreja Católica Romana no Brasil. Aqui, as informações extraídas do co-texto da página editorial são complementadas pelas informações buscadas no contexto situacional...

Portanto, co-texto e situação são fatores com os quais o jornal “joga” para estabelecer esta relação dialógica entre textos com a finalidade de instaurar, no espaço enunciativo da página editorial, o debate que efetivamente se vem travando no espaço sócio-cultural e político do país, no momento. E ao fazê-lo, não deixa este locutor/ enunciador institucional de criar uma imagem positiva de si próprio enquanto órgão de imprensa, concedendo espaço à divergência, mesmo que esta contrarie a sua linha editorial...

Ao assumir publicamente a divergência e conferir-lhe legitimidade, busca aliar seu discurso em defesa da livre imprensa e o da livre expressão à sua praxis jornalística. É uma estratégia que não visa apenas à comunicação, à informação, à intenção de tornar esse debate conhecido do público – leitor... Vai além, pois, a “teatralidade” do colocar em cena o debate tem, entre outras finali-

dades, a de construir uma imagem de credibilidade, de seriedade e, acima de tudo, de coerência com os princípios que defende em relação à função da imprensa numa sociedade democrática. Enfim, uma estratégia que busca a individuação de seu discurso institucional. Um discurso que tem também um evidente objetivo didático pela reiteração periódica que faz, no caso, dos discursos de Frei Beto e Dom Lucas em sua página editorial.

Assim, um duplo contexto vem caracterizar a atividade argumentativa do agenciador do discurso institucional: de um lado, o conjunto das pressuposições e conhecimentos partilhados pelos protagonistas dessa relação interlocutiva – o jornal e o seu público-leitor –; de outro, a própria discursividade explícita presente nos artigos assinados pelos articulistas.

AS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

A explicitação dos procedimentos utilizados pelos locutores/enunciadores na formulação do título e na organização discursiva dos parágrafos introdutórios pode já possibilitar a apreensão de características que individualizam suas práticas argumentativas. Tais procedimentos revelam as escolhas efetuadas ao nível sintático e semântico dos enunciados que configuram a parte da estrutura argumentativa na qual se realiza *o ato de promoção* (Osakabe, 1979). É nesta parte do discurso argumentativo que a relação subjetiva se instaura e o jogo argumentativo se esboça, daí a razão de se privilegiar, nesse estudo, a análise das operações discursivas aqui efetuadas.

Prospectivamente, os títulos dos artigos já avançam algumas conclusões sobre o tema dos discursos, que serão afirmadas/confirmadas no decorrer da leitura.

Em “O Corpo e o Sangue de Cristo e a bandeira do PT” se adianta a relação que o locutor /enunciador pretende estabelecer entre o planos da Fé (da Religião) e da História (da Política). Tal aproximação é lingüísticamente marcada pela seleção de dois sintagmas

nominais definidos articulados pela conjunção 'e' os quais funcionam como instruções para identificar os referentes do discurso.

Não se trata apenas de uma operação de referenciação. A forma sintática de enunciado-título permite que se faça uma interpretação pressuposicional da conjunção 'e' que articula ambos os sintagmas. Tal interpretação sinaliza a forma pela qual a argumentação vai se realizar: há a escolha por um *procedimento de ligação* (Perelman, 1982). A opção por esse procedimento implica a utilização de um esquema argumentativo que aproxima elementos distintos – o Corpo e o Sangue de Cristo/ a bandeira do PT – e permite que se estabeleça entre eles uma solidariedade, visando a sua estruturação enquanto unidade, a despeito da opinião de alguns que consideram tais elementos e valores a eles conjugados como absolutamente separados:

E alguns clérigos, que exercem seu direito de dar opiniões políticas, censuraram Lula por vincular a bandeira do seu partido ao sangue de Cristo, como se líderes políticos não fossem parte do Corpo de Cristo e estivessem excluídos da redenção universal obtida pelo sangue de Cristo (FB, 1993).

E a interpretação pressuposicional da conjunção 'e' pode ser ainda feita em relação à articulação dos núcleos do primeiro sintagma do título – *O Corpo e o Sangue de Cristo...* -. uma vez que esta interpretação vai encontrar seu fundamento na seqüência discursiva do parágrafo inicial, quando o agente do discurso enuncia sua crença na *indivisível unidade entre e em todos os seres.*, utilizando esse princípio como norma de julgamento do fato posto em perspectiva no discurso.

Se há uma sinalização no título quanto aos aspectos enunciativos do tema e escolha do esquema argumentativo, este também pode indiciar o tipo de público que, preferencialmente, pode pretender chamar a atenção. No caso, se configura a imagem de um público particular que comunga pressuposições, conhecimentos e valores comuns aos do locutor/enunciador do discurso. Se não um público "especializado" e "fechado" num único universo de crença ,

tem-se, nessa situação de interlocução, a construção da imagem prévia de um público-leitor que se dispõe a “ouvir” um discurso que se propõe estabelecer uma aproximação entre domínios considerados, por outros segmentos (e até mesmo por ele, provável leitor), como inconciliáveis.

Embora o título do artigo “Cinco Chagas Luminosas” também esteja a sinalizar a destinação desse discurso a um público particular, não nos parece que a imagem desses “auditórios” sejam absolutamente coincidentes em ambas as situações de interlocução. No caso, esse público particular parece adequar-se à imagem prévia de um ouvinte “especializado” uma vez que as pressuposições e conhecimentos, situam-se no domínio do conhecimento teológico. É no interior desse domínio discursivo e a partir dele que os protagonistas da relação intersubjetiva vão se mover... Por outro lado, se o enunciado-título *Cinco chagas luminosas* – um sintagma nominal quantificado – cumpre a função de identificar claramente o objeto sobre “o qual o discurso fala” seu significado é ainda muito geral, a despeito de seu núcleo vir especificado por um adjetivo (semanticamente incompatível, note-se!). Não é o caso do título do artigo de Frei Beto, que tem um significado bem mais particular. As diferenças na formulação dos títulos estão a indiciar o modo de cada locutor/enunciador interagir com o próprio material lingüístico e o grau de elaboração revelado na sua utilização. Isto significa que pela linguagem o locutor-enunciador “antecipa” a imagem que faz de seu público-leitor. Ao representar uma dada forma de linguagem em seu discurso, revela uma avaliação prévia que faz de seu enunciatário, aproximando-se de suas expectativas... A escolha da forma lingüística, “seleciona” também o tipo de público...

Voltando a atenção sobre os parágrafos iniciais dos textos, às partes nas quais se realiza *o ato de promoção*, observemos no artigo “O Corpo e o Sangue de Cristo e a bandeira do PT” como o locutor/enunciador prepara o seu “ouvinte” para que ele siga a sua argumentação. Ausentando da maioria das sentenças-enunciados as marcas pessoais da enunciação, confere a seu discurso uma característica de objetividade, mesmo que, na última seqüência

discursiva dessa parte, faça referência a – *Para nós, cristãos, o sacramento dessa unidade é o Corpo de Cristo* –. Não se trata do uso de um índice visando atenuar essa ausência de um “tom pessoal” no discurso, uma vez que essa “pessoalidade” já foi estrategicamente retirada de todos os enunciados que precedem essa proposição. O aposto – *cristãos* – que acompanha o pronome faz com que interpretemos esse ‘nós’ não como significando a assunção do pensamento coletivo, apenas, mas como um uso argumentativo que reforça a tese da “unidade” posta como conclusão, no segmento precedente:

Assim, a ciência comprova aquilo que as religiões orientais, incluindo o judaísmo, matriz do cristianismo, já haviam pressentido: há uma indivisível unidade entre os seres e em todos os seres. Para nós, cristãos, o sacramento dessa unidade é o Corpo de Cristo.

Assim, o locutor-enunciador permite que o seu leitor possa fazer as inferências: se como cristãos assumimos a unidade enquanto um valor, se nós, enquanto grupo, nos identificamos como uma sociedade de irmãos, a norma que deve pautar nossas ações é a unidade... São estas então as inferências que vão dar suporte ao desenvolvimento do raciocínio argumentativo.

“Objetividade” e “consciência de unidade” (e por extensão, consciência comunitária) são os valores que alicerçam essa relação de interlocução. Há um locutor-enunciador que se coloca estrategicamente à margem de sua individualidade e se dirige a um público-leitor genericamente considerado em sua unidade. O valor da unidade, da irmandade se contrapõe à sua negação – qual seja, a atitude de “exclusão” Tanto uma exclusão de ordem individual, mais particular como aquela imposta a Lula – (...) *como se líderes políticos não fossem parte do Corpo de Cristo e estivessem excluídos da redenção universal obtida pelo sangue de Cristo* – quanto a exclusão social de *todos aqueles brasileiros famélicos que a Caravana da Cidadania visitou pelo interior do País*

Diferentemente, no artigo assinado por Dom Lucas, essa relação de interlocução é marcada desde o início pela dêixis de pessoa – *eu e você* – que caracteriza discursivamente o diálogo entre o

pastor e o fiél. O pastor se apresentando como pai (autoridade que ensina, que reinstaura a correta versão dos fatos, a “verdade” ...) e amigo (a benevolência e o bom humor com que julga as pequenas faltas de seu “rebanho”), numa estratégia de aproximação, de envolvimento afetivo do ouvinte:

Ironizar gentilmente, sem maldade, o jeito desconfiado de um dos apóstolos, (...), não creio que seja pecado, nem venial. Você pode até apelidar de “São Tomé” aquele amigo que não acredita logo no que você diz, mas pede provas.

Contrapõem-se aqui dois *atos de promoção* distintos – um, mais objetivizado, atraindo o seu ouvinte pelo “racional” considerando esse auditório como um todo irmanado, outro, carregado de “pessoalidade” dirigindo-se a cada um de seus ouvintes em particular. Essas estratégias de representação da relação intersubjetiva, que se explicitam no uso de recursos expressivos da língua, estão à serviço não só dos objetivos da argumentação quanto se vinculam aos valores que estão na base desses discursos.

Mais um aspecto pode ser realçado em relação a explicitação discursiva desse contraponto entre “objetividade” e “pessoalidade”: é a preferência pelas formas sintáticas das sentenças-enunciados que iniciam o ato de promoção. No artigo de Frei Beto, diferentemente do que se observa no trecho do artigo de Dom Lucas, transcrito acima, a sentença transitiva está expressa na ordem direta e enuncia um fato, uma evidência que é trazida à lembrança do seu interlocutor. E circunscreve para esse leitor o ponto de partida de sua argumentação – *A Igreja Católica celebra amanhã, 10 de junho . a Festa do Corpo de Cristo* –: anuncia que é sobre esse fato que vai desenvolver o seu discurso

No artigo “Cinco Chagas Luminosas” a sentença-enunciado inicial, na ordem indireta, não põe de imediato para o leitor o “motivo” do discurso. Retarda a sua apresentação, para o fim do parágrafo: (...) *o Senhor da Glória ostenta, refulgentes, as cinco chagas da sua Paixão, para sempre gloriosas* (...) – preferindo investir no envolvimento do seu leitor. Em síntese, estas duas maneiras de

iniciar a interação com o “auditório” de forma mais direta e imediata, de um lado, e de um modo mais demorado, de outro, mostra uma adequação da forma à intenção argumentativa dos locutores-enunciadores. Tem a ver possivelmente com um apego maior ou menor de ambos os locutores-enunciadores à tradição retórica, às formas mais clássicas ou mais modernas de organizar o plano da argumentação.

Em “O Corpo e o Sangue de Cristo...” a objetivização discursiva pretendida leva o locutor-enunciador a buscar informações que ampliem o conhecimento do fato posto como motivo da interação discursiva. Com isso não só se representa como cristão, como um homem que crê, mas também como um cristão que transita, naturalmente, por outros domínios do conhecimento. Este diálogo se manifesta sob a forma do *comentário* que o locutor-enunciador vai fazendo, mostrando gradativamente para o leitor a oposição entre a razão e fé; a importância da ciência na comprovação dos dados de fé. Ao ir tecendo tais comentários focaliza não só a relevância do tema quanto mostra como a problemática do dogma cristão (proclamado no Credo) pode ser discutido como um prolongamento de certos conhecimentos (a Física quântica) e despertar a “curiosidade” de outros campos (a Filosofia racionalista).

Com esta atitude, o locutor-enunciador abre espaço para um diálogo entre universos discursivos diferentes – Teologia, Filosofia e Ciência – e se firma como um locutor-enunciador que tem autoridade para proferir tal discurso, pois é capaz de discutir o tema não se fechando no interior do discurso religioso, mas indo buscar outros discursos produzidos sobre o problema, quer para mostrar a controvérsia, quer para extrair do *outro* a confirmação da “verdade” do discurso que assume. Ao se representar, sobretudo, como um homem de fé não exclui a razão e a ciência... E prosseguindo seu raciocínio argumentativo, nos parágrafos subseqüentes, não exclui a fé cristã do seu fundamento histórico. Em sendo um escritor cristão, concebe um público-leitor que partilha sua convicção, sem perder de vista que há interlocutores que dele divergem e a quem dirige sua crítica.

No artigo “Cinco Chagas Luminosas” o discurso se constitui a partir de um diálogo que o locutor-enunciador estabelece com

outros discursos produzidos no interior de uma dada região do discurso religioso – o Antigo e o Novo Testamento a Teologia – É um diálogo apropriador, pois utiliza esses discursos como argumento de autoridade, garantindo a credibilidade de seu próprio discurso. Os recursos utilizados para introduzir o discurso do *outro* – discurso relatado, o uso das aspas, a referência (entre parênteses...) – são formas que revelam o grau de “incorporação” desses discursos pelo locutor-enunciador e a forma como ele os reutiliza em função de seu objetivo argumentativo, no caso, levar o seu leitor a “compreender” porque as chagas de Cristo são “luminosas tanto quanto dolorosas” estabelecendo uma comparação com “as chagas da Igreja” – os estigmas da divisão, das perseguições, do pecado e do mal... –. A crença na redenção final do pecado e da dor é a “norma” mediante a qual o locutor-enunciador “avalia” e pode levar o seu interlocutor a compreender o que se passa no plano terreno... A crença no plano divino e na redenção final “ilumina” o plano da história.

CONCLUSÃO

O “exercício interpretativo” desses dois artigos permite uma avaliação ainda que provisória do modo escolhido para se efetuar esse percurso.

Um primeiro aspecto que se destaca diz respeito à dialogia que o leitor pode instaurar entre o discurso que emerge da página de opinião do jornal e o discurso explícito manifestado pelos artigos assinados. A configuração da página, a aproximação de articulistas de variada tendência todos esses elementos são índices de uma atividade argumentativa que identifica uma prática jornalística e permite julgar a coerência da linha editorial adotada pela empresa jornalística e verificar como o agenciador institucional trabalha a controvérsia em proveito de seus próprios objetivos. Entretanto, nesse exercício interpretativo não chegamos assim tão longe... Apenas apontamos alguns aspectos do “jogo intertextual” realizado pelo agenciador institucional com o intuito de demarcar os contextos dos artigos examinados, o que já nos oferece a possibilidade de

visualizar como a “representação da divergência” torna público o debate e concorre para o processo de formação da opinião...

Mas para que se compreenda essa função de *esclarecimento e formação do público*, é importante que se analise nos discursos dos articulistas “convidados” para emitir sua opinião quais são os temas e quais são os aspectos focalizados; como é realizada a problematização desses temas e qual é o fundamento ideológico que marca os diferentes pontos de partida da argumentação. Quando se desce à análise da discursividade manifestada nos artigos, chega-se ao desvelamento das estratégias discursivas utilizadas na construção do sentido.

No caso, a análise de como se configura *o ato de promoção*, a identificação das operações de seleção no plano sintático e semântico das sentenças-enunciados, leva a constatar como a forma está a serviço dos propósitos argumentativos. A exclusão das marcas de personalidade das sentenças-enunciados e o efeito de “objetivização” que causa num discurso, em oposição à explicitação da “pessoalidade”, estrategicamente instaurada num outro discurso, estão a indiciar, no fundo, a presença de dois valores que procedem de opções operadas a partir da pertença a *lugares* ideologicamente distintos – um, da escolha preferencial pelo valor *comunidade, irmandade, unidade*; outro, da preferência pelo valor *pessoa, consciência individual*....

Mas se tal análise leva a explicitação dos valores e *lugares específicos* que demarcam as fronteiras e as relações existentes entre esses discursos, tais operações discursivas também podem indiciar o procedimento argumentativo que vai ser utilizado na construção do discurso ou até mesmo sinalizar qual o esquema argumentativo que está sendo utilizado. Tais índices permitem que se avancem algumas considerações quanto ao apego maior ou menor de ambos os locutores-enunciadores à tradição retórica, às formas mais clássicas ou mais modernas de organizar o plano da argumentação (Robrieux, 1992). Mais um indicador que contribui para a construção da imagem desse locutor-enunciador, colocando-o, segundo a perspectiva de alguns, ou no grupo dos “conservadores” ou dos “progressistas” que habitam o interior dessa mesma formação discursiva.

BIBLIOGRAFIA

- CHAUI, M.H. (1989). Os intelectuais e a política (prefácio). *Opinião Pública & Revolução*. São Paulo, EDUSP.
- DECLERQ, G. (1992). *L'Art D'Argumenter*. Paris, Editions Universitaires.
- FUCHS, C. (1985). As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. *ALFA*, 29: 111-129.
- GRIZE, J. B. (1981). Schématisation, représentation et images. *Stratégies Discursives*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- KEMPSON, R. (1980). *Teoria Semântica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- OSAKABE, H. (1979). *Argumentação e Linguagem*. São Paulo, Kairós.
- PARRET, H. (1980). *Enunciação e Pragmática*. Campinas, Pontes.
- PERELMAN, CH. & OLBRECHTS-TYTECA (1982). *Traité de L'Argumentation*. Bruxelles, PUB.
- ROBRIEUX, J-J. (1993). *Éléments de Rhétorique et D'Argumentation*. Paris, Dunod.

ABSTRACT: *This essay describes some interpretative procedures of argumentative discourses stressing the theoretical framework which guides the activity of interpretation, as well as the strategies concerned with such activity. Particularly, it analyses the introductory segment of two confronting discourses in the editorial page of some Brazilian newspapers, attempting to point out the discursive operations that characterize these individual discourses as such.*

It further discusses the operations performed by the speakers, identifying the choices in the syntactical and semantical levels of the propositions that configure this part of the argumentative structure in which the subjective relation establishes itself and the game of argumentation is sketched out.

Keywords: *Argumentative speeches, interpretation, strategies and discursive operations.*

ANEXOS

(fragmentos dos artigos analisados – parágrafos introdutórios)

Fragmento 1

A Igreja Católica celebra amanhã, 10 de junho,, a Festa do Corpo de Cristo. Intriga a racionalidade moderna esta insistência do dogma cristão na materialidade do conteúdo da fé. No Credo, os cristãos não proclamam “a ressurreição do espírito” e sim a ressurreição da carne. Isso significa que todo o universo, como acentuava Teilhard de Chardim, será gloriosamente resgatado em Deus e que a fé cristã não admite dualismos como o que pretende, mesmo após esta vida, separar matéria e espírito. Ao mergulhar no fascinante mundo da infra-estrutura subatômica a física quântica constata que a matéria prima do átomo, como os quarks, é simultaneamente onda e partícula. Na esfera mais ínfima de nossa constituição física não se pode separar matéria e energia. Toda matéria, dos olhos que lêem este texto ao papel deste jornal, é apenas energia condensada. Assim, a ciência comprova aquilo que as religiões orientais, incluindo o judaísmo, matriz do cristianismo, já haviam pressentido: há uma indivisível unidade entre e em todos os seres. Para nós, cristãos, o sacramento desta unidade é o Corpo de Cristo. (...)

(FREI BETO, *O Corpo e o Sangue de Cristo e a Bandeira do PT*. O Estado de S. Paulo, 09/06/93, p. A-2).

Fragmento 2

Ironizar gentilmente, sem maldade, o jeito desconfiado de um dos apóstolos, no conhecido episódio narrado por São João, não creio que seja pecado, nem venial. Você pode apelidar até de “São Tomé” aquele amigo que não acredita logo no que você diz, mas pede provas. Reconheçamos, porém, dois méritos àquele que ganhou para sempre a fama de incrédulo. Primeiro: foi ele quem fez a mais bela profissão de fé ao declarar Jesus seu Senhor e Deus (Jó: 20, 28). Segundo: graças a ele ficamos sabendo que, no seu Corpo glorioso,

Jesus Ressuscitado conservou as suas cinco chagas. Grandes teólogos ensinam até que, elevado ao Céu e “sentado à mão direita do Pai”, o Senhor da Glória ostenta, refulgente, nos pés, nas mãos e no lado, as cinco chagas da sua Paixão, para sempre gloriosas, aquelas chagas outrora dolorosas e ignominiosas.

Ora, se, como cremos, as cinco chagas da Igreja, reproduzem e prolongam as do seu Esposo e Senhor, compreende-se que elas sejam, como as de Cristo, chagas luminosas tanto quanto dolorosas. Para compreendê-las melhor, permito-me repassar no espírito essas cinco chagas no Corpo de Cristo. Cada uma delas recebe o seu bálsamo (...).

(DOM LUCAS MOREIRA NEVES. *Cinco chagas luminosas*. O Estado de S. Paulo, 26/05/93, p. A-2)

ENSINO E HUMANIZAÇÃO: A PALAVRA NA AULA DE LÍNGUA MATERNA

*Maria Helena da Nóbrega**

RESUMO: *O texto analisa a importância do domínio da palavra na atualidade em contraposição ao desprestígio da aula de língua materna. Aparentam-se caminhos para que os estudos da língua materna sejam efetivamente valorizados.*

Palavras-chave: *língua materna, ensino, metodologia, pragmática.*

A IMPORTÂNCIA DA PALAVRA

Pretendemos pensar a palavra, inicialmente, como responsável pelo conhecimento do mundo. Não sendo possível ao homem interagir diretamente nas coisas existentes, descobrindo-lhes a essência, a palavra passa a ser a mediadora entre o homem e a realidade. Criando essa representação simbólica, a língua, é possível o homem interagir no mundo, interpretando-o e definindo-o culturalmente.

A primazia da palavra sobre as outras linguagens revela-se também no fato de a língua natural abarcar todas as outras linguagens. Embora a comunicação possa ocorrer contando unicamente com os gestos – o alfabeto dos surdos-mudos, por exemplo, – seria um trabalho hercúleo traduzir o processo de ascensão e queda da categoria dos professores no Brasil, dos anos 30 a 60, apenas por meio de mímica. Entretanto, podemos, utilizando apenas a palavra, contar um espetáculo de mímica (embora a tradução em diferentes linguagens implique novas nuances ao conteúdo).

(*) Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

Sem nos alongarmos nas implicações do uso das diferentes línguas, destaquemos o segundo aspecto que aponta a importância da palavra: a possibilidade imanente que o signo lingüístico tem de traduzir todos os outros signos.

Pensemos, ainda, que da palavra advém a consciência do homem. O homem se conscientiza de si mesmo pela palavra. Utilizando-a, ele estabelece seu lugar no mundo e sua relação com os outros.

“Dessa forma, é pela linguagem que o homem se constitui como subjetividade, porque abre espaço para as relações intersubjetivas e para o reconhecimento recíproco das consciências.”(Brandão, s. d.: 20)

Assim, o dizer vai definindo o homem, determinando-o na rede das relações sociais.

Na composição das sociedades atuais, também é fácil perceber a importância da palavra. Quanto mais democráticas as relações do grupo social, maior relevância terá o domínio da palavra como elemento persuasivo.

Retomemos esses quatro aspectos que elucidam a importância da palavra:

1. a palavra mediatiza a relação do homem com o mundo;
2. todas as línguas podem ser traduzidas pelo verbo;
3. a palavra instaura a consciência do homem;
4. o jogo persuasivo sustenta as sociedades democráticas.

Reconhecida a importância da palavra, disso decorreria a importância do estudo e conseqüente domínio da língua materna. Assim, o ensino da língua materna deveria ter uma posição central na formação do aluno, em todos os níveis, pois a fragilidade na produção e recepção verbais pode acarretar dificuldades em outras disciplinas.

“O ensino do português é, por assim dizer, uma espécie de ‘educação permanente’, instalada na forma de todas as disciplinas.” (Genouvrier, Peytard, 1985: 17)

No entanto, a situação de descaso em relação às aulas de língua materna evidencia o contrário.

CAUSAS DO DESPRESTÍGIO DA AULA DE LÍNGUA MATERNA

Buscando agora compreender por que o ensino de língua materna não alcança o reconhecimento compatível ao objeto com o qual lida, tratamos de investigar o método utilizado na maioria das aulas. Pensaremos o ensino da língua materna concentrando-nos no ensino da gramática. Com essa mira, não focalizaremos outras práticas que comparecem às aulas de língua: a produção (frequentemente chamada de redação) ou recepção (interpretação) de texto; a ampliação de vocabulário; os problemas ortográficos etc. O que pretendemos é encarar o ensino da gramática na aula de língua materna. Como justificativa para essa escolha, apontamos o fato de ser o ensino de língua portuguesa, ainda, gramaticocêntrico, conforme provaremos.

Há necessidade, também, de explicitar que o termo gramática, aqui, refere-se à gramática tradicional (GT), normativa, pedagógica, escolar, institucionalizada e reverenciada pelas escolas do Oiapoque ao Chuí. Os outros tipos de gramática – descritiva, internalizada, implícita, explícita ou teórica, reflexiva, contrastiva ou transferencial, geral, universal, histórica, comparada (Travaglia, 1996: 30-37) – não fazem parte nosso escopo, embora ajudem a entender por quais (mal traçadas) linhas escrevem-se as concepções da GT.

A primeira gramática da língua portuguesa data do século XVI e nasce calcada nos modelos da gramática latina, que, por sua vez, havia sido baseada nas gramáticas gregas. Esse decalque do latim faz com que nossos gramáticos busquem na língua portuguesa características similares às da língua latina, forçando, muitas vezes, as categorizações. Desde o início, portanto, temos uma representação lingüística meio idealizada, que não corresponde totalmente à realidade concreto-operante da língua.

O aspecto ficcional dessa representação lingüística vai aumentando, no caso brasileiro, à medida que o português europeu é

a porção considerada na GT. Apesar de, desde quando o Brasil era colônia de Portugal, haver distinções entre as línguas usadas cá e lá, nossas gramáticas surgem copiando modelos das gramáticas do português europeu. Acompanhando os exemplos dos textos considerados bons, corretos, inicia-se a característica normativa e discriminatória que persiste em nossas gramáticas até hoje.

Sendo a GT uma das alavancas das aulas de português até hoje, essas marcas genéticas da gramática atuam indelevelmente no ensino ainda na atualidade. No tocante ao paradigma latino, a escolha é menos grave e encontra justificativa no contexto da época, conforme Genouvrier e Peytard:

“Era perfeitamente normal, no contexto sócio-histórico do século XVIII, que o ensino do português servisse de passarela para o ensino do latim: no plano cultural, o latim continuava sendo a passagem obrigatória para as riquezas intelectuais; no plano social a criança devia aceitar a ascensão de um sistema escolar destinado a uma elite. Isto é talvez menos verdade em nossos dias” (1985: 138)

Já em relação à escolha do português europeu, os problemas decorrem do fato de se retratar uma língua portuguesa extremamente distanciada da nossa. Um novo recorte alarga ainda mais a distância entre a língua usada efetivamente pelas pessoas e a postulada na GT: a escolha de se adotar como referência os textos literários dos autores clássicos de Portugal.¹ Hoje, é comum os falantes não reconhecerem a língua prescrita na gramática, o que aumenta a relação mítica com os gramáticos e reforça preconceitos sobre o certo e o errado em termos lingüísticos.

Assim foi se consolidando o ensino do português: prescrevendo regras usadas além-mar, atribuindo valorização ao texto escrito em detrimento do oral, tratando os fatos lingüísticos de forma dogmática, estanque e não-reflexiva.

(1) Só após a Semana de Arte Moderna, em 1922, nossos escritores alcançaram autonomia literária em relação à produção de Portugal. Antes disso, esparsas eram as propostas de inovação em relação ao que era criado pelos lusitanos.

“Se tivéssemos que, panoramicamente, pôr em evidência as falhas das gramáticas normativas e, por extensão, o seu papel na configuração de um quadro de crise no ensino de língua materna, começaríamos por constatar que os fatos lingüísticos que elas tentam sistematizar não correspondem à forma concreta como os falantes do português usam a língua.” (Suassuna, 1995: 35)

É fácil perceber a gravidade de se trabalhar com tal irrealdade. Provavelmente, o aluno, ao identificar essa artificialidade, desinteressa-se pelo aprendizado.

Notemos que a descrição presente na GT surpreende até falantes que têm contato com o dialeto de prestígio, a norma padrão. A esses falantes dirigia-se basicamente a escola, mas, após a década de 60, a escola passa a acolher cada vez mais um enorme contingente de pessoas advindas de classes sociais sem a menor desenvoltura na modalidade lingüística prestigiada. Isso, decisivamente, cria uma nova realidade nas salas de aula, cada vez mais marcadamente heterogêneas do ponto de vista lingüístico, em função dos níveis socioculturais diferenciados.² O direito ao ensino público e gratuito trouxe aos bancos de sala de aula disparidade tão acentuada como a que registra Evanildo Bechara em “O lingüístico e o pedagógico nos textos de leitura”: a professora nunca encontrava resposta à sua pergunta feita ao final de cada exposição (“Alguna dúvida?”), até descobrir que os alunos não sabiam o que significava a palavra dúvida. (Clemente (org.), 1992: 41).

Frente a esse novo cenário, a escola reagiu escamoteando as diferenças, ignorando-as, imitando um hábito da GT.³ A resposta

(2) Essa heterogeneidade vaza para todas as outras linguagens: diferentes modelos de comportamento, diferentes concepções de mundo, diferentes escalas de valores, diferentes formas de atuação no mundo etc. Tudo isso decorre de esses sujeitos se localizarem em posições socioculturais distintas.

(3) Aludimos aqui ao fato de a GT, freqüentemente, escamotear dados que não lhe interessam, que a invalidariam. Perini chama a atenção para esse mascaramento, lembrando que “não aprendemos nada escondendo a realidade dos outros e muito menos de nós mesmos” Diz também que a incerteza atual sobre o número de satélites de Plutão não invalida a astronomia. (1996: 37-38)

concreta dada aos diferentes falares que ecoavam (e ecoam) na escola foi taxativa: tudo o que não está postulado na GT está errado. Marginalizam-se todas as variantes lingüísticas decorrentes de razões diatópicas (fatores regionais) ou diastráticas (fatores como idade, sexo, profissão, posição social, grau de escolaridade, ambiente, tema, estado emocional do falante, grau de intimidade entre os falantes). Calam-se, assim, múltiplas vozes, só podendo ressoar a daqueles que dominam a norma culta.⁴

“Uma das mudanças de postura mais radicais que têm de acontecer, para se encaminhar uma prática de língua diferenciada na escola, é justamente a consideração da relatividade dos usos e valores lingüísticos” (Suassuna, 1995: 110).

Há uma artificialidade na palavra trabalhada na (e para a) escola, em que a comunicação aparece apartada de tempo e espaço, como se abortada do momento histórico-social a que pertence. Qualquer produção que almeje alcançar tão intangível propósito falseia-se.

“Cada classe social se apropria dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à sua própria esfera de interesse e freqüentemente os constitui com base em derivação nova.” (Benveniste, v.II, 1989: 102)

Assim, usar a norma culta sempre, em qualquer situação e com qualquer pessoa, como recomenda a Academia Brasileira de Letras, criada em 1896, resulta numa descaracterização dos recursos expressivos da língua, tão úteis, se corretamente empregados. Alguns escritores fizeram pilhérias desse exagero normativo, como Millôr Fernandes, em sua reelaboração dos provérbios:

“Aquele que tem fixação sentimental por criatura esteticamente inferior julga-a pulquérrima.

(Quem ama o feio bonito lhe parece.)” (apud Travaglia, 1996: 59)

(4) A GT também apresenta alguns tópicos descritivos, mas esses submergem por força do tom fortemente prescritivo que as conceituações carregam.

Esse viés metodológico somou-se à tendência taxionômica da GT, que começou com Platão e continua até hoje, apesar dos problemas que vêm sendo apontados nessa classificação. O quadro das conjunções, por exemplo, embora incoerente, mantém-se inalterado há no mínimo 50 anos (Guimarães, 1987: 35). Benveniste também mostrou que “uma análise, mesmo sumária, das formas classificadas indistintamente como pronominais leva a reconhecer classes de natureza totalmente diferentes” (v.I, 1995: 283). Podemos resumir os problemas da GT conforme Genouvrier e Peytard:

“Definida de maneira grosseira, nossa gramática escolar vive de uma aquisição que data dos séculos XVIXVIII e apresenta três linhas de força: o desejo de reduzir a língua portuguesa aos modelos da latina; o esforço por evidenciar as relações da língua com a razão e a lógica; o desejo de consagrar o português como língua de cultura, e portanto de definir suas normas e impô-las em seguida” (1985: 135)

Tendo a GT como guia, as aulas de língua continuam concentrando esforços no sentido de trabalhar as análises morfológica e sintática. O ponto crítico desse trabalho baseia-se na incoerência e inconsistência das definições presentes na GT, a ponto de a obediência plena das definições poder invalidar a proposição, conforme já acentuaram Sírio Possenti e Rodolfo Ilari, em “Ensino de língua e gramática: alterar conteúdos ou alterar a imagem do professor?”:

“Se as regras das gramáticas normativas de nossa língua nos parecem compreensíveis, isso se deve ao fato de que projetamos sobre elas um conhecimento gramatical interiorizado muito mais sofisticado, que supre todas as lacunas dos próprios compêndios.

Decorre do que acabamos de dizer que a gramática normativa só faz sentido para quem domina a variante padrão, à qual ela se refere”. (Clemente (org.), 1992: 12)

Vários pesquisadores detiveram-se na análise da GT, elencando falhas e mostrando alguns caminhos. Acatamos, para os interesses deste artigo, esses dados e indicamos ao leitor os textos

em questão. Começamos por citar a obra **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1 e 2 graus**, coletânea de textos organizados pela Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP). Em três volumes, os textos pretendem encaminhar a reflexão e o debate entre os professores, procurando arejar a prática do ensino de língua materna. Com o mesmo objetivo, recorra-se à **Proposta curricular de língua portuguesa: 1º grau e Língua portuguesa – 1º grau: 5ª a 8ª séries**, também da CENP. Apontamos outras obras que também estudam os deslizamentos da GT, para que o leitor interessado especificamente nesse tópico as localize na bibliografia final:

Bastos, 1995	Bechara, 1985
Cunha, 1981	Hauy, 1994
Ilari, 1992	Luft, 1985
Murrie, 1994	Perini, 1985
Perini, 1994	Perini, 1996
Silva, 1989	Silva, 1995

Certamente o número de obras mencionadas está longe de totalizar as publicações existentes no mercado. Essa pequena soma, no entanto, já nos assegura de que a GT e o ensino de gramática precisam mudar.

Procurando ser otimistas, como sempre convém, não podemos negar que já houve alguma mudança. De fato, a pedagogia de língua materna não caminha como há trinta anos. Afinal, a partir de 1962, com a introdução das aulas de lingüística nos cursos de Letras, o professor não pôde mais fechar os olhos para as novas concepções de língua.

Enquanto as teorias lingüísticas difundiam-se entre os professores, novas práticas pedagógicas foram sendo criadas para arejar o ensino da gramática. Alastrou-se, então, a idéia de que deveria trabalhar-se o texto, unidade mínima de sentido para os lingüistas, e não a frase ou o período, o que exigiria uma abordagem menos presa à terminologia e nomenclatura gramaticais.

"(...) um menino não aprende a língua materna pela definição do adjetivo, substantivo, pronome, como não aprendemos a respirar estudando gravuras de pulmões." (Luft, 1985: 52)

Desprezada a confusão inicial que as teorias lingüísticas causaram, não podemos negar algumas mudanças no tratamento dispensado à gramática. A abordagem a partir dos textos representa, sem dúvida, um avanço considerável no *modus faciendi*. Ainda assim, guardadas as ilhas de excelência, o texto continua sendo usado para a classificação morfossintática dos termos, sem nenhuma relação com o co-texto, ou seja, o contexto verbal. O ensino da gramática classificatória ainda polariza as atenções na aula de língua materna. Normalmente, o texto é lido e, após breve discussão temática, ocorre a autópsia sintática, que conduz ao enterro do texto (para o deleite dos alunos). E, apesar de essa prática ser recorrente em várias séries, o aluno não aprende gramática e ainda passa a desinteressar-se pela leitura.

Para comprovar que pouca coisa mudou no ensino da língua, somemos, à nossa experiência de magistério, pesquisas recentes. Estudo realizado por Maria Helena Moura Neves detectou que "os exercícios de reconhecimento e classificação de classes de palavras e de funções sintáticas correspondem a mais de 70% das atividades de ensino de gramática" (apud Travaglia, 1996: 103). Rodolfo Ilari também constata que "(...) os usos da língua na escola continuam em grande medida artificiais, como se o aprendizado fosse para a escola, não para a vida" (1992: 103).

Buscando outras possibilidades de trabalho com o texto, surgem a Análise do Discurso, Teoria da Enunciação, Gramática Textual, Pragmática e outras especificações no tratamento do fato lingüístico, novos paradigmas da teoria lingüística que vêm sendo paulatinamente assimilados pelos pesquisadores.

O aproveitamento dessas teorias no ensino de gramática, sobretudo da Pragmática, aqui focalizada, pode ajudar a acentuar o interesse do aluno pelo estudo da palavra.

NA PRÁTICA: UMA ANÁLISE POSSÍVEL

A primeira observação que fazemos aqui, por óbvia que pareça, é contra o receituário a partir do qual costuma ser entendida a análise de um texto. Longe de representar uma camisa-de-força a calar as diferentes interpretações, há de se entender uma análise não como um modelo, mas como uma possibilidade dentre outras também válidas.

“Le sens d’un texte n’est donc jamais arrêté, puisqu’il se produit dans les situations dialogiques illimitées que constituent ses lectures possibles: on pense évidemment à la ‘lecture plurielle’.” (Authier-Revuz, 1982: 103-104)

Antes de partirmos para o texto em questão, convém esclarecer algumas noções que fatalmente perpassam a análise. Inicialmente, portanto, tratemos de entender como trabalharemos a noção de sentido no texto, pela ótica pragmática, apoiada em Ducrot:

“(...) interpretar uma produção lingüística consiste, entre outras coisas, em reconhecer nela atos, e que este reconhecimento se faz atribuindo ao enunciado um sentido, que é um conjunto de indicações sobre a enunciação”. (1987: 173)

Assim, o sentido não é analisado fragmentadamente, mas busca-se a interação com outras produções sociais, procura-se “un sens qui se fait dans et par l’entrecroisement des discours” (Authier-Revuz, 1982: 113).

A dificuldade de apreensão desse sentido é evidente, pois exige conhecimento de vários discursos e habilidade para integrá-los, mas a análise fragmentada, embora confortável, distancia-nos da abordagem plena que toda produção requer.

“Toda vez que procuramos delimitar o objeto da pesquisa, remetê-lo a um complexo objetivo, material, compacto, bem definido e observável, nós perdemos a própria essência do objeto estudado, sua natureza semiótica e ideológica.” (Bakhtin, 1981: 70)

Outro aspecto responsável pelo sentido é a formação discursiva a que pertence. Observemos, por exemplo, como a palavra marajá assumiu uma acepção bastante diferenciada daquela descrita no plano denotativo quando passou a ser usada para revelar políticos que se apropriam indevidamente dos bens do Estado. Ainda no plano político, a palavra colorir também perdeu sua pureza quando, apenas com o acréscimo de um grafema, passou a indicar a adesão a Collor. A palavra amante, cujo sentido adâmico seria aquele que ama, macula-se pelo valor socialmente mais forte que lhe foi imposto: quem mantém relações extraconjugais. Ser amante, nessa formação discursiva, não é mais ser amado, mas sim ser criticado pelos modelos socialmente impostos. E não nos esqueçamos de que a palavra professor, digna de respeito quando a profissão também era valorizada, hoje é motivo de chacota expressa em camisetas, às vezes usadas pelos próprios professores (sic): “Não me seqüestre. Sou professor”

Assim, constrói-se o sentido a partir das relações sócio-históricas que o determinam, a partir de quem tem a voz na formação discursiva. É exatamente isso o que mais se perde no imobilismo da análise morfossintática.

“Não; o essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, trata-se de perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma.” (Bakhtin, 1981: 93)

Parece que assim deve ser entendida a leitura de um texto, relacionada à vida, e não apenas como reconhecimento de símbolos gráficos.

Feitas essas considerações necessárias, passemos à análise do texto, lembrando que encontraremos nela a gramática apreendida na linguagem em uso, já que a pragmática não trabalha a estrutura gramatical em si mesma e, também, porque nosso propósito é alargar a competência pragmática do aluno⁵.

(5) A análise é proposta para o 2° grau em diante. Naturalmente, as questões devem ser abordadas com maior ou menor aprofundamento, conforme cada caso.

Quanto à escolha do texto, a modalidade jornalística satisfaz mais as necessidades atuais de se distanciar do paradigma literário e apresenta uma linguagem que concilia os registros formal e informal.

Outro fator que conduziu a escolha do texto é de ordem idiossincrática: motivação pessoal. Embora o argumento possa ser por demais subjetivo para o rigor científico, o interesse do professor pelo texto ajuda a envolver os alunos na análise. Muitas vezes, a perda de interesse é decorrente da letargia com que a análise é conduzida. Ao implicitar que apenas cumpre uma obrigação, o professor traz à tona que a situação proposta ali só serve para a escola, só vale para “tirar nota” Distante da vida, a análise perde seu poder de persuadir e enlaçar o aluno-alocutário.

Assim, com a necessária paixão, passemos à leitura atenta do texto.

LUÍS NASSIF

A visão financeira do mundo

Condena-se a aprovação da CPMF sob o argumento de que o imposto é ruim (e é), o nível de arrecadação é elevado (e é) e o governo “poderia” remanejar verbas pra saúde. Mas onde, como e em que prazo?

Há um problema emergencial a ser resolvido: a perspectiva de paralisação imediata de serviços de saúde que atendem a milhões de brasileiros e a desarticulação de toda a rede conveniada do Sistema Único de Saúde, especialmente a estrutura de Santas Casas e hospitais beneficentes.

O que se tem de concreto para colocar no lugar da CPMF? Que remanejamento de verbas é esse que permitirá aparecer dinheiro instantaneamente para pôr em dia US\$1 bilhão em dívidas com as instituições conveniadas?

Se não há saídas imediatas fora da CPMF. sugere-se que se reúnam na praça da República todos os doentes sem atendimento

do país e se coloque um desses brilhantes formuladores do ideal a explicar os efeitos do imposto sobre a composição da taxa de juros e tudo o mais.

Os doentes ficariam impressionadíssimos e certamente abriam mão dessas exigências descabidas de atendimento de emergência e outras frescuras, que são essenciais para mantê-los vivos.

É curiosa essa visão financeira do mundo.

Nos últimos 15 anos, a macroeconomia brasileira foi analisada de uma ótica financeira torta. Economistas ligados ao novo mundo financeiro tornaram-se uma espécie de arautos das verdades macroeconômicas.

Durante 20 anos, sustentaram que juros altos eram fundamentais para combater a inflação. Durante 20 anos, a economia conviveu com os mais altos índices de inflação e de juros do mundo. E poucos dos jornalistas que os tomavam por fontes deram-se ao trabalho de questionar esses paradoxos.

Política econômica é a arte de administrar perdas. Em alguns casos, as perdas são inevitáveis. Em muitos outros, são perdas arbitradas.

Faz parte do jogo desses analistas ligados ao mercado puxar a brasa para sua sardinha. Justificam todos os seus privilégios com base nos altos interesses do país. E combatem as despesas mais essenciais – como saúde – como se fossem ameaças ao país.

Mas não faz parte do jogo que suas formulações sejam recebidas acriticamente e apresentadas como verdades absolutas.

No ano passado, praticaram-se as taxas de juros mais escorchantes da história, numa transferência inacreditável de riquezas para a parte líquida do setor financeiro.

Transferir US\$60 bilhões para detentores de capital, à custa de um aumento irresponsável da dívida pública, era fundamental para a estabilidade econômica do país.

Transferir US\$6 bilhões para atendimento à saúde coloca em risco a estabilidade. Por quê? Porque vai aumentar 0,20 ponto percentual o custo do dinheiro.

Tenha-se a santa paciência! Além da inconsistência das contas, a desproporção fala por si do ridículo desses argumentos e da maneira torta como se analisam as prioridades no país.

Houvesse um Analista de Bagé na economia e haveria maneira mais simples de ensinar essas pessoas a analisar prioridades. Bastaria obrigá-las a viver por seis meses sem planos de saúde e sem um bom salário.

Como vimos, o texto fala da aprovação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), articulada pelo Ministro da Saúde, Adib Jatene, que pretende utilizar os recursos para melhorar a (falida) área da saúde no país. A CPMF pode ser analisada como uma nova versão do IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira), criado em 1993 pelo então Ministro da Fazenda, hoje Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. As semelhanças entre CPMF e IPMF são indisfarçáveis, até no eufemismo na designação atual.⁶ A diferença é de alguns percentuais: a CPMF leva R\$0,20 de cada R\$100,00 de movimentação financeira (o IPMF levava R\$0,50). Lembrados esses fatos que ajudam a entrar na rede discursiva em questão, passemos ao texto.

O que salta aos olhos, de início, é a assinatura, destacada pela diagramação do texto e pelo colorido das letras. Quem fala não é apenas a empresa jornalística que autorizou a publicação, mas antes uma pessoa física que responde pelo seu ato de fala.

“Em primeiro lugar, ela [a assinatura] serve algumas vezes para indicar quem é o locutor, o ser designado pelo eu e a quem é imputada a responsabilidade do enunciado. Mas este papel é acessório e circunstancial (...) A segunda função, essencial, é a de assegurar a identidade entre o locutor indicado no texto e um indivíduo empírico (...)” (Ducrot, 1987: 183)

Diferente da maioria dos textos que figuram nos jornais, trata-se de matéria assinada, o que permite um certo distanciamento

(6) No IPMF, o termo imposto fermentou as críticas, pois os brasileiros, já às voltas com tantos impostos, inconformaram-se em ter mais um. Eis o poder da palavra: a própria designação favorecia a revolta.

das normas de padronização da linguagem jornalística: “lead”⁷ impessoalidade, contenção no uso de adjetivos, comprometimento com a referencialidade do texto etc. Vejamos como o locutor se comporta.⁸

A primeira estrutura do texto já chama a atenção: temos a voz passiva sintética (“menciona-se”). Essa escolha permite que o locutor não revele quem menciona, mesmo se considerarmos que é provável a identificação do agente mencionado. Ou seja: há uma opção de ignorar esse interlocutor com quem o texto dialoga; a opção é não dar voz plena a esse outro, recortando apenas o que interessa. Observemos que, ainda no primeiro parágrafo, os parênteses vão respondendo a essa voz (“e é”), numa pseudoconsonância com ela. A concordância aqui é só uma estratégia inicial, uma concessão do locutor, que vai tratar de rechaçá-la ao longo do texto.

“Graças a sua concessão, é possível construir-se a personagem de um homem de espírito aberto, capaz de levar em consideração o ponto de vista dos outros: todo mundo sabe que a concessão é, entre as estratégias de persuasão, umas das mais eficazes, essencial em todo caso, ao comportamento dito ‘liberal’.” (Ducrot, 1987: 216)

Os parênteses já revelam a concordância apenas parcial.⁹ Lembremos que, quanto à pontuação, esses sinais revelam trechos irrelevantes no texto, correspondendo, inclusive, a um tom de voz mais baixo durante a leitura em voz alta. Notemos que, ao discordar dessa voz mencionada no texto, o locutor não utiliza os parênteses, recorrendo à ênfase por meio da constituição de um período com apenas uma palavra: “Poderia” O futuro do pretérito, que faz

(7) O “lead” corresponde, nos textos jornalísticos clássicos, ao primeiro parágrafo da notícia e apresenta, de forma concisa, os dados principais do fato: que, quem, quando, onde, como e por quê.

(8) Usamos o termo locutor para indicar uma figura do discurso, diferente do autor, que pertence ao mundo físico.

(9) O outro valor dos parênteses é para dar uma explicação ou um sinônimo do termo anterior. Também nesse caso, o uso não é para ênfase, tratando-se de informação acessória.

remissão a fatos que não se realizaram e possivelmente não se realizarão, também ajuda a instaurar a linha argumentativa que irá delinear-se no texto: discordar daqueles que condenam a CPMF. O “mas” início do último período desse parágrafo, apresenta a diversidade apenas em relação ao “poderia” deixando imaculadas as concordâncias parentéticas anteriores (é ruim e é elevado). Devidamente rechaçadas pela força do “poderia” e embotadas pelo sinal de pontuação, essa concordância inicial permanecerá apagada ao longo do texto. Mesmo que o intuito seja a discordância, há uma outra voz que é chamada ao texto, apontando para o fato de que todo texto se produz numa rede discursiva ininterrupta. Todo texto, assim, dialoga com outros, mesmo que para discordar deles.

“Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo e orientado socialmente, o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta a sua fala (nível intradiscursivo), mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na fala (nível interdiscursivo).” (Brandão, 1996: 49)

No 2º parágrafo, encontramos a resposta em relação ao prazo perguntado pelo próprio locutor. Em um parágrafo praticamente sem verbo (há apenas dois: “há” e “atendem”), o locutor torna substantiva a premência de mudanças na área da saúde.

O 3º parágrafo apresenta duas perguntas que recuperam o “como” da primeira pergunta do texto, rebatendo novamente a voz do interlocutor com quem o texto dialoga.

No 4º parágrafo, novamente a voz passiva sintética (“sugere-se”), mas dessa vez com valor bem diferente da primeira. Aqui, trata-se do escamoteamento do próprio locutor, pois a irônica sugestão é implicitamente dele. A ironia começa a ser a melhor via de resposta ao interlocutor não revelado, ampliando-se na palavra “brilhantes” que claramente significa, nesse contexto, exatamente o seu oposto.

“C’est alors le contexte (verbal ou extra-verbal) qui se charge de marquer l’expression comme valorisante ou dévalorisante” (Orecchioni, s. d.: 149).

A ironia iniciada exacerba-se no 5º parágrafo, e ele inteiro corresponde a uma mentira: diz, sem dizer; fala, utilizando-se de contrários. O termo “frescura” ligado a necessidades essenciais à vida humana soa agressivo, e a outra voz, permanecendo anônima, é obrigada a calar-se.

“Muitas vezes, o Locutor suscita essas vozes para nelas se apoiar, mas fá-lo não raro para as anular ou para, após uma fase de acordo, as orientar ou delas se servir para outras conclusões ou rumos argumentativos. No fundo, e quase regularmente, para delas se distanciar.” (Fonseca, 1994: 80)

O 6º parágrafo retoma o título, adjetivando-o: “curiosa” Tal termo pode valorizar ou desvalorizar, dependendo do contexto. Já vimos o que se pretende aqui: a desvalorização de uma visão financeira discordante da do locutor.

No 7º parágrafo, o termo “curiosa” revela-se: trata-se de uma “ótica financeira torta” Notemos que o locutor, embora sem usar a primeira pessoa, vai revelando-se no texto. Isso ocorre sempre porque “il est certes possible de dire et de démontrer qu’aucun lieu langagier n’échappe à l’emprise de la subjectivité” (Orecchioni, s. d.: 117).

O paralelismo ocorre no 8º parágrafo, para demonstrar o fracasso das avaliações dos economistas. Dois períodos iniciados pela mesma estrutura (“Durante 20 anos”) impõem uma comunhão das idéias aí expressas.

O 9º parágrafo traz a sugestão de que as perdas não evitadas ocorreram por culpa dos economistas. Vemos, novamente, como o locutor vai posicionando-se em relação aos fatos. Mesmo numa aparente impessoalidade, a subjetividade vai surgindo, pois, “se toda enunciação é um ato de apropriação da língua, impõe-se, necessariamente, a figura de um sujeito, de alguém que pratica o ato de apropriação” (Brandão, 1996: 49)

Os termos “como saúde” no 10º parágrafo, anunciados entre travessões, têm por função anular as análises dos economistas. Lembremos que os travessões conferem ênfase aos elementos, opon-

do-se aos parênteses em termos de expressividade. Na leitura em voz alta, eles equivalem a um tom de voz um pouco mais alto do que o restante do texto.¹⁰

Não pode passar despercebida a adversativa que marca o início do 11º parágrafo. Convém aguçar a percepção toda vez em que aparecer uma conjunção adversativa, pois aí aparecerão também os valores do locutor, esclarecendo o lugar de onde o discurso se produz. No nosso caso, o locutor opõe-se ao fato de as idéias dos economistas serem sempre aceitas passivamente, sem questionamentos.

No 12º parágrafo, novamente encontramos a voz passiva sintética (“praticaram-se”) com o valor já analisado: omitir o agente da ação. O adjetivo “escorchante” revela o ponto de vista do locutor, sua subjetividade.

O paralelismo volta a aparecer, aproximando as mensagens dos 13º e 14º parágrafos. Idéias que se apresentam com a mesma estrutura lingüística, quase sempre transferem esse paralelismo para o plano semântico. Aqui, o “aumento irresponsável” proposto pelos economistas em épocas passadas paralelamente ao “aumento em 0,20 ponto percentual” proposto atualmente. A forma como o discurso se configura visa a provar que o valor a ser cobrado pela CPMF é irrisório.

“Tenha-se a santa paciência!” inicia o 15º parágrafo, explicitando a revolta e a indignação do locutor contra os que discordam da CPMF. Toda a subjetividade vem à tona, mesmo sem o uso da primeira pessoa.

“D’ou l’on peut inférer ce truisme: l’objectivité discursive absolue est inconcevable, et ce n’est là encore qu’une question de degré, les énoncés s’opposant selon qu’ils se montrent plus ou moins tolérants envers tel ou tel type de manifestation subjective.” (Orecchioni, s. d.: 148)

Presente desde o primeiro momento, a subjetividade foi ganhando espaço, até trazer ao texto a exclamação, sinal típico de

(10) Naturalmente, o outro uso do travessão, para indicar discurso direto, não está sendo considerado aqui. Nesse caso, a análise do sinal de pontuação seria, naturalmente, outra.

subjetividade. O termo “ridículo” reforça a presença da subjetividade que, afinal, atravessa toda linguagem. Mesmo os textos ditos objetivos, os científicos, por exemplo, são recortados a partir de um ponto de vista, e toda escolha é pessoal, subjetiva.

No último parágrafo, a alusão ao Analista de Bagé, personagem de humor criado por Luís Fernando Veríssimo, mostra as referências que um texto sempre faz a outras produções. Reconhecer esses diálogos depende de uma prática de leitura que faz com que, quanto mais se lê, melhor se lê, porque mais facilmente identifica-se a rede discursiva presente, implícita ou explicitamente, no texto.

“Está, assim, em interação com um dado discurso uma vasta memória discursiva, que constitui um contexto global que envolve, e largamente condiciona ou sobredetermina, a actividade linguística, nela interferindo fortemente tanto ao nível da produção como ao nível da recepção-interpretação.” (Fonseca, 1994: 81)

Agora vamos ao título, que é mais conveniente ser analisado no final, pois, por apresentar o texto, costuma clarear após a leitura. “A visão financeira do mundo” é o que o texto questiona, discordando dela e rechaçando-a. Ao ser anunciado sem nenhum verbo, o título configura a falta de ação que o locutor pretende provar nas propostas dos economistas. Essa inação já se apresenta no título, sem verbos.

Queremos, ainda, enfatizar o modo como a subjetividade se instaura no texto, embora sem a presença da primeira pessoa. De fato, “la subjectivité langagière est omniprésente” (Orecchioni, s. d.: 118), o que faz com que todos os textos revelem, junto com o tema abordado, o próprio demiurgo.

Esperamos ter conseguido mostrar que o locutor não se apropria da estrutura lingüística de forma passiva, mas vale-se ativamente dela, inovando-a de acordo com suas necessidades e intenções.

“(...) para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às

condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma lingüística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível.” (Bakhtin, 1981: 92-93)

Esse raciocínio bakhtiniano prova que a análise de um texto restrita à nomenclatura gramatical representa uma prática obsoleta nos estudos lingüísticos. Ainda assim, acautelando-nos contra os que consideram a análise aqui apresentada pouco “gramatical”, vamos elencar os aspectos formais analisados:

1. a voz passiva sintética e alguns de seus valores;
2. o valor dos sinais de pontuação: parênteses, travessão e exclamação;
3. a constituição do período com uma única palavra;
4. o uso do futuro do pretérito;
5. o valor da adversativa mas;
6. o teor expressivo de alguns verbos (ou a ausência deles), substantivos e adjetivos;
- 7 o uso da terceira pessoa verbal.

Portanto, a análise apresentada, aberta a outras descobertas do leitor atento, procura estudar os aspectos gramaticais do ponto de vista do que eles representam no contexto, apoiando-se, para isso, em conceituações pragmáticas. Acreditamos que essa forma de trabalho com o texto permita uma participação do aluno na construção do texto, e esse engajamento pode levá-lo a uma compreensão mais exata do plano formal da linguagem. Claro que, já o dissemos, o grau de aprofundamento das questões depende da fase de aprendizado da classe.

ENSINO DE LÍNGUA E PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO

Oxalá tenhamos conseguido mostrar que ultrapassar a redoma impermeável da terminologia liberta para uma análise mais inte-

rativa com as várias unidades do texto, do texto com o contexto, do texto com outros textos e, finalmente, do texto com o alocutário. Ao requisitar o aluno-alocutário no processo de construção de sentido, conduzimo-lo ao autoconhecimento, devido à inevitável empatia com as idéias descobertas no texto ou rejeição delas.

O estudo da linguagem via pragmática acaba por revelar, assim, o próprio homem, que a constitui e é constituído por ela. No plano sintático, teríamos a representação não do todo da língua, mas apenas do que é possível focalizar em determinados textos, em determinados contextos, em determinados discursos e, finalmente, em determinadas formações discursivas. Com a sistematização dessas amostragens, iríamos alcançando nosso objeto, a língua, de forma legítima. Por que a maioria dos gramáticos têm a obsessão de apresentar todos os fatos da língua, se nenhuma ciência aborda o objeto analisado em sua totalidade? Essa megalomania é uma das grandes responsáveis pela falta de nitidez no retrato da língua.

Eis o que verdadeiramente nos move a buscar soluções para o ensino de língua: a consciência irrefutável de que, sendo a língua ação, repousa nela a possibilidade de qualquer mudança nos planos individual e social.

Individualmente, “conhece-te a ti mesmo” foi o conselho socrático, ainda válido. Uma pessoa em harmonia consigo mesma interage melhor com as diferenças do outro que, por ser diferente, constitui-se num outro. O ensino de língua é a chave mestra para isso, já que pela palavra o homem descobre o mundo, os semelhantes e a si mesmo. O conhecimento da língua, relacionado à vida, pode criar seres em harmonia que, por se conhecerem, respeitam os direitos (humanos e lingüísticos) dos outros.

“Pois a linguagem não é limitação ou liberdade, mas as duas coisas ao mesmo tempo: limitação, porque baseada numa língua comunitária; liberdade pois permite a cada um dizer-se e dizer o mundo. Quem não enxerga que a liberdade do falante é tanto maior quanto melhor domina o código indispensável?” (Genouvrier, Peytard, 1985: 223)

Já do ponto de vista social, a possibilidade de mudança é proporcional à capacidade de resposta, de cada homem, aos valores soci-

ais. Interagindo socialmente, de forma crítica, podemos criar o mundo com o qual sonhamos. Já que não há relação natural, direta, entre o homem e o mundo, essa interação ativa nos códigos culturais, viabilizada pelas linguagens e, em especial, pela palavra, presentifica o mundo que quisermos.

BIBLIOGRAFIA

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours" In *DRLAV Revue de linguistique*, n.26, 1982. p.91-151.
- BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Hucitec, 1981.
- BASTOS, Neusa M. O. B. *O papel do professor no ensino de língua portuguesa*. São Paulo, Selinunte, 1995.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática: opressão?; liberdade?* São Paulo, Ática, 1985.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4ª. ed. Campinas, Pontes, 1995.
- _____. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et alii. Campinas, Pontes, 1989.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 5ª. ed. Campinas, UNICAMP, 1996.
- _____. "A subjetividade no discurso". In *SériEncontros*. Araraquara, UNESP, s. d. p.15-26.
- CLEMENTE, Elvo (org.). *Lingüística aplicada ao ensino de português*. 2ª. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 8ª. ed. atual. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981.
- DUCROT, Oswald. "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação" Em *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987. p.161-222.
- FONSECA, Joaquim. *Pragmática lingüística: introdução, teoria e descrição do português*. Porto, Porto, 1994.
- GENOUVRIER, Emile, PEYTARD, Jean. *Lingüística e ensino do português*. Trad. Rodolfo Ilari. Coimbra, Almedina, 1985.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, Pontes, 1987.

- HAUY, Amini B. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 4ª. ed. São Paulo, Ática, 1994.
- ILARI, Rodolfo. *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. 4ª. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- LUFT, Celso P. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino*. Porto Alegre, LP&M, 1985.
- MURRIE, Zuleika de F. (org.). *O ensino de português: do primeiro grau à universidade*. 3ª. ed. São Paulo, Contexto, 1994.
- ORECCHIONI, Catherine. "La problématique de l'énonciation" In *Les voies du langage: communications verbales, gestuelles et animales*. s. d. (xerox)
- PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo, Ática, 1985.
- _____. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. 2ª. ed. São Paulo, Ática, 1994.
- _____. *Gramática descritiva do português*. 2ª. ed. São Paulo, Ática, 1996.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus: coletânea de textos*. São Paulo, SE/CENP, 1987. v.I e v.II.
- _____. *Língua portuguesa 1º grau: 5ª a 8ª séries*. São Paulo, SE/CENP, 1993.
- _____. *Proposta curricular para o ensino de língua portuguesa: 1º grau*. 4. ed. São Paulo: SE/CENP, 1993.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo, Contexto, 1989.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. São Paulo, Contexto, 1995.
- SUASSUNA, Livia. *Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas, Papirus, 1995.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo, Cortez, 1996.

ABSTRACT: *This text analyzes the power of language nowadays, contrasting it with the so depreciated teaching of the mother tongue. It shows, thus, ways to effectively attribute value to studies of the mother tongue.*

Keywords: *mother tongue, teaching, methodology, pragmatics.*

DIGRESSÃO: PALAVRA DESVIANTE OU ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA?*

*Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade***

RESUMO: Neste artigo, o objetivo é, inicialmente, resgatar o sentido primeiro que a palavra *digressão* possuía na antiguidade, quem foi o primeiro retórico a utilizá-la, qual o seu valor, como foi tratada por Aristóteles, qual o uso que dela fizeram os retóricos latinos. A seguir, buscar-se-á – através da análise de um discurso de Cícero – verificar a pertinência do uso da *digressão* no processo argumentativo.

Palavras-chave: *digressão, argumentação, persuasão, relevância.*

‘... a palavra é o véu e a chave da realidade’¹

(Jacques Fontaine)

“...é pela palavra que se governa o caráter dos homens”²

INTRODUÇÃO

Ao fazer uso da palavra *digressiva*, o locutor põe em jogo fatores múltiplos de construção e desconstrução do sentido. Enquanto

(*) Este artigo reproduz parte do capítulo I de minha tese de doutorado, defendida em 1995, na Universidade de São Paulo e intitulada *Digressão: uma estratégia na condução do jogo textual-interativo*.

(**) Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

(1) Comentário relativo à obra *Etymologiarum* de Isidoro de Sevilha, encontrado no artigo “Cohérence et originalité de l’étymologie Isidorienne” in: *Tradition et actualité chez Isidore de Séville*, Great Britain, Various Reprints, 1988, p. 122.

(2) Comentário feito pelo autor dos *Prolegômenos à Retórica de Hermógenes*, citado por Navarre, 1900, 11.

sujeito, o homem esboça o seu rosto por meio da face oculta da digressão. Palavra que transcende um limite, que provoca o abandono temporário de um percurso normal para a incursão por um caminho sinuoso, criando uma espécie de movimento próprio. Talvez até se pudesse dizer “estético”: se se imagina a progressão textual como uma linha reta, a digressão faria com que essa linha se tornasse uma “serpentina”³ trazendo vivacidade ao discurso e carregando-o de um matiz singular.

Qual seria a chave para o uso de uma digressão? Qual seria o lugar que essa estratégia ocupa na construção textual? Seria realmente uma estratégia? Para se chegar a uma resposta adequada, é preciso resgatar o sentido primeiro que essa palavra possuía na antigüidade, como foi tratada por Aristóteles, qual o uso que dela fizeram os retóricos latinos. Talvez, assim, se possa desvelar a sua essência.

A DIGRESSÃO NO MUNDO ANTIGO

Na retórica antiga, a digressão é considerada parte integrante do discurso; este contém partes providas de funções precisas que concorrem para a coesão do conjunto. Aparentemente, a digressão seria a inserção de um trecho sem relação direta com a questão debatida. Tal trecho autônomo ou flutuante recebe várias designações: *parekbasis*, *diexodos*, e mais tarde: *digressio*, *digressus*, *egressio*, *egressus*, *excursio*, *excursus* e *excessus*. Todos esses nomes refletem a mesma imagem ou imagens complementares, isto é, a idéia de que há um trecho em que se verifica transgressão, desvio, afastamento, ladeamento, saída, transbordamento, excesso ou exagero.

Essa imagem pode ser comprovada por meio dos prefixos de **separação** e **movimento para fora** (*parek-*, *dia-ek*, *dis-*, *ex-*) e dos

(3) Termo retirado de José Paulo Paes, na introdução relativa à obra de Laurence Sterne, *A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Sahnndy*, romance significativo pelas digressões que apresenta, publicado pela Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984, p. 21.

radicais (*basis, bodos, gradior, curro, cedo*) que significam: de passo, de marcha, de avanço, de curso, de corrida. Os componentes desse paradigma lexical designam a transposição de um limite, o abandono de um percurso normal para a incursão ou viagem que fecunda do sentido metafórico do termo digressão como trecho itinerante ou transgressivo.

A digressão seria, portanto, a transposição de um limite, o abandono de um caminho certo para uma excursão ou incursão por labirintos de sentidos perdidos, caminhos itinerantes, sinuosos, oblíquos, mas que buscam chegar a seus destinos.

Cabe lembrar que a digressão é admitida e reconhecida por uns e rejeitada por outros e isto se verifica na própria etimologia, por meio de um jogo duplo: algumas vezes é aceita pelo sistema discursivo (*parek-* e *ex-* funcionam como prefixos de proveniência, de ladeamento, de prolongamento), outras vezes é excluída por ele (*ex-* marca e consagra a queda fora do sistema).

Se para alguns estudiosos digressão é sinônimo de impasse, para outros é uma saída possível, tomando-a não diretamente como objeto, mas examinando-a a partir do discurso dúplice que conservam dela os retóricos antigos e clássicos, ou seja, como objeto de discurso produzido pelo jogo do sistema retórico (espaço de desvio). O comentário feito por Laugaa (1971: 97) reflete claramente essa situação:

“Ora, tudo se passa como se ataques e elogios partissem do mesmo local, como se fossem complementares, como se através deles uma certa ordem se representasse exposta a ameaças, a uma desintegração; enquanto um outro lado fosse tão forte que pudesse desempenhar a exceção e a derrogação e pudesse se articular em torno de muitos centros e não em um só centro”.

Em outras palavras, a digressão não pode ser compreendida na Antigüidade a não ser que se considere a evolução histórica e os confrontos entre teses sucessivas. Assim, nos séculos XVII e XVIII ela será uma figura irredutivelmente trabalhada pela contradição: reconhecida não só como potencialidade temida, mas também como

“falha” favorável e preciosa. Fará com que o retórico questione simultaneamente por e contra ela e anuncie as regras de “bom uso” tentando – dentro desse espaço de desregramento – traçar uma fronteira entre o ilícito e o tolerável.

Segundo os historiadores, o primeiro retórico siracusano que toma a retórica como trabalho de persuasão é Córax⁴, discípulo de Empédocles. Para ele, a assimilação do discurso deve dar-se tal como um corpo vivo que apresenta seus membros ligados de modo harmonioso e proporcional. Por essa época, o discurso se apresentava dividido em cinco partes complementares, segundo divisão estabelecida em **Prolegômenos à Retórica de Hermógenes**, obra de autor desconhecido. Esse primeiro esboço de divisão compreenderia:

- 1- o prelúdio (*prooímion*): parte que serve para predispor favoravelmente o auditor e que completa o sumário da questão a ser tratada (*kataskasis*);
- 2- a narração (*diégesis*) ou relação dos fatos;
- 3- a argumentação polêmica (*ágon*) ou desenvolvimento das provas;
- 4- a digressão (*parekbasis*);
- 5- a conclusão (*epílogos*).

Como Córax não deixou nada escrito, toda informação sobre as primeiras regras da taxis (arranjo, ordenação, classificação) nos chegam por meio de uma série de retóricos menores, freqüentemente em desacordo quanto ao número das partes do discurso. Na visão de Doxopatros, o discurso não tem mais do que três (prólogo, argumentação, epílogo). Já Troilus afirma que elas se elevam a sete.

(4) No século V a. C., Córax produziu uma sistematização da argumentação para a atuação comunicativa de caráter persuasivo ante os tribunais, segundo alguns, ou ante a assembléia política, segundo outros. Essa estruturação inicial da Retórica foi levada à Grécia metropolitana por Tísias, discípulo de Córax. Na opinião de Aristóteles, Córax e Tísias são os verdadeiros fundadores da retórica grega.

Entretanto, a divisão mais comumente citada é a da versão do **Prolegômenos**⁵.

No que se refere à definição de *parekbasis*, parece haver um consenso que se reduz a um desdobramento da etimologia, ou seja, algo lateral à questão central, com a qual mantém um elo de semelhança ou de imitação, mas que concorre para fazer progredir ou mesmo para esclarecer a causa.

Como bem observa Sabry (1989: 262), tal definição é bastante vaga, entretanto, aponta para um movimento de oscilação fundamental: há um fluir em que se observa certo ladeamento, mas deve haver um refluir que obriga a voltar, convergendo para um retorno em direção ao centro do discurso. A digressão está presa a sua própria natureza, “profunda e duplamente parabólica” nas palavras de Sabry. Parabólica porque sua trajetória se faz através de um ir e vir não só obrigatório mas também alegórico, criando um espaço/tempo metafórico para trabalhar o assunto em questão.

Durante muitos séculos aceitou-se o testemunho dos **Prolegômenos**, até o momento em que Navarre (1900:11-15), analisando certa passagem concernente a Córax, revela uma contradição interna: de um lado tem-se o discurso pretensamente pronunciado por Córax (articulado em três partes) e de outro, sua teoria estabelece que o discurso apresenta cinco partes.

Seu gesto acusador aponta para uma atitude que tem sido freqüente no decorrer da história: denunciar as passagens digressivas presentes nos textos como algo “inútil” ou “fora do assunto” já que podem ser suprimidas sem perda para o conjunto textual. Deixa transparecer também que Navarre dirige a sua crítica ao termo *parekbasis*, pois lhe parece nascido de uma *dispositio* inverossímil, apoiada num alto grau de complexidade e precisão por parte de alguns retóricos. Na ótica de Navarre, que é a da divisão tripartida, o próprio Córax une os dois termos de *ágon* e de *parekbasis* através de uma “interpolação manifesta” (p. 12). De fato, o centro do discurs-

(5) Posição referendada por Sabry (1989: 262). Também Barthes (1975: 151-152) admite que nesta primeira retórica (proto-retórica) de Córax o discurso divide-se em cinco partes e denomina-a de sintagmática, visto preocupar-se com o plano do discurso.

so pode indiferentemente levar o nome de *diégesis* (narração) ou de *ágon* (argumentação polêmica), mas isso não significa que Córax tenha descartado alguma parte do discurso. Significa, isso sim, que admite certa flexibilidade entre as partes e que a digressão pode estar associada à argumentação polêmica ou à narração, sendo uma estratégia eficaz para captar a atenção do público e, no momento exato, mexer com suas paixões para poder regular seu comportamento e conseguir a persuasão. Em resumo, para Córax o discurso retórico deve ter como traço essencial a consciência de si mesmo enquanto uma técnica de eloquência perfeita, fazendo da persuasão um objetivo a ser alcançado através de estratégias específicas, dentre elas a digressão. Contudo, Navarre não atenta para esse ponto e valoriza o discurso que apresenta as características consideradas como primordiais de originalidade, simplicidade e clareza, deixando para segundo plano a *parekbasis* e seu valor persuasivo.

Entretanto, Jean Cousin (1936: 114) atribui o termo *parekbasis* à escola de Hermágoras, personagem citado por Cícero, na obra **De Inventione**, a propósito da digressão⁶. Com essa hipótese, chegamos a uma situação nebulosa, porque de Hermágoras não se sabe quase nada, é praticamente um mito. Sabe-se apenas que colocava a digressão como a parte do discurso que deveria fechar qualquer desenvolvimento estranho à causa e no ponto exato de seu julgamento. Poderia ser, por exemplo, uma controvérsia em relação à causa, um elogio de lugares ou de homens, uma crítica ao acusador, ou uma transição a outro ponto, justamente antes da conclusão:

*“(...) fornecendo algum meio de confirmação (**confirmatio**) ou refutação (**reprehensio**) não argumentando, mas fazendo uso de uma espécie de amplificação que estende a questão. Se vemos a digressão como uma parte do discurso, podemos seguir Hermágoras”.*

Assim, a divisão do discurso teria nascido perfeita e completa, graças a Córax – “a aurora da retórica” Apresentaria uma estrutura básica e a possibilidade de conter elementos acessórios.

(6) *De Inventione* I, 51, 97.

Segundo Sabry (1989), a recusa da digressão é a princípio expressa através de um gesto acusador, de uma cena ritualizada durante a assembléia de magistrados: o tribunal do Areópago. Como se vê a confusão é grande no que diz respeito aos documentos gregos sobre a origem e o estatuto da digressão, mas as testemunhas são em número significativo⁷ e certificam a condenação institucionalizada de tudo que em um discurso seja descartado do assunto tratado e que se encontra designado pela expressão *exô tou pragmatos* (= atos a partir de fora). Em outras palavras, um antigo regulamento do Areópago proibia os demandistas de praticarem dois tipos de transbordamento ou profusão percebidos como similares: a introdução de um elemento “estrangeiro” no debate e o recurso ao patético.

As palavras *parekbasis* e *exô tou pragmatos* não devem ser negligenciadas quanto aos matizes que escondem por trás da nomeação, dado que o ato de nomear carrega consigo algo mais profundo do que simplesmente **referir**. É acima de tudo tomar uma posição, é fazer uma escolha visando a surtir determinado efeito. Ao utilizar *exô tou pragmatos*, o retórico declara nitidamente que é favorável à exclusão do “fora do assunto” para não precisar se justificar dessa opção posteriormente. Em síntese, o retórico não tem necessidade de condenar o elemento estranho à causa, basta nomeá-lo para deixar marcada a sua posição.

A cena do Areópago é considerada fascinante pelo espetáculo que nos oferece, visto tratar-se de uma censura *in actu*, como comenta Sabry (op.cit., p. 264). Censura que suspende brutalmente o que estava fora do assunto e poderia colocar o orador e seu auditório fora deles mesmos. A digressão parece inseparável de uma manipulação culpável: “descartar-se é querer enganar o ouvinte” Seu encantamento é resultante do jogo que cria o confronto entre a palavra e a lei como se ambas fizessem parte de um grande teatro, de uma luta travada entre duas retóricas. De um lado a retórica dos

(7) Ver Aristóteles, *Arte Retórica*, livro I cap. I, 1354a; Quintiliano, *Inst. Orat.* II, 16, 4; VI, 1, 7; X, I, 107; XII, 10, 26; entre outros autores. Navarre faz referência a esse gesto ritual em breve nota, na página 226 de sua obra.

excessos, da abundância, do fausto, chegando – por vezes – ao artificialismo. De outro, a retórica do rigor, do fato nú, do assunto a tratar, e que deixa conhecer seu caráter impiedoso. Nesse enfrentamento, assiste-se à digressão cair pela palavra sob a força da lei.

Fixando o olhar na passagem em que o retórico elimina pela palavra o “fora do assunto”, nota-se que a exclusão fere levemente a prioridade do exórdio, já que o ato de nomear este elemento “estranho” desempenha um papel híbrido. Ao mesmo tempo em que é algo que vem de fora do discurso enquanto palavra, prepara-o e dispõe o ouvinte a escutá-lo. Nesse ínterim, o discurso já está integrado ao ouvinte sem que este se dê conta. Há uma relação analógica entre o exórdio e a digressão, como se a primeira parte da *dispositio*, obrigada a abrir o discurso a partir do nada, escolhesse sempre um elemento lateral, uma espécie de desvio necessário para cativar o público. A digressão seria, então, um sonho em busca de um recomeço, uma fuga – ainda que momentânea – da meta original para uma aparente incursão através dos prováveis anseios do auditório.

Em *Institutionis Oratoriae*⁸, Quintiliano observa que é antes o epílogo que subsiste à censura do arauto. No decorrer de uma comparação entre Demóstenes e Cícero declara:

“Vencemos certamente pelo espírito (salibus) e pelo patético (commiseratione) das mais poderosas forças da eloquência. Talvez a peroração fosse interdita pelas instituições de Atenas; mas por isso nós, o gênio diferente da língua latina, nos rendemos menos a alguns fáceis efeitos que nossos partidários da Ática admiram. Pelas letras (um e outro nos deixaram) e pelos diálogos, a que Demóstenes não atacou, nenhuma comparação”.

Na verdade, trata-se de uma variante permitida pelo sistema retórico já que exórdio e epílogo participam igualmente da moldura discursiva, isto é, são locais privilegiados para que se deixe aflorar o patético e a emoção ostentatória. Sua essência os condena a serem reprovados pelo arauto

(8) X, 1, 107.

O funcionamento da censura tem o apoio na idéia de uma co-presença de duas linguagens na produção do discurso retórico. Uma linguagem transparente que deixa ver os fatos sem mascaramento. Linguagem lícita da clausura, da palavra acorrentada à causa, cuja manifestação retórica permite uma espécie de “falar à vontade” desde que circunscrito ao assunto a tratar. Entretanto, essa linguagem cria um efeito paradoxal: reproduz os fatos apagando o seu valor enquanto trabalho com a palavra. Outra linguagem perigosa, patética, perversa que dissimula a verdade bruta sob elementos externos enganadores, mas que seduzem o ouvinte, envolvendo-o com seu feitiço, deixando aflorar paixões enquanto o desvia da eqüidade.

O arauto é, portanto, o elemento incumbido de estabelecer o limite entre esses dois tipos de linguagens. No primeiro tipo, admite-se, ao nível retórico, que o desvio é percebido como portador de marcas que permitem reconhecê-lo no momento de seu surgimento. No segundo, tem-se o estabelecimento do nível do exercício do poder crítico ou censorial, já que demarcar um limite é uma decisão arbitrária, ou mesmo autoritária, na medida em que é o investimento exterior proveniente de um terceiro em virtude de seu ofício.

Se o desvio precisa ser descartado, a razão advém de uma regra intimamente ligada ao contexto judiciário: um julgamento deve estar o mais próximo possível da eqüidade para preservar-se de toda parcialidade, de todo tipo de impulso emocional e irracional, de todo deslocamento em relação ao certo. É preciso assegurar previamente que o discurso esteja centrado sobre o objeto do debate, o menor afastamento pode repercutir sobre a sentença dos juizes, extraviando a atividade de sua meta natural. Entretanto, o retórico hábil pode, através do desvio, impressionar o auditório, manifestando certas regras inerentes a argumentação e ao debate, mas muitas vezes despercebidas porque mascaradas pela rotina.

ARISTÓTELES E A CENSURA À DIGRESSÃO (*PAREKBASIS*)

Na introdução de sua *Arte Retórica*, Aristóteles reitera de forma resoluta o gesto do arauto para condenar como **fora do assunto**

(da retórica) as teorias dos retóricos sobre a técnica do discurso. Para tanto, o autor reduz tais técnicas a uma manipulação suspeita das paixões da audiência, isto é, um tipo de estratégia “patética” explícita e eloqüente, sem influência sobre o assunto a debater e unicamente preocupado com os meios de fazer pressão sobre o destinatário.

Todas as reflexões técnicas dos retóricos são, na perspectiva aristotélica, uma espécie de estratégia para tornar relevantes elementos que se localizam à margem do discurso. Aristóteles condena esse tipo de procedimento em nome de um centro da retórica – a **argumentação** – e esta deve focalizar um centro de seu centro, o **entimema**:

“Todos os que até o presente compuseram Artes retóricas circunscreveram-se a tratar apenas uma pequena parte da matéria, pois só as provas dizem verdadeiramente respeito à arte, sendo tudo o mais acessório. Sucede que estes autores nada dizem sobre os entimemas, que constituem o corpo da prova, mas, em compensação, multiplicam os preceitos sobre o que é estranho ao assunto. Com efeito, a aversão, a compaixão, a ira e as demais paixões da alma não concernem ao assunto como tal, mas única e simplesmente ao juiz.”⁹

Prosegue, propondo reduzir ao silêncio esses retóricos e suas teorias, excluindo-as do campo da retórica. A fim de consolidar sua posição, Aristóteles, inspira-se no regulamento do Areópago:

*“Por conseguinte, se, para os julgamentos, se estabelecesse a regra atualmente instituída nalgumas cidades, principalmente nas que são melhor administradas, aqueles autores nada mais teriam a dizer. Todos estão de acordo neste particular. Mas, ora pensam que as leis devem evitar este perigo, ora se põe em prática este uso e **se proíbe falar à margem do assunto, por exemplo, no Areópago, e com toda a razão, visto que não se deve perverter o juiz, incitando-o à ira, à inveja ou à compaixão.** Tal procedimento equivaleria a falsear a regra que se pretende utilizar”¹⁰*

(9) Arte Retórica, tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo, DIFEL, 1967, livro I, cap.I, p. 17. (grifos meus).

(10) Op. cit. p. 17-18. (grifos meus).

No plano da teoria do discurso, observa-se que Aristóteles inaugura a sua **Retórica** por meio de uma transposição do conflito acerca do “fora do assunto” Na visão de Sabry (1989: 267), tal operação pode ser assim esquematizada:

	DISCURSO	TEORIAS DO DISCURSO
centro	a causa	o entimema
fora do assunto	digressão e patética	as técnicas dos retóricos quanto aos meios de emocionar as paixões
árbitro	o Areópago (seu arauto)	Aristóteles

Cabe assinalar, entretanto, que Aristóteles não se limitará apenas ao papel de crítico ou censor. Uma vez proposta a rejeição das velhas técnicas do discurso, outra tarefa importante do filósofo grego será reformar a estratégia **patética**, isto é, buscar “recuperá-la” integrando à argumentação. Nessa perspectiva, irá classificar as paixões, transformá-las em provas psicológicas, constituindo-as em provas técnicas, obtendo assim uma espécie de pragmática “recuperada” graças à força do entimema, veiculado por ele e trabalhando o seu interior.

Outro ponto importante a ser descrito é que pouco depois da introdução¹¹ Aristóteles coloca uma relação curiosa entre propensão à digressão e psicologia do destinatário. O distanciamento discursivo será mais importante à medida que o ouvinte se sentir menos relacionado com o debate. Por isso, segundo Aristóteles, há

(11) Op. cit., livro I, cap. I, p. 17-21. Para confronto, veja-se a edição bilingüe (grego-francês): tomo I, livro I, 1354b e 1355a, p. 70-75, Paris, Les Belles Letres, 1932.

uma diferença de estratégia entre o gênero deliberativo e o judiciário. No primeiro, não apenas o ouvinte, advertido por seu interesse, pode resistir com lucidez às aspirações do orador, mas este não mais tentará fazer digressões e se impor ao “demonstrar exatidão naquilo em que avança”; no segundo, o juiz, desprovido de munições é influenciável porque estranho ao assunto “e não escutando só pelo prazer” torna-se uma presa fácil, “aproveitam-se disso os advogados” para sair da argumentação e chegar até ele a fim de captar sua benevolência. De forma clara, porém discreta, insinua-se a idéia de uma afinidade culpável entre prazer, diversão e *phatos*¹²

No que diz respeito à elaboração da *taxis*, importa salientar que Aristóteles não acredita numa divisão uniforme que seja válida para todos os gêneros oratórios:

“Mas, em nossos dias, os nossos retores fazem divisões ridículas: primeiramente a narração pertence aparentemente só ao discurso judiciário. Como é que o gênero epidíctico e a arenga poderiam admitir uma narração, tal como eles a entendem, e que designasse ou a refutação do adversário, ou a peroração do que se demonstrou? (...) Quanto ao epílogo (ou peroração), também este não pertence a toda espécie de discurso judiciário; por exemplo, é inútil, se o desenvolvimento é curto ou se os pormenores da questão são fáceis de reter. Neste caso, muitas vezes suprimem-no, a fim de evitar a prolixidade”¹³.

Ainda quanto à *taxis*, Aristóteles faz uma divisão rigorosa do discurso, reduzindo a quatro partes, que serão doravante lei: o *prooímion*; a proposição ou *prothésis*; a confirmação ou prova ou *pistis*; e o epílogo, mas precisando que somente as partes centrais (argumentativas) são verdadeiramente indispensáveis.

Para Sabry (1989: 268), mesmo que não se faça jamais alusão à *parekbasis*, pode-se deduzir facilmente qual teria sido a atitude

(12) *Pathos* é a reação emotiva que a mensagem provoca no receptor (cf. Garavelli, 1991: 351).

(13) Op. cit. livro III, cap. XIII, p. 227. Para confronto, veja-se a edição bilingüe (grego-francês): tomo III, livro III, 1414b, p. 77, volume publicado em 1973.

de Aristóteles a se julgar pela hostilidade que deixa transparecer em relação a toda essa divisão “fantasista” Em sua **Retórica**, o filósofo mostrou-se particularmente enérgico com relação a Licímnio, discípulo de Gorgias, devido ao fato de esse poeta ditirambo servir-se de certas nomeações – “a feliz e direta travessia” ou “o golpe de vento favorável” (*epourosis*); “os afastamentos” (*apoplanesis*); “o retorno” (*epanalepsis*); “os ramos ou ramificações” (*ozoí*) – para criar em suas composições o espaço necessário à expressão de sentimentos exacerbados ou de elogios desmedidos, levando seu interlocutor ao devaneio. Mas Aristóteles não aceita esse tipo de procedimento e é categórico:

*“Mas será preciso ter que designar uma espécie nova de uma diferença real para lhes atribuir um nome novo; de contrário, a divisão não passa de palavreado oco e simples; equivale a imitar Licímnio (...)”*¹⁴.

A DIGRESSÃO ENTRE OS RETÓRICOS LATINOS

É na retórica latina, principalmente nas obras de Cícero e de Quintiliano, que se pode encontrar uma elaboração e uso mais significativos da digressão. Nesses autores, opera-se, conforme Sabry (1989: 268-269), uma fusão hábil entre três tipos de cuidado:

- teórico: não rejeitar o conhecimento e as reflexões retóricas, mas sem imitar Aristóteles em seu desdém pelas técnicas, confrontando as várias opiniões existentes;
- pragmático: apoiar-se na experiência dos oradores, privilegiar a audiência, oferecendo um leque de receitas aprovadas;
- estético: preocupar-se com a imagem do orador, não esquecer que o discurso deve seduzir, emocionar, citar – em exemplos – as mais belas passagens dos grandes oradores.

(14) Op. cit., livro III, cap. XIII, p. 228. Para confronto, veja-se a edição bilingüe (grego-francês): tomo III, livro III, 1414b, p. 78.

Quanto ao uso da digressão, esses dois autores destacam-se pela eficácia e pelo desejo de explorar os recursos que ela oferece: elegância, amplitão, clareza.

A postura ponderada de Cícero e Quintiliano se apresenta como uma forma de valorizar a digressão, colocando-se contra dois tipos de abuso. De um lado, contra as teorizações de retóricos menores (jamais citados, salvo Hermágoras) que enaltecem uma espécie de esquema discursivo onde a digressão se colocaria, obrigatoriamente, antes da conclusão ou entre a narração e a prova. Esse tipo de plano rígido negligenciaria a diversidade das causas e do público, caindo num didatismo frio¹⁵. De outro, contra a prática diária caótica em que predominam o mau gosto e a gratuidade da digressão. Defensores ou acusadores fazem uso da eloquência ostentatória, embebedam-se do prazer das palavras e acumulam, sem escrúpulos, os traços de espírito, no esquecimento total da causa:

“ (...) o resultado é que são expostos a cair em repetições, as mais desnecessárias e minuciosas, ou a não poder dizer, em uma situação conveniente, as coisas já ditas em um lugar em que não convinham”¹⁶.

Ambos os autores recusam-se a designar um lugar fixo e obrigatório para a digressão e propõem sua migração para todo o discurso. Tal decisão marca uma volta, isto é, a digressão não constitui mais uma parte canônica ou facultativa, nem um processo imposto de livre exercício; também não é uma figura (visto que é tratada no quadro da *dispositio*), torna-se um procedimento de ampliação que se pode enxertar sobre todo elemento e se superpõe ainda a articulação natural do discurso.

Façamos, neste ponto, uma breve digressão (e por que não?) para apreciar os comentários de cada um dos autores mencionados sobre a mobilidade da digressão:

“Assim, depois de expor os fatos na narração, pode-se encontrar muitas vezes a ocasião para empregar uma digressão tocante; pode-se ainda

(15) Cf. Cícero, *De Inventione*, I, 51, 97, já citado anteriormente neste artigo.

(16) Cf. Quintiliano, *Inst. Orat.*, IV, 3, 1-3.

*colocá-la após a confirmação, ou após a refutação ou nesses dois momentos, em suma sobre todos os pontos do discurso quando a causa tem importância e amplitude (...) E essas são as causas mais importantes, as mais suscetíveis de serem engrandecidas e ornadas, que fornecem o mais rico material para digressões, é então que se fará uso dos "lugares" próprios, seja para avivar, seja para acalmar as paixões do auditório"*¹⁷

*"A **parekbasis** é, na minha opinião, o desenvolvimento de um ponto qualquer, estranho ao plano natural, mas de um ponto útil à causa. É por isso que não vejo por qual razão é possível designar, preferencialmente, seu lugar como sendo aquele antes da narração, nem porque se deva atribuir esse nome para o caso em que é necessário expor algo numa digressão, já que num discurso existem muitas maneiras de se desviar do percurso direto"*¹⁸

Três condições são necessárias para justificar essa flexibilidade da digressão:

- a pertinência: somente um ponto útil à causa autoriza o emprego de uma digressão;
- o brilho: a digressão deve trazer uma certa vivacidade ao discurso;
- o abrandamento das articulações: a digressão age como um lubrificante que cria um efeito de coerência e encadeia o discurso de forma coesa.

Quintiliano recomenda que se transforme a digressão (*excursio*) em um *prokursio*. Em outras palavras, deve-se fazer o prolongamento exaltado de uma parte, o reforço ou a perseguição de uma idéia sobre a anteriormente lançada ou, ainda, pode-se usá-la como uma transição. Nota-se que o autor se opõe ao efeito de encadeamento homogêneo, a imagem que surge é aquela do "canto que separa" isto é, há uma espécie de inserção ou quebra.

(17) Cf. Cícero, *De Oratore*, II, 312.

(18) Cf. Quintiliano, *Inst. Orat.*, IV, 3, 14.

Ao nível do conteúdo, a digressão também apresenta liberação total: não é mais definida por ele e pode ser:

- a- narrativa: é um exemplo, uma lenda, a evocação de um caso similar ao assunto em debate;
- b- descritiva: é a caracterização de uma região, ou o retrato elogioso de um personagem. Quintiliano cita a descrição de Pompeu feita por Cícero em **Pro Cornelio Sulla Oratio**. O retórico observa o admirável efeito de irritação irresistível que a estratégia provoca: tudo se passa como se o nome de Pompeu, somente pelo seu proferimento, tenha desviado o orador do seu objetivo, liberando espontaneamente a glorificação de suas qualidades;
- c- ideológica: é a consideração geral sobre o luxo, a avareza, a religião, os deveres, entre outros;
- d- endereçativa: são passagens dirigidas para o juiz e que têm por objetivo orientá-lo, apaziguá-lo, solicitá-lo, elogiá-lo;
- e- comentativa: são comentários sobre o quadro espaço-temporal ou sobre o discurso. Por exemplo: interrompido por um incidente o orador pára a fim de encadear sobre essa interferência.

Cabe observar que Quintiliano acaba por apontar um leque infinito de possibilidades para definir a digressão (*egressio*), chegando a não poder mais defini-la a não ser negativamente, isto é, caracterizando-a como tudo que está fora das cinco partes da disposição *stricto sensu* (*exordium, narratio, probatio, refutatio, peroratio*):

“Com efeito, tudo o que se diz fora das cinco partes que definimos é uma digressão: indignação, comiseração, abominação, injúria, desculpa, conciliação, refutação das propostas ultrajantes. E é mesmo por tudo isso que não está implicado na questão, a saber: toda amplificação, toda atenuação, todo gênero de apelo aos sentimentos, toda passagem sobretudo que leva ao discurso de aprovação e de ornamento, e trata do luxo, da avareza, da religião, dos deveres; mas como esses temas vêm após os argumentos similares, e como estão, por essa razão, ligados aos argumentos, eles não parecem fazer digressão”¹⁹.

(19) *Inst. Orat.*, IV, 3, 15.

Todo o trabalho da retórica latina pode ser lido na frase “*egressio est*” nela se vai de uma afirmação/denominação à constatação de uma fusão ou imperceptibilidade do desvio. O retórico continua a reconhecer a digressão mesmo que todas as suas prescrições tendam a torná-la incompreensível quanto ao seu lugar e ao seu conteúdo e a subjugá-la igualmente pela atribuição de uma função.

Na visão de Quintiliano, a digressão é “um apoio (*adjutoriū*) ou ornamento (*ornamentū*)”²⁰ e pode preencher uma função a princípio patética – *commiseratione* – um dos meios mais eficazes para causar impressão; o outro é o espírito – *salibus*²¹

Para Cícero, todo discurso deve difundir a emoção, ser nutrido pelo cuidado de mover (*movere*) e o meio mais eficaz “para agir sobre os corações será se desviar do objetivo principal e do percurso ordinário”²².

Quintiliano aconselha que nas causas difíceis pode-se fazer uso como de um “segundo exórdio para bem dispor o juiz em favor de nossas provas”²³. Entretanto, a emoção não é somente aquela do destinatário, é a princípio a do locutor: “uma fuga digressiva se justifica quando dá a impressão de que se houve desvio do caminho certo é sob o impulso de alguma emoção”²⁴.

Cabe apontar ainda que o *excursus* pode preencher uma função estratégica. Toma então um valor ofensivo ou defensivo. Assim, por meio de digressões rápidas e incisivas, pode-se fazer recair sobre o acusado a cólera do juiz; no discurso adverso, serve-se de digressões como de armadilhas para enterrar as provas mais perigosas:

“(...) as provas nas quais o acusador se apóia para convencer; ele (o acusado) deve refutá-las diretamente ou fazê-las desaparecer ou enterrá-las completamente sob as digressões”²⁵

(20) *Inst. Orat.*, III, 9, 4.

(21) *Inst. Orat.* X, I, 107, já citado anteriormente.

(22) *De Oratore*, II, 311.

(23) *Inst. Orat.*, IV, 3, 9.

(24) *Inst. Orat.*, IV, 2, 104.

(25) *Partitiones Oratoriae*, 15.

A digressão pode desempenhar uma função ornamental porque traz muito de “lustro e de elegância ao discurso” mas tal função se justifica sobretudo quando a causa é magnífica, pois não se trata de ampliar uma matéria “ingrata” e “magra” mas de obedecer a um movimento irrepreensível: a causa, pela riqueza de sua matéria, convida a belas digressões.

Deve-se acrescentar a função estrutural que Cícero concede à digressão, ou seja, movimento que permite chegar, por meio do caso particular (a causa debatida, a causa, a hipótese aristotélica) a questões gerais (ou lugares comuns, os *loci communi*, ou seja, a tese aristotélica). Na ótica de Cícero, o pivô da técnica retórica é o seguinte: os casos concretos, sendo infinitos fazem da tarefa do orador a tentativa de levar o ouvinte a um pequeno número de lugares mais domináveis, criando a particularização. Tal idéia se encontra em estado latente na retórica aristotélica, segundo observação de Michel (1960: 205), já que o entimema permite, por sua natureza de composição, introduzir o geral no particular.

Tentar codificar e amenizar os excessos é uma tarefa paradoxal, como nos ensina a retórica latina, não apenas pela demonstração da ambivalência da digressão e das exigências contraditórias que suscita (heterogeneidade e abertura, mas visando a uma coerência reforçada; atrasada, mas duplicada por uma progressão; magnífica e patética, mas servindo à causa), porém revelando, sobretudo, que a digressão cria inevitavelmente uma armadilha para o discurso: avisa que irá regulamentá-lo, seja forçando-o a se conformar à imagem que requer para a digressão mesma e, por conseguinte, a se dispersar, a intervir somente no momento intersticial (para Cícero); seja trazendo ao discurso uma apresentação anômala (como em Quintiliano).

Em seu desenvolvimento sobre a *dispositio*, Quintiliano consagra – imediatamente após ter tratado da narração – uma passagem ao *egressio*, tendo negado que este seja para ele um lugar adequado e necessário ao discurso de um orador. Ele que é o teórico da digressão se deixa pegar aqui – segundo Sabry (1989: 271-272) – precisamente porque:

“fala dela longamente e com atenção, em flagrante delito de contradição entre ordem aconselhada ao orador e ordem seguida por ele mesmo, Quintiliano; entre tese (é preciso dispersar, dissimular o digressivo através do discurso e não seguir o modelo condensado dos retóricos, que impõe criar uma digressão após a narração) e apresentação da tese (a refutação dos retóricos e de suas teorias da parekbasis se expõe em um bloco massivo e compacto precisamente neste lugar que se pretende refutar”.

O que se pretendeu apontar aqui foi que a digressão sofreu em sua trajetória diacrônica várias transformações. Entre os primeiros retóricos, teve um lugar definido no discurso, mas foi excluída por Aristóteles que se inspirou no regulamento do Areópago para declará-la como **fora do assunto**. Entretanto, sua recuperação se dá com os retóricos latinos que passam a explorar-lhe os recursos, buscando resgatar seu sentido e designando o discurso inteiro como o lugar de digressão.

A DIGRESSÃO COMO POSSIBILIDADE ARGUMENTATIVA

Considerar o valor argumentativo que uma digressão traz ao discurso é nuclear para os retóricos latinos. Com o intuito de esclarecer como esse valor se evidencia, tratar-se-á, a seguir, da relação entre argumentação e atividade lingüística e qual o estatuto da digressão no interior dessa atividade, tendo como modelo de análise um discurso de Cícero.

Como ser racional, o homem emite, constantemente, juízos de valor em suas ações com a linguagem. Essas ações (julgar, opinar, avaliar, criticar) são marcadas por uma relação com o outro. De um lado, tem-se o locutor e sua intencionalidade. É ele quem sustenta uma tese ou teoria e busca influenciar ou mesmo transformar o comportamento de seu interlocutor, ou ainda pretende fazer com que este compartilhe de suas opiniões. Do outro, está o interlocutor, aquele que recebe a tese e pode acolhê-la ou refutá-la, revelando sempre, através da aceitabilidade, uma espécie de atitude cooperativa.

Em toda ação com a linguagem, o locutor busca de algum modo manter uma “inter-ação” com seu parceiro. Apresenta um conjunto de argumentos com uma certa ordem e finalidade, visando também a uma relação intersubjetiva, isto é, pretende levar o outro a acreditar no que diz, a desejar alguma coisa ou a agir de uma certa maneira. Para tanto, vale-se de uma série de procedimentos discursivos que transformam (ou não) sua relação com seu interlocutor. Essa relação pode tornar-se uma afinidade, um assentimento, uma discordância ou mesmo gerar um conflito.

Dentre os procedimentos discursivos disponíveis a qualquer usuário da língua, há aquele que pode produzir uma aparente neutralidade. Diz-se aparente porque ela é um efeito de linguagem. Nenhum discurso é neutro e mesmo aquele que se quer neutro contém uma ideologia: a do não comprometimento.

Essa perspectiva de “inter-ação” a partir da articulação **ação sobre o outro/adesão do outro** ganha corpo nos trabalhos de Perelman, pesquisador que renovou os estudos da Retórica, restituindo-lhe seu real valor e situando-a dentro dos quadros da Teoria da Argumentação. Em seu **Traité de l'Argumentation**, escrito com a colaboração de Olbrechts-Tyteca, pode-se ler a seguinte definição:

“A argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes”²⁶

Quando faz uso do discurso argumentativo, o locutor busca agir sobre o interlocutor e, ao fazê-lo, estará transformando relações, comportamentos, opiniões, etc. A argumentação abrange, portanto, todo o campo do discurso que tem como intuito convencer ou persuadir²⁷ qualquer que seja o público-alvo (auditório) e seja qual for a matéria a ser tratada (tese).

(26) O Tratado foi publicado pela primeira vez em 1958. Neste trabalho, sempre será feita referência à 4a. edição, publicada em 1983. O trecho citado encontra-se na página 72.

(27) No *Tratado de Argumentação*, os autores dizem que é possível fazer distinção entre *convencer*, que tem relação com o raciocínio e a lógica, vinculando-se à inteligência, e *persuadir* que diz respeito à vontade e à ação. Entretanto,

Nessa perspectiva, a argumentação evidencia o estudo das relações entre o explícito e o implícito. Embora genérica, essa afirmação deixa claro que convicção e persuasão são conseqüências dessa relação (explícito e implícito) e que a escolha de um procedimento persuasivo ou convincente está determinada em função do interlocutor. Em outras palavras, quando fazemos uso da linguagem com o intuito de atuar sobre o outro, estamos diante de uma situação em que há uma concepção de conclusão como adesão (o implícito) a uma tese baseada nos valores do outro (auditório), valores que são colocados em jogo ao nível do argumento (explícito).

Uma definição precisa do objeto da teoria da argumentação pode ser encontrada no trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca:

*“(...) é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão às teses que se apresentam para seu assentimento”
(p.5)*

Quando uma proposição é sugerida por outra ou pela situação, há argumentação. Em tal situação, não se coloca toda a informação, nem as regras segundo as quais é preciso tratar essas informações. Deixa-se para os interlocutores (auditório) o cuidado de decidir e inclusive de tornar unívocos os conceitos utilizados.

Nesta parte do trabalho, será examinado o valor funcional e expressivo da digressão, visto ser durante o processo de construção dos argumentos que grande parte das digressões encontra justificativa, demonstrando – assim – sua relevância.

Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam que, por meio da argumentação, o falante dá coesão e coerência a uma série de fenômenos que acontecem em torno dele. Segundo os autores, isto ocorre porque a argumentação envolve valores como qualidades, atos, julgamentos e apreciações referentes aos participantes da conversação.

afirmam que esses dois procedimentos não se superpõem, isto é, os usuários da língua reconhecem que entre essas duas noções há uma gradação sutil e compreensível. Propõem, então, denominar *persuasiva* a argumentação que busca servir a um auditório particular, e *convincente* aquela que visa à adesão de qualquer ser racional (cf. p. 34-40).

A argumentação faz parte de um processo cognitivo complexo e suas manifestações lingüísticas podem ser analisadas sob diferentes perspectivas. Uma delas diz respeito às estratégias discursivas empregadas pelo falante para persuadir o ouvinte, ponto de vista adotado por Perelman e Olbrechts-Tyteca.

A persuasão tem recebido atenção especial dos trabalhos sobre argumentação, desenvolvidos desde a Antigüidade. Em tais estudos há uma forte tendência em inventariar técnicas e estratégias discursivas que contribuem para a aquisição de um efeito persuasivo eficaz. Os recursos estilísticos mobilizados pelo falante, suas preferências bem como suas escolhas, são vistos como estratégias de persuasão e mecanismos discursivos para a produção de efeitos de sentido.

Em **Pro A. Licínio Archia Poeta Oratio** (proferido no ano de 62 a.C.), Cícero faz uso estratégico da digressão para obter a adesão dos juízes à causa que defende. A fama de Árquias, poeta nascido em Antióquia da Síria e radicado em Roma, só chegou até nós por intermédio deste discurso, em que se fala do seu papel como autor de poemas que iriam imortalizar a glória do povo romano. Cícero designa o referido poeta pelo prenome e nome romanos (Aulo Licínio), processo sutil para acentuar que não se tratava de um estrangeiro²⁸.

Será necessário fazer, a seguir, uma pequena pausa para que se possa sintetizar esse discurso, visando a observar como o orador cria, com a digressão, uma possibilidade argumentativa eficaz.

No **exórdio**, Cícero explica por que se encarregou da defesa de Árquias, elogia o poeta a quem deve os conhecimentos que adquiriu e quem contribuiu, principalmente, para que o locutor empreendesse e continuasse este gênero de estudos. O locutor, que fala a uma assembléia de homens letrados, pede licença para usar uma forma de defesa que, habitualmente, não se emprega nos tribunais. Pede, desta forma, permissão para discorrer “um pouco mais livremente sobre os estudos humanísticos e literários” (p.19) e que

(28) Cf. *Em Defesa do Poeta Arquias*, edição bilingüe (latim-português), com introdução e notas de Maria Isabel Rebelo Gonçalves, publicada em 1986, p. 14-15.

os interlocutores (os juízes) consintam no uso de um estilo que, embora inusitado, visa a favorecer “uma personalidade que por ócios literários jamais se viu arrastada com penosos julgamentos” (p.19). No final do exórdio, o orador afirma que Árquias é, de fato, cidadão romano e, se não o fosse, devê-lo-ia ser.

A parte seguinte, refere-se à argumentação propriamente dita e está dividida em dois momentos. O primeiro refere-se à **narração** e nele o locutor relata a vida de Árquias desde a infância, passando pela época da mocidade, quando se dedicou aos estudos de retórica. Aos dezessete anos, encaminhou-se para Roma onde foi recebido pela alta sociedade, notadamente pela família dos Luculos, cujos feitos cantou em seus poemas. O talento do poeta é logo reconhecido, provocando a admiração de todos por onde passava. Tinha não só talento literário, mas também excelente caráter. Conseguiu cidadania nos vários lugares em que esteve e era considerado digno das suas relações, recebendo hospitalidade de todos aqueles que puderam apreciar seu talento.

A cidadania romana foi concedida ao poeta pela lei de Silvano e Carbão. Segundo essa lei, seria concedida cidadania romana “a todos quantos estivessem inscritos em cidades aliadas:

- se, na altura da promulgação da lei, tivessem domicílio em Itália e
- se, no prazo de sessenta dias, tivessem feito a respectiva declaração perante o pretor” (p. 23-25).

O segundo momento, a **confirmação** (argumentação jurídica), apresenta a causa que está sendo defendida: o direito de cidadania do poeta Árquias, já que Grácio (talvez inimigo dos Luculos) institui uma ação judicial contra Árquias, acusando-o de ter falseado o seu direito de cidadania. Cícero afirma que o poeta estava inscrito em Heracleia e apresenta as provas de tal afirmação, isto é, o testemunho de pessoas com autoridade moral. Revela que os registros de Heracléia – a prova documental – foram todos destruídos durante o incêndio dos arquivos, na guerra Itálica. Acrescenta ser verdade que o nome de Árquias não se encontra nas listas do recenseamento de Roma, mas isso não constitui prova contra a cidadania do poeta.

A **digressão** ou *extra causam*, como a denomina Cícero, é considerada a parte mais bela e importante do discurso. O orador faz uma verdadeira “profissão de fé” diz que as letras constituem – para ele – um alimento necessário, fornecem-lhe um ideal que o sustenta na defesa dos amigos e na luta contra os maus cidadãos. Afirma ser possível que um grande homem se forme sem o auxílio das letras, mas o ideal é combinar uma boa índole com uma sólida formação literária. As letras são, assim, o objeto mais digno da atividade humana e mesmo que o indivíduo não tenha tempo ou gosto para as letras, deve apreciá-las nos outros:

“Mas todos os livros estão plenos de obras assinaláveis, plenas estão as lições dos sábios, plena a Antigüidade de exemplos: todos ficariam na sombra, se lhes não valesse a luz das letras. Quantas figuras de homens valiosos nos deixaram gravadas os escritores gregos e latinos, não para as contemplarmos, mas para as imitarmos” (p.33).

A seguir o orador, estrategicamente, exalta as qualidades do poeta, enfocando as suas obras e revelando porque elas encantam os homens. Seu objetivo é mostrar a necessidade de se conceder a cidadania a um poeta que, embora estrangeiro, tantas benfeitorias fez ao povo romano. Afirma que Árquias, muitas vezes, falou de improviso, “sem escrever uma só letra, grande número de magníficos versos sobre os próprios fatos que então ocorriam” (p. 37); acrescenta ainda que “o poeta vale pela sua própria natureza, é estimulado pelas faculdades mentais e como que inspirado por um bafejo divino” (p. 37).

Esses argumentos extra-jurídicos conferem à defesa uma qualidade excepcional, merecendo ser observados pelas idéias expressas e pela ordem apresentada. Inicialmente, há um crescendo até a afirmação de que Árquias tem direito a ser cidadão romano. A seguir, verifica-se um certo afastamento do nome do poeta. Na verdade, o orador expõe suas idéias por meio de um raciocínio bastante hábil: começa por elogiar a poesia e um poeta; insiste no papel que a poesia desempenha na celebração dos grandes feitos; revela que Árquias já deu importante contribuição para que as glórias ro-

manas fossem perpetuadas; e passa, finalmente, para o plano espiritual, para o transcendental, isto é, o caráter sublime da poesia. De fato, quanto mais o orador se afasta do nome de Árquias, mais busca-se aproximar do auditório, trazendo à tona o reconhecimento, que deve estar em cada ouvinte, acerca do caráter sublime da poesia (em geral) e da dignidade do acusado (em particular).

Verifica-se que essa parte, aparentemente um ornamento ou um trecho menos relevante dentro do corpo do discurso, converte-se – por obra do orador – na “alma” da argumentação, já que surge como um elemento que sai da marginalidade para transformar-se em componente essencial, graças ao contexto pragmático. Em outras palavras, o orador vale-se habilmente da digressão para exaltar as qualidades do poeta Árquias e mostrar aos interlocutores (juizes) quão importante é a sua obra e o que o poeta representa na história do povo romano, fazendo com que a cidadania lhe seja concedida, pois Árquias representa a própria história romana desenhada pelas tintas da poesia. Desse modo, aquilo que seria aparentemente uma transgressão ou desvio torna-se a essência do discurso e faz com que as provas ou documentos legais, que seriam o fator para conceder a cidadania, tenham seu valor reduzido diante da importância dada à obra do poeta e tudo o que ele significa para o povo romano.

A última parte, a **peroração**, serve para Cícero encerrar o discurso reiterando a necessidade de se preservar o poeta Árquias, garantindo-lhe o direito à cidadania. O orador faz um apelo aos juizes e confia no êxito de sua oração:

“(...) acolhais sob a vossa proteção, de forma que mais pareça ser ele protegido pela vossa benevolência do que violentado pela vossa severidade, aquele que sempre vos exaltou, aos vossos generais, aos fatos do povo romano, e que também prometeu dar eterno testemunho de louvor a estas nossas e vossas recentes conturbações internas, este homem, enfim, que pertence ao número dos que por todos são tidos e havidos por sagrados!” (p. 51).

Como se sabe, para a teoria da argumentação importa mais do que as proposições, a adesão do auditório. Este é variável e não

depende da evidência da tese defendida. Por isso, no discurso citado, Cícero busca a adesão do auditório (os juízes) não pela existência legal do registro de residência romana, mas por meio da valorização da obra do poeta Árquias. Assim, o orador pretende assegurar a adesão à tese apresentada (o direito de Árquias à cidadania romana) não apenas pela evidência desse direito, mas acima de tudo pelo valor do trabalho do poeta.

O discurso é concebido em função do auditório (os juízes) e o orador (Cícero) está obrigado a adaptar-se a esse auditório, por isso faz uso da digressão como uma estratégia para conseguir o assentimento dos juízes em favor da causa apresentada. E, como afirma Maingueneau (1976: 170), **“não existe ‘argumento em si’ a eficácia de um argumento não vale senão em um contexto nitidamente definido”**

Sabe-se que, juridicamente, o processo é de pouca importância. Entretanto, seu valor reside na segunda parte – a digressão –, na qual o orador, por meio de uma linguagem rica e colorida, faz um elogio entusiasta às belas letras. Do ponto de vista da crítica, esse discurso é considerado pelos antigos como a obra-prima de Cícero, não só pela eloquência harmoniosa do conjunto como também pela delicadeza e originalidade da argumentação.

“Pela primeira vez se ouviu num tribunal romano um louvor deste gênero e, pela primeira vez também, pôde um romano confessar em público o orgulho de ser escritor”²⁹. Essa afirmação de Francisco Rebelo Gonçalves manifesta a importância deste discurso na história da cultura ocidental.

A argumentação eficaz é a que consegue aumentar a intensidade da adesão de modo que desencadeie nos ouvintes a ação prevista (ação positiva ou abstenção) ou ao menos que crie neles uma predisposição que se manifeste no momento oportuno. Parece que, nesse sentido, a digressão vem de encontro às necessidades do orador no intuito de persuadir o auditório em favor da causa apresentada.

Finalizando esta breve discussão sobre o discurso **Pro Archia Poeta**, é oportuno trazer algumas considerações de Caprettini,

(29) Citado por Maria Isabel R. Gonçalves, p. 5

Ferraro e Filoramo apontadas no texto “Mythos e Logos” acerca da digressão. Os autores afirmam que a digressão possui uma funcionalidade retórica, pois tem força demonstrativa de evidência e resulta em um “paradigma cognitivo”. É, portanto, uma estrutura “simbólica” capaz de sintetizar, em algumas imagens, densos agregados de significado, daí o valor expressivo que traz ao discurso.

CONCLUSÃO

Uma leitura atenta das teorias esboçadas pelos retóricos antigos, passando pela teoria da argumentação, permite olhar a digressão como uma parte do discurso que não possui um lugar fixo: seu traço fundador é ser flutuante, apresentando funções e conteúdos espetacularmente liberados. Lugar previsto pelo sistema retórico, a digressão torna-se o espaço que autoriza a “abrigar” tudo o que esse sistema não suportaria e que costuma enfileirar na categoria dos “excessos” (a enumeração, o desenvolvimento de lugares comuns, os elogios, certos relatos e descrições, entre outros). É toda construção discursiva incrustada em outra e que se destina a produzir um efeito muito vivo sobre o interlocutor. Assim, por uma estratégia do locutor, o “excesso” é colocado como se fosse algo nascido da ocasião (um elemento qualquer emergente do contexto situacional: incidente, distração ou interesse de um dos participantes) ou da necessidade (reforçar um argumento fraco, preparar uma prova, encobrir uma falha lógica pela preparação do vago), convertendo-se em um recurso para evidenciar algo latente naquele ponto da atividade em curso. Nessa medida, ao “purificar” o discurso “normal” de seus excessos, a digressão o reforça, valorizando o processo argumentativo. Exemplos, enumerações, pequenos relatos ou perguntas são procedimentos empregados para criar os mais variados efeitos de sentido, chegando inclusive a produzir, em alguns casos, uma aparente causalidade, e contribuindo conjuntamente para persuadir e convencer.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. L. C. V. O. (1995). *Digressão: uma estratégia na condução do jogo textual-interativo*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Introdução e notas de Jean Voilquin e Jean Capelle, tradução de Antônio Pinto de Carvalho, São Paulo, DIFEL, 1964.
- ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Edição bilingüe (grego-francês). Texto estabelecido e traduzido por Médéric Dufour. Paris, Les Belles Lettres, tomos I (Livro I) e II (Livro II), 1932.
- ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Edição bilingüe (grego-francês). Texto estabelecido e traduzido por Médéric Dufour e André Wartelle, notas de André Wartelle, Paris, Les Belles Lettres, Tomo III (Livro III), 1932.
- BARTHES, R. (1975). "A retórica antiga" In: COHEN, Jean et alii. *Pesquisas de Retórica*. Petrópolis, Vozes, 147-221
- CAPRETTINI, G.P.: FERRARO, G. e FILORAMO, G. (1987). "Mythos e Logos" In: *Enciclopedia Einaudi*, vol. 12, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 75-104.
- CÍCERO. *De Inventione (De L'Invention)*. Edição bilingüe (latim-francês). Texto revisto e traduzido por Henri Bornecque, Paris, Librairie Garnier Frères, sem data.
- CÍCERO. *Partitiones Oratorie. (Divisions de L'Arte Oratoire)*. Edição bilingüe (latim-francês). Texto estabelecido e traduzido por Henri Bornecque, Paris, Les Belles Lettres, 1924.
- CÍCERO. *De Oratore (De L'Orateur)*. Edição bilingüe (latim-francês). Texto estabelecido e traduzido por Edmond Courband, Paris, Les Belles Lettres, Livre I, 1950; Livre II, 1966.
- CÍCERO. *Pro A. Licinio Archia Poeta Oratio. (Em Defesa do Poeta ÁRquias)*. Edição bilingüe (latim-português), com introdução, tradução e notas de Maria Isabel Rebelo Gonçalves, Lisboa, Editorial Inquérito, 1986.
- COUSIN, J. (1936). *Études sur Quintilien*, Paris, Boivin.
- LAUGAA, M. (1971). "Le théâtre de la digression dans le discours classique" *Semiotica*, 2, IV. p. 97-125.
- PERELMAN, Ch. e OLBRECHTS-TYTECA, L. (1983). *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*. 4.ed. Bruxelles, Editions de Université de Bruxelles.

SABRY, R. (1989). "La digression dans la rhétorique antique" *Poétique* 79, p. 259-276

ABSTRACT: *This paper aims at rescuing the early meaning of digression in classical rhetoric. It established who was the first theoretician to use it, what it meant and how Aristotle employed it. Then through a study of Cicero's discourse, we intend to discuss whether digression is pertinent in argumentative process.*

Keywords: *digression, argumentation, persuasion, relevance.*

NOTAS PARA UM DIÁLOGO ENTRE CULTURAS – AS TRADUÇÕES DE FAGUNDES VARELA DE POEMAS SÂNSCRITOS

Mário Ferreira*

RESUMO: *O presente trabalho tem por objetivo analisar, à luz de duas orientações tradutológicas (a ontológica e a cognitiva), as traduções de textos do Rgveda publicadas em 1869 por Fagundes Varela, em **Cantos ermo e da cidade**. Postula ele que as traduções de Fagundes Varela, não obstante a sua **imperfeição** enquanto resgate idiomático – o que as inabilita como reconstituição da identidade lingüística do original –, constituem operações semiológicas não desprovidas de interesse, dadas as relações intertextuais que suscitam e dado o estímulo que, como objeto cognitivo, provocam, no que respeita ao estudo dos métodos e dos procedimentos da tradução do texto artístico.*

Palavras-chave: *tradutibilidade, Fagundes Varela, Rgveda, poesia sânscrita.*

No estudo das relações entre *a palavra e o homem*, um espaço há que se conferir obrigatoriamente à problemática da tradução, porquanto é o ato de traduzir inerente à inserção no mundo do ser humano, dada a necessidade que tem este seja de construir em termos simbólicos os estímulos oriundos da esfera do real (o que constitui, empregando a terminologia de Heidegger, uma transposição da *coisa-em-si* para o *ser*), seja de apropriar-se do sentido do ser gerado no cruzamento dos sistemas múltiplos de significação. Como toda e qualquer palavra é um símbolo – quer dizer, um instrumento de mediação –, o ato de manipulá-la implica por princípio

(*) Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

uma operação tradutora, relativa ao mecanismo de configuração do sentido do signo na rede de relações em que ele se insere. Entendida deste modo, a tradução configura-se como atividade cujo âmbito dilata os limites do mero confronto entre dois sistemas de significado, localizando-se ela no âmago da constituição mesma do ser humano. Para recorrer a uma fórmula reduzida: a semiose, o processo de construir o sentido, torna humano o homem; a semiose é tradução.

O presente texto insere-se no âmbito das premissas esboçadas sumariamente no que antecede, circunscrevendo-se ele, contudo, por razões de espaço, a um dos temas afetos à tradutologia, relativo à tradutibilidade do texto artístico, a qual é aqui abordada no âmbito da construção intercultural do sentido – no âmbito, pode-se dizer, de um diálogo entre culturas.

Constituem o *corpus* deste escrito as traduções de textos sânscritos publicadas, em 1869, por Fagundes Varela, na obra *Cantos do ermo e da cidade*.

Os estudos tradutológicos têm defendido, nos anos recentes, em uma de suas orientações¹, o postulado de que a tradução de textos artísticos constitui um ato lingüístico dotado de plena exequibilidade operatória, desde que se atribua à operação tradutora o desiderato, não de *reconstruir, no texto de chegada, a totalidade ontológica do texto de partida*, mas sim o de *configurar, no texto de chegada, uma hipótese de cognição do sentido do texto de partida*. Parece clara a razão de estabelecer tais distinções. O primeiro desiderato, regido pelo imperativo da perfeição, o qual projeta a sua sombra, a imperfeição, transforma a operação tradutora em ato fadado obrigatoriamente ao fracasso: sua meta – configurar no texto de chegada a identidade do texto de partida – radica numa impossibilidade lógica, porquanto implica construir o duplo do ser – ou, para empregar os termos da lingüística, formular um sentido único me-

(1) Cf. Ferreira (1991: *passim*).

diante o concurso, em si contraditório, de sistemas diversos de significação. O segundo desiderato, que confere à tradução o estatuto de ato cognitivo, recusa, ao contrário, a polaridade perfeição/imperfeição, entendendo que a operação de tradução constitui um processo heurístico virtualmente aberto, eis que todo objeto de conhecimento – e um texto artístico efetivamente o é – admite um universo de leituras que se pode desdobrar ao infinito. A esse respeito – em relação ao caráter virtualmente aberto da obra de arte, idéia que é aliás sustentada por inúmeros trabalhos na área da teoria literária, e também recentemente na lingüística² –, pode-se lembrar a afirmação de Chesterton, segundo a qual hoje se pode ler e compreender a obra de Shakespeare de forma superior à da leitura que dela tinha o próprio autor, visto que temos nós hoje não só o texto shakespeariano como também toda a reflexão que a ele se acrescentou e que se tornou, devido ao processo de formalização das tradições literárias no Ocidente, parte integrante do modo pelo qual essa obra é hoje decodificada e compreendida.

Entendidos nestes termos os objetivos da tradução artística, os métodos de operação que lhe são próprios adquirem também perfis contrastantes. Na tradução de cunho ontológico, como assim propomos chamá-la – que visa ao ato perfeito de transposição de sentido, ou seja, emular o mesmo pelo outro –, a operação tradutora é aferida em termos da perfectibilidade da relação dos sistemas em confronto – assim, o contraste entre dois idiomas, entre dois sistemas, ou entre dois meios –, o que pressupõe a existência de uma identidade reconhecida no texto de partida e a necessidade de recuperar tal identidade. Na tradução de cunho cognitivo, que visa ao assédio da matriz de sentido do texto de partida, a operação de tradução é sempre entendida como provisória, na medida em que considera que o sentido dos textos em confronto é sempre passível de uma reconfiguração intelectual. Na tradução ontológica, o problema da tradutibilidade circunscreve-se à propriedade dos sistemas de sentido em contraste. Na tradução cognitiva, a conversão de sentidos em sistemas de significação convoca a totalidade dos sentidos

(2) Cf. Ferreira (1991: 88-159).

constelados. Em suma, a tradução ontológica limita-se ao lingüístico. A tradução cognitiva abrange o lingüístico e abre-se ao extralingüístico; sua dimensão é *semiológica*, entendendo-se este termo na acepção que Saussure, no *Curso de lingüística geral* (s.d.: 44), lhe dá, ou seja, como um conjunto de sinais em circulação “no seio da vida social”

No que segue, procura-se analisar, na perspectiva das teorias de tradução referidas, as traduções de textos do *Rgveda* publicadas em 1869 por Fagundes Varela, na obra *Cantos do ermo e da cidade*.

Não cabe aqui procurar traçar o perfil da obra desse autor, que é decerto já bastante conhecida. Parece importante mencionar, apenas, que a obra em pauta – que é cronologicamente a penúltima editada em vida de Fagundes Varela – foi publicada quando o autor contava 27 anos de idade, portanto seis anos antes de sua morte, apresentando ela as características da fase mais madura – se é que se pode empregar tal palavra tratando-se de autor falecido tão precocemente –, caracterizada pelo despojamento estilístico, pela adoção de um ideário cético e agnóstico e pelo culto da natureza como um dado que deve ser apreciado em si mesmo e por si mesmo, sem o recurso a qualquer ideal de transcendência – numa atitude que, em parte, lembra o antiidealismo de Fernando Pessoa expresso no heterônimo Alberto Caieiro.

Os poemas sânscritos que constam dessa obra são três, a saber: “Oração fúnebre” “Ao Deus criador” e “Hino à Aurora” que são claramente identificados, nos cabeçalhos, como pertencentes ao *Rgveda*. Os três poemas fecham o volume e são antecidos por um fragmento cômico, intitulado “Leviandades de Cinthia” aparentemente projetado para a encenação teatral, tendo por mote as dores de coração de dois amantes traídos que, sem o saber, partilham a mesma mulher.

Eis os textos referidos, transcritos conforme a edição de Visconti Coaracy (s.d., vol II: 332-327):

ORAÇÃO FUNEBRE

(Rig-Veda, VIII, 14)

Segue o caminho antigo onde passaram 1
Outr'ora nossos pais. Vai ver os deoses
Indra, Yama e Varuna.

Livre dos vícios, livre dos peccados,
Sobe á eterna morada, revestido 5
De fórmias luminosas.

Volte o olhar ao sol, o sopro aos ares,
A palavra á amplidão, e os membros todos
Ás plantas se misturem.

Mas a essência immortal, aquece-a, oh! Agnis, 10
E leva-a docemente á clara estancia
Onde os justos habitão.

Para que ahi receba um novo corpo,
E banhada em teu halito celeste
Outra vida comece... 15

Desce á terra materna, tão fecunda,
Tão meiga para os bons que a fronte encostão
Em seu humido seio.

Ella te acolherá terna e amorosa,
Como em seus braços uma mãe querida 20
Acolhe o filho amado.

AO DEOS CREADOR

(Rig-Veda, VIII, 7)

O Deos da Luz appareceu, e apenas 1
Elle mostrou-se foi senhor do mundo,
E encheu o céu e a terra...

Gloria ao Deos que ha partido o ovo de ouro!
- Que Deos receberá nosso holocausto? 5

D'elle dimana a Vida, a força, o animo:
Á lei que elle traçou todos os seres
Submissos se curvão...
Gloria ao Deos (...)
- Que Deos (...)
10

Foi elle que formou estas montanhas,
E este mar que rebrame sem descanso,
Os sabios o disserão...
Gloria ao Deos (...)

É por elle que o céu, a terra, os astros, 15
Tremem de amor e tremem de desejos
Quando o sol apparece...
Gloria ao Deos (...)

Quando as tumidas ondas que conservão
A essencia universal se revolverão, 20
Elle agitou-se n'ellas...
Gloria ao Deos (...)

Ah! Proteja-nos elle, o Deos piedoso,
O espirito das cousas invisíveis,
O Senhor do universo! 25
Gloria ao Deos (...)

HYMNO A AURORA

(Rig-Veda, I, 8)

Ella mostrou-se emfim!	1
Ella mostrou-se emfim, a mais formosa, A mais bella das luzes!	
Por esse azul setim, Caminhando tão linda e tão garbosa, Aonde nos conduzes?	5
Aonde, branca Aurora? Filha tambem do Sol, a Noite escura Tua estrada marcou.	
Com as lagrimas que chora A vasta senda da eternal planura Ao passar orvalhou.	10
Unidas pelo berço, Ambas iguaes, eternas, successivas Na marcha e na existencia...	15
Percorreis o universo, Aurora e Noite, sempre redivivas, Oppostas na apparencia.	
Rosea filha do Dia, Brilhante a nossos olhos appareces, Cheia de gloria e amor;	20
E espalhas a harmonia, A vida, o gozo, ao mundo que esclareces Com teu sacro esplendor.	

- 158 FERREIRA, Mário. *Notas para um diálogo entre culturas – as traduções de Fagundes Varela de poemas sânscritos. Língua e Literatura*, nº 23, p.151-169, 1997.

Segue a mesma senda 25
Das auroras passadas, e precedes
As que estão no futuro.

Rasgas da Sombra a venda,
E os negros planos previdente impedes 30
Do crime horrído, escuro.

Ha muito que passaram
Os que virão no céu luzir outr'ora
Teu fulgido clarão.

Seus olhos se apagaram,
E nós por nossa vez também agora 35
Vemos-te n'amplidão.

Na bibliografia referente ao autor, publicada em língua portuguesa, não se encontra nenhuma referência substancial a estes poemas, o que é de estranhar, visto que eles são exemplares únicos na obra de Varela, que, ao que parece, não tinha o hábito de traduzir textos alheios – a não ser, como os que fez na juventude, na forma de *pastiches*, mas aí com vistas a expor, com intenções satíricas, os cacoetes e ridículos dos poetas clássicos, sendo Camões a sua vítima predileta. Na obra mesma, Varela não faz referência também aos textos originais, a não ser, como se disse, a identificação parcial (e, em todas as vezes, errônea) da fonte –, embora não seja difícil compreender a razão de sua inserção no corpo da obra, dadas as correlações que tais poemas apresentam com os temas básicos de sua melhor poesia. Também não é difícil rastrear as fontes a que Varela recorreu. Não há dúvida de que o autor compulsou a tradução integral do *Rgveda*, publicada em francês, em Paris, por Auguste Langlois, em quatro tomos, entre os anos 1848 e 1851, portanto, dezoito anos antes da publicação dos *Cantos*. Há duas outras traduções a que Varela poderia ter tido acesso – as de Th. Rosen (que é incompleta) e de H. H. Wilson, publicadas respectivamente

em 1838 e 1850. Mas as evidências apontam para a obra de Langlois como texto de fonte.³ E isto por duas razões. A primeira encontra-se na numeração dos poemas que Varela faz constar em seu livro. Essa numeração corresponde à divisão do texto em oito partes, chamada *astaka*, que é alternativa à divisão em dez partes, chamada *mandala* –, e que é utilizada por Langlois, que não registra senão essa forma de divisão do texto. É certo que a tradução de Wilson, adotando a divisão em oitavas, registra também a numeração em décadas. Deve-se contudo lembrar que o inglês não era a língua de predileção de Varela, que, como se sabe, conhecia as obras do romantismo inglês por meio de suas traduções francesas. Uma outra evidência é textual. No poema “Ao Deus criador” no último verso do refrão, Varela emprega a palavra *holocausto*, que é tradução do termo sânscrito *havīh*, “oblação”. Entre os tradutores já citados apenas Langlois utiliza tal palavra (par. 1), que é, aliás, uma tradução bastante insatisfatória. Há outras evidências semelhantes, mas não cabe aqui referi-las.

Encontra-se, pois, na obra de Fagundes Varela, uma tentativa de tradução de três poemas sânscritos – mais especificamente, três poemas do sânscrito chamado védico, assim qualificado por causa da obra, *Veda*, de que tal língua é veículo –, vertidos a partir duma tradução francesa, que é hoje considerada bastante deficiente pelos sanscritistas.⁴ Como então aferir o valor das versões de Varela?

Para responder a isto, cumpre retomar a referência às orientações tradutológicas citadas anteriormente.

Avaliadas na perspectiva da tradução de cunho ontológico, as traduções de Varela são – em resumo – bastante imperfeitas, visto que apresentam inúmeros defeitos de controle lingüístico.

Em primeiro lugar – como já mencionado –, suas versões não recorrem ao texto original, o que, em princípio, por si só, já implica um conflito com relação à totalidade e à identidade do original.

(3) Ver, no “Apêndice”, para cotejo com as traduções portuguesas, as versões de Langlois.

(4) A propósito, Renou, em uma de suas obras (1945: s.v. *Rigveda*), tacha-a de “muito insuficiente”. E, em outra (1928: 4), de “o mais deplorável empreendimento jamais tentado no domínio védico”.

Por outro lado, não procuram elas também estabelecer, ainda que em referência ao texto de mediação, uma relação de equivalência 1:1. São elas, a esse respeito, bastante livres. O poema “Ao Deus criador” conta seis estrofes, contra dez do texto francês; no poema “Hino à aurora” a relação é doze contra vinte; e, na “Oração fúnebre” sete contra catorze.

Em terceiro lugar, é bastante evidente que as versões de Varela procuram apagar, em sua transposição para o nosso idioma, de modo radical, os elementos de contexto mais marcados dos textos de partida – e que a versão de Langlois conserva. A esse respeito, pode-se observar que as marcas de enunciação dos textos de partida estão ausentes da versão portuguesa, apesar de constituírem elementos bastante evidentes – pode-se dizer, efetivamente estruturais – na poética védica, que enfeixa, sempre, um enunciador (necessariamente, um brâmane ritualista) e um enunciatário (uma divindade específica evocada pelo rito, a qual se quer manipular), conjugados ambos, enunciador e enunciatário, num contexto situacional, o rito cósmico-litúrgico, que a fala, ao se verbalizar, constitui. Nos textos de Varela, o enunciador circunscreve-se a um eu não especificado, o enunciatário torna-se vagamente subentendido e os dados de contexto se esbatem. Outros indícios desse apagamento encontram-se também na escolha vocabular das versões portuguesas, que reduzem ao mínimo os vocábulos específicos do contexto védico, por simples omissão (especialmente no caso dos nomes de deuses, ritualistas, utensílios ou ritos), ou por traduções redutoras (assim, em “Oração fúnebre” [l. 2], *pais* por *pitârâs*, propriamente “ancestrais patrilineares iniciadores dos clãs e responsáveis pela fundação das instituições humanas” que no texto são evocados para justamente apontarem ao morto o seu destino. Há também, nos poemas, traduções deslocadas de contexto (assim, em “Ao Deus criador” [l. 5], *holocausto*, por *havîh*, “oblação lançada ao fogo”; em “Oração fúnebre” [l. 4], *vícios e pecados*, dois substantivos para um único vocábulo, por *papa*, que significa propriamente “falta cometida em relação a um preceito ritualístico”), ou traduções simplesmente acrescentadas ao texto (como *essência imortal* [“Oração fúnebre” l. 10], *tremem de amor, tremem de desejos* [“Ao Deus criador, l. 16],

azul cetim [que é tributário do léxico romântico], rósea filha do dia [eco da Odisséia?] ["Hino à aurora" l. 4 e 19, respectivamente]]. Além de uma leitura reencarnacionista, na "Oração fúnebre" do destino da alma, a qual, no texto sânscrito, apenas se funde de volta na natureza, sem, como diz o poema (l. 13), "para que aí receba um novo corpo"

Por fim, as traduções de Varela não permitem entrever quaisquer características da identidade do sistema idiomático inscrito nos textos – o que é uma virtude esperada das traduções interlinguais. Ao contrário, os textos das traduções são marcadamente vernaculares, estando concebidos num registro bastante apurado da língua portuguesa.

Tais são alguns dos defeitos que as traduções de Fagundes Varela apresentam. Apontá-los não significa, contudo, esgotar as possibilidades de aferição suscitadas pelo trabalho do poeta. Ao contrário, pode-se demonstrar que, recusada a perspectiva da tradução ontológica, que se funda no vetor da perfeição, e lidos na perspectiva da tradução cognitiva, os poemas de Varela apresentam não poucas virtudes heurísticas, em relação à matriz de sentidos dos textos sânscritos.

A esse respeito, cabe observar, preliminarmente, que as traduções portuguesas procuram recuperar o cunho métrico das estrofes originais, que a tradução de Langlois descure e que é nuclear na enunciação da fala ritualística. É certo que a escolha dos metros realizada por Varela nada tem que ver com os metros originais, que exercem uma importante função construtiva no texto ritualístico, razão por que eram estabelecidos de forma complexa e meticulosa, segundo fundamentos que não importa aqui referir. A escolha de Varela é intuitiva, mas, não obstante isto, vai ao encontro de uma exigência de cognição do texto original, a que as traduções do Rgveda, em sua totalidade, não obedecem, apesar de feitas com conhecimento da língua e com base diretamente nos textos originais.

Eis um segundo ponto. Como já se disse antes, as traduções de Varela apresentam grande liberdade quanto à transposição das estrofes do texto de mediação, recorrendo a cortes e mesmo à con-

densação de vários textos. Isto é, com efeito, um atentado à inteireza do sentido de partida. Mas, analisando-se as traduções portuguesas, é possível observar que elas são extremamente coesas, no que respeita às suas escolhas temáticas e às figuras a que recorrem. Parece evidente que as traduções de Varela efetivam uma seleção de elementos constantes no texto de partida – como se pretendessem elas pontuar apenas determinados torneios metafóricos –, aqueles, aliás, relativos aos temas da ciclicidade da vida e da morte, da celebração da natureza e da apreciação da ordem cósmica, que são estruturais nos textos védicos e recorrentes na obra de Fagundes Varela. Vistas nesta perspectiva, as traduções adquirem um contorno diverso, redefinindo-se elas como releituras intertextuais extremamente interessantes, o que redundava, por um lado, na inserção da obra do poeta no grande curso da literatura universal e, por outro, na revigoração das metáforas dos textos védicos. Mencionemos, quanto a isto, apenas o verso, no “Hino à aurora” (l. 28), “Rasgas da sombra a venda” que traduz, de modo intuitivamente magistral, a frase sânscrita *naktavastram usah hanti/* que figura em Langlois (par. 14) como um flácido “[A aurora] rechaça a deusa negra”

Ainda neste sentido, cabe observar também que, nos três poemas de Varela, estão afirmados valores e práticas – como a transmigração da alma, o culto panteísta da natureza, o ceticismo gnóstico – muito distantes da cultura brasileira do século XIX, em relação à qual, aliás, também, a obra e a vida do poeta parecem deslocados. Em um de seus poemas, Varela disse de si mesmo – quase antecipando o *gauche drummondiano* – que “passava na vida errante e vago” (in “Soneto” *Voices da América*). É lícito, talvez, entrever no gesto da produção das versões em pauta, a tentativa de Varela de tornar estranho, por contraste, o conhecido, forçando e fustigando, com base na antigüidade e, por consequência, autoridade do texto védico, o sistema de valores dos contemporâneos, perante os quais não admite (como está em “Eu amo a noite” de *Cantos do ermo e da cidade*) “a fronte curvar por terra” O tema do poeta em antagonismo com o meio não é alheio à obra de Varela. Os signos védicos, no intertexto vareliano, inserem-se nesta perspectiva.

Outro aspecto que cumpre assinalar – porque é, de fato, um achado cognitivo das traduções de Varela – é que estas, não obstante apagarem a enunciação ritualística dos textos védicos, propõem uma recontextualização da fala original, inserindo-a no âmbito da temática do contraste entre o “ermo e a cidade” – contraste este que, embora não explicitado no Rgveda, não é de modo nenhum estranho à tradução textual sânscrita (conforme se pode observar na oposição, ainda no período védico, entre os textos brâhmana e âranyaka, concebidos segundo proposições em grande parte antitéticas). Observe-se que, aqui, as traduções de Varela propõem uma reconsideração do locus situacional do texto védico, antecipando, há quase um século, proposições que só em tempos recentes têm sido aventadas.

Uma última consideração, relativa às virtudes cognitivas das traduções de Varela, diz respeito à finalidade que o autor, ao agir como tradutor, parece atribuir à operação de tradução. Parece que sua mensagem é bem clara – e consiste em afirmar a liberdade que tem o tradutor de estabelecer um diálogo não submisso com uma tradição textual – liberdade que, em si mesma, não tem limites, e que configura, no curso e recurso das interações intertextuais, um processo de incorporações e projeções potencialmente criativo.

Colocados – de forma bastante sumária – estes pontos, esboçam-se algumas conclusões:

A primeira, de que é salutar pensar o problema da tradução artística sob perspectivas múltiplas, que podem até ser contraditórias entre si – como a oposição entre as orientações ontológica e cognitiva –, mas que permitem, por meio da contradição mesma, manter os pontos de vista da questão em oportuno equilíbrio precário.

A segunda é de que o ato de traduzir não é uma operação apenas lingüística, mas implica o concurso de várias outras áreas humanas afins, especialmente a sociologia, a história e a teoria literária, constituindo, quando se trata do confronto entre textos de origens diversas, um verdadeiro diálogo de culturas, com o que se estimula um fértil programa de análise da circulação em contexto dos signos. Já se mencionou antes que a tradução cognitiva é um

trabalho semiológico, no sentido que Saussure dá a este termo. Traduzir significa, nesta perspectiva, estudar os signos na intercorrência de todos os vetores possíveis de construção do sentido.

A terceira conclusão, essa relativa às traduções de Varela, propõe que tais textos, não obstante a sua imperfeição enquanto trabalho de resgate idiomático – o que as inabilita como reconstituição da identidade lingüística do original –, constituem operações semiológicas não desprovidas de interesse, dadas as relações intertextuais que, como criação de sentido, elas suscitam, sendo um de seus não poucos méritos o de provocar respostas para a indagação da verdade do ato de tradução.

A última conclusão é antes um estímulo – e diz respeito, nesta linha mesma sugerida pelos poemas de Varela, à oportunidade de aprofundar o estudo das projeções interculturais de sentido. A este respeito, os estudos clássicos oferecem vasto rol de possibilidades – como, por exemplo, fora do domínio indiano, para citar apenas um, o estudo da Antígona, nas versões de Eurípedes, de Hölderlin e Carl Orff. É lícito pensar que tais estudos podem efetivamente alargar a compreensão dos processos de formação do sentido

BIBLIOGRAFIA

- COARACY, Visconti (org.) (s.d.). *Obras completas de L. N. Fagundes Varela*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier.
- FERREIRA, M. (1991). *A tradutibilidade do texto artístico. Elementos para a construção do algoritmo tradutológico*. São Paulo, tese de doutoramento na F.F.L.C.H./USP, inédita.
- LANGLOIS, A. (1872). *Rig-Véda*. Paris, Maisonneuve et Cie.
- _____. *Les maîtres de la philologie védique* (1928). Paris, Paul Geuthner.
- RENOU, L. (1945). *Littérature sanskrite*. Paris, Adrien Maisonneuve.
- ROSEN, Th. (1850). *Rig-Veda*. Berlin, V. P. Verlag.
- SAUSSURE, F. De (s.d.). *Curso de lingüística geral*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- WILSON, H. H. (1850). *Rg-Veda Samhitâ*. Délhi, Nag Publishers, 6 vols., reed.

ABSTRACT: *This paper intends to analyze, the basis of two translational orientations (the ontological and the cognitive ones), Fagundes Varela's translations of **Rgveda** texts, published in 1869, in **Cantos do ermo e da cidade**. It postulates that those translations, in spite of their **imperfectness** as idiomatically adequate – which disqualifies them as reconstitution of the original text's linguistic identity –, constitute interesting semiological operations due to the intertextual relations that they imply and owing to the stimulus they provoke as cognitive object, concerning the study of the methods and also the proceedings of the translation artistic text.*

Keywords: *artistic text translation, Fagundes Varela, **Rgveda**, sanskrit poetry.*

APÊNDICE

Tais são as traduções de Langlois, utilizadas provavelmente como fonte por Varela, reproduzidas segundo a ordem dos poemas constantes em *Cantos do ermo e da cidade*:

HYMNE VII, VI, 13 [= X, 18, na versão em décadas]

1. O Mrityou, suis une outre voie; la voie qui t'est propre n'est pas celle des dieux. Je parle (à un être) qui a des yeux et des oreilles. Épargne nos enfants, épargne nos hommes./ 2. Si vous parvenez à arrêter le pas de Mrityou et à prolonger votre vie, soyez purs et brillants; ayez de nombreux enfants, de grandes richesses. Distinguez-vous par vos sacrifices./ 3. La vie et la mort se succèdent. Que l'invocation que nous adressons aujourd'hui aux dieux nous soit propice! Livron-nous au rire et au bonheur de la danse, et prolongeons notre existence./ 4. Voici le rempart dont je protège les vivants. Qu'aucun autre, parmi ce peuple, ne s'engage dans cette route. Qu'ils vivent cent et cent automnes. Qu'ils enferment Mrityou dans sa caverne. / 5. Les jours et les saisons se succèdent heureusement; le plus jeune remplace le plus ancien. O (Dieu) qui soutiens (les hommes), fais que la vie de ce peuple soit ainsi disposée./ 6. Levez-vous; entourez celui que le temps a frappé, et, suivant votre âge, faites

des efforts pour le soutenir. Que Twachtri, distingué par sa noble lignée, soit touché de votre piété, et vous accorde une longue vie./ 7. Laissez approcher avec leur beurre onctueux ces femmes vertueuses qui possèdent encore leur époux. Exemptes de larmes et de maux, convertes de parures, qu'elles se lèvent devant le foyer./ 8. Et toi, femme, va dans le lieu où est encore la vie pour toi. Retrouve dans les enfants qu'il te laisse celui qui n'est plus. Tu as été la digne épouse du maître à qui tu avais donné ta main./ 9. Je prends cet arc dans la main du trépassé pour notre force, notre gloire, notre prospérité. O toi, voilà ce que tu es devenu. Et nous, en ces lieux, puissions-nous être des hommes de coeur, et triompher de tous nos superbes ennemis!/ 10. Va trouver la Terre, cette mère large et bonne, qui s'étend au loin. Toujours jeune, qu'elle soit douce comme un tapis pour celui qui a honoré (les dieux) par ses présents. Qu'elle te protège contre Nirriti./ 11. O Terre, soulève-toi. Ne blesse point (ses ossements). Sois pour lui prévenante et douce. O Terre, couvre-le, comme une mère (couvre) son enfant d'un pan de sa robe./ 12. Que la Terre se soulève pour toi. Que sa poussière t'enveloppe mollement. Que dans ces maisons chaque jour coule de *ghrita*; qu'elles te présentent un asile./ 13. J'amasse la terre autour de toi; je forme ce tertre, pour que (tes ossements) ne soient point blessés. Que les Pitris gardent cette tombe. Qu'Yama creuse ici ta demeure./ 14. Les jours sont pour moi ce que les flèches sont pour la plume qu'elles emportent. Je contiens ma voix, comme le frein (contient) le coursier.

HYMNE VIII, VII, 2 [= X, 121]

1. Le (Dieu) au germe d'or apparaît. Il vient de naître, et déjà il est le seul maître du monde. Il remplit la terre et le ciel. A quel (autre) dieu offririons-nous l'holocauste?/ 2. Il donne la vie et la force. Tous les êtres, les Dieux (eux-mêmes), sont soumis à sa loi. L'immortalité et la mort ne sont que son ombre. A quel (...)/ 3. Il est par sa grandeur le seul roi de toute ce mond qui voit et qui respire. Il est le maître de tous (les animaux), bipèdes et quadrupèdes. A quel (...)/ 4. Sa grandeur, ce sont ces (montagnes) couvertes de frimas, cet Océan avec ses flots, ces régions (célestes), ces deux bras (qu'il étend). A quel (...)/ 5. Par lui ont été solidement établis le ciel, la terre, l'espace, le firmament. C'est lui qui dans l'air a répandu les ondes. A quel (...)/ 6. Le Ciel et la Terre affermis

par ses soins ont frêmi du désir de le voir, alors que le soleil brille à l'orient. A quel (...)/ 7. Quand les grandes Ondes sont venues, portant dans leurs sein le germe universel et enfantant Agni, alors s'est développée l'âme unique des Dieux. A quel (...)/ 8. Avec grandeur il voit autour de lui ces Ondes qui contiennent la Force et enfantent le Sacrifice. Parmi les Dieux il est le Dieu incomparable. A quel (...)/ 9. Qu'il nous protège, celui qui, accomplissant sa pieuse fonction, a engendré le Ciel et la Terre, celui qui est le père des grandes et belles Ondes. A quel (...)/ 10. O Pradjâpati, ce n'est point au autre que toi qui a donné naissance à tous ces êtres. Accorde-nous les biens pour lesquels nous t'offrons le sacrifice. Puisse-nous être les maîtres de la richesse!

HYMNE I, VIII, 1 [= I, 113]

1. La plus douce des lumières se lève; elle vient de ses rayons colorer partout la nature. Fille du Jour, la Nuit a préparé le sein de l'Aurore, qui doit être le berceau du Soleil./ 2. Belle de l'éclat de son nourrisson, la blanche Aurore s'avance; la noire déesse a disposé son trône. Toutes deux alliées au Soleil, (l'une comme sa fille, l'autre comme sa mère), toutes deux immortelles, se suivant l'une l'autre, elles parcourent le ciel, l'une à l'autre s'effaçant tour à tour leurs couleurs./ 3. Ce sont deux soeurs qui poursuivent sans fin la même route; elles y apparaissent tour à tour, dirigées par le divin (Soleil). Sans se heurter jamais, sans s'arrêter, couvertes d'une douce rosée, la Nuit et l'Aurore sont unies de pensée et divisées de couleurs./ 4. Ramenant la parole et la prière, l'Aurore répand ses teintes brillantes; elle ouvre pour nous les portes (du jour). Elle illumine le monde, et nous découvre les richesses (de la nature); elle visite tous les êtres./ 5. Le monde était courbé par le sommeil; tu annonces que le temps est venu de marcher, de jouir de la vie, de songer aux sacrifices, d'augmenter sa fortune. L'obscurité régnait. L'Aurore éclaire au loin l'horizon, et visite tous les êtres./ 6. Richesse, abondance, honneur, sacrifices, voilà des biens vers lesquels tout ce qui respire va marcher à la lumière de tes rayons; l'Aurore va visiter tous les êtres./ 7. Fille du ciel, tu apparais, jeune couvert d'un voile brillant, reine de tous les trésors terrestres; Aurore, brille aujourd'hui fortunée pour nous./ 8. Suivant les pas des Aurores passées, tu es l'aînée des Aurores futures, des Aurores éternelles. Viens ranimer tout ce qui est vivant, Aurore! viens vivifier ce

qui est mort!/ 9. Aurore, c'est toi qui allumes le feu du sacrifice, toi qui révèles (au monde) la lumière du soleil, toi qui éveillés les hommes pour l'oeuvre sainte. Telle est la noble fonction que tu exerces parmi les dieux./ 10. Depuis combien de temps l'Aurore vient-elle nous visiter? Celle qui arrive aujourd'hui imite les anciennes qui nous ont lui déjà, comme elle sera imitée de celles qui nous luiront encore; elle vient, à la suite des autres, briller pour notre bonheur./ 11. Ils sont morts, les humains qui voyaient l'éclat de l'antique Aurore; nous aurons leur sort, nous qui voyons celle d'aujourd'hui; ils mourront aussi, ceux qui verront les Aurores futures./ 12. Toi qui repousses nos ennemis, qui favorises les sacrifices, née au moment même du sacrifice; toi qui inspires l'hymne et encourages la prière; toi qui amènes les heureux augures et les rites agréables aux dieux, bonne Aurore, sois-nous aujourd'hui favorable./ 13. Dans les temps passés l'Aurore a brillé avec éclat; de même aujourd'hui elle éclaire richement le monde; de même dans l'avenir elle resplendira. Elle ne connaît pas la vieillesse, elle est immortelle; elle s'avance, ornée sans cesse de nouvelles beautés./ 14. De ses clartés elle remplit les régions célestes; déesse lumineuse, elle repousse la noire déesse. Sur son char magnifique traîné par des coursiers rougeâtres, l'Aurore vient, éveillant (la nature)./ 15. Elle apporte les biens nécessaires à la vie de l'homme, elle déploie un étendard brillant; elle nous appelle, pareille aux Aurores qui l'ont toujours précédée, pareille aux Aurores qui la suivront toujours./ 16. Levez-nous; l'esprit vital est venu pour nous. L'obscurité s'éloigne, la lumière s'avance; elle prépare au soleil la voie qu'il doit parcourir. Nous allons reprendre les travaux qui soutiennent la vie./ 17. Le ministre du sacrifice élève la voix pour célébrer en vers les lumières de l'Aurore. Loin des yeux de celui qui te loue, repousse l'obscurité; Aurore, bénis, en les éclairant de tes rayons, le père de famille et ses enfants./ 18. Le mortel qui t'honore voit briller pour lui des Aurores qui multiplient ses vaches et lui donnent des enfants vigoureux. Puisse celui qui t'offre ces libations accompagnées de la prière (qui résonne) comme un vent (favorable), puisse-t-il obtenir des Aurores fécondes en beaux coursiers!/ 19. Mère des dieux, oeil de la terre, messagère du

sacrifice, noble Aurore, brille pour nous; approuve nos voeux, et répands sur nous ta lumière. Toi qui fais la joie de tous, rends-nous fameux parmi les nôtres./ 20. Les biens divers qu'apportent les Aurores sont le partage de celui qui le honore et qui les chante. Qu'ils nous protègent également, Mitra, Varouna, Aditi, la Mer, la Terre et le Ciel.

A OMISSÃO DE COMPLEMENTOS VERBAIS

*Mônica Magalhães Cavalcante**

RESUMO: *O propósito deste trabalho é apontar um conjunto de variáveis pragmáticas, semânticas e sintáticas que determinam a omissão – uma forma de não-realização dos complementos verbais recuperáveis não-anaforicamente. A partir de uma análise de 1669 ocorrências de complementos verbais, extraídos de dezenove inquéritos do projeto PORCUFORT (Português Oral Culto de Fortaleza), cheguei à conclusão de que as variáveis pragmáticas Estado de Ativação e Identificabilidade são as que mais condicionam este fenômeno lingüístico, por serem as que refletem mais diretamente a intencionalidade do falante. Esses fatores interagem com vários condicionadores de natureza semântico-sintática, especialmente os que se prendem às relações entre predicados, funções semânticas e funções sintáticas. O trabalho acrescenta, ainda, a essas respostas, uma série de reflexões sobre a transitividade de orações com omissão e sobre os critérios para a distinção entre complementos obrigatórios e complementos facultativos.*

Palavras-chave: *omissão, complementos verbais, facultatividade.*

INTRODUÇÃO

Duas são as formas de não-manifestação dos complementos verbais no discurso: o zero anafórico e a omissão. Neste artigo, investigo a hipótese geral de que a **omissão** – que se distingue do zero anafórico por não apresentar o traço de correferencialidade – é condicionada por fatores pragmáticos, semânticos e sintáticos.

(*) Professora do Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará.

De acordo com BRITO (1986), três variáveis determinam a omissão de um complemento verbal:

- 1) a presença de um adjunto adverbial no enunciado;
- 2) o uso de um tempo verbal, como o presente ou o pretérito imperfeito do indicativo, que denote hábito, repetição;
- 3) a existência, na frase, de alguma informação que permita recuperar o conteúdo do complemento omitido.

Tais critérios revelam-se, no entanto, insuficientes para o tratamento deste complexo fenômeno lingüístico, não somente porque deixam de lado o nível de análise que suponho mais importante para o estudo – o pragmático –, já que se trata de um fenômeno eminentemente discursivo, como também porque desconsideram relações semânticas cruciais para a investigação de qualquer fato sintático, como as de transitividade e as de predicado-argumento.

Neste artigo, tomo por objetivo, exatamente, indicar, com a evidência de cálculos percentuais e probabilísticos, que fatores, são determinantes da omissão. Para tanto, oito variáveis foram cruzadas com três formas de manifestação dos complementos verbais: sintagmas nominais plenos, pronomes e omissões, a fim de avaliar o peso de influência de cada um dos fatores na omissibilidade. A partir daí, são discutidos os critérios que comumente orientam a classificação de complementos como obrigatórios ou facultativos.

Os dados analisados na pesquisa constam de 1669 ocorrências de complemento verbal, extraídas de dezenove inquéritos do Projeto PORCUFORT (Português Oral Culto de Fortaleza), o qual segue as normas estabelecidas pelo Projeto NURC/BR. Após codificados, os dados foram submetidos a cálculos de frequência e de probabilidade, processados pelo pacote de programas VARNEWS (cf. SCHERRE, 1993; ver também PINTZUK, 1988), que, embora tenha sido idealizado para pesquisas variacionistas, mostrou-se perfeitamente adequado ao tratamento estatístico necessário a esta investigação.

A DETERMINAÇÃO PRAGMÁTICA

A verificação do condicionamento pragmático pautou-se em quatro dimensões do fluxo informacional, descritas por DU BOIS e THOMPSON (1991) como categorias que se manifestam através de certos traços gramaticais encontráveis nos sintagmas nominais das línguas: Identificabilidade, Meios de Identificabilidade, Estado de Ativação e Referencialidade do Discurso.

Durante a conversação, defendem os autores, falantes e ouvintes negociam permanentemente várias mudanças de identificação de referentes, de ativação de conceitos e de referencialidade, a partir dos conhecimentos que partilham. Todos os aspectos cognitivos e interativos aí envolvidos se refletem no modo como as pessoas organizam as idéias na memória quando falam e no modo como as codificam no discurso.

Com base nisso, interessa-me examinar em que medida a distribuição do fluxo informacional condiciona a omissão de complementos verbais. Mas, uma vez que as dimensões do fluxo informacional se relacionam apenas a sintagmas nominais realizados, proponho-me repensá-las a fim de que possam aplicar-se, tanto quanto possível, a SNs omissos.

Referencialidade do discurso

A Referencialidade do Discurso abrange, segundo Du Bois e Thompson, duas funções básicas: a Função Referencial e a Generalidade. Por sua vez, a Função Referencial do Discurso se bifurca em funções propriamente referenciais (em sentido estrito), a que os autores chamam de “rastreadoras” e em funções não-referenciais (ou não-“rastreadoras”), como as de formar predicados, orientar um evento, ou classificar um referente.

A função de rastreamento é a que permite aos ouvintes localizar os referentes no universo do discurso, criando-os (nas palavras dos autores: “abrindo novos arquivos”) ou acrescentando novas informações aos que já foram criados no discurso. Observe-se o exemplo abaixo:

(1) “é porque... quando se abre uma agência você fornece crédito a toda aquelas pessoa que moram ali... você possibilita aos agricultores... né? nessa cidade pequena cidade mais pobre... terem acesso a crédito pa/ fazer plantio... né?... **conseqüentemente com o plantio ele já vai vender**” (DID-27 HI)

Em (1), os complementos omitidos do verbo *vender* informariam sobre o que e a quem “ele já vai vender” mas não fazem remissão a nenhuma porção do discurso, nem introduzem elementos aos quais se possa remeter posteriormente. Por isso deve-se dizer que as omissões de SN com tal característica não abrem novos arquivos, isto é, não criam referência, não fornecem meios para que o ouvinte possa, depois, rastrear referentes. Não desempenham, pois, função rastreadora. Entendo que não exercem nem mesmo função não-rastreadora, de vez que o verbo prescinde de sua presença no discurso. O simples fato de um lexema verbal implicar SNs potenciais, lugares vazios, não é suficiente para criar referência ou rastrear referentes, nem para compor com o verbo um único predicado.

Nem todas as omissões se enquadram, porém, no mesmo caso. Há situações em que um SN omissivo cumpre a função de rastrear um referente, ainda que não seja possível precisar exatamente qual. É o que demonstra o exemplo a seguir:

(2) “e levava as técnicas até dinâmicas de grupo essa... tudo isto... e isto me facilitava... né? A orientação:... da turma... e **eles gostavam...**” (D2-39 MIII)

Neste exemplo, o complemento omitido se refere, de alguma forma, a conteúdos lingüísticos precedentes, sem que se possa especificar qual ou quais. Sabe-se apenas que *eles* (no caso, *os alunos*) *gostavam* de toda uma situação, referida no discurso de forma genérica.

Somente parte das omissões desempenham, portanto, uma função de rastreamento; outras, em número bastante significativo, não podem ser relacionadas nem mesmo à de não-rastreamento,

ou seja, não exercem a Função Referencial do Discurso. O papel dos SNs omissos no discurso não é, de fato, em geral, a de possibilitar ao ouvinte identificar referentes.

O parâmetro Referencialidade do Discurso foi considerado apenas em relação à segunda função que ele abrange, a de Generalidade; a Função Referencial do Discurso, como será mostrado, está pressuposta no parâmetro Identificabilidade.

A função de Generalidade envolve a relação entre o SN e seu conceito. Neste aspecto, a Generalidade difere radicalmente da Função Referencial, que diz respeito apenas à função do SN no discurso. Como definem os autores, enquanto um sintagma nominal Generalizante denota uma classe cujos membros são intercambiáveis, o Particularizante é usado para denotar entidades não-intercambiáveis. Identifiquei, nos dados, omissões de ambas as espécies; por exemplo:

(3) “assumiu o {Presidente... o Jango... (DID-22 HIII)

(4) “quando foi parece que... em trinta e quatro – se você tivesse me falado nisso com antecedência eu tinha dado uma lida... **para recordar mais**” (DID-22 HIII)

Em (3), foi omitido o conteúdo Particularizante Presidência da República do Brasil, por ele, de alguma forma, já estar “contido” no sujeito *Presidente Jango*, a partir do qual foi criada uma pressuposição. Em (4), porém, como não é possível individualizar o que o falante desejava *recordar mais*, considero a omissão como Generalizante.

Conforme aponta o teste probabilístico, as omissões são mais prováveis de ocorrer quando os complementos verbais têm conteúdo Generalizante, o que fica bastante evidente na Tabela 1:

Tabela 1: Formas de manifestação e Generalidade

Generalidade	SN pleno	Pronome	Omissão
Generalizante	.304	.253	.443
Particularizante	.346	.417	.237

Os números permitem confirmar a hipótese de que o fator Generalizante condiciona a omissão de complementos verbais, além de levarem à conclusão de que os conteúdos Particularizantes tendem a codificar pronomes e sintagmas nominais plenos.

Sendo ou não referenciais, os sintagmas omissos têm, realmente, uma forte tendência a portar informações Generalizantes. Quando não-referenciais (ou seja, não-rastreadores), seu conteúdo se restringe à informação genérica implicada nos esquemas valenciais do verbo, como em (5):

(5) *“por isso eu eu falo eu já escrevi eu já: mediTEI...”* (D2-39 MIII)

Quando referenciais, remetem, em grande parte, a referentes inespecíficos no universo do discurso, como se vê em (6):

(6) *“e pediu... não uma espécie de jogral... mas uma encenação... e eu então encontrei aqui nessa revista...”* (D2-39 MIII)

Nesta situação, o SN omissos remete vagamente a algum tipo de encenação, não exatamente correferencial com aquela mencionada anteriormente, conservando, assim, a genericidade mais típica das omissões.

Identificabilidade

A Identificabilidade é aqui definida como uma categoria pragmático-discursiva de natureza cognitiva. Du Bois e Thompson concebem um sintagma nominal como Identificável sempre que o falante supõe que o referente desse SN pode ser localizado pelo ouvinte no universo do discurso criado pelo texto, mesmo que somente a partir do conhecimento de mundo que ambos partilham. Assim sendo, um sintagma nominal pode ser Identificável ou porque remete a referentes já presentes no universo do discurso, ou porque aponta para algo que existe potencialmente nas experiências divididas pelos participantes da conversação. Por este processo, a que LYONS (1977) chama amplamente de **déixis**, o falante pode criar

uma referência, ou seja, pode colocar entidades no universo do discurso, de tal forma que possa referir-se a elas subseqüentemente, por meio da anáfora.

Du Bois e Thompson mencionam certos recursos pelos quais o falante apresenta um SN como Identificável para o ouvinte, a saber:

- a) Primeira Pessoa;
- b) Segunda Pessoa;
- c) Anáfora;
- d) Referência Proposicional;
- e) Situação;
- f) Frame;
- g) Âncora.

Excetuando-se os casos de Identificabilidade por Âncora, penso que os Meios de Identificabilidade, elencados acima, são recursos que se valem, em última análise, da função dêitica, conforme definida por LYONS (1977). Pelo ponto de vista do autor, se a anáfora pressupõe que o referente já tenha lugar no universo do discurso, e a dêixis não impõe tal condição, então esta é mais básica que aquela.

O autor distingue entre dêixis propriamente dita, de natureza situacional, anáfora e dêixis textual, observando que as duas últimas têm sido freqüentemente confundidas. A dêixis textual emerge da ligação estreita entre função dêitica e função anafórica que existe nos pronomes, principalmente os demonstrativos. Neste caso, o pronome, embora remeta a alguma expressão formal do texto, não é propriamente correferencial com ela.

Lyons menciona, ainda, um subtipo de dêixis textual, que denomina “dêixis textual impura” a qual parece cair em algum lugar entre a anáfora e a dêixis, e deve compartilhar das características de ambas. Neste tipo de dêixis textual, o SN remete a segmentos maiores ou menores do texto, sem ser, contudo, correferencial com nada. O exemplo (6) enquadra-se perfeitamente nesta espécie de referência dêitica.

Seguindo a concepção de Lyons, reúno os Meios de Identificabilidade por Primeira Pessoa, Segunda Pessoa e Situação, pelos tra-

ços que têm em comum, num mesmo caso de dêixis situacional. Mantenho a Anáfora para os casos de correferencialidade e, sob o rótulo de Identificabilidade por Referência Proposicional, incluo toda espécie de dêixis textual, pura ou impura. Por último, deixo a Identificabilidade por Frame para o tipo especial de dêixis que busca um referente no conhecimento de mundo convencional, ou em qualquer conhecimento específico repartido pelos participantes da conversação.

Um sintagma nominal omitido é Identificável por Situação em instâncias de uso como:

(7) *...eu sei.. não o lance é o seguinte... isso aí é é engraçado /cê perguntou isso aí” (DID-27 HI)*

Nesta ocorrência, um dos complementos do verbo perguntar (correspondente a “a quem se pergunta”) foi omitido, mas seu conteúdo referencial é facilmente recuperável porque remete à primeira pessoa do discurso, ou seja, ao falante.

Os sintagmas nominais elididos que são Identificáveis por Anáfora estão fora dos casos de omissão, justamente porque serão sempre recuperáveis pelo contexto lingüístico; por esta razão excluí-os da análise estatística. A omissão, que se define, já de princípio, como não-anafórica, não pode ser precisada pelas pistas estritamente lingüísticas, nem mesmo quando é referencial.

Já a Identificabilidade por Referência Proposicional, por não ter sido considerada, nesta pesquisa, como um tipo de anáfora, pode ser relacionada à omissão. Exemplo:

(8) *“MAS cada posição daquela só dá uma nota (...) aí eu acho complicadíssimo (né?” (DID-27 HI)*

Em (8), o complemento omitido de acho é remissivo a toda uma situação de complicações relacionadas a um determinado instrumento musical, mas, na verdade, não configura um caso de correferência.

Os complementos que trazem referentes Identificáveis por Frame são também passíveis de omissão, como neste exemplo:

(9) *“tirei o sapato”* (DID-44 HIII)

É do conhecimento de todos os falantes-ouvintes da língua que, não havendo especificação de outro Locativo de origem, tira-se o sapato do pé. A informação omitida pressupõe um lugar correspondente ao sujeito do enunciado. Enquadram-se neste mesmo grupo exemplos como [Ele tirava e botava os óculos], [Ela pôs uma roupa mais leve] etc. Não se trata apenas de uma informação pragmaticamente irrelevante; trata-se, primeiramente, de um favorecimento semântico, de um conteúdo referencial tomado como pressuposto, que condiciona a omissão e que permite, pois, classificar tais Complementos Locativos como facultativos.

Ao ativar cenas cognitivas, muitas das informações nelas contidas são tomadas como óbvias e, portanto, desnecessárias, levando o falante a omitir algumas e a colocar outras em perspectiva. Explicitar os conteúdos previsíveis, mesmo que através de formas pronominais, seria sobrecarregar a memória do ouvinte com referentes sem importância informativa.

São tantos os meios de que falantes e ouvintes se utilizam, de forma cooperativa (cf. GRICE, 1975) para identificar um sintagma nominal que os SNs Não-Identificáveis são raros.

No que diz respeito às omissões, embora haja sintagmas omissos Identificáveis, não é possível, a rigor, manter o paralelismo afirmando que outras omissões são Não-Identificáveis. Se há omissões que nem mesmo rastreiam ou criam referentes, então não há referência, e, neste caso, não há identificação. Assim sendo, o que chamarei, à falta de outro termo, de omissão “Não-Identificável” é, na realidade, Não-Referencial. Exemplo:

(10) *“mas...eu geralmente cobro mais barato”* (DID-31 MI)

Nesta ocorrência, o verbo cobrar ativa um frame que pressupõe, dentre outros elementos, “os clientes” que constituem a informação omissa do segundo complemento verbal. Esse conteúdo, todavia, não é recuperado por um processo referencial. A informação pressuposta não instrui o ouvinte a buscar um elemento pre-

sente no universo do discurso, portanto nenhum processo de referência foi instaurado. O ouvinte recupera o sentido, mas não identifica nenhum referente. É precisamente por não esperar que o ouvinte seja capaz de identificar um referente que o falante codifica o argumento do verbo como omissão, e não como pronome ou zero anafórico, por exemplo. Esta é uma forma de sinalizar para seu interlocutor que não há necessidade dessa identificação. Processo semelhante se dá com exemplos do tipo:

(11) “o povo num rea/ num reagiu não...” (DID-22 HIII)

Neste enunciado, o falante omite a informação sobre “a que exatamente o povo não reagiu” Provavelmente julga, embora não se dê conta disso, que explicitá-la é correr o risco de ferir os princípios da Relevância e da Quantidade, postulados por GRICE (1975). Pela submáxima da Relação (ou da Relevância), o ouvinte espera que a contribuição do falante seja apropriada às necessidades imediatas de cada ponto da conversação. Pela submáxima da Quantidade, a expectativa é de que a contribuição do falante seja informativa o bastante, mas não mais que o necessário, para os propósitos do discurso em andamento.

Os pesos relativos dos fatores em cada forma, na Tabela 2, evidenciam, estatisticamente, a alta probabilidade de ocorrência de omissão determinada pelo fator “Não-Identificável” (Não-Referencial).

Tabela 2: Formas de manifestação e Identificabilidade

Identificabilidade	SN pleno	Pronome	Omissão
Não-identificável	.091	.251	.658
Ident. por Situação	.322	.549	.129
Ident. por Frame	.517	.186	.297
Ident. por Ref. Proposicional	.456	.270	.274

As omissões tendem a não cumprir a Função Referencial do Discurso, que é tipicamente desempenhada por sintagmas nominais, plenos ou não, mas **realizados**. Se o falante não deseja que o ouvinte recupere certos referentes, então ele opta pelas formas omissas Não-Referenciais.

Segundo DU BOIS e THOMPSON (1991:4), “um SN Não-Identificável instrui o destinatário a abrir um arquivo cognitivo para um referente, semelhante a abrir um novo arquivo em um diretório computacional” Acrescento a isto que um SN omissivo “Não-Identificável” (Não-Referencial), diferentemente de um SN realizado Não-Identificável, **não** instrui o ouvinte a abrir um novo arquivo, porque esse tipo de omissão não instaura referência. O que se recupera, nestes casos, é apenas um conteúdo genérico, associado à cena cognitiva focalizada pelo falante.

Se as formas realizadas são apresentadas intencionalmente como Não-Identificáveis porque o falante presume que o ouvinte não saiba identificar os referentes, as omissões são apresentadas como Não-Referenciais simplesmente porque o falante não **quer** que haja identificação. Esta explicação condiz com a afirmação dos autores de que a Identificabilidade está presa à intencionalidade do falante, ao que ele tenciona apresentar como informação relevante no discurso. Por esse raciocínio, defendo que a Identificabilidade é um meio pelo qual a intenção do falante determina a forma de manifestação dos complementos verbais, por isso o fator Não-Referencial é um dos que mais condicionam a omissão.

A alta probabilidade de SNs plenos para referentes Identificáveis por Frame é explicável pela afirmação de LYONS (1977) de que este é um dos principais processos de se criar referência. Os novos referentes portam, em geral, um conteúdo Novo, importante, responsável pela progressão temática, por isso mesmo, devem ser codificados por um sintagma nominal completo.

Estado de Ativação

De acordo com CHAFE (1980), o modo como as pessoas usam a língua depende muito daquilo de que elas têm consciên-

cia¹ em diferentes momentos da conversação. Depende não apenas do foco de atenção do falante, como também do que ele considera que está na consciência do ouvinte. A cada momento, o falante julga que um conceito particular pode estar em um determinado Estado de Ativação na consciência do ouvinte, como Ativo, Semiativo ou Inativo.

Um conceito Ativo é definido como sendo aquele que está na consciência focal de alguém; é um conceito **Dado**, que pode ser facilmente “localizado” Informações Dadas são, geralmente, codificadas de forma econômica na língua, enquanto que as Novas tendem a manifestar sintagmas nominais plenos (ver, para isso, também GIVÓN, 1991b). Conceitos **Novos** são Inativos, e estão correntemente na memória de longo termo. Os Semiativos são os que já haviam sido ativados – ou por terem sido mencionados há mais tempo ou por estarem presentes na situação –, mas que se esvaíram da consciência focal. Por isso são **Acessíveis**, precisam ser novamente ativados pelo ouvinte ao serem mencionados pelo falante.

Como a definição de Acessível, Novo e Dado aplica-se apenas à realização de sintagmas nominais, faz-se necessário revê-las, a fim de torná-las capazes de capturar as especificidades dos SNs omissos.

Proponho que os conceitos Semiativos cubram também, além daqueles que já haviam sido ativados, os que estão disponíveis no conhecimento enciclopédico dos participantes do discurso e que podem ser ativados a qualquer momento, uma vez que são culturalmente compartilhados. Por essa perspectiva, o status de Acessível abrigará também as informações sobre os argumentos que estão lexicalmente implicados nos predicados. Exemplo de omissão Acessível:

(1) Consoante o autor, o pensamento tem três componentes: a **consciência**, o **eu** e a **informação**. A consciência é um mecanismo do qual o eu se utiliza para ativar pedaços restritos de informação. Compõe-se de **foco** e **periferia**. O foco, central, ativa maximamente uma parcela mínima de informação em um dado momento. A periferia é onde estão situadas muitas outras informações que se encontram fora do centro de atenção do falante.

(12) “que separar /cê pode separar em qualquer tempo até quando sai da igreja né?...” (DID-40 HIII)

O argumento foi omitido, em (12), por conter uma informação pressuposta², facilmente Acessível no conhecimento cultural das pessoas, a de que alguém *se separa* “de seu cônjuge” obviamente. Admito a hipótese de que o conhecimento de mundo se encontra armazenado na memória de longo termo, mas que o verbo e o contexto lingüístico que criam a pressuposição estão na memória imediata, e se situam na consciência focal de falantes e ouvintes.

Os elementos omitidos podem ter, ainda, um status de Dado, como se percebe pelo seguinte exemplo:

(13) “porque é um inventário... razoável os bens... uma quantidade de bem razoável... mas que os os irmãos /tão brigando um quer um.. pedaço outro quer outro sabe?... preferência... por essa casa que é de esquina o outro então é aquele negócio todin/ num chegaram né?... e o juiz às vez/ vai **conduzindo conduzindo** num toma pulso de **decidir** né?” (D2-39 MIII)

Note-se que os conteúdos referenciais dos SNs omissos de *conduzindo* e de *decidir*, mesmo não sendo correferenciais com nenhum outro elemento no discurso (são casos de dêixis textual impura), ficam latentes no foco de consciência dos participantes, e, por este motivo, devem ser considerados como conteúdos Dados. Creio que somente as ocorrências como (13), em que os referentes das omissões são Identificáveis por Referência Proposicional, apresentam status de informação Dada.

As reflexões acima ratificam a idéia de que existem duas espécies de SN omissos: uma Referencial, que desempenha a Função Referencial Rastreadora do Discurso e é, portanto, Identificável; outra Não-Referencial, sendo, por isso mesmo, “Não-Identificável”

(2) As informações pragmaticamente pressupostas são consideradas, às vezes, como Dadas, porque o status psicológico do Dado não é ponto pacífico na literatura sobre o assunto (ver, a esse respeito, BROWN & YULE, 1985).

A primeira, quando Identificável por Referência Proposicional, figura como informação Dada; quando Identificável por outros meios, aparece como Acessível. A segunda espécie de omissão é sempre Acessível.

Os resultados de probabilidade, exibidos na Tabela 3, revelam, claramente, que as informações Novas levam o falante a codificá-las tipicamente como SN lexical, raramente como pronome e nunca como omissão, o que se explica pela grande relevância que apresentam no discurso:

Tabela 3: Formas de manifestação e Estado de Ativação

Estado de Ativação	SN pleno	Pronome	Omissão
Dado	.056	.479	.465
Novo	.869	.113	.018
Acessível	.130	.117	.753

Note-se que é muito pouco provável que o Dado se manifeste como SN pleno, mas a probabilidade de ser codificado como pronome ou como omissão é praticamente a mesma. Chamo a atenção para a alta probabilidade do Acessível se manifestar como omissão. Sobre isso, é bom que se discuta o exemplo abaixo:

(14) *“ela tem que sair do engradado tem que ir pra escola **tem que estranhar mesmo tem que se adaptar...**”* (EF-53 HII)

Em usos do tipo (14), os complementos de *estranhar* e *adaptar-se* foram omitidos porque, sendo intenção do falante dar relevo à carga semântica dos próprios verbos, ele prefere não ativar nenhum conceito dos complementos verbais na consciência do ouvinte, por isso ele dá à informação apenas o status de Acessível. A genericidade de tais conteúdos Acessíveis (*estranhar “qualquer coisa”* e *adaptar-se a “qualquer coisa”*) permanece apenas pressuposta no conhecimento de mundo do ouvinte. Além disso, ou, melhor dizendo, por este motivo, o falante os apresenta como Não-Referenciais.

Afirmei, anteriormente, que apenas as omissões Identificáveis por Referência Proposicional comportam informação Dada e que as “Não-Identificáveis” são Acessíveis. Agora é preciso observar que o inverso nem sempre é verdadeiro: nem sempre o Acessível é, necessariamente, “Não-Identificável” As omissões Acessíveis podem ser Identificáveis por Frame, por Situação e até por Referência Proposicional. Esta inter-relação entre os parâmetros Estado de Ativação e Identificabilidade reforça a afirmação de Du Bois e Thompson de que os critérios definidores das duas categorias são completamente distintos, daí por que elas não podem ser confundidas.

Tenho constatado que os dois parâmetros pragmáticos Estado de Ativação e Identificabilidade têm alta probabilidade de se manifestarem como omissão porque são os que mais diretamente, e em conjunto, refletem a intencionalidade do falante. Tem razão DU BOIS (1985) quando sustenta a existência de um padrão sintático preferido para a manifestação dos argumentos no discurso. As informações Novas tendem a ser “empacotadas” como SN lexical, enquanto que as Dadas são codificadas de forma econômica, como pronome – e agora, acrescento – ou como omissão. Os resultados deste estudo não apenas confirmam os princípios básicos da Estrutura de Argumento Preferencial, postulada pelo autor, como também evidenciam a hipótese aqui formulada de que as informações Acessíveis – ainda não consideradas nas pesquisas sobre o assunto – têm predominantemente a forma de omissão.

A DETERMINAÇÃO SEMÂNTICA

Para avaliar a influência dos aspectos semânticos sobre a omissão de complementos verbais, investigo a hipótese de que o **tipo de predicado**, as **funções semânticas**, o traço **animado** e o **aspecto verbal** são grupos de fatores determinantes do fenômeno em análise.

O tipo de predicado

Todos os verbos do *corpus* examinado foram conferidos pelo dicionário de regência verbal, de BORBA et alii (1991), o qual, por sua vez, se fundamenta nos quatro predicados básicos presentes na classificação de CHAFE (1979).

Um predicado de Estado, segundo Borba et al., expressa “uma propriedade, uma condição ou uma situação localizadas no sujeito” (p.XIX). Exemplo de omissão neste tipo de predicado:

(15) “/cê tem que saber um pouquinho” (DID-27 HI)

O complemento omissivo informaria sobre “o que se tem que saber” *Saber*, que, neste caso, significa “ter conhecimento de” tem sujeito Experienciador³ e não expressa mudança de estado; classifica-se, então, como um verbo de Estado. Se não se verificasse qualquer tipo de “mudança” o verbo seria de Processo. Reconheço, porém, que a distinção entre Estados e Processos, aqui assumida, repousa sobre critérios ainda fluidos, talvez pela própria imprecisão do conceito de “mudança de estado”

Um verbo de Processo é, pela visão de Chafe, aquele em que o nome – com função semântica de Paciente, Experienciador e Beneficiário – **muda** de estado, condição ou posição. Predicados de Processo permitem a omissão de complementos, como se pode perceber em (16):

(16) “um dia eu fui.. à noite só pra... voltar **pra... ver mesmo** é é muito bonito... (DID-32 MII)

O falante não deseja que o conteúdo do segundo argumento de *ver* seja especificado pelo ouvinte, por isso o omite. A relevância deste enunciado incide sobre o Processo de *ver*.

(3) Como será dito, um argumento Experienciador é aquele que sofre algo relacionado a uma disposição mental: sensação, cognição, emoção.

Os verbos de Ação nem indicam estado nem mudança de estado, expressam sempre um *fazer*, uma atividade que alguém realiza; esse alguém é um nome Agente. Este tipo de predicado permite a omissão dos complementos de que se acompanha, como em:

(17) “*ele comprou um apartamento acolá*” (D2-45 HII)

Em (17), o verbo *comprou* ativa um frame de “compra/venda”, que pressupõe a informação “ao vendedor” omitida no enunciado.

Chafe observa que há verbos que simultaneamente denotam processos e ações, já que, ao mesmo tempo, implicam uma **mudança de estado** e expressam uma **atividade** que o sujeito realiza. Esses verbos – denominados de Ação-Processo – especificam, além de um sujeito Agente, um objeto Paciente (ou ainda Resultativo, como se verá). Os complementos verbais são também, algumas vezes, omitidos nos predicados de Ação-Processo; exemplo:

(18) “*Inf. essa constituição agora de oitenta e oito*

Doc. uhn

Inf. é que ela:... deu muita abertura né?... eh:” (DID-22 HIII)

O elemento omitido, em (18), preencheria o terceiro espaço vazio do verbo *dar*, e conteria a informação sobre “a quem ou a que a constituição deu muita abertura”

As funções semânticas

As funções semânticas definidas por PEZATTI (1992) e aqui utilizadas para caracterizar os argumentos verbais foram extraídas, consoante a autora, de CHAFE (1979), em sua maioria; de LIMA (1985) e de DIK (1981).

Entidades afetantes são mais prototipicamente representadas pela função semântica de Agente, que é mais diretamente relacionável às funções sintáticas de Sujeito e Agente da Passiva, mas ambas foram excluídas pelo corte metodológico desta pesquisa.

Dentre as entidades afetadas, considerarei, em primeiro lugar, a representada pela função de **Experienciador**, que, de acordo com PEZATTI (1992) (cf. também LOPES, 1990), constitui a entidade “afetada” por um processo psicológico de sensação, emoção ou cognição.

Embora os Experienciadores se associem freqüentemente a sujeitos gramaticais, também podem corresponder, algumas vezes, a Objetos Indiretos, como em [Não **me** consta que ele queira deixar o partido]. Como Experienciadores, os Objetos Indiretos são muito facilmente omissíveis, por exemplo:

(19) “*naquela época... três candidatos se apresentaram*” (DID-22 HIII)

Na ocorrência acima, o Objeto Indireto omitido experiencia a sensação de “ver, perceber” os *três candidatos que se apresentaram*.

As duas entidades mais tipicamente afetadas são representadas pelas funções de Paciente e de Resultativo. PEZATTI (1992:106), apoiada em CHAFE (1979), concebe a função de **Paciente** como aquela que representa a entidade afetada “que se move ou sofre mudança de estado, condição ou posição para outro estado, condição ou posição”. As entidades com função de Paciente se revelam também passíveis de omissão, em certas circunstâncias de uso, como comprova o exemplo (20):

(20) “*isso aí prejudica muito*” (D2-45 HII)

O elemento que preencheria o conteúdo sobre o que ou a quem *isso aí prejudica muito* foi omitido e, por ser afetado pela ação de *prejudicar*, desempenha a função semântica de Paciente. Um fator, de natureza pragmática, motiva também a omissão deste elemento omitido: a baixa relevância da informação suprimida, nesse trecho da conversação.

Já a função de **Resultativo** representa a entidade que passa a existir em decorrência da ação verbal. Assim como a de Paciente, ela ocorre em predicados de Ação-Processo. O que diferencia a função Resultativa, como o próprio nome o denuncia, é o fato de que

a entidade que ela representa é um produto da ação identificada pelo verbo. A omissão de Resultativos é possível em casos como:

(21) “*ele talvez não tenha o intelectual porque até o mental porque um doido num trabalha... não produz ali*” (D2-39 MIII)

Na situação em que se deu o enunciado acima, o falante quis significar, genericamente, que *um doido* não produz nada, ou seja, não obtém nada como produto de seu trabalho – daí por que esse conteúdo representaria uma entidade resultante da ação do verbo.

A função de Receptivo (que estou chamando de **Neutro**), de acordo com PEZATTI (1992:107), “é o elemento que, embora afetado de algum modo pela ação verbal, não muda seu estado ou condição como resultado” É equivalente – mas não de todo – a dois Objetos descritos por LOPES (1990), que representam, respectivamente, a entidade que é transferida, de um lugar para outro, ou de um possuidor para outro, por uma ação ou processo; e a entidade que constitui o conteúdo de uma experiência psíquica ou sensorial, ou o conteúdo de um ato de comunicação. Consideramos a função de Neutro a que mais genuinamente corresponde a essas descrições, pois, conforme declara a autora, o Objeto tem um “caráter pouco marcado semanticamente” (LOPES, 1990:40). Preferimos, pois, neste trabalho, designar esta função como **Neutra** numa alusão à sua baixa carga semântica. A omissão da função Neutra se mostra possível em situações de uso como (22):

(22) “*houve tentativa de transformar o esperanto numa língua... universal... como não deu certo... o americano aproveitou e /tá né?... entrou o inglês em todo canto...*” (D2-47 HIII)

O conteúdo genérico do segundo argumento de *aproveitou*, que foi omitido, é pouco afetado pela ação do verbo, e não muda de condição. Aqui, o referente inespecífico do SN omissivo é Identificável por Referência Proposicional, e, sendo uma informação Dada no discurso, não carece de explicitação.

As relações entre predicados e argumentos incluem outras funções semânticas que não são nem afetantes nem afetadas. Entidades afetantes ou afetadas estão, em geral, mais estreitamente relacionadas, respectivamente, às funções sintáticas Sujeito e Objeto Direto, a que FILLMORE (1977b) chamou de “elementos nucleares” da sentença, aqueles que são postos em perspectiva. Existem, todavia, outros tipos de função semântica que, embora possam também exercer o papel de Sujeito ou de Objeto Direto, podem manifestar-se com outros papéis sintáticos. São elas as de **Beneficiário, Especificador e Locativo**.

Como define Chafe, existe um tipo de situação “benefactiva” em que uma entidade se beneficia do que é comunicado no resto da oração. Essa entidade Beneficiária não se comporta nem como um Agente nem como um Experienciador e pode representar, às vezes, “o elemento que está em estado de posse, ou que sofre ganho ou perda na transferência de um objeto” (PEZATTI, 1992:107).

Afirma Chafe que a função de Beneficiário é exigida por predicados de Estado, Processo ou Ação-Processo. Observa, entretanto, que mesmo predicados simples de Ação e alguns tipos de Ação-Processo podem ter um Beneficiário “facultativo” Haveria, assim, verbos intrinsecamente benefactivos, como “Tom tem os bilhetes” (cf. CHAFE, 1979:152), em que o Beneficiário seria “Tom”; e outros que se deixariam acompanhar “facultativamente” pelo Beneficiário (“Tom”), em “Maria deu a Tom os bilhetes” (cf. CHAFE, 1979:154).

É de chamar a atenção, neste contexto, o emprego do termo “facultativo” numa acepção puramente semântica, como é, de resto, toda a análise feita pelo autor nesta obra. Semelhantes afirmações só reforçam a hipótese de que existem, na estrutura argumental dos verbos, elementos mais obrigatórios ou mais facultativos que outros.

Constituem exemplos de complementos omissos com função Beneficiária casos como (23):

(23) *“teoricamente... ele /tá apresentando alguns...dados importante/ algumas... perspectivas...”* (DID-37 HII)

A entidade Beneficiária a quem *ele está apresentando alguns dados importantes, algumas perspectivas*, omitida do enunciado, se beneficia da ação de *apresentar* alguma coisa. Essa informação sobre o beneficiário da ação parece, de fato, mais dispensável semanticamente que o conteúdo daquilo que se *apresenta*.

Como descreve Chafe, um Especificador – a que preferiu chamar de “Complemento” – não especifica algo que se encontra em um dado estado ou que muda de estado, como acontece com os outros argumentos. Sua especificação é mais estrita, de vez que ele completa o próprio significado do verbo. “Aqui o verbo descreve uma ação que, por sua própria natureza, implica a coexistência de certo conceito nominal. Cantar, por exemplo, implica uma canção; jogar implica um jogo.” (CHAFE, 1979:162). A especificidade desse argumento, que se manifesta, sintaticamente, como Objeto Direto, na verdade, já tinha sido intuída pela gramática tradicional quando mencionou o “Objeto Direto Interno”

Brito, em sua descrição de complementos verbais, já salientara que esse tipo de argumento pode ser sempre omitido. Penso que é mais freqüente sua omissão do que sua realização com um nome de mesmo radical seguido de adjetivo. Empregos como “Este garoto morreu uma morte tranqüila./ Ele viveu uma vida agitada.” (BRITO, 1986:140) não se verificaram nos dados que examinei. Por outro lado, identifiquei exemplos de Especificadores de Objeto Direto Interno omissos, como em:

(24) “e:: ela também cantou lá” (D2-48 HIII)

O conteúdo do Objeto Direto Interno “canção ou cantiga” não está apenas implicado no significado lexical do verbo, como os outros argumentos de qualquer verbo, mas é mais previsível do que os outros, porque o verbo lhe impõe uma limitação semântica que não vai além do “alcance” semântico do próprio verbo. É como se este argumento pudesse ser previsto pela própria morfologia do verbo.

Tem-se, neste caso, um critério estritamente **semântico** que dá aos Especificadores do Objeto Direto Interno um caráter de maior

facultatividade. Esse favorecimento semântico tem uma consequência pragmática flagrante: um elemento com tão alto grau de previsibilidade semântica revela-se, naturalmente, redundante em termos de informatividade, o que acarreta a omissão.

Se a intenção do falante é deixar ao ouvinte apenas o teor genérico da informação lexicalmente implicada no verbo, então ele omite o complemento (especialmente porque o conhecimento linguístico lhe assegura que a estrutura semântica é bastante favorável à omissão). Do contrário, se o propósito é entrar em detalhes sobre a informação do argumento, então ele o realiza.

Chafe demonstra que os Especificadores (“Complementos”) relacionam-se não somente com verbos de Ação, como *cantar, jogar, ler*, mas ainda com verbos de Estado, como *pesar, custar, medir*. Constata que os Especificadores de Ação são uma exigência facultativa dos verbos com que se relacionam – e, aqui, mais uma vez, o termo “facultativo” é empregado pelo autor dentro de uma caracterização estritamente semântica.

A essa facultatividade, Chafe opõe a obrigatoriedade dos Especificadores de Estado. Exemplos do autor: “O livro pesa uma libra.”; “O doce custa dez centavos.” (1979:163). Esses verbos de Estado são resistentes à omissão de seus Especificadores, sendo necessário determinar que contextos favorecem os usos em que eventualmente não se realizem. Um desses contextos seria, segundo Brito, quando um “pseudo-advérbio” (como *muito, pouco, caro, bastante*) supre a informação do complemento de medida, como em “Este barril pesa muito” A autora menciona, ainda, certas ocorrências em que o *muito* fica subentendido no enunciado, o que se dá somente quando uma entonação específica, assinalada por uma pontuação adequada, denuncia sua presença. E exemplifica com: “Este bebê ‘pesa!’” (BRITO, 1986:68), em que as aspas marcam a ênfase sobre o verbo, e deixam a entender que “o bebê pesa **de-mais**” Fato semelhante ocorre com o enunciado abaixo:

(25) “a idade PESA” (D2-39 MIII)

No uso acima, a ênfase que recai sobre o verbo expressa o sentido de que *a idade pesa muito*. De acordo com o ponto de vista

da autora, a entonação, fazendo as vezes do elemento *muito*, supre a informação do complemento omissivo.

PEZATTI (1992:107), baseada em LIMA (1985), define a função semântica Locativo como aquela que “especifica a noção de espaço de que se revestem o estado, o processo ou a ação expressos na oração”. Chafe demonstra que os quatro tipos básicos de predicado podem relacionar-se com esta função semântica.

Sustentar que os Locativos podem acompanhar-se de qualquer tipo de verbo é pressupor a existência de pelo menos dois subtipos desta função: um Locativo de caráter estático e outro de natureza dinâmica. Os Locativos dinâmicos, que ocorrem com verbos de movimento, correspondem, ainda, a duas noções: a de **origem** e a de **destino** de um movimento. VILELA (1992:179) ainda inclui nas noções Locativas a de **percurso**, que exprimiria “o lugar intermediário em que a entidade sofre o acontecer verbal”

Como salienta BRITO (1986), os verbos de movimento, ou, mais apropriadamente, de deslocamento ativo, não exigem a explicitação de todos os seus complementos Locativos no discurso; alguns podem ser omitidos. Daí a importância que têm para este trabalho.

Vilela distribui os verbos de deslocamento ativo em quatro grupos, dentre os quais destaco:

- a) os que denotam um deslocamento em direção ao espaço do Não-Eu, como *ir, sair, afastar-se, partir etc.*;
- b) os que denotam um deslocamento em direção ao espaço do EU, como *vir, entrar, aproximar-se, chegar etc.*

Os verbos do primeiro grupo são selecionados pelo falante quando ele toma como ponto de referência um lugar que não inclui o espaço em que se encontra, como em: “O Pedro vai à Universidade.”; “O Antônio já partiu para o Canadá.” (cf. VILELA, 1992:186;190). Nos dois casos, se o falante estivesse na *Universidade* ou no *Canadá*, não teria selecionado *ir* e *partir*.

Quanto ao segundo grupo, analisando os seguintes exemplos de Vilela: “Ele veio ontem à cidade./ Ele chegou ontem a Paris.” (1992:191), é possível compreender que a escolha do verbo *vir* se dá

em função da posição do falante; se ele não estivesse na *cidade*, com certeza, teria optado por outro verbo, como *ir*. Vale observar, neste momento, que o espaço do destino coincide, no verbo *vir*, com o espaço dêitico do EU. A conjunção dessas duas características afeta diretamente o discurso, pois aumenta a possibilidade de omissão do Locativo de destino. É como se duas forças motivadoras (plagando DU BOIS, 1985) entrassem em competição: uma que, por veicular o foco da informação, conduz à realização do sintagma nominal – é a força do Locativo de destino; outra que, por informar sobre o espaço do falante, facilmente identificável no contexto extralingüístico, leva à omissão do SN – a força do dêitico EU. A segunda parece ser mais forte, daí a alta incidência de ocorrências do tipo: [Ele veio.]; [Ele está se aproximando.].

Com relação ao exemplo com *chegar*, não podemos garantir, contudo, que a posição do falante seja, necessariamente, “Paris”. O enunciado seria possível mesmo que o falante estivesse em outra cidade, ou em outro país. Este é um fator complicador que põe em xeque a classificação de Vilela. É preciso admitir que certos verbos, como *chegar*, *desembarcar* e também *entrar*, ainda que lexicalmente apontem para o espaço do EU – que já em si muito amplo –, parecem tomar como referencial a posição do sujeito. Em outras palavras, tomam por referência não o sujeito da enunciação, mas o do enunciado.

De toda essa análise, fica evidente como a localização do sujeito da enunciação, ou do sujeito do enunciado (talvez uma transposição do Eu), tem precedência sobre outras forças motivadoras da realização de argumentos Locativos. Dos diversos pontos discutidos, esta é uma das observações mais importantes no que tange ao estudo da omissão. O fato de um verbo A ou B pertencer à categoria dos que, lexicalmente, apontam em direção ao espaço dêitico do falante; ou pertencer à categoria dos que indicam uma direção oposta é superado pela localização do EU.

A omissão não se dá, porém, quando se deseja especificar essa localização do EU, que pode ser mais ampla ou mais restrita. Quanto mais específica a informação do Locativo, mais ele tende à realização; quanto mais genérica, mais tende a se omitir. Isto rei-

tera a importância do fator Generalizante para a omissão de complementos verbais.

Quando a posição do falante coincide, por outro lado, com o local de origem – que dificilmente tem relevância informacional nos verbos de deslocamento –, aí então o local de origem pode ser facilmente omitido. Por isso, em muitos verbos, a função Locativo de origem tem realização facultativa, razão pela qual alguns autores, como BORBA et al. (1992), deixam de tomá-la por argumento em verbos como *ir*. Exemplo:

(26) *“eu fui... com o M. lá na loja do menino”* (D2-45 HII)

Foi omitida, em (26), a informação do lugar de origem, por irrelevância, já que não transmite informação Nova.

É indiscutível o íntimo relacionamento entre Predicado, Função Semântica e Função Sintática, de tal modo que o favorecimento de um está, em alguma medida, imbricado no favorecimento de outro. Inevitavelmente, por isso, as discussões sobre um desses aspectos resvalam, naturalmente, para os outros.

No tocante aos dados estatísticos referentes ao Tipo de Predicado, os índices apontam para uma maior probabilidade de as omissões ocorrerem em predicados de Ação, conforme expressa a Tabela 4:

Tabela 4: Formas de manifestação e Tipo de Predicado

Predicados	SN pleno	Pronome	Omissão
Ação-Processo	.345	.263	.391
Ação	.272	.282	.446
Estado	.492	.330	.178
Processo	.229	.431	.340

Pela tabela, vê-se que também é bastante provável que a omissão se verifique em predicados de Ação-Processo, apesar de, neste caso, a probabilidade de SNs plenos ser praticamente a mesma. Os

de Estado estão mais altamente propensos a manifestar formas lexicais de complementos; os de Processo tendem a realizar pronomes.

Se há, pois, alguma probabilidade de haver omissão de complementos em predicados de Estado, isto se deve, com certeza, à interveniência de outros fatores, não a esta variável em si. Defendo que um predicado de Estado é, por si só, uma condição favorável à **obrigatoriedade** de um complemento verbal. Se se associar a isto a circunstância de que Estados e Processos têm baixa transitividade, então se pode constatar que um baixo grau de transitividade constitui também um critério para a obrigatoriedade de um complemento.

Chamo a atenção para a intensidade com que as relações semântico-sintáticas de **transitividade** estão entranhadas nas motivações estruturais. Das dez propriedades definidoras da transitividade, descritas por HOPPER e THOMPSON (1980), nem todas parecem ter o mesmo status. Presumo que as propriedades mais afetadas à inter-relação predicado-argumento, como Cinese, Agentividade, Volitividade, Afetação e Individuação, imprimem mais transitividade à oração do que as outras. Por isso julgo importante tê-las em conta na avaliação da omissibilidade.

Sugiro que essas propriedades possam, inclusive, contribuir para caracterizar os tipos de predicado, não importando os enunciados em que se dêem. Desta forma, parece ser possível considerar, a priori, o grau de transitividade dos predicados. Nenhuma das orações de Estado, por exemplo, independentemente da situação discursiva em que se encontrem, tem qualidade Cinética, nem Sujeito Agentivo, nem Objeto Afetado, embora possam apresentar Dois Participantes. Esta seqüência de raciocínio leva ao questionamento sobre o grau de transitividade das orações contendo complementos omissos: que parâmetros de transitividade são mais frequentes e caracterizadores de orações com omissão? Nesta pesquisa, analiso cinco parâmetros, presentes nos grupos de fatores aqui testados: Cinese, Aspecto, Pontualidade, Afetação e Individuação do Objeto.

Hopper e Thompson argumentam que só nas orações cinéticas as ações podem ser transferidas de um participante para outro (nas

orações estativas, isto não ocorre), e que uma ação deve ter, no mínimo, dois participantes envolvidos para que seja efetivamente transferida.

O grau com que uma ação é transferida para um paciente está diretamente ligado à intensidade com que o Objeto (Direto) é afetado. O grau de afetamento do Objeto é de crucial importância, pois se reflete na semântica aspectual da oração, especificamente no que diz respeito aos aspectos tético, perfectivo e pontual. As noções aspectuais serão tratadas com mais especificidade quando for discutida a variável Aspecto Verbal. Quanto à Individuação, uma ação pode ser transferida com mais efeito para um paciente individuado do que para um que não é. A Individuação é vista pelos autores como uma medida escalar, e pode ser avaliada por meio das seguintes propriedades: nome próprio, humano, animado, concreto, singular, contável, referencial e definido.

Com o apoio desses parâmetros, é possível afirmar que, se os predicados de Estado ocupam o lugar mais baixo da escala de transitividade, os de Ação-Processo se colocam, provavelmente, no extremo mais alto, uma vez que exigem, no mínimo, Dois Participantes; têm Cinese; não apresentam, em geral, Agentividade baixa; e os Objetos Diretos têm, geralmente, função semântica de Paciente ou Resultativo – as mais Afetadas.

O alto grau de transitividade permite justificar, semanticamente, a grande probabilidade (que alcança o segundo maior índice) de realizações plenas neste predicado. Isto poderia levar à dedução de que predicados com transitividade mediana influenciam a omissibilidade. Entretanto nada assegura que este seja mais um fator condicionante, de vez que as omissões são também frequentes em Ação-Processo, o mais transitivo dos predicados.

As conclusões deste trabalho ratificam e ampliam dois dos princípios estabelecidos por DU BOIS (1985) para a Estrutura de Argumento Preferencial: a Restrição do Argumento Novo Único e sua contraparte: a Restrição do Argumento Lexical Único. De acordo com a Restrição do Argumento Novo Único, em orações **transitivas**, somente um dos dois argumentos tende a comportar informação Nova – o **Objeto Direto**. E, conseqüentemente, pela Restrição

do Argumento Lexical Único, apenas esse mesmo argumento tende a manifestar-se como SN pleno. Se as orações mais tipicamente transitivas têm, em geral, predicado de Ação-Processo, então é lícito afirmar que este predicado é o que mais se conforma à restrição pragmática do Argumento Novo Único em O (Objeto Direto) e, por conseqüência, à contraparte gramatical desta restrição: a do Argumento Lexical Único na posição de Objeto Direto.

Há de parecer estranho, pois, que, de acordo com os resultados desta pesquisa, justamente os predicados de Ação-Processo, com alta transitividade e Objeto Direto mais prototípico, tendam a codificar principalmente as omissões. Mas os números não causarão surpresa se se tiver em conta que o grau de transitividade é avaliado em função de apenas dois tipos de complemento verbal: o Sujeito e o Objeto Direto. Nesta pesquisa, estão sendo levadas em conta todas as espécies de complemento verbal (à exceção do Sujeito, do complemento de predicados Existenciais e do Predicativo-Complemento).

Os dados não refutam, portanto, a hipótese de DU BOIS (1985); ao contrário, dão-lhe nova dimensão na medida em que demonstram que uma Ação-Processo tende a codificar como SN lexical o Objeto Direto, portando informação Nova. Além disso, apontam para uma forte tendência à omissão, não de Objetos Diretos, mas de outros complementos verbais. Exemplos:

(27) “o computador lhe mostra uma PAUtazinha assim e **você sai colocando as notinhas**” (DID-27 HI)

(28) “eu poderia substituir esse tubo menor de setenta e cinco” (EF-152 HII)

Nos exemplos acima, foi omitido o terceiro complemento de cada verbo. Dar ao terceiro complemento a forma de omissão é uma maneira de salientar a informação Nova, colocando-a em perspectiva como Objeto Direto e codificando-a como SN lexical.

Vale ressaltar que a informação Nova, relevante, de um enunciado pode, muitas vezes, recair não sobre complementos nucleares, mas sobre outros complementos, que ocupam o terceiro espaço

vazio, ou sobre o próprio verbo, ou, ainda com mais freqüência, sobre adjuntos adverbiais.

A incursão nos caminhos da Estrutura de Argumento Preferencial me conduz à reflexão de que a distribuição sintática das formas de complemento no discurso tem, sem dúvida, **motivação** mais forte no fluxo informacional, mas é pelas relações semântico-sintáticas que essa distribuição é, por assim dizer, **possibilitada** ou **favorecida**.

Apresento, a seguir, os dados probabilísticos referentes à ocorrência das formas de complemento verbal em função das Funções Semânticas (ver Tabela 5 abaixo):

Tabela 5: Formas de manifestação e Funções Semânticas

Funções Semânticas	SN pleno	Pronome	Omissão
Beneficiário	.155	.232	.612
Paciente	.358	.308	.334
Especificador	.321	.283	.396
Locativo	.227	.277	.497
Neutro	.471	.271	.258
Resultativo	.412	.513	.075

Os resultados indicam que a função semântica mais provável de ser omitida é a de Beneficiário, que, convém revelar, relaciona-se mais freqüentemente a Objetos Indiretos. Em segundo e terceiro lugar, aparecem, respectivamente, as de Locativo e de Especificador. Vale notar que são, justamente, as três funções não-afetadas e que as mais omissíveis são as afetadas. Isto sugere que o traço de Afetação do complemento é um fator condicionante da omissão.

No que diz respeito à probabilidade de formas realizadas, é a função Neutra a mais provável de codificar SNs lexicais. O Resultativo tende a ser codificado mais como pronome do que como SN completo, embora também tenha grande probabilidade de manifestar-se como tal.

Creio que os Resultativos possibilitam a instauração da referência no discurso, veiculando, muitas vezes, informação Nova,

que deve ser codificada como SN pleno, daí por que é muito pouco provável que esta função semântica manifeste formas omissas. É o que se comprova por exemplos do tipo:

(29) *“gera muito emprego”* (D2-39 MIII)

Para explicar a alta probabilidade de realização da função Neutra como SN lexical, é necessário ter em conta outros aspectos, como o tipo de predicado que a exige, a função sintática e o tipo de espaço vazio a que corresponde, bem como o grau de transitividade das orações em que ocorre. O Neutro é bastante freqüente em predicados de Estado, que, como foi dito, tendem a realizar os complementos como SNs lexicais. Também ocorre freqüentemente em predicados de Ação, quando tem função sintática de Objeto Direto, ou de Complemento Relativo⁴, e apresenta maior variação no grau de transitividade. Exemplo de omissão em Objeto Direto Neutro:

(30) *“nas loja de lá eles num atendem bem com aquela presteza”* (DID-32 MII)

O Objeto Direto omitido é, em parte, afetado pela ação de *atender*. Na verdade, representa muito mais o conteúdo das ações, apenas. Mesmo sendo definido como entidade afetada, nota-se que o grau de Afetação é muito baixo. Esta espécie de predicado de Ação me remete à observação pertinente de Hopper e Thompson sobre certas ações que, por não se efetivarem tipicamente, são menos transitivas do que as tradicionais orações intransitivas.

O Neutro em Complementos Relativos pode ocorrer no segundo ou terceiro espaços vazios do verbo. Esta é, na realidade, a função mais representativa do Complemento Relativo, o que o aproxima do Objeto Direto Neutro, e o diferencia do Objeto Indireto. A alta freqüência de realizações lexicais da função Neutra como Comple-

(4) Adoto, neste caso, a classificação de Rocha Lima (1973), que defende a separação entre Objeto Indireto, propriamente dito, que corresponde a *lhe(s)*, e um outro complemento preposicionado, que denominou de “complemento relativo”

mento Relativo evidencia ainda mais esta equiparação. Por isso as condições que favorecem a omissão destes Neutros também parecem semelhantes às que determinam a omissão do Objeto Direto.

Quando o Complemento Relativo Neutro ocupa o terceiro espaço vazio, então outro condicionamento, desta vez de ordem sintática, parece favorecer a omissão: o próprio fato de pertencer ao terceiro espaço. Exemplo:

(31) *“porque ele exige muita embocadura”* (DID-27 HI)

O exemplo comprova a afirmação de BRITO (1986) de que quanto maior o número de espaços do verbo, maior a possibilidade de omissão.

O Complemento Relativo Neutro no terceiro espaço não afeta em nada a transitividade da oração, de vez que esta é avaliada pelas características do verbo, do Sujeito e do Objeto Direto.

A função semântica mais omissível, de acordo com os resultados colhidos, é exatamente a que, em geral, corresponde ao terceiro espaço vazio: a de Beneficiário. A transitividade das orações com Beneficiários de Ação é, muitas vezes, a mesma das Ações com Neutro na função de Objeto Direto: uma transitividade média. Em predicados de Ação-Processo com Beneficiário, porém, como o Objeto Direto é sempre mais Afetado que o das Ações, o grau de transitividade aumenta à proporção que aumenta a Afetação. Por isso o grau de transitividade não parece exercer influência sobre a omissibilidade desta função semântica.

A segunda função mais omissível, a de Locativo ocorre, frequentemente, em predicados de Ação, ocupa, em geral, o segundo espaço do verbo e, por ser entidade não-afetada, dá às orações uma transitividade mediana:

(32) *“as palavras fugiam: num lembrava bem...”* (DID-43 MII)

(33) *“uma vez eu saí com um amigo meu”* (D2-47 HIII)

O segundo argumento, omitido, nos verbos *fugir* e *sair* é um Locativo, que desempenha a função sintática de Complemento

Locativo. Acredito ser este o subtipo menos transitivo dos predicados de Ação, de acordo com a escala de Hopper e Thompson. Dos parâmetros que elegi como mais indicadores de transitividade, apenas a Cinese e a Agentividade se aplicam às Ações Locativas. Nos dados examinados, predominaram as omissões Locativas em verbos do primeiro grupo (cf. a classificação de VILELA (1992), anteriormente aludida), que denotam um movimento em direção ao espaço do Não-Eu. Considerando-se que o EU é o ponto de referência natural, que, neste caso, constitui o lugar de origem, e como os verbos de deslocamento são semanticamente orientados para informar sobre o destino do movimento, pode-se concluir que o Locativo de origem, nesses verbos, está semanticamente “programado” para omitir-se. É possível afirmar, então, que o traço de origem representa um critério que permite classificar um dos Locativos dos verbos do primeiro grupo como complemento facultativo.

Quanto ao segundo grupo de verbos de deslocamento proposto por Vilela, embora tenha menor frequência, condiciona igualmente a omissão, mas por meio de outro critério. Este grupo se diferencia do primeiro, como foi dito, por pressupor um movimento em direção ao espaço dêitico do falante. Toda vez que o lugar de destino coincide com o espaço dêitico do sujeito da enunciação ou do enunciado, o Locativo de destino tende a omitir-se. Este é outro critério de facultatividade destes Complementos Locativos.

A terceira função semântica que mais condiciona a omissão de complementos verbais é a de Especificador, o argumento não-afetado que completa ou especifica o sentido do verbo. Também se verifica, o mais das vezes, em predicados de Ação e corresponde sintaticamente a um Objeto Direto “parcialmente incorporado” (cf. VILELA, 1992), que é muito facilmente omissível. Exemplo:

(34) *“porque você estudava de manhã de tarde e de noite”* (DID-32 MII)

Em (34), o complemento omitido não representa entidade afetada; apenas especifica algo que está implicado no próprio verbo de Ação. Observe-se que o escopo de conteúdo do complemento não ultrapassa o sentido de “matéria de estudo”. É curioso notar que,

apesar de seu limite muito estrito, o conteúdo desses complementos tem, muitas vezes, caráter genérico. E a genericidade advém da baixa Individuação dos Especificadores. Sempre que o grau de genericidade do OD Especificador, parcialmente incorporado, apenas informa de modo vago sobre a classe de elementos abrangida, então cresce bastante a possibilidade de omissão. Quanto menos Individuado for o Especificador de uma Ação, mais implicado está no conteúdo lexical do verbo (como se dá com o Objeto Direto Interno), de tal modo que o Objeto se torna quase que incorporado ao predicado. O Objeto Direto Interno, mais incorporado ao verbo, de baixa Individuação, e Não-Afetado **não** constitui, pois, um OD prototípico. Mas há tipos diversos de OD não-prototípico em predicados de Ação. Podem ser Neutros ou Especificadores, variam em grau de Individuação e, portanto, em grau de facultatividade. O que apresenta maior facultatividade é o Especificador que funciona sintaticamente como Objeto Direto Interno. Mas à medida que aumenta o grau de Individuação do OD Especificador, diminui a probabilidade de omissão.

Traço Animado

Duas hipóteses motivaram a escolha da variável Traço Animado:

a) tradicionalmente, os complementos diretos são associados a elementos Inanimados e os indiretos, a Animados. Se a associação, de fato, se mantém, é preciso descobrir se a omissão de complementos diretos e indiretos é determinada pelo traço Animado;

b) como demonstram ASHBY e BENTIVOGLIO (1993), no francês e no espanhol, os falantes tendem a codificar um referente como SN lexical na função de Sujeito (e não na função de Objeto Direto) quando esse referente é Animado. Se o fator Animado é responsável pela realização plena do Sujeito, em detrimento da realização não-plena do OD, é necessário examinar se traço Inanimado do OD determina, por sua vez, a omissão. O ideal seria poder verificar também se a realização plena do Sujeito Animado condiciona a omissão do OD, entretanto o corte metodológico desta pesquisa, tendo excluído da análise o Sujeito, inviabilizou esta investigação.

As hipóteses deste condicionamento foram, porém, muito cedo refutadas. A justificativa para isso está na caracterização de ODs mais prototípicos como mais Afetados e mais Individuados (cf. HOPPER e THOMPSON, 1980), que condiciona a Individuação ao traço [+ animado], dentre outros. Ora, se o OD mais prototípico é mais Individuado e, conseqüentemente, mais Animado, então o traço Inanimado não pode ser típico dos Objetos Diretos. Nem tampouco se pode dizer que o traço Animado favorece a omissão de complementos verbais, por isso os cálculos de probabilidade negaram a hipótese de determinação, conforme demonstra a Tabela 6:

Tabela 6: Formas de manifestação e Traço Animado

Traço Animado	SN pleno	Pronome	Omissão
Animado	.224	.502	.274
Inanimado	.442	.197	.361

Observe-se, pelos resultados, que o fator Animado determina a realização por pronome, enquanto que o fator Inanimado condiciona a realização por SN pleno.

Aspecto Verbal

Os tipos de Aspecto Verbal foram aqui definidos a partir de algumas classificações de TRAVAGLIA (1985), que julguei terem influência sobre a omissão de complementos verbais. O autor categoriza os aspectos verbais segundo dois critérios: duracão e "fases" (que inclui fases de desenvolvimento e completamento).

Parti da hipótese de que os aspectos durativos **Habitual** e **Indeterminado** – que, de acordo com Travaglia, têm Duração Ilimitada – condicionam a omissão de complementos verbais. Uma duração é ilimitada quando seus limites não são conhecidos nem sugeridos.

O que distingue o Habitual do Indeterminado é um outro traço: o de Continuidade da duração. Uma duração é Contínua quando ininterrupta; e Descontínua quando sofre interrupções em seu tem-

po de ocorrência. Com base nisso, o autor descreve o Indeterminado como Contínuo, e o Habitual como Descontínuo. Exemplo de omissão em contexto de aspecto Indeterminado:

(35) *“eles falam pelo povo...”* (D2-39 MIII)

O exemplo acima não apresenta situação infinita, e sim, sem limites conhecidos ou perceptíveis. Travaglia caracteriza tais situações como ontemporais, por serem tratadas como “universalizadas” ou seja, elas valem para qualquer tempo, mesmo que não estejam ocorrendo no momento preciso da enunciação. Este aspecto verbal tem ligação estreita com o traço de generalidade: o Indeterminado é sempre de caráter genérico. Como frisaram DU BOIS e THOMPSON (1991), predicções generalizantes e aspecto “habitual” estão intimamente relacionados (suponho que “habitual” neste sentido, inclua também o Indeterminado).

Constituem exemplos de omissões num contexto de aspecto Habitual:

(36) *“planta por dois ou três anos”* (EF-53 HII)

(37) *“que é que acontece? nós produzimos... o nosso produto sai... para os grandes centros...”* (DID-37 HII)

É preciso salientar que, nestas ocorrências, existe a mesma ontemporalidade presente nos casos de aspecto Indeterminado, especialmente quando o verbo está no presente do indicativo. A única diferença é que, nos exemplos logo acima, sugere-se algum limite para cada duração em foco, como em (36). Isto demonstra que é estreito o liame que separa os dois aspectos.

Quanto ao segundo critério, o de “fases” pelo qual Travaglia classificou os tipos de aspecto, subdivide-se em três noções aspectuais: 1. Fases de Realização; 2. Fases de Desenvolvimento; 3. Completamento.

Alguns dos aspectos postulados pelo autor, entretanto, se interseccionam, o que dificultou, em parte, esta análise, já que

levam ao risco de enviesamento. Na tentativa de evitar a superposição de fatores, considere, segundo as fases de desenvolvimento, apenas o aspecto **Inceptivo**, representando o início da situação; e o **Cursivo**, indicando o meio. Não identifiquei, todavia, nenhuma omissão de complementos verbais em situações de aspecto Inceptivo, por isso fui obrigada a excluí-lo da análise. Exemplo de omissão em situações Cursivas:

(38) “*então os menino aprendiam*” (D2-45 HII)

No uso acima, a situação é apresentada como não estando nem no início nem no fim, mas em pleno desenvolvimento. É possível notar que a forma de imperfeito do indicativo (e também de gerúndio) contribui fortemente para assinalar a noção de cursividade, embora não implique sempre o aspecto Cursivo, de vez que pode também indicar outras noções aspectuais. Este foi, de resto, o principal motivo pelo qual reformulei a hipótese de BRITO (1986) sobre o condicionamento de um **tempo verbal** que expresse hábito, repetição. A omissão é condicionada pelo aspecto, não pelo tempo gramatical, embora este contribua para a marcação daquele.

Em vez de considerar o ponto terminal da situação, que me pareceu não ter importância para a análise, selecionei, dentro da noção de completude, o aspecto **Perfectivo**, que apresenta a situação como completa. O Imperfectivo, que mostra a situação em uma de suas fases de desenvolvimento, foi eliminado por se superpor a outros aspectos já contemplados nesta pesquisa.

Os termos perfectivo/imperfectivo, consoante HOPPER e THOMPSON (1980), são normalmente usados de modo bastante impreciso. A perfectividade é uma propriedade que só emerge do discurso, por isso os autores preferem operar com a noção de “telicidade” que pode ser avaliada pela simples análise do predicado. Uma ação tética é aquela vista de seu ponto final, e é mais efetivamente transferida do que uma atélica. Por esse prisma, o que estamos concebendo como perfectividade está muito próximo da idéia de telicidade.

Exemplo de omissão em situação Perfectiva:

(39) “então ela **deixou** muita coisa” (DID-32 MII)

A situação, em (39), é vista como completa, em seu todo, daí ser classificada como perfectiva (tética). O pretérito perfeito é, em parte, responsável por essa idéia.

Não parece ser decisiva, porém, a influência do Perfectivo no fenômeno da omissão, uma vez que o enunciado acima poderia perfeitamente omitir o complemento se estivesse em outra situação aspectual. Isto se confirma pelos dados probabilísticos dispostos na Tabela 7:

Tabela 7: Formas de manifestação e Aspecto Verbal

Aspecto	SN pleno	Pronome	Omissão
Perfectivo	.316	.391	.293
Indeterminado	.344	.408	.249
Habitual	.315	.330	.355
Cursivo	.336	.219	.445

A tabela demonstra uma maior probabilidade de o aspecto Indeterminado determinar a forma pronominal, o que refuta uma das hipóteses deste trabalho. É também mais alta a probabilidade de o Perfectivo condicionar os pronomes, embora o índice esteja muito próximo do de SNs plenos. Isto significa que o Perfectivo manifesta preferencialmente as formas realizadas.

Creio que este resultado se explica, de algum modo, pela frequente comunhão dos aspectos Perfectivo e Pontual, intimamente relacionados com o grau de Afetamento do Objeto Direto e, conseqüentemente, com o grau de transitividade da oração. O aspecto é Pontual quando a ação do verbo não apresenta nenhuma fase de transição entre início e fim. As ações pontuais, segundo Hopper e Thompson, têm mais efeito sobre seus pacientes do que as não-pontuais, ou durativas. Uma oração mais transitiva, convém reiterar, favorece a realização do Objeto, que é mais Afetado.

Os índices probabilísticos confirmam a hipótese de condicionamento do aspecto Habitual, mas, surpreendentemente, apontam o Cursivo como o fator mais determinante da omissão. O Cursivo – saliente-se – partilha do traço de duração, ou de não-pontualidade, presentes nas ações habituais.

Suspeito, até, que o condicionamento do aspecto Habitual seja mais significativa do que expressam os resultados, e acredito que isto se deva à imprecisão dos critérios distintivos dos aspectos verbais.

TRAVAGLIA (1985:104) denuncia a enorme semelhança entre Habitual e Iterativo, por um lado; e Indeterminado e Habitual, por outro, a ponto de, muitas vezes, se confundirem. De fato, nem sempre é possível classificar, com absoluta segurança, uma situação como Habitual, Indeterminada, ou até mesmo Iterativa, ou Cursiva. Atente-se para os exemplos abaixo:

(40) “então depois aí tem umas MÚsicas que EU não conheço... quer dizer é aquela é a tal história **você sabe... mas num LEMbra**” (D2-39 MIII)

(41) “e mando para o P. o P. eu sei que **ele lê** porque ele me dá notícias” (D2-39 MIII)

Em (40), o fato de haver duração contínua em *sabe* e *lembra* autoriza a classificação do aspecto como Indeterminado. Entretanto pergunto se a simples pressuposição de um adjunto adverbial freqüentativo não permitiria tomá-lo como Habitual, ou como Iterativo, por exemplo: [É a tal história, às vezes, você sabe, mas não lembra]. O elemento marcador de descontinuidade tem que necessariamente estar presente no enunciado para que a situação seja assim caracterizada?

Há situações, como em (41), em que o próprio verbo expressa a descontinuidade da duração, e, nesses casos, não resta dúvida de que o aspecto é Habitual. Mesmo assim, a pressuposição de um elemento como “às vezes” leva a pensar na possibilidade de uma duração descontínua limitada, e, assim sendo, haveria aspecto Iterativo. Razões como essas me conduziram a reunir Habitual e

Iterativo num mesmo aspecto verbal, desconsiderando a distinção limitado/ilimitado do caráter descontínuo.

Além desses casos limítrofes, permanece ainda o problema da superposição de noções aspectuais. Em (40), por exemplo, se se tomar a situação como Habitual, já que ela pode ser vista como repetitiva, ainda assim, penso ser possível classificá-la também como Cursiva, pois se trata de um estado em pleno desenvolvimento.

Pelas razões aqui expostas, sugiro que se faça uma abstração das categorias aspectuais, dadas as inevitáveis ciladas classificatórias, e se investiguem os traços aspectuais que, de fato, determinam a omissão. Por ora, adianto apenas que ambas as noções têm em comum o critério da duração e da imperfetividade, ou, dizendo de modo mais preciso, da **não-pontualidade** e da **não-“telicidade”**

Também não posso afirmar, no momento, se o aspecto verbal influencia a omissão de outros complementos verbais, que não apenas a do Objeto Direto.

A DETERMINAÇÃO SINTÁTICA

A única hipótese de condicionamento sintático testada nesta pesquisa foi a de que, quando a informação Nova incide sobre o Adjunto Adverbial, certos complementos se omitem em favor da realização do adjunto, já que cada enunciado tende a conter somente uma informação Nova. Os resultados de probabilidade evidenciaram a condicionamento da omissão em função da presença do Adjunto Adverbial. É o que indica a Tabela 8:

Tabela 8: Formas de manifestação e Adjunto Adverbial

Adj. Adverbial	SN pleno	Pronome	Omissão
Ausência	.354	.405	.241
Presença	.299	.261	.440

Pelos resultados, há um índice maior de omissões quando os adjuntos adverbiais (de modo, tempo, lugar e intensidade, conforme BRITO, 1986) estão presentes no enunciado. Há, ainda, uma tendência maior de realização pronominal na ausência de adjuntos adverbiais, mas nisto, certamente, intervêm muitas outras variáveis que não me compete discutir no momento.

Pela hipótese da Estrutura de Argumento Preferencial, os falantes preferem realizar uma única forma plena de argumento nuclear, aquela que porta a informação Nova. A hipótese não prevê, porém, que, se a informação Nova, por intenção do falante, incidir sobre um adjunto adverbial, então este será codificado como SN pleno, e haverá omissão do argumento, ainda que ele seja nuclear.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos oito grupos de fatores testados, somente um, o Traço Animado, não se mostrou determinante da omissão de complementos verbais.

Do grupo Identificabilidade, o fator “Não-Identificável” ou seja, Não-Referencial, foi indicado como o mais significativo. E, do grupo Estado de Ativação, o fator Acessível é o mais condicionante. Os conteúdos das omissões Acessíveis estão pressupostos no conhecimento compartilhado dos participantes da conversação, mas são ativados por informações presentes ainda na consciência focal do ouvinte.

Quanto ao favorecimento semântico da omissão, há uma complexa rede de fatores responsáveis por esse condicionamento. O inter-relacionamento de fatores semânticos e sintáticos é tão íntimo que se torna difícil precisar o grau de determinação de cada um.

Os parâmetros de transitividade, o tipo de predicado, a função semântica e a função sintática devem ser submetidos a nova investigação a fim de se chegar aos critérios definidores da obrigatoriedade ou facultatividade de um complemento, para que se possa averiguar qual o peso de probabilidade de cada um em cada tipo de

complemento verbal. Mas as conclusões aqui expostas já representam um ponto de partida consistente para um estudo desse porte.

O predicado de Ação é o que mais condiciona a ocorrência de complementos omissos. Entretanto, os de Ação-Processo, mesmo sendo condicionados semanticamente a realizar como SN lexical a informação Nova do Objeto Direto, têm grande probabilidade de omitir outros tipos de complemento e, às vezes, o próprio OD. É necessário examinar, porém, que variáveis influenciam, especificamente, a omissão do Objeto Direto e quais as que determinam a omissão de outros complementos verbais.

Os predicados de Estado favorecem a obrigatoriedade, não a omissão, dado o baixo grau de transitividade que apresentam.

Os predicados de Ação se situam num ponto intermediário da escala de transitividade, porém não é possível deduzir, a partir desta conclusão, que a transitividade mediana é também um dos condicionadores, já que os predicados de Ação-Processo, com alta transitividade, também determinam a omissibilidade.

O tradicionalmente chamado Objeto Direto é uma arquifunção sintática; sob esse rótulo, estão agrupados subtipos bastante distintos. O Objeto Direto mais prototípico prende-se justamente a predicados de Ação-Processo, tem função semântica de Paciente ou Resultativo e tende a veicular informação Nova, mais Individuada (referencial, definida, concreta etc.), por isso mesmo, é em geral codificado como SN pleno. Todavia, sob outras condições pragmáticas, semânticas e/ou sintáticas favoráveis, o mesmo Objeto Direto prototípico, em especial quando na função semântica Paciente, pode ser omitido.

Os Objetos Diretos não-prototípicos estão presentes em predicados de Ação, e são omissíveis, mas seu grau de omissibilidade depende também de outros fatores, como o tipo de função semântica, o grau de Afetação e o grau de Individuação. Divergem entre si e poderiam ser classificados segundo uma gradação de facultatividade. O mais omissível é o Especificador, que funciona sintaticamente como Objeto Direto Interno, cujo conteúdo, por estar previsto na própria morfologia do verbo, é tautológico, quando se restringe

à informação Generalizante implicada no verbo. Mas à medida que aumenta o grau de Individuação do Objeto Direto Especificador, diminui a probabilidade de ele omitir-se, e isto deve originar subtipos diferentes.

Do grupo Função Semântica, a de Beneficiário é a que mais favorece a omissão, seguida da de Especificador, exatamente as não-afetadas. Os Beneficiários ocorrem tanto em predicados de Ação quanto de Ação-Processo, e normalmente correspondem à função sintática Objeto Indireto, a qual, geralmente, representa o terceiro espaço vazio dos verbos. Estas propriedades, em conjunto, podem ser consideradas um critério de facultatividade.

A terceira função semântica que favorece a omissão é a de Locativo, em predicados de Ação. As Ações Locativas são semanticamente orientadas para informar sobre o destino do deslocamento, e, por isso, tendem a omitir o Locativo de origem, especialmente nos verbos que pressupõem um movimento em direção ao Não-Eu. Outra característica que determina a facultatividade é a coincidência do Locativo com o espaço dêitico do sujeito da enunciação ou do enunciado.

Quanto ao grupo Aspecto Verbal, os resultados estatísticos revelaram que os aspectos *Cursivo* e *Habitual* são determinantes da omissão. Concluí, porém, que, dada a imprecisão dos critérios definidores de cada situação aspectual, é preferível considerar como relevantes não as categorias, mas os traços aspectuais de não-pon-tualidade e de não-"telicidade"

Por fim, com relação ao condicionamento sintático, confirmou-se a hipótese de que, muitas vezes, o falante concentra no Adjunto Adverbial a informação Nova, lexicalizando-o, o que o leva a omitir o complemento verbal.

Esta pesquisa constatou que a distribuição sintática das formas de complemento no discurso é mais fortemente motivada por aspectos pragmático-discursivos. Mas há um conjunto de relações semântico-sintáticas que favorecem estruturalmente a omissão, e o falante, de posse desse conhecimento lingüístico, seleciona o que melhor atende a seus propósitos comunicativos.

BIBLIOGRAFIA

- ASHBY, William J. & BENTIVOGLIO, Paola (1993). Preferred argument structure in spoken french and spanish. In: *Language variation and change*. v.5. p.61-76.
- BORBA, Francisco da Silva et alii (1991). *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo, UNESP.
- BRITO, M. Eliana D. Alves de (1986). *Complementação verbal: estudo dos elementos nominais básicos do verbo do português*. Rio de Janeiro, PUC. Dissertação de Mestrado.
- BROWN, Gillian & YULE, George (1985). *Discourse analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CHAFE, Wallace (1979). *Significado e estrutura lingüística*. Trad. de Maria Helena Moura Neves.... Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.
- . (1980). The development of consciousness in the production of a narrative. In: ____ (ed.). *The pear stories*. Norwood, N.J. Ablex.
- . (1987). Cognitive constraints on information flow. In: Tomlin (ed.). *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam, Benjamins. p. 21-51.
- DIK, Simon C. (1981). *Functional Grammar*. Dordrecht/Cinnaminson: Foris Publications.
- DU BOIS, John W. (1985). Competing motivations. In: Haiman (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: Benjamins. p. 343-65.
- DU BOIS, John W. & THOMPSON, Sandra A. (1991). *Dimensions of a theory of information flow*. Santa Barbara: University of California.
- FILLMORE, Charles (1977a). Em favor do caso. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro, org. *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. p. 275-365.
- . (1977b). The case for case reopened. In: COLE, P. & SADOCK, J. M. *Syntax and semantics*. New York, Academic Press. v. 8.
- GIVÓN, T. (1991a). Functionalism and grammar: a prospectus. University of Oregon. (mimeo.)
- . (1991b). Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations. *Studies in Language*. 15 -1.
- . (1990). Markedness in grammar: distributional, communicative and cognitive correlates of syntactic structure. University of Oregon. Technical Report. n. 90-8.

- _____. (s/d). On interpreting text-distributional correlations: some methodological issues. (mimeo.)
- GRICE, Paul (1975). Logic and conversation. In: COLE, P. & MORGAN, J. L. (orgs.). *Syntax and semantics*. v. 2. New York, Academic Press.
- HELBIG, Gerhard (1992). *Problem der valenz – und casus theorie*. Tübingen: Niemeyer.
- HOPPER, Paul J. & THOMPSON, Sandra A. (1980). Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, v. 56, n. 2, p. 251 – 299.
- LIMA, Maria Cecília Pires Barbosa (1985). *A transitividade: contribuição para uma tipologia oracional*. Araraquara. Tese de Doutorado – UNESP.
- LOPES, Helena Hawad (1990). *Sintaxe e semântica na complementação verbal do português – um estudo de verbos de três espaços*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – PUC.
- LYONS, John (1980). *Semântica I*. Trad. de Wanda Ramos. Lisboa, Editorial Presença / Martins Fontes.
- _____. (1977). *Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press. v. 2.
- PEZATTI, Erotilde Goreti (1992). *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Araraquara. Tese de Doutorado – UNESP.
- PINTZUK, Susan (1988). *Programas VARBRUL*. Trad. de Ivone Isidoro Pinto e Maria Marta P. Scherre. (mimeo).
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da (1973). *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- SEARLE, John R (1981). *Os actos de fala – um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra, Almedina.
- SCHERRE, Ma. Marta P. (1993). *Introdução ao pacote VARBRUL para micro-computadores*. UFRJ/UNB.
- TESNIÈRE, L. (1966). *Eléments de syntaxe structurale*. 2 ed. Paris, Klincksieck.
- TRAVAGLIA, Luiz C. (1985). *O aspecto verbal no português – a categoria e sua expressão*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia.
- VILELA, Mário (1992). *Gramática de valências – teoria e aplicação*. Coimbra, Almedina.

ABSTRACT: *The purpose of this work is to point out a set of pragmatic, semantic and syntactic variables which determine the omission – a form of non-realization of non-anaphorically recoverable verbal complements.*

From an analysis of 1669 occurrences of verbal complements, extracted from nineteen inquiries in the project PORCUFORT (Português Oral Culto de Fortaleza), I concluded that the pragmatic variables Activation State and Identifiability are the ones which most condition the phenomenon, for they are the ones which most reflect the speaker's intentionality. These factors interact with various conditioners of semantic-syntactic nature, especially those linked to relationships between predicates, semantic functions and syntactic functions. Besides, this work adds, to these answers, a series of reflexions about clause transitivity with omission and about the criteria for the distinction between obligatory and optional complements.

Keywords: *omission, verbal complements, facultativity.*

O PROLETÁRIO APARECE

Oswaldo Humberto L. Ceschin *

*A Valentim Faccioli, amigo e companheiro
de esperança e de trabalho*

RESUMO: *O trabalho, depois de considerar alguns elementos históricos da palavra **proletário**, examina algumas de suas principais ocorrências em textos da literatura brasileira, do século XIX especialmente, e comenta seu emprego num dos "Cromos" publicados por B. Lopes em 1881.*

Palavras-chave: *proletário, classe social, etimologia, estilística, história, literatura, marxismo.*

Uma das mais fascinantes palavras dos tempos modernos tem raiz profunda e longa tradição. Perdeu, entretanto, de uns tempos para cá, em razão de circunstâncias já sabidas, parte de seu fascínio. É bem verdade que, no Brasil, a força expressiva de *proletário* não operou nem prosperou. Descaracterizou-se. Serviu a muitos de pretexto e a vários, de expediente; muito pouco a boas causas. Aquele a que designa talvez o ignore e mais o estranhe. Tem aspecto desajeitado de estrangeiro e soa um pouco áspero, desacomodado. Ganhou um valor depreciativo e sofre dos mesmos preconceitos que marcaram sua origem e histórica trajetória. Ocorre em língua portuguesa como em várias outras e por isso pode até merecer notoriedade: contribui, a seu modo, para unir, feito desenho da própria contradição.

(*) Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH-USP.

Quando em fevereiro de 1848, Marx e Engels concluíram a redação do Manifesto, imprimiram numa frase em apelo uma proposta síntese que só a devoção laboriosa ou a expressão obstinada, impostas pela consciência política ou pela necessidade, poderiam sustentar: “proletários de todos os países, uni-vos!” É ainda do mesmo Manifesto: “Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassalos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais.” Observa-se que o trecho alude distintamente a patrícios e cavaleiros, que, em certo aspecto, formavam entre os patrícios; mas mantinham um estatuto próprio, dada sua importância militar e também política. A *ordo equestris*, de fato, compunha um segmento à parte nessa economia social. Rivalizava, via de regra, com outra ordem a dos senadores, que dominavam a casta religiosa dos sacerdotes ou magistrados, e daí, o culto e a lei – na antiga cidade, sempre presa à religião. Em momentos de ameaça externa, principalmente, exibia sua importância essa cavalaria guerreira e aristocrática que podia manter a próprio custo seu caro equipamento de ação. Era indispensável à *classis*, por isso, constituía uma espécie de corporação privilegiada nesse sistema romano e latino, talvez de influência etrusca.

O termo *classis*, nessa época, identificava-se com “corpo de tropa” e a cada um pertencia um segmento social segundo seus bens e direitos. Cada classe era dividida em centúrias. Na classe especial dos cavaleiros ainda no período do reinado foram admitidos os mais ricos plebeus, que formaram doze centúrias, uma conquista da plebe que nem as posteriores iniciativas do patriciado, conseguindo anular as leis que Sêrvio concedera a ela, puderam desfazer; principalmente pela necessidade de manter a organização do exército, que representava a sobrevivência da urbe. Dessa organização primitiva do exército e de seu reflexo na organização do sistema político das assembleias centurias ou comícios, um segmento numeroso da população romana permanecia alijado e só em outro momento pôde formar uma centúria utilizada em trabalhos, nas atividades militares, o dos proletários.

Enquanto os plebeus reconquistavam direitos e alcançavam outros durante o período republicano, enriquecidos ao mesmo título dos patrícios, muitos deles; enquanto os clientes e os escravos, protegidos pelo interesse do estado ou do patrono, mantinham-se de certo modo abrigados, os demais que formavam a multidão dos obreiros sem face, apesar de livres, somente contavam, para sobrevivência, com a força do trabalho que podiam oferecer, em troca de mísero pagamento em espécie ou moeda que não dava para acumular. Sem proteção, sem meios de subsistência, esses indivíduos ficaram à mercê das classes que dirigiam os negócios de Roma e das regiões conquistadas, nos séculos que seguiram ao reinado, e foi muito lenta a conquista dos direitos de que já gozavam de longa data os cidadãos das classes dos patrícios com sua clientela e dos plebeus.¹

Ao denominar os operários do mundo moderno com essa palavra histórica, o *Manifesto* sinaliza um fenômeno que operou em circunstâncias sociais diferentes, mas manteve algumas peculiaridades de origem, como “o proletário nada tem de seu”; “os operários são constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria”; “as leis, a moral, a religião são para ele meros preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros interesses burgueses”². Se consideramos a correspondência entre burguesia e plebe organizada, não há como negar certas semelhanças entre os fatos que essas sociedades registraram em sua evolução e o justo achado dessa palavra-símbolo tão cara a Marx e Engels e tão representativa dos fenômenos sócio-econômicos que marcam a história do homem no ocidente há mais de vinte e cinco séculos. No período feudal o proletariado mudou de nome e não de condição. Está também na base da força de trabalho do campo como servos, nas novas aglomerações urbanas da Meia Idade européia como vilãos e ingênuos, libertos e

(1) Lembra-me, em boa hora, o Prof. José Antônio Pasta Júnior, a propósito, da menção de Aulo Gêlio: ... id est classicus adsiduusque aliquis scriptor, non proletarius”, comentada por E. R. Curtius em sua *Literatura Européia e Idade Média Latina*, p.316.

(2) Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. 5a ed. Rio de Janeiro, Vitória, 1963.

seus filhos, população de vencidos ou imigrados, submetidos à nova ordem dos privilegiados: proprietários nobres, clero e guerreiros a serviço de um senhor que é poder e justiça. Embora desusado nesse período, restrito à herança da documentação antiga, o fenômeno que representava no passado permaneceu, *mutatis mutandi*. A palavra proletário viveu nas línguas européias, na documentação, principalmente de expressão latina, como signo de diferença de direitos e de poder: de separação e injustiça, de exclusão e alienação. Associada ao exercício do trabalho braçal, naturalmente sofreu o mesmo desprestígio que o de seu referente, sobretudo na expansão do capitalismo na sociedade ocidental moderna.

O VOCÁBULO

No francês do século XIV ocorre já na forma evoluída, o que não se dá no português, em que permanece apenas como empréstimo. Também no francês apresenta extensão de sentido, como consequência de uso, a partir do séc. XVIII. É por essa língua que retoma sua vitalidade entre as línguas modernas da Europa. No português, apresenta-se em dicionários, na linguagem técnica, sobretudo, mas são raras as oportunidades até a divulgação do Manifesto Comunista. Bluteau, não o registra, apesar de indicar prole. O nosso Morais já o inclui na edição de 1813. Utilizou-o Rebelo da Silva nos *Fastos da Igreja*: "... saciando a plebe mendiga dos proletários..." no séc. XIX, em Portugal. Na expressão literária, o vocábulo corre na pena de Machado de Assis, talvez na mais próxima presença do Manifesto de que se tem notícia no Brasil, com valor de adjetivo, e numa das mais incisivas crônicas que ele publicou. Pelo valor histórico e literário essa peça merece a transcrição integral. Não só pelo uso do vocábulo em questão, nesse contexto, mas pela oportuna atualidade dessa página machadiana como documento, como exemplo e como mensagem. É tão eloqüente que emociona.

A reforma pelo jornal³

Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. Devia ser curioso vel-as quando um século despertou ao clarão d'este *fiat* humano; era a cupula de seu edificio que se desmoronava.

Com o jornal eram incompatíveis esses parasitas da humanidade, essas fofas individualidades de pergaminhos alçado e leitos de brazões. O jornal que tende á unidade humana, ao abraço commum, não era um inimigo vulgar, era uma barreira... de papel, não, mas de intelligencias, de aspirações.

É facil prever um resultado favoravel ao pensamento democratico. A imprensa, que incarnava a idéa no livro, expendi eu em outra parte, sentia-se ainda assim presa por um obstaculo qualquer; sentia-se cerrada n'aquella esphera larga mas ainda não infinita; abriu pois uma represa que a impedia, e lançou-se uma noite aquelle oceano ao novo leito aberto: o pergaminho será a atlantida submergida.

Por que não?

Todas as cousas estão em germen na palavra, diz um poeta oriental. Não é assim? O verbo é a origem de todas as reformas.

Os hebreus, narrando a lenda do Genesis, dão á criação da luz a precedencia da palavra de Deus. É palpitante o symbolo. O *fiat* repetiu-se em todos os chaos, e, cousa admiravel! sempre nasceu d'elle alguma luz.

A historia é a chronica da palavra. Moysés, no deserto; Demosthenes, nas guerras hellenicis; Christo, nas synagogas da Galliléa; Huss, no pulpito christão; Mirabeau, na tribuna republicana; todas essas boccas eloquentes, todas essas cabeças salientes do passado, não são senão o *fiat* multiplicado, levantado em todas as *confusões* da humanidade. A historia não é um simples quadro de acontecimentos; é mais, é o verbo feito livro.

Ora pois, a palavra, esse dom divino que fez do homem simples materia organizada, um ente superior na criação, a pa-

(3) Machado de Assis. "A reforma pelo jornal" 23 de outubro de 1859. Obras Completas. Rio de Janeiro, Jackson, 1937.

lavra foi sempre uma reforma. Fallada na tribuna é prodigiosa, é creadora, mas é o monologo; escripta no livro, é ainda creadora, é ainda prodigiosa, mas é ainda o monologo; esculpida no jornal, é prodigiosa e creadora, mas não é o monologo, é a discussão.

E o que é a discussão?

A sentença de morte de todo o *statu quo*, de todos os falsos principios dominantes. Desde que uma cousa é trazida á discussão, não tem legitimidade evidente, e n'esse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de quêda.

Ora, a discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convem exactamente á organização desigual e sinuosa da sociedade.

Examinemos.

A primeira propriedade do jornal é a reprodução ameudada, é o derramamento facil em todos os membros do corpo social. Assim, o operario que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vae lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquelle pão do espirito, hostia social da communhão publica. A propaganda assim é facil; a discussão do jornal reproduz-se tambem n'aquelle espirito rude, com a differença que vae lá achar o terreno preparado. A alma torturada da individualidade infima recebe, acceita, absorve sem labor, sem obstaculo aquellas impressões, aquella argumentação de principios, aquella arguição de factos. Depois uma reflexão, depois um braço que se ergue, um palacio que se invade, um systema que cahe, um principio que se levanta, uma reforma que se corôa.

Malevola faculdade – a palavra!

Será ou não o escolha das aristocracias modernas, este novo molde do pensamento e do verbo?

Eu o creio de coração. Graças a Deus, se ha alguma cousa a esperar é das intelligencias proletarias, das classes infimas; das superiores, não.

As aristocracias dissolvem-se, diz um eloquente irmão d'armas. É a verdade. A acção democrática parece reagir sobre as castas que se levantam no primeiro plano social. Os proprios

brazões já se humanizam mais, e alguns jogam na praça sem notarem que começam a confundir-se com as casacas do agiota.

Causa riso.

Tremem, pois, tremem com este invento que parece abranger os seculos – e rasgar desde já um horizonte largo ás aspirações civicas, ás intelligencias populares.

E se quizessem supprimil-o? Não seria mão para elles; o fechamento da imprensa, e a suppressão da sua liberdade, é a base actual do primeiro throno da Europa.

Mas como! cortar as azas de aguia que se lança no infinito, seria uma tarefa absurda, e, desculpem a expressão, um commettimento parvo. Os pergaminhos já não são azas de Icaro. Mudaram as scenas; o talento tem azas proprias para voar; senso bastante para aquilatar as culpas aristocraticas e as proibições civicas.

Procedem estas idéas entre nós? Parece que sim. É verdade que o jornal aqui não está á altura da sua missão; pesalhe ainda o ultimo élo. Ás vezes leva a exigencia até á lettra maiuscula de um titulo de fidalgo.

Cortezania fina, em abono da verdade!

Mas, não importa! eu não creio no destino individual, mas acceito o destino collectivo da humanidade. Ha um polo attrahente e phases a atravessar. – Cumpre vencer o caminho a todo o custo; no fim ha sempre uma tenda para descançar, e uma relva para dormir.

Na crítica aguda de Machado de Assis à aristocracia há previsões e anseios, há propostas e sentimento de fé na palavra e no seu poder gerador de fatos sociais, uma esperança expressa no destino coletivo da humanidade, guiado pelas “inteligências” proletárias dos humildes. Parece mais razoável, diante do texto de Machado, meditar e refletir. Pouco se pode dizer além. Não só convence e atrai, como comove.

Praticamente contemporâneo de Machado de Assis, porém mais jovem, um dos mais importantes pensadores e críticos da lite-

ratura e da cultura brasileira, Sílvio Romero também se apropriou do vocábulo de forma modelar, ocupando-se dele com absoluta consciência de sua acepção técnica e atualizada, num trabalho elaborado em 1892.

Num capítulo de notável percepção política da realidade brasileira faz o exame das condições sociais e históricas da recém-proclamada República e o das circunstâncias em que se organizam os grupos políticos nessa nova ordem. A respeito do “nosso partido operário” pergunta:

“As seguintes questões a seu respeito estão a pedir uma resposta pronta e decisiva: possuímos já nós aqui as condições, todas as condições indispensáveis à existência de um proletariado político, propondo lutas e projetando reivindicações?

Corresponde a criação de um partido proletário no Brasil a necessidades e aspirações ineludíveis, senão de todo o povo, ao menos de uma grande classe da sociedade?”⁴

Com estas e outras indagações questiona a respeito das discussões e dos esclarecimentos da opinião pública, deficiências cuja existência reprovava e denuncia: “A nossa literatura socialista ainda não existe e só por si este sintoma original é digno de séria meditação: nós aqui tivemos o partido antes de havermos tido a propaganda...”⁵

Depois de estabelecer significativa ordenação da estrutura social sob o aspecto das relações econômicas, em sete distintas classes sociais (e de reconhecer uma “*pobreza geral*, dando-se até uma singular anomalia: a classe mais pobre que existe no país é justamente a que corresponde à *burguesia* da Europa”⁶), em que aparecem diferenças entre as populações urbanas e as pequenas cidades e o campo, numa análise percuciente e muito sincera, conclui, num trecho que merece também ficar inteiro:

(4) Sílvio Romero. “Os novos partidos políticos no Brasil...” em Antonio Cândido. *Sílvio Romero teoria, crítica e história literária*. São Paulo, EDUSP, 1978, p. 177.

(5) Idem *ibidem*. p. 177.

(6) Idem *ibidem*. p. 180.

“Uns e outros vivem em certa mediania, que não é a miséria, mas também não é a fabulosa riqueza [refere-se aos grandes agricultores e pequenos lavradores]. Seguem-se os trabalhadores rurais, propriamente ditos: antigos homens livres que vivem de seu serviço braçal, e antigos escravos, hoje livres, que praticam de igual sorte.

Esta gente não se queixa e nem lhe falta o que fazer. O mesmo, em regra, dá-se com os colonos estrangeiros.

*Depois aparece a turbamulta dos vadios, dos **cafajestes**, dos pernósticos que, neste abençoado clima, passam perfeitamente, sem ocupações nem preocupações, **à la belle étoile**, como perfeitos boêmios e felizardos poetas...*

Será isto o proletariado estrugidor e tonitruante?

Dizê-lo, seria o mesmo que conferir igual predicado aos quatrocentos ou quinhentos mil índios que habitam os altos recessos do país.

A conclusão a tirar dos fatos é que um partido político e social operário no Brasil é uma criação prematura, artificial, que pode aproveitar a alguns jeitosos, porém, de certo, não vai servir ao operário, ao trabalhador nacional.

*Quereis uma prova? Não dispusessem os operários do direito de **votar**, não pudessem eles levar com seus sufrágios algum pretendente ao Congresso, e, com certeza, não teriam agora tantos amigos...*

*Karl Marx dizia: ‘**Uni-vos, proletários!**’ Nós dizemos aos nossos trabalhadores: ‘**Abri os olhos, amigos!**... Eis o caso.’”*

É necessário lembrar que essas considerações se dão ainda no século XIX, bem no início da República.

Nota-se nesse texto a absorção do conceito de “proletário” e “proletariado” pela linguagem da ciência política de tradição moderna, cujo uso passou por Montesquieu, Rousseau e, posteriormente, por Marx.

Na edição de 1888, do *Manifesto*, Engels define expressamente o conceito de “proletários” o qual, como um emblema da teoria marxista, inspirou a literatura sócio-política das últimas décadas

(7) *Op. cit.* p. 182.

do século XIX até hoje: “Por proletários compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que privados de meios de produção próprios se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir.”⁸

Nessas ocorrências em textos memoráveis da literatura brasileira não se encontra o esboço da depreciação que o vocábulo experimentou em seu uso corrente no século XX. Talvez esse apelo final de Sílvio Romero pudesse alertar para esse acidente, ou talvez a argumentação dialética de Machado na sua crônica prenunciadora pudesse conter, numa das suas expressões de ironia, um indício dessa crise na palavra e na sua principal manifestação da época como proposta para a propaganda da democracia e para a liberdade. Malévola faculdade – a palavra, diz Machado. “Será ou não o escolha das aristocracias modernas este novo molde do pensamento e do verbo?” Ele espera das classes ínfimas, das inteligências proletárias. Mas e o jornal? A resposta não é muito otimista. “É verdade que o jornal aqui não está a altura de sua missão; pesa-lhe ainda o último elo.”

Ainda se espera, neste século, a concretização dessa esperança, pois o que restou para a classe proletária no Brasil pode-se entender de uma passagem muito expressiva do conto “Primeiro de Maio” de Mário de Andrade, já bem posterior ao grande evento revolucionário de 1917 e consagrado à data símbolo da consciência política do proletariado neste século. As aspas do texto inspirado de Mário de Andrade lembram esse jogo de conceitos, que opera em muitas circunstâncias da vida moderna, em que a palavra sofre também uma forma proletária de existência, a mercê das vicissitudes de interesses e das relações de conhecimento, meio e poder:

“Com seus vinte anos fáceis, o 35 sabia, mais da leitura dos jornais que de experiência, que o proletariado era uma classe oprimida. E os jornais tinham anunciado que se esperava grandes motins do Primeiro de Maio...”

(8) Karl Marx e Friedrich Engels. *Op. cit.* p. 22.

E mais adiante:

“O 486 era muito valentão de bôca, o 35 pensou. Pararam bem na frente do Palácio das Indústrias que fagulhava de gente nas sacadas, se via que não eram operários, decerto os deputados trabalhistas, havia até moças, se via que eram distintas, todos olhando para o lado do parque onde eles estavam.

Foi uma nova sensação tão desagradável que êle deu de andar quase fugindo, polícias, centenas de polícias, moderou o passo como quem passeia. Nas ruas que davam pro parque tinha cavalarias aos grupos, cinco, seis, escondidos na esquina, querendo a descrição de não ostentar força e ostentando. Os grilos ainda não faziam mal, são uns (palavrão)! O palácio dava idéia duma fortaleza enfeitada, entrar lá dentro, eu!... O 486 então, exaltadíssimo, descrevia coisas piores, massacres horrendos de ‘proletários’ lá dentro, descrevia tudo com a visibilidade dos medrosos, o pátio fechado, dez mil proletários no pátio e os polícias lá em cima nas janelas, fazendo pontaria na maciota.”⁹

A indicação afetiva das aspas de Mário já revelam um outro momento dessa evolução política que marcou já nessa fase da vida brasileira certa relação de estranhamento entre as idéias, a palavra e os que as adotaram ou rejeitaram, espécie de marca divisória entre a expressão e o conteúdo numa realidade em transformação.

Entretanto uma ocorrência bem representativa e até certo ponto surpreendente do vocábulo *proletário* na tradição escrita do Brasil deu-se num texto literário, como o de Machado e o de Mário mas em outro gênero e muito menos favorável a que assim se desse. Em 1881 o poeta Bernardino da Costa Lopes publica uma coleção de pequenos poemas em estrutura de soneto com o título de *Chromos*. É exatamente num desses poemets de proposta descritiva que “o proletário aparece”. Alguns anos antes da promulgação da Lei Áurea e da Proclamação da República. É fato que não pode permanecer à margem de uma trajetória agônica que parece não ter fim.

(9) Mário de Andrade. “Primeiro de Maio” em *Contos Novos*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1947

B. Lopes nasceu no ano em que Machado publicou sua citada crônica e percorreu como muitos o caminho da poesia e da militância na imprensa. Além de *Chromos*, *Pizzicatos*, *D. Carmem*, *Brazões*, *Sinhá Flor*, *Val de Lírios*, *Helenos – Lírios de quatorze pétalas*, *Plumário*. No início de sua produção literária, apesar de certa espontaneidade despreocupada, revela a influência do parnasianismo, predominante na poesia daquele momento. A partir de *Brazões*, sua produção é nitidamente simbolista, estética de que se torna um convicto integrante e um dos líderes, com Emiliano Pernetta, Oscar Rosas e Cruz e Souza. Como este, teve uma existência cheia de problemas e sofrimentos, com final infeliz. Um caminho de aventuras, alguns êxitos e percalços, que refletem na obra. Nos *Chromos*, que pintou com singeleza e inspiração, deixou os traços de uma rara sensibilidade para as coisas do pequeno mundo cotidiano, que de tão modesto nem se percebe e que só as palavras que tocam podem revelar. É assim que esse mestiço, sutil e inquieto, aproveita um momento de devoção para o registro sublime de uma cena secular e conformada da vida brasileira, num pequeno cromo, um quadro delicado que expressa, ensina e comove, retrato sem remendo da vida proletária, esquecida e maltratada. É um documento datado que acorrenta o tempo antigo, o passado próximo à atualidade.

O LÉXICO E O POEMA, UM POUCO DA FORMA E DA EXPRESSÃO

Proletário é composto latino de *pro*, sufixo de uso comum e abundante, na acepção de “deslocamento para frente” “diante” e “para diante” Mantém, nas línguas românicas, sua vitalidade ainda hoje; do morfema *-ol-*, raiz do v. *olo*, que também aparece como o incoativo *olesco*. O verbo é variante da forma *alo*, correspondente ao grego *aldo*, *aldaino*. Seu semantema expressa “ação de crescer, aumentar, nutrir” Como morfema é prolífero no latim e nas suas derivas, em que se manifesta em vários lexemas, quer nas formas mencionadas, quer na variante *-ul*; está presente em *alimento*, *alto*, *aluno*, *adolescente*, *indole*, *abolir*, *adulto*. De *proletário* participa ain-

da o morfema *-ario*, que é polissêmico e gera derivados com significado de profissão, instrumento, recipiente, reunião e outros mais. Neste vocábulo, foi transmitido na sua forma latina, mas em grande parte de compostos em que aparece sofreu transformação, em português, em *-eiro*, com acepções correspondentes às da forma culta. No lexema em questão, portanto, não houve a evolução fonética característica da transformação do latim medieval; durante o processo histórico na Ibéria medieval, o fenômeno a que o termo aludia, modificado pelas circunstâncias, era identificado com outros signos da expressão verbal.

Discute-se, na derivação do lexema, a presença desse fonema *t*. Há quem o tome por componente de uma forma hipotética, *proletum*, do baixo latim, a partir de *proles*. Carlos Góes, que defende esta formação, atribui ao vocábulo uma útil acepção: “orig. o que ganha o estritamente para sustentar a prole”¹⁰ De *proletum* derivaria, com o sufixo *-arium*. Para Ernoud e Meillet, *proletário* como *solitário* e analógico de adjetivos em *-tários*, cujo *t* pertence ao radical; a formação é a mesma do fr. *cloutieur*, p.ex., e do lat. *diuturnus*, conforme *nocturnus*, “tornando-se vivo graças ao emprego na língua política onde servia para designar o cidadão da última classe que não fornecia à cidade outra fonte senão a sua progenitura”¹¹ É admissível, nesse caso, a formação analógica, mas também é possível supor uma acomodação eufônica na derivação, com o fonema dental, fato ocorrente no latim.

A vitalidade semântica, nesses vinte e tantos séculos de presença léxica nas línguas do Ocidente, com tradição marcada por momentos de grande transformação histórico-social e, via de consequência, lingüística, acusa para a permanência de uma poderosa estrutura na organização humana de que a palavra é signo e símbolo, ora presente e manifesto, ora latente e reprimido; voz sufocada de uma história que desenha, como a poesia e como a

(10) Carlos Góes. *Diccionario de raizes e cognatos da lingua portugueza*. 2a ed. Rio de Janeiro, Alba, 1936. p. 221.

(11) A. Ernoud e A. Meillet. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. 4a ed. Paris, Klynksieck, 1967. s.v.

vida, seu próprio perfil e sua interminável forma. Uma voz que soa em boca alheia, às vezes estranha, mas às vezes muito familiar e solidária, como as mensagens recolhidas nas páginas de algumas das mais humanas inspirações. Como nestes poucos versos da composição de B. Lopes.

O casebre esburacado
É pobre como senzala;
Tem mesmo o fogo na sala
E o picumã no telhado.

Habita-o o casal de pretos...
Vê-se no canto metido
Um oratório encardido
E atrás da porta uns gravetos.

Reina o silêncio. Anoi-tece.
Reza a mulher, de mãos postas.
O dia a um santo oferece...

Entre as ingás bem dispostas,
O proletário aparece
Com a ferramenta nas costas.¹²

A COMPOSIÇÃO

O texto com que se introduz a voz proletário substantivamente na poesia brasileira é um exímio trabalho de síntese de elementos divergentes, confluindo no produto estético. Três aspectos dominam o plano do poema: o ambiente, o homem e o trabalho. No ambiente, o físico e o social; no homem, sua origem, cultura e condição; e no trabalho, as circunstâncias e sua significação.

(12) B. Lopes. *Cromos. Poesias Completas*. Rio de Janeiro, Ed. Valverde, 1945.

Na integração de elementos inseparáveis da vida social, manifesta as condições materiais da vida, do ambiente e do valor de força de trabalho. Tal procedimento num poeta em quem cabe o conhecido aforisma de M. Bandeira acerca dos parnasianos, descreve com traços de muita sensibilidade o comum, o habitual e, até certo ponto, prosaico mundo de instantâneos de uma realidade em que mal se distinguem os pontos mais salientes. Mas B. Lopes vai buscar os elementos típicos desse mundo de abandono e de pobreza que pode estar em tantos lugares e em tantos momentos no Brasil.

A poesia extrai o passado, explica o presente e expõe o futuro. É o que parece concentrar-se nesse poema musical de um mulato integrado no pequeno mundo pitoresco e primitivo das etnias que se conformaram aos limites de uma estrutura que as explorou e que ele, Autor mesmo consciente, não alcançou romper. Como uma veste que precisa de seu modelo, os assuntos que B. Lopes toma em seu quadro exibem as marcas de uma longa tradição de cultura e de experiência que se reúnem como numa cena histórica de notáveis forças divergentes. O soneto musicaliza expressivamente um quadro de momento, cujo tempo ultrapassa os limites da realidade contida num plano atual, mas que a intuição criadora extrapola com rara coerência e com completa simpatia. Nas formas e na ordenação dos elementos desse quadro, nota-se uma harmonia, como se fizessem parte de uma peça orquestrada que transforma um pequeno som em hino e, com o desenho, o modesto tipo, em herói.

Juntam-se nessa orquestração, o culto e o popular: soneto em versos redondilhos, com rimas interpoladas nos quartetos e cruzadas nos tercetos; estrutura de rimas e de ritmos variados. Altera-se a posição das tônicas num movimento de agradável efeito sonoro e que quebra a monotonia, comum nos versos redondilhos. As vogais abertas e tônicas, que alternam com algumas nasais e algumas átonas fechadas, intercaladas entre consoantes oclusivas, os grupos consonantais com fricativas e vibrantes, provocam efeito sonoro de harmonia imitativa que lembra os ruídos domésticos, sobretudo os do crepitar do fogo. Em cada estrofe uma atmosfera e um ambiente musical. Para isso, a pobreza do material lingüístico se transforma num instrumento plurivalente, multiplicando as pos-

sibilidades do pouco material disponível, embora suficiente para a exploração. Assim, no primeiro terceto, o suave ruído das sibilantes com repetições intercaladas por vibrantes e líquidas, em contrastes com as oclusivas, que entrecortam sua evolução, produzem os sussurros e sons familiares das preces das ave-marias, que povoam os crepúsculos dos ambientes rurais ou suburbanos da numerosa população de devotos. No texto, esse ruído contrasta com os elementos sonoros do segundo quarteto, em que os contrastes se tornam mais nítidos e geram uma maior tensão entre o suave e o áspero que harmonizam um ambiente de atividade doméstica em concorrência com os do meio ambiente.

O conjunto de música e ruídos gerados nesse ambiente de paisagem natural e cultural, em que as atividades do dia-a-dia compõem com o ambiente um complexo integrado, ajuda a transformar um quadro numa cena viva em que se exibem não só as formas e as cores, como também o movimento e as atividades do homem envolvido em seu meio e do qual participa como um elemento natural. Nem mesmo a renovada sonoridade das vogais abertas do último quarteto quebra a ambientação harmoniosa dos elementos que envolvem a figura principal que se pretende realçar nesse quadro dinâmico e sonoro.

O VOCABULÁRIO E AS EVOCAÇÕES

Também com o material léxico de que se compõe o poema, tão pobre como o tema que expressa, B. Lopes conseguiu multiplicar os seus efeitos e os seus sentidos graças não só à acumulação persistente desses efeitos, mas principalmente à valorização de suas convergências com o tema da pobreza. Daí, nesse processo e nessa multiplicação, um resultado precioso de rendimento estético alcançado até com abundância.

Uma das habilidades da composição desse poema é a relativa pobreza do vocabulário, principalmente do que concerne às rimas como: *esburacado, metido, encardido, postas, dispostas*, adjetivos de origem verbal. Entretanto, pelas conotações no contexto e pelas evo-

cações, cujos sentidos se atrelam à cadeia semântica de dimensão social e histórica que entrelaça esse soneto, o resultado é contraditoriamente muito rico. Essas evocações não se restringem a conceitos, pois manifestam-se também poderosamente nas imagens propostas, sobrepujando a simples mensagem intelectual.

Desfila diante dos olhos, e não apenas como mensagem, uma série de imagens como espectros das experiências que a palavra registrou e os sentidos recolhem. Assim é que, *esburacado*, termo pouco compatível com a expressão estética, alcança notável efeito na estruturação de um objeto precário e vulnerável à ação externa, exprimindo a ausência de meios e de cuidados. O casebre, expoente concreto dessa realidade de exploração e miséria, comparável à senzala, acentua com esse adjetivo a sua fragilidade. E “pobre” do latim *pauperem* significa” o que pouco produz; posteriormente, no vulgar: o que pouco possui, sem bens materiais.

Ainda para exemplificar, na expressão *oratório encardido*, que provoca uma estranha contradição entre esse objeto sagrado e o adjetivo depreciador, é justificável exatamente pelo contágio desse meio hostil e agreste em que o antigo e manipulado objeto se deixa contagiar pelas circunstâncias. Encardido, isto é, que tem a cor do cardo ou da alcachofra, está associado, em português, às manchas do uso e ao pouco asseio das alfaias, exprimindo as manchas que o tempo e o uso constante deixam definitivas e que não se consegue tirar.

Assim também, a imagem pungente e familiar de evidente apelo religioso da mulher de mãos postas, quadro síntese da humildade, não só do gesto de fé, mas também da valorização dos símbolos de uma cultura que se projeta em cada momento, em cada espaço dessa realidade desenhada, na qual se torna verdadeiro modelo de uma existência de beatitude, uma forma de dignificação humana nessa estrutura opressora. B. Lopes lança mão desses recursos de extração dos valores consagrados na tradição e obtém sua renovação expressiva numa cadeia de símbolos e imagens que retratam o ambiente de um povo escravo e submisso, que se proletarizou no Brasil.

O verso “O dia a um santo oferece” é marca desse costume singelo de dar primeiro de si, da força do trabalho, e depois agrade-

cer. A introdução desse elemento da piedade prepara a fortíssima imagem final em que o proletário, “entre as ingás bem dispostas” – adjetivo aqui polissêmico e expressivo, com forte apelo visual – aparece como que sob um julgo numa dramática imagem em que o instrumento da sujeição, da produção e mesmo do suplício, no caso a ferramenta, evoca também a tradição religiosa.

Neste contexto em que a cadeia vocabular funciona como linhas de uma tela, sobre a qual se pintam essas figuras históricas, ressalta a senzala como um ambiente presente e identificador da procedência do proletário, figura histórica do trabalhador sem bens e sem direitos. A contrapor essa figura atual e o seu ancestral romano, B. Lopes explora, com seus olhos de cumplicidade, em sua pintura documental, o traço divergente: a religiosidade. São marcas dessa característica tão forte no proletariado brasileiro as expressões do texto: o fogo, o oratório, o santo, a oração da mulher; mas é preciso realçar a imagem final do último terceto com suas evidentes implicações evocativas, numa espécie de alegoria que transforma a ferramenta no símbolo da cruz.

O “fogo” representava na antiga Roma um valor sagrado, um direito a que só os cidadãos das classes superiores tinham acesso. Não era propriamente a substância que incendeia ou aquece e usada na elaboração de alimentos e utensílios que eles denominavam pela voz *ignis*. O fogo representava o próprio lar, o domicílio sagrado, ligado ao culto dos deuses lares ou penates, a chama que unia os espíritos da casa, a família e as divindades protetoras. Foi exatamente esse termo que se generalizou entre as línguas românicas na acepção comum de *ignis*, sem perder, no entanto, em alguns contextos, seu primitivo valor. No Brasil colônia, as residências, as casas das vilas e cidades eram contadas como fogos, p.e. uma vila de cem fogos equivalia a uma vila de cem habitações familiares.

No poema, no terceiro verso, como uma característica comparada à senzala, o fogo de uso coletivo não é índice do culto doméstico, mas expressão de um instrumento comum e cotidiano do trabalho doméstico, que se popularizou na sua forma aumentativa: fogão. Comprometido com seu valor de instrumento, no soneto, muito de longe evoca o valor sagrado que, de resto, era interdito à classe

proletária na antiga sociedade da Urbe. Esse direito só a muito custo foi alcançado na sociedade romana já na época do Império e, definitivamente, no tempo de Caracala. Neste poema o culto do sagrado, entretanto, está presente como um hábito do casal de pretos, materializado no gesto da mulher e no objeto devocional mais representativo do homem simples do interior do Brasil; objeto que evoca para muitos uma liberdade alcançada tão só simbolicamente por meio da religião: o oratório.

Também o verbo reinar, polissêmico e evocativo, traz para o contexto lembranças muito marcadas da realidade social que domina o contexto. Nesse ambiente, o silêncio é como um símbolo dessa solidão e desse respeito doméstico plenamente integrado ao espírito do ritual das ave-marias e da reza diária do final da jornada, diante do oratório necessário. A propósito, Euclides da Cunha expressa n'*Os Sertões*, de modo lapidar, uma frase que serve de moldura a esse quadro de B. Lopes:

*"Quem vê a família sertaneja, ao cair da noite, ante o oratório tosco ou registo paupérrimo, à meia luz das candeias de azeite, orando pelas almas dos mortos queridos, ou procurando alentos à vida tormentosa, encanta-se."*¹³

A aliteração entre reinar e rezar soa como um do vínculo entre as relações sociais e as manifestações do culto de que B. Lopes extrai as formas mais expressivas na figura da mulher, numa cena em que poderia caber também a mesa posta, que nesse quadro de pobreza, naturalmente se ausenta. Faz presença, entretanto, na sonoridade dos fonemas sibilantes reincidentes, a recitação sussurrada dessa reza diária que funciona como alento e esperança. A manifestação concreta da crença é um componente necessário da atitude resignada e paciente que o poeta soube captar nesse ambiente conhecido.

Uma outra habilidade que o soneto acentua é a do emprego pictórico dos artigos definidos e indefinidos. Como um autêntico

(13)Euclides da Cunha. *Os Sertões*. São Paulo, L. Francisco Alves, 1968. p.106.

foco de luz, os artigos definidos estabelecem os nítidos contornos dos vocábulos que introduzem, mantendo-os realçados segundo o plano da visão do enunciador que os ilumina e os colore em contraste com os elementos preparados pelos indefinidos que os obscurece ou os deprecia. Assim, “uns gravetos” exprimem a precariedade desses elementos da cena destinados, como se sabe, ao fogo. A consonância do indefinido com o oratório e o santo não causa estranheza ou depreciação. O primeiro, metido no canto como uma relíquia e companhia, o segundo, vale como símbolo também de elevação e não identidade. A indefinição aqui apenas valoriza o abstrato e simbólico que esses componentes do quadro representam. Já o casal, a mulher, o proletário, a porta e outros mais, fazem parte do mecanismo de ação diária que dá movimento à cena e a dramatiza nas suas relações com o universo exterior. A nitidez que esses elementos apresentam também se valoriza no processo sintático, no trato estilístico da ordem sujeito e predicado, pois nela também se imprimem as relações de preferência e de preeminência na ordenação dos elementos do poema e, além disso, ajudam a estabelecer a harmonia da cena.

Nesse poema, que ambienta num momento bucólico do século XIX, num Brasil indígena e africano – que o cromo também indicou com os vocábulos *senzala*, *picumã* e *ingás* –, mas, mergulhado na tradição milenar, B. Lopes imprimiu traços apurados e até certo ponto sofisticados, que desenham os objetos que escolheu para compô-lo e situá-lo no seu momento histórico, projetando ainda nele, como em outra dimensão o passado e algumas sombras do futuro. No terceto final, a imagem é prenunciadora de uma cena cristalizada, imóvel, numa composição binária com a figura da “mulher de mãos postas” São três versos em que a frase simples e pobre tema que a obra mostra, divide em dois adjuntos adverbiais a ladear o sujeito e o seu predicado, como se estivesse limitado às circunstâncias do lugar e do instrumento. Como numa “entrêe” dramática, que reproduz analogicamente um quadro histórico para retratar o operário nesse quadro social em que muitos se originaram da condição de ex-escravos, o proletário é visto e aparece. Com a ferramenta nas costas, numa cena absolutamente familiar nos fins de

tarde do Brasil proletário. Imagem da opressão simbolizada por um instrumento que poderia ser o de libertação. Preso nessas circunstâncias, o trabalhador assume um papel de herói dramático, poder-se-ia dizer até, trágico nessa realidade em que se enquadra e que não consegue transformar a não ser para usufruto do opressor.

O mulato Bernardino da Costa Lopes soube ver e descrever, na sua complexa pinturinha, com as tintas de sua própria condição, emoldurada com música de soneto, talvez as mesmas sensações de sofrimento e tolerância dos trabalhadores de agora, que se vão reproduzindo entre as atividades operosas e as piedosas devoções, numa oferta permanente de serviço e humildade. Ao fazer aparecer como pano de fundo a antiga tradição, que o seu poema recupera, B. Lopes, com muita habilidade e imaginação, elaborou, também com seu esforço, uma peça significativamente viva que une diversos momentos históricos e projeta as marcas de uma situação que há vários séculos se desenha na sociedade ocidental. Como um "desígnio" difícil de mudar, apesar das propostas como as do Manifesto e dos alertas desses textos que este trabalho apenas procurou relembrar.

O pequeno texto lírico, mas de fundo dramático, inserido entre os outros cromos, ainda serve de fotografia ou esboço de uma realidade social de desigualdades, que a poesia é capaz de registrar, ora como alento ou esperança, ora como lamento. Às vezes, como exortação.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. de. "Primeiro de Maio" em *Contos Novos*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1947.
- ASSIS, M. de. "A reforma pelo jornal" em *O Espelho*, 23 de outubro de 1859. *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Jackson, 1937.
- BECKER, I. *Pequena história da civilização ocidental*. São Paulo, Dominus, 1965.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1974.
- CÂNDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. (momentos decisivos). 4ª. ed. São Paulo, Martins, 1971. 2 v.

- _____. *Sílvio Romero. Teoria, crítica e história literária. Seleção e apresentação de Antonio Cândido. São Paulo, Edusp, 1978.*
- COROMINAS, J. *Diccionario crítico y etimológico de la lengua castellana. Madrid, Gredos, 1954.*
- COULANGES, F. *A cidade antiga. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1971.*
- CUNHA, E. da. *Os sertões. 27ª ed. Rio de Janeiro, L. Francisco Alves, 1968.*
- CURTIUS, E. R. *Literatura Européia e Idade Média Latina. Tradução de Paulo Rónai e Teodoro Cabral. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1996.*
- DAUZAT, A. *Dictionnaire etymologique de la langue française. Paris, L. Larousse, 1938.*
- ERNOUD, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine. 4ª ed. Paris, Klynksieck, 1967.*
- GÓES, C. *Diccionario de raizes e cognatos da língua portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro, Alba, 1936.*
- LOPES, B. *Cromos. Poesias Completas. Rio de Janeiro, Ed. Valverde, 1945.*
- MALET, A. *Roma. Buenos Aires, L. Hachette, 1942.*
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista. 5ª ed. Rio de Janeiro, Vitória, 1963.*
- SODRÉ, N. W. *História da literatura brasileira. 4ª. ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964.*
- VALDEAVELLANO, L. G. *Historia de España. Madrid, Alianza Editorial, 1973. 2 v.*

ABSTRACT: *This work, after considering some historical elements of the word **proletário**, examines some of the most important occurrences in brazilian literature texts, specially in the 19th century, and comments the utilization of this word in one of the "Cromos", published by B. Lopes in 1881.*

Keywords: *proletarian, social class, etymology, stylistics, history, literature, Marxism.*

A MULHER E O SILÊNCIO NAS PEÇAS DE SHAKESPEARE

*Peonia Viana Guedes**

RESUMO: *A dialética entre o silêncio e a linguagem é freqüentemente utilizada para definir a relação drâmática entre as personagens de uma peça. O silêncio das personagens femininas em algumas das obras de Shakespeare reflete as expectativas sociais do século XIV sobre o papel e comportamento dos gêneros. O silêncio de Ofélia em **Hamlet** e de Cordélia em **O Rei Lear** ilustram a falta de alternativas positivas para as mulheres na sociedade patriarcal e as conseqüências dos valores opressivos e repressivos que caracterizam o universo das tragédias de Shakespeare.*

Palavras-chave: *Shakespeare, silêncio feminino, crítica feminista.*

Originário da oratória, o drama ocidental tem tentado conciliar os mistérios e a multiplicidade de aspectos do mundo em que vivemos através do diálogo. Sendo tradicionalmente o elemento dominante do drama, o diálogo falado por personagens altamente articuladas transmite o conteúdo da peça: os antecedentes do enredo, as motivações dos protagonistas e os temas que interessam ao autor. Entretanto, através da história, os dramaturgos têm também utilizado o silêncio nas representações de peças. Evitando a palavra, os autores optam pela comunicação de uma vasta gama de profundos sentimentos através do silêncio. Do teatro grego até o do século XX, o silêncio tem sido usado para avaliar, censurar ou apoiar uma ação, indicar relações manipuladoras, aumentar ou liberar a tensão dramática, tornar as palavras mais significativas pelo seu

(*) Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

contraste com a resposta silenciosa, revelar estados emocionais, ou fazer declarações sobre o tema da peça.

Embora a maioria das análises do estilo de Shakespeare acen- tuem os aspectos da sua linguagem – o som, os padrões, a varieda- de, as qualidades retóricas – alguns estudos críticos têm-se con- centrado no uso do silêncio e nos tipos de personagens silen- ciosas do drama shakespeariano. Shakespeare utiliza o silêncio para caracterizar um grande número de personagens, e o silêncio destas está diretamente relacionado à fala das que representam o seu reverso ou ao discurso das próprias personagens. A dialética entre o silêncio e a linguagem é, portanto, freqüentemente utiliza- da para definir a relação dramática entre as personagens. A estra- tégia de Shakespeare utiliza personagens que são instadas a falar, mas não o fazem; algumas cujo discurso apresenta pausas signifi- cativas; outras que são reduzidas ao silêncio pela autoridade, e ou- tras ainda das quais não se espera que digam coisa alguma. Inte- ressa-me particularmente o emprego do silêncio da mulher, seja ele voluntário ou imposto, nas tragédias de Shakespeare. Nessas peças, o silêncio é, com freqüência, uma atitude adotada por vontade própria ou imposta à mulher, porque a alternativa contrária, o discurso, não é suficiente nem adequado para expressar os senti- mentos femininos mais profundos com relação ao homem amado, à família ou, ocasionalmente, ao Estado.

Um breve estudo do emprego do silêncio feminino, em algu- mas das peças de Shakespeare, revela que as mulheres são, com freqüência, passivas e, às vezes, forçadas a aceitar caladas o desti- no imposto pela sociedade patriarcal. O silêncio parece, pois, um reflexo de uma sociedade, em que se espera que os homens sejam agressivos nos atos e nas palavras, enquanto se espera que as mulheres devam ser submissas e reticentes. Em *Júlio Cesar*, o silêncio de Calpúrnia sugere a sua situação de impotência, e con- trasta com a loquacidade de Cesar. Em *Hamlet*, o silêncio de Ofélia não indica apenas submissão à autoridade masculina, mas tam- bém denuncia a loucura final, a trágica aceitação do seu destino. Em *O Rei Lear*, a opção de Cordélia por “amar e silenciar” sugere que seu amor pelo pai não pode ser expresso em palavras. Em

Coriolano, o silêncio de Virgília resulta do amor verdadeiro que sente pelo marido, e representa sua única opção em um mundo moldado pela retórica floreada.

A tradição e o aspecto prático devem ter desempenhado um certo papel no fato de haver tantas mulheres silenciosas nas peças de Shakespeare. Tradicionalmente, o silêncio, quando se trata de uma mulher, é considerado virtude, sendo uma qualidade muito mais apreciada que a loquacidade e a afirmação. Outra razão plausível para o emprego freqüente de personagens femininas silenciosas pode ter sido a instabilidade da voz dos meninos-atores, que representavam os papéis femininos naquela época. No entanto, quando pensamos em personagens de grande desempenho verbal, como Desdêmona em *Otelo*, Lady Macbeth em *Macbeth*, e Volumnia em *Coriolano*, somos levados a perceber que as mulheres, nas peças de Shakespeare, podem ser tão loquazes e afirmativas quanto os homens. Assim, a tradição e o aspecto prático não devem ser considerados como as principais razões para o silêncio feminino no teatro shakespeariano. Parece-nos que o autor compreendeu plenamente que o silêncio, tanto quanto a linguagem, pode ajudar a definir as relações dramáticas. Tentarei, aqui, mostrar a conexão entre o silêncio da mulher e a linguagem que o cerca, focalizando as personagens de Ofélia em *Hamlet* e Cordélia em *O Rei Lear*. A partir de uma perspectiva feminista, tentarei tecer, a propósito do silêncio feminino nessas peças, comentários a respeito das expectativas sociais sobre o comportamento dos gêneros.

Embora Cordélia possa ser considerada o exemplo mais conhecido de mulher silenciosa no teatro shakespeariano, o silêncio de Ofélia é uma ilustração ainda mais expressiva desse tipo de personagem. Apesar de Ofélia realmente nunca explicitar sua opção pelo silêncio, ela pode ser considerada como o exemplo mais complexo e interessante do uso que Shakespeare faz da mulher silenciosa ou silenciada. O destino trágico de Ofélia ilustra a falta de alternativas positivas para as mulheres na sociedade patriarcal e as conseqüências dos valores opressivos/repressivos impostos pelos homens, que caracterizam o universo da peça. No Ato I, cena 3, Ofélia aparece pela primeira vez, ouvindo pacientemente a adver-

tência de seu irmão Laertes de que o amor de Hamlet é “doce” mas “não firme” e que ela corre o risco de perder o coração, a honra e a castidade para o príncipe. Embora Ofélia saiba muito bem que Laertes não é nenhuma autoridade quando o assunto é moral ou amor sincero, ela jamais desafia as idéias do irmão e promete: “Guardarei a lição que me ofereces para me defender” ¹ Informado das juras de amor de Hamlet à sua filha, Polônio proíbe Ofélia de voltar a falar com o príncipe. Demonstrando um flagrante desprezo pelos confusos sentimentos de Ofélia, Polônio parece desejar de proteger apenas o valor de mercado de sua filha. Incapaz de acreditar nos protestos de Ofélia de que Hamlet lhe tem demonstrado amor de forma honrada, Polônio a repreende numa linguagem que reflete sua visão materialista das relações humanas:

*... és apenas uma criança
Tomaste essas palavras por moedas,
Mas são falsas. Precisas ter consciência
Do teu valor; ou – para ser mais claro –
Não quero que me faças de idiota.” (I, 3)*

Indiferente à afirmativa de Ofélia de que Hamlet “apresenta sempre a sua fala / Cercada de promessas celestiais” Polônio continua:

*“Põe mais alto o objetivo dos seus rogos,
.....
Ofélia, não lhe creias pois nas juras,
Pois não são o que mostram na roupagem
Mas simples rogos para fins profanos,
Soando como preces e murmúrios
Para melhor traír.” (I.3)*

(1) William Shakespeare, *Hamlet*. Trad. de Ana Amélia Carneiro de Mendonça (Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1995). Todas as citações de *Hamlet* foram feitas de acordo com essa edição.

Ignorando os sentimentos de Ofélia sobre o assunto, Polônio parece ansioso para evitar a possibilidade de um caso de amor entre a filha e Hamlet, porque isso poderá prejudicar-lhe a reputação. Valendo-se da autoridade de pai, diz ele a Ofélia: “Não quero que repitas, de ora avante / Essas conversas com o nobre Hamlet” Ofélia, obedientemente, submete-se à proibição de Polônio e concorda em não mais falar com o príncipe. Aceitando as interpretações do irmão e do pai quanto à motivação de Hamlet, e conformando-se com o papel de filha obediente, que dela se espera, Ofélia é obrigada a refugiar-se, cada vez mais, no silêncio.

Depois de ouvir pacientemente os sermões de Laertes e de Polônio, que a advertem sobre a necessidade de manter sua castidade e de aceitar as regras que devem nortear o seu comportamento com relação a Hamlet, Ofélia é ainda mais reduzida ao silêncio pela conduta violenta do príncipe na cena passada no quarto da jovem. Esse modo de agir, que a deixa confusa e desesperada, estimula as ambições de Polônio e a transforma num peão no jogo do poder. Usada por Polônio e Cláudio como uma espécie de “isca” silenciosa, Ofélia é, de novo, utilizada impiedosamente pelos homens e não tem voz ativa na questão. Além de suas obrigações familiares, Ofélia agora enfrenta seus deveres para com o Estado, e a chamada “cena do convento” só faz aumentar sua confusão mental.

A Cena 1 do Ato III pode ser considerada como chave para se compreender como o silêncio de Ofélia revela sua incapacidade para lidar com as exigências do amado, da família e do Estado. A “cena do convento” compõe-se, na verdade, de quatro partes: a conversa em que Cláudio, Polônio, Gertrudes, Rosencrantz e Guildenstern resolvem o que fazer com relação à atitude de Hamlet, enquanto Ofélia ouve, em silêncio, discutirem sobre o homem que ama; o solilóquio de Hamlet “Ser ou não ser” dito enquanto ela permanece em pé, próxima, mas calada; a “cena do convento” propriamente dita, em que Hamlet agride verbalmente Ofélia, com violência, chamando-a de prostituta e mandando que ela se recolha a um convento; e a avaliação do comportamento de Hamlet, feita por Cláudio e Polônio, que Ofélia também tem de ouvir em silêncio.

A dificuldade da situação de Ofélia é aumentada ainda mais pela presença em cena de figuras masculinas, os representantes

da autoridade patriarcal, que a impedem de falar ou discordar. Obrigada a suportar a humilhação de ser tratada como uma armadilha, uma isca para atrair Hamlet, Ofélia é usada nessa cena como se fosse um mero acessório do cenário. Depois da violência da agressão verbal de Hamlet, nem o pai nem o rei sentem a menor necessidade de permitir que Ofélia expresse seus sentimentos. Não estão interessados nas emoções da jovem, mas apenas em seu próprio jogo de poder e intriga.

Descartando a filha, Polônio diz: “Então, Ofélia?/ Não precisas contar-nos o que disse./ Ouvimos tudo” Com essa áspera observação, Polônio a leva a mergulhar ainda mais no silêncio. A jovem pouco fala durante a representação de “A Ratoeira” e quando tenta manter uma aparência alegre diante de Hamlet, os grosseiros trocadilhos sexuais do príncipe negam-lhe qualquer possibilidade de uma conversação normal. Abandonada pelo homem amado, pelo pai e pelo rei, dividida entre os deveres para com o amor, a família e o Estado, a mente de Ofélia se perturba e sua loucura no Ato IV não surpreende ninguém. A jovem que ficou obedientemente calada, ou foi obrigada a silenciar, agora expressa-se por meio de uma linguagem destituída de racionalidade.

Em sua loucura, Ofélia incorpora e expressa todos os medos e ansiedades que se acumularam no seu íntimo. Como diz Laertes, suas palavras são “Ensinamentos na loucura: pensamentos unidos às lembranças” (IV 5). Da loucura ao suicídio, o silêncio mais definitivo, a descida é rápida. A idéia de matar-se, provavelmente induzida pela fala de Hamlet sobre o assunto, revela a total incapacidade de Ofélia para enfrentar as exigências e pressões por ela sofridas. Optando pela morte, ela confirma sua última perda de identidade. Como Carol Thomas Neeley indica em *Broken Nuptials in Shakespeare's Plays*, Ofélia “mal existe fora do contexto de sua utilização pelos homens”² Tendo desempenhado os papéis que lhe são atribuídos pela sociedade patriarcal, Ofélia fica irremediavel-

(2) Carol Thomas Neely, *Broken Nuptials in Shakespeare's Plays* (New Haven: Yale UP, 1985), p. 103.

mente desintegrada. Com seu amor rejeitado por Hamlet, os afetos explorados pelo pai e pelo rei, Ofélia não tenta, ou é totalmente incapaz de fazê-lo, mudar as circunstâncias de sua vida.

O silêncio de Ofélia durante toda a peça não só indica uma incapacidade para dirigir o próprio destino, como também sinaliza a trágica aceitação de sua posição no mundo patriarcal. Como afirma Alex Aronson em *Psyche and Symbol in Shakespeare* Ofélia não tem defesas contra a casuística moral, a habilidade política e o autoritarismo abusivo que permeiam “o modo de vida patriarcal representado pela corte de Elsinore”³ governada por homens inescrupulosos, que não hesitam em sacrificar quem quer que seja para a realização de suas ambições políticas e pessoais. Por fim, as exigências do mundo patriarcal tornam-se impossíveis de suportar e Ofélia entrega-se ao silêncio definitivo da morte.

Outro notável exemplo do uso de personagem feminina silenciosa é o de Cordélia, em *O Rei Lear*. Ao examinar a opção de Cordélia por amar e calar-se, vêm-nos à mente diversas considerações. A primeira é que Cordélia, aparentemente, decide adotar um determinado modo de agir, mas essa escolha também deve ser vista como resultado de sua falta de alternativas no trágico universo da peça. O silêncio de Cordélia no Ato I, cena I, sugere que seu amor por Lear não pode ser expresso verbalmente, pois é mais profundo que suas palavras. As fluentes declarações de afeto ao pai, feitas por Goneril e Regan, são vazias e falsas, e ao ouvi-las, Cordélia resolve que o silêncio é a resposta mais genuína. Ela prefere calar-se, porque compreende que o verdadeiro amor nem sempre pode ser articulado; na verdade, como indicam os veementes protestos de suas irmãs, é possível expressar em palavras um amor que não é realmente sentido no coração.

A decisão de Cordélia de calar seu amor pelo pai torna-se ainda mais determinada pela natureza pública da chamada cena da “prova de amor” Lear reúne a corte para anunciar sua resolução de dividir o reino e realizar a prova com suas filhas, perante a as-

(3) Alex Aronson, *Psyche and Symbol in Shakespeare* (Bloomington: Indiana UP, 1972), p.176.

sembléia. Goneril e Regan não têm dificuldade em proclamar um amor, que na verdade não sentem, diante de toda a corte. Constrangida pela presença do público, bem como pela estranha exigência de Lear, Cordélia decide que o silêncio é seu único recurso. Sua dificuldade aumenta diante da naturalidade com que Goneril e Regan utilizam a linguagem para enganar o pai. Enquanto as irmãs mais velhas triunfam na prova de amor exigida por Lear, porque são capazes de dizer o que não sentem, Cordélia não consegue expressar seu amor sincero: "... não posso erguer / à boca o coração..."(I, 1).⁴ Ao contrário das irmãs, ela não é capaz de dizer o que não sente e, eventualmente, opta pelo silêncio em uma corte onde a retórica é mais valorizada do que a emoção verdadeira.

O silêncio de Cordélia pode também ser encarado como uma tentativa para proteger-se da total dominação que Lear tenta exercer sobre ela. Vários estudos críticos têm aventado a possibilidade de sentimentos incestuosos latentes na atitude de Lear com relação a Cordélia. A falta que Lear sente de "carinho solícito" e "cuidados" pode ser considerada como parte do processo de repressão e repúdio da sexualidade, e como indicador da necessidade de idealização e dependência do amor materno – principais aspectos do incesto latente. Para cumprir exigência feita por Lear de saber qual de suas filhas lhe tem mais amor, Goneril e Regan respondem com lisonjas hipócritas. O tom quase incestuoso de suas respostas não passa despercebido por Cordélia, que pergunta: "Por que hão minhas irmãs de ter marido / Se amam a vós, somente, como dizem?"(I.1). A própria Cordélia responde ao pedido de Lear por uma declaração de amor e aceitação total recusando-se a falar – "Nada, meu senhor" –, para, em seguida, explicitar verbalmente sua percepção do propósito de Lear: "...eu vos amo / Conforme o meu dever; nem mais nem menos"(I.1). Quando é instada a refazer sua declaração, Cordélia é ainda mais enfática: "Como minhas irmãs não casarei / Para amar meu pai acima de tudo"(I. 1).

(4) William Shakespeare, *O Rei Lear*. Trad. de Jorge Wanderley (Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992). Todas as citações de *O Rei Lear* foram feitas de acordo com essa edição.

Quaisquer que tenham sido os motivos de Cordélia para manter silêncio nessa cena, a recusa a desempenhar o papel que lhe foi designado revela vontade forte e insubordinação contra a relação pai-filha tradicional. Como Kathleen McLuskie demonstra em "The Patriarchal Bard", Cordélia é a "primeira a rebelar-se contra a autoridade organizadora de Lear"⁵ Sua insubordinação desafia o poder, tanto o paterno quanto o real, e vê-se, no rompimento subsequente do universo da peça, um comentário sobre os perigos de tais desafios à autoridade masculina. Tendo estabelecido o conflito, Cordélia sai de cena com o rei da França e só volta ao palco no Ato IV.

Antes do reaparecimento de Cordélia no palco, ouvimos falar de sua reação à carta de Kent, que lhe trouxe notícias do tratamento recebido por Lear nas mãos de Goneril e Regan. Novamente as palavras parecem insuficientes para expressar sua dor. Os sentimentos fortes tornam-na quase inarticulada, e a idéia dos sofrimentos do pai causa-lhe tal agonia que ela mal consegue pronunciar-lhe o nome:

Murmurou "pai"

A palpitar, como se opresso o peito,

Gritou: "Irmãs, vergonha entre as mulheres!"

E: "Kent" e "pai" "na noite" e "na tormenta"

"Não existe a piedade!" E então desfez-se

Da água-benta de seus olhos celestes

E apartou-se a lutar com a própria dor. (IV. 3)

Na cena 4, Cordélia declara o amor que sente pelo pai e que a trouxe de volta à Inglaterra, com os exércitos da França. Em suas palavras, que soam verdadeiras e consistentes com seus atos, notamos o prenúncio do trágico final.

.....Oh, querido pai,

É tua causa, a causa que me move;

(5) Kathleen McLuskie, "The Patriarchal Bard" **Political Shakespeare**, ed. Jonathan Dollimore and Alan Sinfield (Ithaca: Cornell UP, 1985), p.99.

*Por isso o grande França
De minhas lágrimas teve piedade.
Não nos incita a orgulhosa ambição,
Mas o amor e as razões do nosso pai:
E espero logo possa ouvi-lo e vê-lo! (IV.4)*

Na cena 7 o encontro de Lear e Cordélia é também marcado por uma economia de palavras por parte dela. Quando Lear a identifica como filha, ela diz apenas: “Sim, sou eu, sou eu” Aos receios de Lear de que ela não o ame, e tenha razões para fazer-lhe mal, Cordélia murmura simplesmente: “Razão nenhuma” Apesar da ausência de um discurso elevado, ou talvez por isso mesmo, o encontro de Lear e Cordélia parece representar um momento de verdade e harmonia.

No Ato IV quando Cordélia e Lear são aprisionados, a fantasia do rei sobre uma vida idílica na prisão reduz Cordélia ao silêncio e às lágrimas. Consciente da perturbação mental do pai e do provável destino que teriam nas mãos de Edmundo, Cordélia não consegue responder a Lear. E a última vez em que a vemos viva no palco lembra a primeira cena da peça: Lear perdido em sua visão escapista e Cordélia novamente obrigada a “amar e calar” A última fala de Lear, na Cena 3, é pronunciada sobre o cadáver de Cordélia. Por ironia, Lear tenta desesperadamente acreditar que está ouvindo a filha:

*Eu podia salvá-la, mas agora ela se foi para sempre!
Cordélia, Cordélia, espera ainda, aí! Que dizes?
– A voz dela foi sempre bem suave,
Baixa e gentil – que é bom numa mulher. (V.3)*

Durante toda a peça, as reticências e o silêncio de Cordélia parecem sinalizar o amor sincero que sente pelo pai. Contrastando com as palavras efusivas mas falsas de Goneril e Regan, com as primeiras falas iradas de Lear e suas frases desconexas da cena final, a decisão tomada por Cordélia de silenciar sobre seus verdadeiros sentimentos parece sinalizar sua integridade e sensibilidade.

Em *Hamlet*, Ofélia comete suicídio e em *O Rei Lear*, Cordélia é assassinada. Em ambos os casos, as personagens femininas silenciosas confrontam-se com obrigações de família e de Estado. Ofélia e Cordélia têm de enfrentar situações em que a autoridade patriarcal não lhes deixa outra alternativa a não ser o silêncio. Em *Hamlet* Ofélia é vítima das maquinações e dos abusos do amado, do pai e do rei. Em *O Rei Lear* Cordélia é vítima da loucura do pai e da percepção inadequada do significado do verdadeiro amor. O silêncio de Ofélia expressa impotência, confusão e desespero diante da terrível realidade da corte de Elsinore. A submissão à autoridade masculina, a repressão da sexualidade, a desilusão amorosa, tudo contribui para o conflito íntimo de Ofélia, traduzido em silêncio e na loucura final. Na cena de abertura de *O Rei Lear*, Cordélia reconhece que lhe falta “a fluência na arte / Tão oleosa de dizer sem crer” Ela compreende a grande desvantagem que isso representa em uma corte onde a retórica desempenha um importante papel, mas está disposta a arriscar-se a cair em desgraça para manter sua integridade. O silêncio de Cordélia, diferentemente do de Ofélia, sinaliza uma resistência à ordem vigente, às exigências do mundo patriarcal

A submissa Ofélia e a desafiadora Cordélia são ambas vítimas dos valores patriarcais, de sociedades em que os pais são donos e senhores do destino das filhas. Nas duas tragédias, o silêncio das personagens femininas revela a falta de alternativas positivas para a mulher e uma aceitação das normas sociais que regem o mundo patriarcal. Num mundo em que as mulheres são meros peões no jogo de poder e lucro, não há base para relações humanas verdadeiras. O silêncio substitui o diálogo e expressa o isolamento das personagens femininas. Nessas duas tragédias, Ofélia e Cordélia estão inexoravelmente condenadas, pois são vítimas das expectativas patriarcais. Estaria Shakespeare repudiando o estereótipo tradicional da meiga donzela, da filha obediente e submissa? Creio que, em Ofélia e Cordélia, Shakespeare denunciou as expectativas tradicionais com relação à mulher ideal. Com seu sacrifício e o silêncio sobre seus sentimentos mais íntimos, Ofélia e Cordélia fazem um veemente protesto contra os valores da sociedade patriarcal.

BIBLIOGRAFIA

- ABEL, Elizabeth, ed. *Writing and Sexual Difference*. Brighton, Harvester, 1982.
- ANDERSON-THOM, Martha. "Thinking about Women and their Prosperous Art: a Reply to Juliet Dusinberre's *Shakespeare and the Nature of Women*" *Shakespeare Studies*, 11 (1978) 259, 76.
- BARKER, Deborah E. and KAMPS, Ivo, eds. *Shakespeare and Gender: A History*. London, Verso, 1995.
- CAVELL, Stanley. "The Avoidance of Love: a Reading of *King Lear*" *Must We Mean What We Say?: A Book of Essays*. New York, Charles Scribner's Sons, 1969.
- COOK, Judith. *Women in Shakespeare*. London, Harrap, 1980.
- DREHER, Diane Elizabeth. *Domination and Defiance: Fathers and Daughters in Shakespeare*. Lexington, UP of Kentucky, 1986.
- DUSINBERRE, Juliet. *Shakespeare and the Nature of Women*. London, MacMillan, 1975.
- ERICKSON, Peter. *Patriarchal Structures in Shakespeare's Drama*. Berkeley, U of California P, 1985.
- FRENCH, Marilyn. *Shakespeare's Division of Experience*. London, Cape, 1982.
- GALLOP, Jane. *The Daughter's Seduction; Feminism and Psychoanalysis*. Ithaca, Cornell UP, 1982.
- GARBER, Marjorie. *Coming of Age in Shakespeare*. New York, Methuen, 1981.
- HARRISON, G.B. *Shakespeare: The Complete Works*. New York, Harcourt, Brace, 1952.
- HOY, Cyrus. "Fathers and Daughters in Shakespeare's Romances" *Shakespeare's Romances Reconsidered*. Ed. Carol McGinnis Kay and Henry T. Jacobs. Lincoln, NE, U of Nebraska P, 1978.
- KANE, Leslie. *The Language of Silence*. Cranbury, NJ, Associated UP, Inc., 1984.
- LENZ, Carolyn, GREENE, Gayle and NEELY, Carol, eds. *The Woman's Part: Feminist Criticism of Shakespeare*. Urbana, Illinois UP, 1980.
- PITT, Angela. *Shakespeare's Women*. Tatowa, NJ, Barnes and Noble, 1981.
- ROVINE, Harvey. *Silence in Shakespeare: Drama, Power and Gender*. Ann Arbor, UMI Research P, 1985.

THOMPSON, Ann. "The Warrant of Womanhood: Shakespeare and Feminist Criticism" *The Shakespeare Myth*. Ed. Graham Holderness. Manchester, Manchester UP, 1988.

ABSTRACT: *The dialectics between silence and language is often used to define the dramatic relation between characters in a play. The silence of female characters in some plays by Shakespeare reflects the expectations of the 16th. – century society about gender roles and behaviour. Ophelia's and Cordelia's silence in **Hamlet** and **King Lear**, respectively, illustrate the absence of positive alternatives for women in patriarchal society, and show the consequences of the oppressive and repressive values that characterize the universe of Shakespeare's tragedies.*

Keywords: *Shakespeare, female silence, feminist criticism.*

MACACOS QUE MORD(R)EM

*Para meu amigo
Franklin Leopoldo e Silva*

Valentim Facioli*

RESUMO: *O ensaio analisa o conto “Macacos” de Clarice Lispector, sob o ângulo da autorreflexividade e negatividade da escritura, tornada antiliterária e investiga a presença do tema da mercadoria moderna e suas repercussões no estatuto da representação e na consciência alienada da personagem narradora. Analisa ainda a estrutura virtualmente fabular do texto e suas relações com a sociedade brasileira.*

Palavras-chave: *Clarice Lispector, escritura, autorreflexividade, negatividade, mercadoria, alienação, fábula, modernização.*

“Macacos” é um texto que integra o volume *A Legião Estrangeira* (1964), mais tarde reproduzido numa antologia organizada pela autora, *A Imitação da Rosa* (1973). À evidência, trata-se de conto que gozava de alguma predileção de Clarice Lispector e, salvo engano, não foi ainda analisado e só pude descobrir brevíssimas referências a ele nos estudos que se ocupam de sua obra.

O conto parece estruturado em “duas partes” que guardam entre si relações de simetria e tensão, que se determinam mutuamente, se entrecrocaram para constituir a unidade da narrativa. A primeira parte é a anedota do mico macho, com “potencialidades tremendas” que o fazem “gorila” e “homem” ao mesmo tempo. A segunda é a história de Lisette, fêmea, de “extrema doçura” “mu-

(*) Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

lher” De fato, as oposições são bastante evidentes, mas o que resalta é que para a voz narradora – uma mulher, mãe de dois filhos – em primeira pessoa, nem o mico macho nem a fêmea têm identidade estável, ambos são menos o que são e mais o que parecem ser ao olhar perturbado que os vê, imagens deformadas da sensibilidade que os percebe e os transforma peculiarmente, através de recursos comparativos, metafóricos e mitificantes. Os micos são ao mesmo tempo “humanizados” e “bestializados”. como seres que transitassem de uma condição a outra, feitos fetiches vivos ante o olhar que os observa e narra.

Há uma espécie de contraponto entre a história de Lisette e a do mico macho, como tensão organizadora da busca de sentido desses seres instáveis, tornando instável o próprio tema/assunto do conto, de vez que ele se configura ao final não propriamente como histórias de micos, senão como um croqui breve do percurso da subjetividade contraditória da narradora em suas relações tensas com os mesmos bichos e também com os filhos, com o homem, com o mundo e consigo mesma.

Vejamos como se dá esse percurso na “primeira parte” do conto. Quando chega à casa da narradora, o mico macho *sem nome*, em *forma de presente*, ela está vivendo problemas de seu cotidiano pequeno-burguês: o Ano Novo, a falta de água, de empregada, “fila para carne” e “o calor (que) rebentara”. Logo, o mico macho torna-se um dado a mais de perturbação da rotina, que a narradora, entretanto, não sente apenas como tal. O animalzinho logo se constitui numa sombra opressiva (que também parece ter produzido ou precipitado a consciência dos transtornos “usuais”), presentificação abrupta de uma outra relação, que é sugerida mas não assoma plenamente à superfície: a relação da narradora com o homem (ausente/presente). Em tese um marido, cujo silêncio textual, contudo, sugere os homens ou os machos em geral. O comportamento e a aparência do mico macho só lembram à narradora essa sombra opressiva e invasiva, com a qual ela estabelece de pronto, na sua solidão, uma relação de recusa, de distância e mesmo de rejeição completa, ainda que pudesse tornar-se “responsável pelo seu destino, já que ele próprio não aceitava culpas” Essa presença desperta nela sentimentos que pareciam adormecidos no silêncio do recalque e que não são quaisquer uns, mas sentimentos arquetípicos da relação AMOR E MORTE: “uma

amiga entendeu de que amargura era feita a minha aceitação, de que crimes se alimentava meu ar sonhador”

O fato é que pela mão da amiga e de “uns meninos de morro” a narradora, ao livrar-se do mico, *cometeu o crime*, resultando-lhe, com ele e sua culpa, no “desvitalizado Ano Novo”, o triunfo de uma perda, uma vitória fracassada, por paradoxo, pois nessa ocasião “pelo menos ganhei uma casa sem macaco” Mas a vitória desse crime, dessa ausência, desse recalque repostado e desse silêncio é a instauração de um vazio que amplia a solidão, quase tornada desamparo, revelando a solidão culpada de um gesto inteiramente egoísta, revestido com a máscara do alívio. O ganho/perda da narradora foi a perda certa para os filhos. Seu alívio é a contraface da tristeza dos meninos, aquele explícito mas esta apenas latente na narrativa. A narradora estilhaçada pela sombra opressiva do outro, o mico macho, “gorila” “homem” não se pode *reconstruir* de seu abalo através de um retorno puro e simples ao cotidiano pequeno-burguês, este, agora, invadido e turvado pela angústia contraditória do fracasso no alívio e na vitória da “casa sem macaco”

Esse efeito se torna decisivo porque inclui na sua relação vitoriosa com o mico macho um outro ser: o menino menor. A diferença mediadora é que para o menino o mico não é problemático, não configura a relação sombria que perpassa a mãe. E mais: o menino percebe antes que a mãe, num plano intuitivo e simbólico, a natureza conflituosa da relação que ela estabelece com o mico. O menino, por assim dizer, intui o conjunto complexo e tenso que envolve a mãe, o mico e o homem ausente/presente e o configura como “catástrofe iminente”. jogando agora com a oposição, complementar à outra, invertida em seus mesmos arquétipos, MORTE-AMOR.

“Meu menino menor sabia, antes de eu saber, que eu me desfaria do gorila: ‘E se eu prometer que um dia o macaco vai adoecer e morrer, você deixa ele ficar? e se você soubesse que de qualquer jeito ele um dia vai cair da janela e morrer lá embaixo?’ Meus sentimentos desviavam o olhar”.

Menino menor e macaco (não importa se macho ou fêmea) como que se identificam na mesma espontaneidade e alegria sem

culpa, alheios à perturbação opressiva da mãe, embora o menino intua o perigo da morte simbólica (pela expulsão e ausência) que pesa sobre o animal. Por isso parece-lhe possível que a morte real, o perigo dela ou sua ameaça, pudesse sobrepor-se à outra, compensá-la ou cancelá-la. Mas não. O crime da mãe narradora é premeditado, inevitável e também, ao final, irremissível. Diante do mico macho a mãe não pode ter a espontaneidade e a alegria sem culpa do filho menor, de fato, nem compreendê-las, nem aceitá-las. Para ela, livrar-se do macaquinho é livrar-se do destino dele e reconstruir um silêncio pela ausência, repor o recalque que tenta ocultar o conflito com o homem (mico/gorila, macacão pequeno), ainda que à custa da alegria do filho. Isso vale o crime, conquanto a culpa o antecesse, pois que latejava no recalque, cuja causa a narradora ignora e transfere para o mico, não pelo que este era, mas pelas imagens que seus olhos viam nele. Por um mecanismo de transferência, que é psicológico e também social, a mãe recolhe a sombra opressiva que lhe traz o mico e a atira sobre o filho menor; alívio dela e carência de alegria dele. Assim, para se livrar da opressão a mãe narradora torna-se opressora e impõe a morte (da alegria do filho e do mico, pela supressão, ausência e silêncio de ambos), realimentando o recalque e impondo sua condição hierarquicamente superior de mãe e narradora, tornando a positividade de seu alívio uma negatividade, inerentes ambas ao mesmo processo : “a casa sem macaco”

Assim, a narradora ganha esse fetichizado presente naquele “Ano Novo desvitalizado” (com essa surpreendente mas significativa adjetivação...) que é a morte da vitalidade do mico e do menino, ou seja, a morte do sentimento autêntico da espontaneidade e da alegria sem culpa. A narradora quis que esse abafamento do outro (mico, menino, homem, gorila) fosse a possibilidade de recompor sua paz alienada de pequeno-burguesa anterior à chegada do estranho perturbador. Mas performa-se na consciência da narradora uma culpa duplicada: a da presença e a da ausência do outro; não é possível ficar com ele e já também nem sem ele. E não apenas pela narradora em si mesma, senão porque o filho é parte dela, constitui essência de seu ser de mãe e pequeno-bur-

guesa, duplicando-se o filho na sombra do homem ausente/presente e do mico macho, exigindo dela a morte simbólica deles todos. Assim, ao livrar-se do mico, ela se livrou do homem e também da essência incômoda do menino, isto é, de sua alegria sem culpa. Mas a mãe narradora não está livre e sim contaminada da culpa de seu crime.

Algo vivo permaneceu nela sob a cinza quente da supressão, do recalque e do silêncio: um vago sentimento de uma identidade possível com a vitalidade, a espontaneidade e a alegria sem culpa do Outro, (o mico macho e o menino menor). Por isso, só quando a mãe narradora, um ano depois, “acabava de ter uma alegria” desperta de novo para o problema. E agora a alegria assoma com suas virtualidades humanizantes e vitalizantes, o que lhe permite romper a solidão através da solidariedade:

“imaginei uma cadeia de alegria: ‘Quem receber esta, que a passe a outro’. e outro para outro, como o frêmito dum rastro de pólvora. E ali mesmo comprei a que se chamaria Lisette”.

Há um aspecto a ser notado, agora: o mico macho chegou à casa da narradora como um *presente*, cuja origem não é explicada e logo torna-se problema, que ela pretende seja um problema de toda a família, pois o expressa através do pronome *nós*, o qual, aliás, logo desaparece, substituído por *eu*. Trata-se de algo perturbador, indesejado e invasivo. Já Lisette é *comprada*, num gesto consciente de *reposição da perda*, uma ação consciente nascida de “projeto” de intenção. A distância entre ganhar e comprar aplicada aos dois macaquinhos é relevante, como veremos adiante.

Lisette é adquirida em forma/aparência já humanizada, inclusive tem nome: “*Tinha saia, brincos, colar e pulseira de baiana*” E ainda tinha “*um ar de imigrante que (...) desembarca com o traje típico de sua terra. De imigrante também eram os olhos redondos*” “*era mulher em miniatura*” (...) *Era de uma tal delicadeza de ossos. De uma tal extrema doçura. Mais que os olhos, o olhar era arredondado*” Os gestos, a postura, os modos de comer, de fazer raros cari-

nhos, tudo nela era humano, e especialmente feminino. O nome de *Lisette*, de gente, signo estranhado e dignificado pelo duplo *t*, a sugerir um francesismo, impõe uma ambiguidade, digamos, insolúvel, no nível expresso da própria narrativa. Primeiramente, não se sabe com precisão quem deu esse nome, pois a construção verbal que o designa, permite ler sentidos diferentes : “E ali mesmo comprei a que se chamaria Lisette” Não se sabe se a macaquinha já tinha o nome e a narradora só o soube após a compra, ou se alguém, ela mesma ou seus filhos lhe deram o nome que ela ainda não tinha. Mas nomear o bicho com nome humano é ao mesmo tempo humanizar o animal e bestializar o homem ou, se quisermos, no plano mítico e arquetípico, essa nomeação é a identificação do homem com seu totem, tomando-o como extensão de si mesmo e seu protetor, tanto quanto do clã.

Pode-se ainda assinalar, sumariamente, que a nomeação também implica a posse e o domínio sobre o outro, não mais, ou não só, na relação totêmica, senão que numa relação fetichizada de mercadoria, na qual se perdeu a memória do totem. Parece haver também ironia, pois *Lisette*, como nome afrancesado, sugere um “traço cultural” de classe média, supostamente requintada, dada a certos cacoetes, inclusive linguísticos, de supor a coisa estrangeira, ou com aparência ou nome de estrangeiro, mais bonita e aristocrática. De todo modo, o nome de *Lisette* aplicado à macaca imigrante, vestida de baiana, funciona como um “disparate irônico”

Na “segunda parte” a narrativa destaca em *Lisette* certos traços que a narradora considera adequadamente femininos, por oposição e contraponto aos masculinos do primeiro mico: extrema doçura, olhar arredondado, os enfeites em ordem e os gestos a sugerirem pudor, carinhos e suavidade; em suma, predisposição para o amor, a qual contamina a própria família. “ Olhando-a, percebi então até que ponto de amor já tínhamos ido” Esse amor da família por *Lisette*, contudo, é também forte sentimento de posse, de propriedade : “estávamos na área de serviço admirando *Lisette* e o modo como ela era nossa” Parece ser nessa fusão de sentimento de amor e propriedade, ou, de amor como propriedade, que algumas características femininas da macaca, atribuídas pela

narradora, de repente, se transformam em signos de morte. Morte certa e irrevogável, porém antecedida de “um sopro de vida” trazido pelo oxigênio que, por efeito interno, revelou uma Lisette mais que macaca, humana-mulher: *De olhos muito menos redondos, mais secretos, mais aos risos e na cara prognata e ordinária uma certa altivez irônica.* O oxigênio enquanto metáfora reveladora de uma verdade essencial e comum de Lisette e da mulher: *um pouco mais de oxigênio, e deu-lhe uma vontade de falar que ela mal aguentava ser macaca; era, e muito teria a contar.*

A súbita irrupção desse discurso indireto livre parece o ponto de maior aproximação entre a narradora e Lisette. Mas o fato é que, de novo, a catástrofe iminente, reposta no “jogo” morte-amor, agora revela a narradora “transformada” pois disposta a qualquer sacrifício para salvar a Outra, talvez salvar no fundo a si mesma, como identidade feminina em vias de constituir-se: dar a macaca ao enfermeiro no caso de este salvá-la. O enfermeiro, entretanto, parece amar Lisette sem o sentimento de propriedade e por isso tem um gesto compreensivo e humanizado: *Se eu curar Lisette, ela é sua*, responde ele. Vê-se, entretanto, que mesmo o empenho de todos já não é mais suficiente para salvá-la, talvez porque amada como propriedade a fêmea não pode ser salva, seja quem for que a ame. Ao mesmo tempo, a fala do enfermeiro, repassada de fundo edificante, é tratada pela narradora com ironia amarga, porque insinuava ou sugeria certas “garantias” ou possibilidades que ela, narradora, percebe não existirem nem para a vida nem para o amor.

O último parágrafo, clímax com tom de anticlímax, cifra novas astúcias ao enigma, sob a aparência de o estar decifrando, deixando-o como se fosse uma estrutura de consolação ou alívio, e ironizando assim implicitamente a relação texto-leitor, como se mandasse este último “pentear macacos”... :

“No dia seguinte telefonaram, e eu avisei aos meninos que Lisette morrera. O menor me perguntou: ‘Você acha que ela morreu de brincos?’ Eu disse que sim. Uma semana depois o mais velho me disse: ‘Você parece tanto com Lisette!’ ‘Eu também gosto de você’, respondi “

Somos informados que para os meninos a mãe “sobrou viva” como simulacro de Lisette, parecida com ela, a condição feminina identificada no “morrer de brincos” percepção que a narradora também parece ter de si própria ao responder ao filho com a frase banal, meio que obrigação materna. Mas a condição de simulacro estava dada desde o começo, sendo o “marido” ou o “homem” ausentes do texto, percebidos como tal no mico macho, tendo a narradora, portadora do poder de narrar, só tardiamente e através dos meninos, percebido sua própria condição de simulacro do mico fêmea. Pode-se assinalar, entretanto, essa inversão como uma progressão no processo, pois a princípio o mico macho parece ser o simulacro do homem ausente, tanto quanto Lisette o seria da mãe. Mas os meninos percebem o outro lado e ensinam à mãe narradora, à narrativa e ao leitor, que a mulher e o homem é que são simulacros dos micos, pois estes preexistem àqueles, sendo os micos portadores de uma “verdade” (ou uma “identidade”) primeira, originária, nuclear, a qual, nos humanos, machos ou fêmeas, é apenas uma imitação daquela. Digamos, numa frase meio clariceana: o outro é mais eu do que eu mesmo.

Do mesmo modo, essa revelação insinua a própria natureza da narrativa, representação como simulacro, que sonda a origem de seu ser e de sua matéria, pondo-se a princípio como a própria realidade ou a verdade, para depois “sobrar” apenas enquanto simulação, que, ao reconhecer-se isso, carrega o ônus da própria morte por pretender sobrepor-se à vida e à verdade desta. Assim, a narrativa que pretendia de início representar os macacos como simulacros, por sua pretensão fraudulenta, denuncia-se ela própria como um simulacro e por isso merece a rejeição e a morte, ainda que portadora de alegrias e sustentável por algum oxigênio extra. Ao mesmo tempo, esse fracasso é sua vitória, de vez que ao denunciar-se como simulacro e pretender sobrepor-se à vida e à verdade ela é capaz, em cada “sopro de vida” de tornar-se diferente sendo a mesma e de repor-se infinitamente como simulacro que reconhece sua natureza fraudulenta. Essa é a instância da negatividade da literatura antiliterária do texto, podendo-se arriscar, talvez sem exagerar a potencialidade dele e de Clarice

Lispector, a hipótese de que sem essa negatividade autocrítica a narrativa não transporia as barreiras das aparências do mundo e se faria simulacro inconsciente, assumindo sua sagração em mercadoria e realizando-se como verdade em si mesma.

O estranho opressivo do mico macho, a alegria dos meninos, o exótico de Lisette e as mesmas angústias e egoísmo da mãe são as matérias vivas da narrativa, tanto quanto a exclusão do mico macho e a morte da macaquinha, e obrigam que a narradora se torne “responsável pelo seu destino” isto é, pelo ato de narrar e pela natureza do narrado com implicação fundamental sobre o tipo de pacto que será firmado com o leitor. É evidente que esse pacto se organiza pela negatividade sem consolo e sem alívio, pois revela que as relações humanas, mesmo entre mãe e filhos, se fundam na carência, na exclusão e na morte. Ou seja, quando denuncia esse terrível fracasso humano, a narrativa ganha direito de existir, mas apenas para essa denúncia, negando-se para qualquer outra alternativa, que, se insinuada, aparece como chavão irônico, como a frase final da mãe ao filho, que desarma a confiança, alguma certeza e o bem estar do leitor. Nessa direção de leitura o crime e a culpa serão, necessariamente, integrantes dessa escritura problemática e emblemática, que quer dizer o que não se diz ou não se pode dizer; serão tema e forma, pois que constituem dimensões de violência da narrativa contra si mesma e contra qualquer pacto confortável com o leitor, ambos repassados de exclusão e morte.

O conto pode ser lido também como croqui do percurso da subjetividade da narradora, na passagem de uma descoberta que vai da aparência enganosa à essência quase irreconhecível, da percepção de que o cotidiano alienado da pequeno-burguesa havia rompido a solidariedade com o outro e sua própria identidade de mãe estabelecida. O sentimento articulador dessa descoberta e da passagem é a alegria, espontânea, intuitiva e natural nos micos e nos meninos e mal “reconstruída” como identidade instável e efêmera na mãe narradora. O texto estrutura ainda a condição

problemática da mulher mediante a revelação do homem ausente, como sombra opressiva, presentificado como recalque que retorna para deformar o olhar. A narradora vê no mico macho essa sombra do homem e em Lisette a projeção de sua própria imagem, deformadas ambas. A solidão da mulher fica evidenciada diante do amor, da morte e do outro, desestruturada sua identidade, fragmentada, estilhaçada sua relação com a alteridade e consigo mesma.

Nesse jogo, o fio vivo que o tece, todavia, é muito menos visível. É a relação da narradora (e da narrativa) com a mercadoria, relação menos percebida e mais intuída, que fica na sombra, conquanto seja forte. Talvez o enigma decisivo do texto, pois ele encaideia, a meu ver, tanto o ser/estar no mundo da mãe narradora, suas relações com o outro (sejam os micos, os filhos, o homem) quanto o problema da natureza do texto, o estatuto de sua representação e o pacto com o leitor.

De início, os problemas da mãe narradora são os da sua relação difícil com o mundo externo em sua forma mercadoria mais evidente: sem água, sem empregada, fila para a carne. São carências de mercadorias, que o cotidiano de sua condição de classe faz passar como transtornos absurdos e inesperados. Mas o excesso da natureza ("o calor rebentara") também insinua carência de mercadoria, algum objeto ou meio que pudesse atenuá-lo. Assim sociedade e natureza se comunicam para produzir carência, igualando-se num mesmo nível e operando-se sibilinamente um trânsito ou uma extensão de uma para outra, iluminando o funcionamento de base da ideologia, ou seja: a naturalização da história, de que a mãe narradora não parece ter consciência, pois ela está aderida, sem distância, a esse discurso pequeno-burguês.

O desdobramento desse núcleo inicial atinge a relação da narradora com os micos e com os filhos. O mico macho é um presente e, paradoxalmente – mas de acordo com a projeção da imagem do homem que ela, a mãe, não tem e recusa – é inaceitável, inconveniente, monstruoso, que chega como invasor e opressor e a quem é preciso matar pela expulsão/exclusão. Lisette é a realização de uma compra, gesto intencional, afirmativo e ainda solidário, mas que

resulta em seu efeito oposto. O presente é saudável e odiado; a compra é amada mas marcada de morte. O destino dos dois micos parece relacionado com a forma mercadoria usual embora em posição invertida, o que pode permitir relacionar essa situação com duas coisas: a posição contraditória da narrativa no mercado e um modo peculiar da mulher-mãe perceber-se mais vitimada pela *mercantilização* degradada do que o homem. Digamos, sucintamente, que a relação entre presente e compra, tal como o texto a propõe para a mãe narradora e os meninos com os dois macaquinhos, seja a sugestão sibilina das muitas faces da alienação do pequeno-burguês pela mercadoria.

Uma delas parece encenada na suposição “ingênua” da mãe de que seria possível, com a compra de Lisette, reaver ou restabelecer a alegria dos meninos. Mas aí a compra revela-se um recurso fraudulento, tanto quanto a narrativa, pois dela decorre a fatal ronda da morte de Lisette, mercadoria doente. Nesse caso, mercadoria e alegria autêntica e natural não podem conviver, mesmo quando a mãe se identifica com Lisette e seu destino; mercadoria e desejo não se identificam e não se mostra viável a realização deste pela posse daquela. Parece-me que, por essa via, funda-se uma culpa irremissível, sentida mas não identificada, em dois movimentos contraditórios e complementares: o movimento desejante, que se supõe realizável pela posse do outro, e sua introjeção complexa de desejo de ser desejado, pondo-se assim o ser em disponibilidade para ser possuído pelo outro. Não são movimentos inocentes, senão que pactuam com a forma mercadoria, enquanto o ser humano parece dominar o objeto e não se questiona se está sendo dominado por ele e seu fetiche. Enfim, a crença na própria humanização através do fetiche...

O resultado é uma ilusão mortal, uma decepção com duas faces: a desilusão legítima e o ato egoísta. Esse impasse, de fundo ético, está justamente na percepção da narradora de que ela se deixou dominar por relações que, embora disfarçadas, obedecem aos movimentos de compra e venda, desumanizantes, conquanto resultados das ações e das intenções (e mesmo das necessidades) humanas. A mãe roída de desumanização só a muito custo reco-

nhece o outro (os micos, os meninos) quando não contaminado pela alienação mercantil. Daí ser-lhe indecifrável e repelente o mico macho, porque associado ao homem já desumanizado; como também ser-lhe estranha a alegria dos meninos diante dos bichos: e, ainda, figurar-lhe exótica e mesmo cômica a pobre Lisette, vestida de baiana, com seus brincos e olhos redondos de migrante, carregada de um carnaval latente. São seres inusitadamente amalucados que não têm lugar na vidinha cheia de contrariedades do pequeno-burguês alienado.

Parte da culpa da mãe decorre desse desencontro e da cegueira que lhe corresponde, que parecem provir sempre de outro e estranho lugar indecifrável e brotar de outros motivos, pois o verdadeiro será sempre ocultado e desviado de foco pelo recalque e a naturalização do efeito dessa história desumana. Assim, os bichos e as crianças, na sua alegria e espontaneidade, virtualmente subumanas porque semiaculturadas, revelam-se, contudo, como verdades primordiais, anteriores e pouco ou nada acessíveis aos homens, tornados meros simulacros das mercadorias que os dominam. O texto de Clarice Lispector tem sua construção fundada numa poética que exige a sondagem artística como via contraditória de acesso a esse miolo estilhaçado e problemático das relações humanas. Texto que se faz linguagem rompida com mediações também alienantes de gênero literário e da própria noção institucionalizada de literatura, para organizar-se como uma farpa aguda com a qual o leitor tem de se haver, equilibrando-se ou ferindo-se, mas nunca sentando-se confortavelmente.

“Macacos” se estrutura como uma fábula virtual, algo sugerido quando a mãe narradora sente e afirma que Lisette tem um irreprimível desejo de falar e teria muito a contar. A fábula virtual faz com que os bichos tenham exemplaridade com ressonâncias para os seres humanos, mas eles já não podem falar explicitamente como na fábula tradicional. É reconhecido que a fala fabular tradicional é própria de um mundo mágico-mítico ligado à “alienação rústica” de economias pouco desenvolvidas e de base rural, quando os homens podiam reconhecer a natureza sem a mediação necessária do mercado. Mas, certamente, não era o caso do Rio de Janeiro (Copacabana, anos 60 ...), de cultura urbana, onde

mesmo os bichos são mercadoria. Não obstante, o Brasil ainda era, como país, meio urbano meio rural, condição sutilmente indicada tanto pela presença mesma de animais agrestes na grande cidade, quanto pelo fato de um mico ser presente e o outro ser compra. Nessa circunstância a fábula tradicional já não seria “verossímil” mas é possível retomá-la modificada e com essa reestruturação falar nas entrelinhas o que a escrita não quer explicitar. Ao mesmo tempo, e com ironia derrisória, numa sociedade como a brasileira, os bichos ainda podem revelar algo essencial da condição urbana do nosso homem meio moderno, virtualidades que desmascaram o simulacro em que se vai tornando esse homem, parcialmente mercantilizado. A retomada da estrutura mítica da fábula modificada e “modernizada” é, enquanto forma literária, homóloga à própria forma social brasileira em processo de modernização. Seu interesse está em que bichos e crianças permitem reconhecer identidades perdidas, ou simulá-las, ou fraudá-las mais uma vez, feições ou simulacros, que a eloquência da escrita fundada na negatividade capta problemáticamente ao tentar dizer o que não se pode dizer de outro modo, por outros meios, que é talvez indizível senão por via dessa escrita.

Finalmente, vale lembrar como a macaca Lisette carrega a imagem ancestral da Macabéa de *A hora da estrela*. Pode-se dizer que é um signo a ser desenvolvido, simulacro ela também de uma intertextualidade então apenas virtual, quase um “ato falho” que ainda esperaria anos para assomar ao centro e à superfície da escritura da autora. Trata-se da pré-constituição de uma alteridade mais radical, que teve de esperar outros percursos da escritora para integralizar-se até às últimas conseqüências.

BIBLIOGRAFIA

- LISPECTOR, Clarice. “Macacos” in *A imitação da rosa*. Rio de Janeiro, Artenova, 1973.
- LUCCHESI, Ivo. *Crise e escritura: uma leitura de Clarice Lispector e Vergílio Ferreira*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.

MARTINS, Gilberto Figueiredo. *As vigas de um heroísmo vago (Três estudos sobre A maçã no escuro)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Dissertação de Mestrado).

NUNES, Benedito. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo, Ática, 1989.

REVISTA TEMPO BRASILEIRO, 104. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991.

REVISTA TRAVESSIA, 14. Florianópolis, UFSC, 1987.

REVISTA REMATE DE MALES, 9. Campinas, IEL/UNICAMP, 1989.

SANTOS, Roberto Corrêa dos. *Lendo Clarice Lispector*. 2ª ed. São Paulo, Atual, 1987.

WALDMAN, Berta. *A paixão segundo C.L.* 2ª ed. São Paulo, Escuta, 1992.

ABSTRACT: *This essay analyzes the short-story "Macacos", by Clarice Lispector, from the point-of-view of self-reflexivity and negativity of the writing become anti-literary and investigates the presence of the modern merchandise theme and its reactions in the domain of performance and in the alienable consciousness of the narrator character. It also analyzes the virtual fable structure of the text and its relationship with the Brazilian society.*

Keywords: *Clarice Lispector, writing, self-reflexivity, negativity, commodity, alienation, fable, modernization.*

Resenhas

Luciano. *Diálogos dos Mortos*. Versão bilingüe Grego/Português. Organização e Tradução: Henrique G. Murachco. São Paulo, Edusp / Editora Palas Athene, 1996.

*Elisa Guimarães**

Ainda que a teoria e a prática da tradução abundem em problemas complexos, o leitor do texto *Diálogos dos Mortos*, de autoria de Luciano de Samósata e traduzido por Henrique G. Murachco, desfruta da comodidade de uma leitura amena, agradável, das mais enriquecedoras. Ao tradutor cabe a tarefa de fazer equivalerem sistemas lingüísticos diferentes – o que implica o percurso de caminhos particularmente árduos.

Não são difíceis de imaginar, portanto, os escolhos oferecidos por um texto dessa natureza a quem se proponha traduzi-lo.

Nem por isso, contudo, a obra deixa de exibir um resultado que revela hábil manejo da pena do bom tradutor: a descoberta, no vernáculo, senão de equivalências, ao menos de aproximações daqueles lances de espelhamento ou consubstancialidade entre significado e significante presentes no texto original.

Aliás, este é o propósito sob cuja luz o tradutor confessa ter-se colocado, quando declara: “O tradutor (...) deve ficar na sombra e fazer a luz incidir onde deve, isto é, sobre a obra como o autor a criou” (p. 39).

O texto traduzido acumplicia-se, pois, com um criterioso trabalho de fidelidade ao original, numa tentativa consciente de debelar o temor subconsciente de haver traído o autor.

A reprodução, na íntegra, do original em Grego clássico em cotejo com o texto traduzido apresenta, numa primeira versão para a Língua Portuguesa, os *Diálogos dos Mortos* – pequenas obras-primas onde o autor Luciano enfeixa matéria de sumo interesse.

(*) Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

Matéria cuja essência é habilmente manipulada pela competência do tradutor que penetra nos meandros da mensagem, atinge o âmago da idéia e a traz de volta revestida de roupagem nova. E a tradução passa a ser vista como cópia transformada, muito mais do que como resultado de um momento criador.

Sabe-se que não basta ao tradutor unicamente o domínio do léxico, da sintaxe e da semântica da língua de partida. Faz-se necessário amplo conhecimento da cultura e civilização que produziu tal língua.

Eloqüente ilustração desse princípio são as considerações tecidas na introdução da obra, bem como as notas esclarecedoras dos efeitos visados no original, para as quais o tradutor remete o leitor.

Tem-se aí um precioso manancial de informações, a começar por dados biográficos do autor dos *Diálogos* – apresentado, a um tempo, como reformador de idéias e criador de formas.

Panfletário, moralista, polêmico, Luciano inclina-se a explorar temas sugeridos por acontecimentos ou incidentes do dia-a-dia, bem como por suas muitas leituras ou entretenimentos com amigos.

A esses dados o tradutor acopla elucidativos comentários sobre *História Verdadeira* – obra satírica –, *O Asno* ou *Lúcio* – novela picaresca –, *Acusado duas vezes* – obra em que o réu é o próprio Luciano, acusado pela Retórica por a ter abandonado, e pelo *Diálogo* por o ter traído e deformado.

Completam ainda o ato tradutório que, segundo Ortega y Gasset, “é um caminho até a obra original”¹ as notas de referência no final de cada diálogo, que dinamizam uma espécie de segundo contexto - um contexto implícito, tão importante quanto o contexto explícito, para explicar as dificuldades do texto e para supri suas eventuais lacunas.

Cercam-se essas notas de rica variedade de assuntos, oferecendo ao leitor o deleite de recapitular conhecimentos de História e Mitologia Grega, de Geografia, de Etimologia, de Filologia, de

(1) “Miséria y Esplendor de la Traducción” In: *Misión del Bibliotecário*. Madrid, Revista do Ocidente, 1967, 2ª ed., p.130.

Versificação, e até mesmo de Botânica, como se lê no verbete “elébora ou heléboro: planta da família das liliáceas – comum na Europa; – o rizoma dela contém um vermífugo e purgativo drástico. Os antigos atribuíam a essa planta a cura da loucura” (p.83).

A variedade e a riqueza das notas situam o trabalho do tradutor no âmbito da translação – termo criado pelos editores da Revista alemã “*TexTconTexT*” para designar ao mesmo tempo tradução e interpretação.

São freqüentes as notas interpretativas, como se pode observar na seguinte passagem: “Luciano joga muito com o senso comum. Aqui ele se serve de dois provérbios muito conhecidos: “não se tira de quem não tem” – “saco vazio não pára em pé” (p. 56).

Sente-se, pois, o tradutor dando conta do contexto situativo-cultural em que se enquadra a obra original, conscientizando-se de todas essas dimensões de situação, por meio das quais se manifesta o sentido no texto. Dispõe por isso de condições para estabelecer a equivalência ideal de sentido entre o texto-fonte e o texto em tradução.

A fidelidade ao original, a introdução e as notas explicativas fazem da tradução de Henrique G. Murachco um trabalho de erudito, uma lição de professor cuja competente dedicação seus alunos da Universidade de São Paulo muito têm a louvar e a agradecer.

A formação teórico-prática do tradutor reflete-se em toda a obra – esta alicerçada em sólida base científica – o que a aponta como guia indispensável, não só para os que se iniciam nesse campo, como ainda para aqueles que se dedicam já há algum tempo às tarefas de tradução.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP. ALB (Associação de Leitura do Brasil)/ Mercado de Letras. 1996. 95pp.

*Helena H. Nagamine Brandão**

Numa feliz parceria entre ALB e Mercado de Letras, sai publicada na *Coleção Leituras no Brasil* esta obra de Sírio Possenti. Os dois textos de que se compõe não são inéditos. Em versões mais simplificadas foram eles publicados anteriormente e amplamente apresentados e discutidos em encontros, seminários. Essa divulgação anterior poderia levar a supor a inocuidade desta publicação. No entanto, aí está o seu mérito. Em primeiro lugar os textos vêm a lume revistos e ampliados; em segundo, a temática é atualíssima como mostra uma pesquisa realizada em 15 escolas da cidade de São Paulo¹, em que vimos como a questão do ensino da gramática é um problema não resolvido nas nossas aulas de língua portuguesa.

Na primeira parte da obra, Possenti apresenta um conjunto de princípios correntes em lingüística “destinado, segundo ele, mais a provocar reflexão do que a aumentar o estoque de saberes” (p. 15). O seu objetivo é provocar reflexão para uma mudança da prática docente. A polêmica inscrita na ambigüidade do enunciado-título da obra é a primeira estratégia de impacto: não se trata de não ensinar gramática, de alijá-la do campo escolar, mas de ensiná-la de uma outra ótica para a qual o saber lingüístico tem muito a dar. Dessa forma, mostrando que lingüística e ensino de língua têm muito a ver, estabelece “uma espécie de decálogo” teses básicas para orientar a prática docente.

Partindo da tese de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, o Autor rechaça dois argumentos básicos que têm sido

(*) Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

(1) Projeto Integrado de pesquisa “A circulação dos textos na escola” coordenação geral de Ligia Chiappini, USP

colocados contrariamente a ela. Ao argumento de natureza político-cultural que diz ser “uma violência ou uma injustiça, impor a um grupo social os valores de outro grupo” Possenti contra-argumenta: “O equívoco, aqui, parece-me, é o de não perceber que os menos favorecidos socialmente só têm a ganhar com o domínio de outra forma de falar e de escrever. Desde que se aceite que a mesma língua possa servir a mais de uma ideologia, a mais de uma função, o que parece hoje evidente” (p. 18). No bojo desta contra-argumentação está uma visão de língua que extrapola o campo meramente técnico de um saber especializado, e vê a língua como manifestação cultural múltipla que tece as relações de poder entre as diferentes classes sociais de uma comunidade de falantes.

Ao argumento de natureza cognitiva que supõe que “o aprendizado de uma língua ou de um dialeto é uma tarefa difícil, ou, elo menos, difícil para certos grupos ou para certas pessoas” o Autor contrapõe: “Qualquer pessoa, principalmente se for criança, aprende com velocidade muito grande outras formas de falar, sejam elas outros dialetos ou outras línguas, desde que expostas consistentemente a elas”(p.19). Dessa forma, a aprendizagem do português padrão consistiria em expor o educando a situações de utilização efetiva da língua escrita uma vez que é aí que a língua padrão se manifesta por excelência.

Para que a escola cumpra o seu papel e leve o educando à “aquisição de determinado grau de domínio da escrita e da leitura” é necessário que se tenha uma concepção clara do que seja uma língua e dos processos de como se dá a sua aprendizagem para nortear o comportamento do professor de língua materna em sala de aula. Uma tese essencial é a de que todas as línguas são estruturas de igual complexidade. Assim como a antropologia rejeita a oposição primitivo x civilizado, não se aceita também no estudo da língua a oposição línguas simples x línguas complexas, primitivas x desenvolvidas. O que há são *línguas diferentes*. Essa mesma visão deve estar presente quando se comparam dialetos de uma mesma língua (variante popular x padrão culto). Possenti entra aqui na questão do preconceito e do erro, noções que emergem quando se tem um critério de avaliação externo à língua ou ao dialeto, isto é, o

critério diretamente relacionado ao maior ou menor prestígio da classe social dos falantes.

Sob a ótica da diferença e da concepção de que todas as línguas são regidas por regras igualmente complexas, “saber falar é saber dizer, saber entender frases, saber, enfim, a gramática da língua que fala” Todo professor de língua materna deve ter consciência de que mesmo o aluno em início de escolarização tem o domínio dessa estrutura complexa. Estrutura complexa e mutável. Isto é, não existe língua uniforme; determinada por fatores ou de ordem externa (geográficos, de classe, de sexo, de profissão etc) ou de ordem interna, toda língua varia. Compreender essas variações lingüísticas, esse caráter de mutabilidade da língua pode determinar, sem dúvida, uma mudança qualitativa na prática do professor.

Partindo da constatação óbvia de que “todos aprendem com velocidade espantosa um objeto complexo e sem ser ensinados” Possenti formula a tese de que “língua não se ensina, aprende-se” Como? Através do uso efetivo da língua, um uso sempre contextualizado e não por exercícios (repetitivos e automatizadores como os estruturais, de preenchimento de lacunas...): “O domínio de uma língua [...] é o resultado de práticas efetivas, significativas, contextualizadas. A escola poderia aprender muito com os procedimentos ‘pedagógicos’ de mães, babás e mesmo de crianças [...] Como aprenderam? Ouvindo, dizendo e sendo corrigidas quando utilizam formas que os adultos não aceitam. Sendo corrigidas: isto é importante. No processo de aquisição fora da escola existe correção. Mas não existe reprovação, humilhação, castigo, exercício de fixação e de recuperação etc.” (pp.47-8)

No projeto da escola ler e escrever são atividades fundamentais. Como aprender isso? O Autor propõe: “Escrevendo e lendo, e sendo corrigidos, e reescrevendo, e tendo nossos textos lidos e comentados muitas vezes, com uma freqüência semelhante à freqüência da fala e das correções da fala” Em outros termos, expondo constante e consistentemente nossos alunos às atividades de ler e escrever, concebidos enquanto trabalho, enquanto práticas significativas e não meros exercícios esporádicos e/ou automatizadores.

Nesse contexto, se ensinar língua materna na escola é tornar os alunos proficientes na escrita e leitura de textos no dialeto padrão, como fica o ensino da gramática? Toda a primeira parte da obra vai caminhando no sentido de mostrar que ensinar língua e ensinar gramática (pelo menos um tipo de gramática) não se confundem. Na segunda parte do livro, o Autor vai ocupar-se mais diretamente da questão do ensino da gramática. Em primeiro lugar, conceitua o que vem a ser gramática, distinguindo três maneiras de concebê-la:

- como conjunto de regras que devem ser seguidas: definição adotada pelas gramáticas normativas e também presentes nas gramáticas pedagógicas e livros didáticos;
- como conjunto de regras que são seguidas: definição presente no trabalho dos lingüistas, preocupados em descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas;
- como conjunto de regras que o falante da língua domina: essas regras estariam internalizadas na mente do falante e constituiriam hipóteses que o habilitam “a produzir frases ou seqüências de palavras de maneira tal que essas frases e seqüências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua” (p. 69).

Nessa tipologização há relações estreitas entre a gramática descritiva e a internalizada, ou seja entre descrever uma língua e descobrir a “gramática” que os falantes dessa língua dominam. Para Possenti, “uma gramática descritiva é tanto melhor quanto mais ela for capaz de explicitar o que os falantes sabem” (p.73). Isto é, quanto mais ela for capaz de retratar a gramática internalizada. Na sua proposta, o trabalho do professor desloca-se da gramática normativa para centrar-se justamente na confluência dessas duas gramáticas: a partir de textos efetivamente produzidos pelo aluno, levantar-se-ão hipóteses sobre as regras que o aluno tem internalizadas a respeito da língua e que o levaram a fazer uso de determinada forma lingüística, mostrando ainda os vários recursos expres-

sivos possíveis de acordo com diferentes situações e variantes. Nesse enfoque, as noções de língua, regra e erro que norteiam a gramática normativa devem ser revistas e reformuladas.

Num estilo polemizador, colocando na cena enunciativa o argumento e o contra-argumento, a réplica e a tréplica, Possenti vai polifonicamente expondo suas teses e as implicações didáticas delas decorrentes. Sem dar receita, mas sempre ilustrando as colocações com exemplos, o autor nos leva a refletir sobre questões que há muito vêm sendo problematizadas no meio docente.

PEREIRO, Carlos Paulo Martinez. *Natura das animalhas*. Bestiário medieval da lírica profana galego-portuguesa. Edicions "A nossa Terra", Vigo, 1996, 239 p.

ANIMAIS EM DESFILE

*Lênia Márcia Mongelli**

Professor titular de Filologia Galega e Portuguesa da Universidade da Coruña, na Galiza, e especializado em Literatura Medieval, embora tenha estado há pouco entre nós, a convite do Núcleo de Estudos Galegos da Universidade Federal Fluminense, estendendo sua visita até a USP, Carlos Pereiro ainda não é muito conhecido dos brasileiros. Contudo, conforme se faz gratificante para qualquer intelectual que se preze, suas obras têm tido boa divulgação em nossos meios acadêmicos, principalmente a edição crítica das cantigas do trovador Fernan Paes de Talamancos (Laivento, 1992), já incorporada à bibliografia de teses mais recentes. O mesmo se pode dizer de seus trabalhos sobre a Literatura Portuguesa em geral, com destaque para José de Almada Negreiros (cuja obra foi objeto de pesquisa de seu doutoramento, defendido na Universidade de Santiago de Compostela) e Camões, sobre quem elaborou excelente antologia (*Doce canto em terra alheia?*), em parceria com Manuel Ferreiro e Francisco Salinas Portugal.

Com *Natura das animalhas*, modestamente subintitulado "Bestiário medieval" o Prof. Pereiro compõe mais um ensaio de fôlego. A idéia, que encantou o homem medievo às voltas com o fantástico e a simbologia de animais reais e fictícios arrolados nos diversos bestiários, já tentou muitos críticos e tem marcado presença em comunicações apresentadas em congressos internacionais sobre Idade Média (alguns títulos estão citados na Bibliografia

(*) Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

final do livro). Certos artigos como o de Luciana Stegagno Picchio sobre o papagaio e o de Elsa Gonçalves sobre “A mula de Joan Bolo” em torno de cantigas de D. Dinis, já cruzaram fronteiras e são do conhecimento geral, a falar pelo interesse que o tema tem despertado. Com apresentar, de forma maciça, um rol minucioso de animais que percorrem as páginas da lírica profana galego-portuguesa, interpretados à luz do contexto histórico-cultural dos séculos XIII e XIV e da natureza intrínseca do texto, o estudo de Carlos Pereiro vem preencher lacunas e responder a dúvidas dispersas sobre tema tão fascinante.

Pode-se dizer que nada da fauna aquática, terrestre e aérea escapou aos olhos argutos do pesquisador galego: de asnos a peixes, de formigas a bois, camelos e “zevrões” um zoológico inteiro se oferece ao leitor, que ainda pode consultar o índice final, onde estão indicados os Cancioneiros e as cantigas em que cada bicho aparece. A inegável utilidade desse procedimento não merecia que o Prof. Pereiro se abstinhasse das notas de rodapé sobre referências bibliográficas pontuais: mesmo alegando, na Introdução, que tal escolha é “facilmente subsanável por calquera lector interesado acudindo ao apartado bibliográfico das páxinas finais” nem sempre isto acontece, pois certas opções críticas – algumas muito específicas – não são de fácil acesso ao estrangeiro. A “limpeza” do texto, descarregado do aparato acadêmico, se de certo ângulo é uma qualidade, de outro pode vir a ser defeito, quando implica em localização de fontes da pesquisa. Não se trata de falta de rigor (aquiete-se o espírito de Carlos Pereiro); mas o “antiacademismo” apontado na Introdução como preferência metodológica gerou suas interrogações aqui e ali. Nada que uma boa revisão para as próximas edições não possa resolver.

Em *Natura das animalhas* a análise chega a um resultado bem concreto: a maioria absoluta do comparecimento de animais na poesia medieval galego-portuguesa se dá no âmbito das cantigas satíricas, sempre com intenções ambíguas. Para as de amor e as de amigo restam quase só as aves e os cervos do monte, a compor uma espécie de *locus amoenus* da tradição clássica, como na extraordinária “Levad’amigo, que dormides as manhanas frias” de Nuno

Fernandez Torneol, em que as aves dividem com a amiga apaixonada a “ledice” de tempos pretéritos. A lembrança de cervos e cervas tem que passar obrigatoriamente pelos textos de Pero Meogo, corpo coeso de cantigas de amigo em que o erotismo das relações amorosas está encantadoramente sugerido pela ansiedade da moça que corre a lavar os cabelos na “fontana fria” enquanto o cervo, afoito e másculo, “volve a augua” Frisa o Prof. Pereiro o quanto esse salto interpretativo do sentido literal para o simbolismo exige do leitor moderno, que dificilmente terá acesso ao universo literário dos poemas se não estiver de posse dos códigos estéticos específicos dos séculos XIII e XIV. (Pergunta-se: qual período, inclusive o moderno, não requer o mesmo cuidado, se se trata de *interpretação* de texto? Basta pensar em Fernando Pessoa...).

Bem outra, muito mais direta e realista, é a atitude dos trovadores que escarnecem de seus semelhantes, ric’omens, infanções e soldadeiras, rebaixando-os disfemicamente à comparação com os animais. É nesse espaço que se ergue um retrato magnificamente pulsante da sociedade contemporânea medieval, com seu mundo de intrigas, despeitos, rivalidades e empecilhos de toda ordem. Aqui nos movemos sempre nos limites da *equivocatio* latina, às vezes elevada às últimas conseqüências, com aquela dose prevista de crueldade subjacente a qualquer modalidade de ironia: verbos como *cavalgar*, *comer*, *cear* estão às vezes carregados de alusões pornográficas, numa verdadeira recriação de discurso anticortês, a subverter normas – como os divertidos poemas em que Pero da Ponte ridiculariza a “Peixota” explorando com superior senso do cômico as possibilidades do nome próprio. Outras terríveis vítimas de sarcasmos são “o *muu* e a *mua*, animais de carga, híbridos do cruzamento de xumento con egua ou de caballo con burra” os quais “amplian a súa natural hibridez cargándose do segundo e simultáneo sentido equívoco de home e mulher (non obrigadamente de maneira respectiva) e especializándose, en xeral, no contexto da actividade sexual satiricamente obscena e, en particular, na sátira á homosexualidade e ao lesbianismo.” (p.135). É comum chegar-se à grosseira, como não hesita Airas Veaz: “Comprar quer”eu, Fernan Furado, muu/ que vi andar mui gordo no mercado:/ mais trage ja o alvaraz

ficado,/ Fernam Furado, no olho do cuu;/ e anda ben pero que fere d'unha,/ e dize[n]-me que trage ~ua espunlha,/ Fernan Furado, no olho do cuu.”

Considerando-se que o princípio basilar da criação poética trovadoresca é o da *repetição*, com preferência por todas as formas rítmicas e rítmicas de *paralelismo*, é admirável a enorme capacidade de variação desses bardos que nunca perdem de vista o paradigma - o tal “desvio da norma” responsável pela comicidade. Nesse jogo do texto para o subtexto é que desfilam, invariavelmente com duplo sentido, leões, corvos, cães, vacas, cavalos, salmões, bubelas, alacrães, etc., a representar muitas das mesquinhas da alma humana. Até à Besta Ladrador, magnífica herança da chamada “matéria de Bretanha” recorre Fernand” Esquio (Lapa, 149), para ironicamente denunciar os senhores que não provêm de montaria os seus subalternos.

Como se depreende, *Natura das animalhas* é agora título indispensável a todos que se interessam pela lírica profana galego-portuguesa. Se o objetivo for o estudo da maledicência, então a consulta é obrigatória: a paciência com que o Prof. Carlos Paulo resgatou das páginas dos Cancioneiros esse bestiário de sentido eminentemente polar, em que a crueza convive não raro com a mais elevada poesia, oferece caminhos e sugestões seguras para o pesquisador. Quando menos porque resulta num excelente panorama da Idade Média peninsular, traçado pela língua ferina de seus menestrelis.

ARRIGUCCI Jr., Davi. *O cacto e as ruínas. A poesia entre outras artes*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977. Coleção Mundo Enigma.

*Oswaldo Humberto L. Ceschin**

A obra que inaugura a coleção Mundo Enigma, cujo logotipo reproduz desenho de M. H. Vieira da Silva, especial para a publicação de Murilo Mendes com aquele título, de 1942, apresenta nas ilustrações da capa um detalhe de “Dois bichos na paisagem” e “Acrópole I” de Tarsila do Amaral. Num trabalho gráfico de excelente resultado, insere também seis belíssimas ilustrações referentes aos poemas e aos comentários, no todo um presente do Autor e do Editor aos leitores. Uma iniciativa editorial que se deve agradecer.

“A crítica é a espinha dorsal da modernidade literária.”

Esta resenha poderia iniciar-se com a epígrafe de qualquer trecho da obra em foco; mas essa, apesar de sua natureza e da sua especificidade, inclui-se numa seqüência de outras obras, cada qual cuidadosa e afetuosamente elaborada em benefício da gente, de cada elemento que compõe esse nosso mundo enigma. Rememoro então, numa das páginas d’*O escorpião encalacrado*, há pouco reeditado (1995), em oportuna iniciativa editorial, trecho de um de seus capítulos exemplares que dialogam com os dois modelos ensaios de crítica literária que compõem a preciosa edição de *O cacto e as ruínas*. Insere-se no terceiro capítulo, “Convergências e divergências – o círculo e a espiral” cujas reflexões dialogam com outras igualmente produtivas e decisivas que se delinham n’*O Cacto...* e em outras obras de Davi Arrigucci Jr. Como

(*) Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

as que se articulam nos *Achados e perdidos* de que são bons exemplos “O mágico desencantado ou as metamorfoses de Murilo” e o magnífico “Prefácio esquisito” Talvez não careça lembrar que no *Humildade Paixão e Morte. A Poesia de Manuel Bandeira* estão expostos fundamentos da capacidade de penetração e da compreensão dos fenômenos literários de que o crítico é dono e dotado e, também, as motivações e propósitos que o levam a tal devotamento ao trabalho e à criação, com seu engenho.

Procura a substância e a essência em cada acidente ou fragmento ou traço ou vestígio do mais elevado dos trabalhos do homem, numa das mais puras e dignas de suas atividades, a arte e, em especial a arte com palavras, acúmulo das manifestações de cultura, e esforço pela superação de limites do tempo, do espaço, da memória, da matéria, pelo enigma da expressão criadora, de que a crítica é um pontos mais sublimes. Na *Humildade...* tece, criteriosamente, seu itinerário:

“A articulação dessas três operações fundamentais da abordagem crítica – o comentário, a análise e a interpretação – é, então, buscada em cada um dos ensaios de modo a transformar cada um deles numa tentativa de apreensão do todo. Através da desmontagem, contextualização e remontagem das partes (movimento com que se espera produzir o inteligível), cabe a cada ensaio individual a função de resumir esquematicamente e, ao mesmo tempo, generalizar a partir do detalhe concreto a visão da totalidade, enredada entre todos” (p.17).

Mas convém lembrar a precisa relação dos capítulos 7 e 8 que conversam com a 5ª parte do capítulo 9 (alegoria e sentido), juntamente com os comentários desentranhados d’*O Enigma e comentário*, reflexões tecidas na intertextualidade ressaltando o papel do escritor, de sua função e sua técnica, de que se deve extrair um exemplo:

“Desse ponto de vista, a dificuldade objetiva da síntese da totalidade que o símbolo encarna, explica, portanto, a voga moderna da alegoria, ao mesmo tempo que lhe reconhece a base real na história do capitalismo

moderno, à qual se vincula a condição do trabalho do poeta enquanto produtor para o mercado, sujeito como todo trabalho à alienação e à corrosão de sua substância humana.” (Humildade... p.272).

Confronte-se com esta passagem do comentário acerca de *O que é isso companheiro?* em que a questão dos procedimentos também se põe:

*“Diferentemente da maioria da ficção de agora, o signo não é aqui ocultamento de sentido, forma alegórica. Ao contrário, aqui algo se dá a conhecer e se busca. A experiência pessoal se faz experiência comum, isto é, a linguagem **simboliza**, mediante a trajetória intrincada e particularizadora que leva do marcadamente individual à totalidade, perseguida na interrogação. Isto põe o livro além da confissão.” (Enigma... p.133).*

A experiência estética e histórica de que é dotado, os instrumentos que maneja com rigor juntam-se a cada passo para generosamente partilhar com o leitor, com que está sempre em sintonia:

“Ao leitor, se pede ainda mais que paciência: gosto e o esforço da decifração, e seguir o movimento dos ensaios em busca de algo que se esquivava, entranhado nos poemas, mas pode, quem sabe, revelar-se como uma iluminação. Foi o que senti, ao ler muitas vezes, sempre com prazer a poesia de Bandeira. Este livro é um pouco a história dessa leitura.” (Humildade... p.18).

Não é com esforço e sim com prazer que o leitor acompanha Davi Arrigucci Jr. em seus ensaios. Como um itinerante, conduzido nas veredas e nas sendas de um sertão de muitos mistérios e encantamentos, que irrompem em instantâneos de imagens e sons profusos, cujos sentidos só se revelam nos passos seguros e meditados do conhecedor dos caminhos, capaz de integrar os fragmentos do percurso numa rota de sentido e direção em que cada obstáculo da compreensão é meticulosamente retirado para exibição

completa da figura em seu mundo. É o seu comentário que expõe essa abundante paisagem gerada na criação da arte aos olhos de todos nós, minuciosamente revelada para além do possível:

“...a literatura tem o poder de se renovar sempre, sempre indagando o sentido de um enigma, cuja resposta não se pode alcançar de todo – chave perdida ou saber inacessível. Latente no seu interior, o enigma equivale a uma semente que jamais perde a força da germinação. Northrop Frye, teórico dos gêneros e convenções literárias, serve-se precisamente dessa analogia botânica, para reconhecer no enigma (riddle) um gênero elementar não classificado.(...) Junto com o som e o ritmo que encantam, o enigma nos desafia pela imagem: tem afinidades pictóricas, como se vê pelos velhos livros de emblemas; enfatiza o aspecto visual da literatura, em sua configuração imagética, que nos pede a tradução conceptual de um sentido. Como se uma atração inexplicável exigisse ao mesmo tempo uma tradução racional, ou como se uma pulsão profunda emergisse desejosa de se converter em conhecimento. Mas de algum modo retornamos a Aristóteles e seu enredo: o mythos feito de imagem, movimento rítmico. A literatura posta entre a pintura e a música, misturando fascínio e pensamento. (Enigma e comentário p. 235).

Os dois poemas que inspiraram os ensaios “A beleza humilde e áspera” e “A arquitetura da memória” respectivamente “O cacto” e “As ruínas de Selinunte” guardam essa energia concentrada e múltipla que se expande a partir do núcleo criador em todas as direções, com tantos sentidos que só mesmo uma leitura decifradora e pacientemente amorosa consegue recuperar. Para isso, a linguagem do crítico forma uma rede tecida como armadilha que apreende o objeto metamorfoseado na linguagem poética, um véu de mistério. O crítico então é um caçador de formas e de conceitos, reunidos em imagens que amplia e observa para exibir e explicar, como se fossem uma presa delicada que na teia se ilumina até a transparência e a projeta como um móbile multidimensional. Sua linguagem é também uma incidência e uma recorrência multidirecional, irradiada em linhas variáveis, perfeitamente ajustadas às formas e ritmos, aos tons e afetos que emanam desse foco de atenção.

Em certas circunstâncias e momentos é preciso a meticulosa paciência de pescador com seus silenciosos movimentos de linha, em espreita do sinal decisivo para o golpe que desfaz o segredo e expõe o oculto para servi-lo aos sabores do leitor. Com perícia de mestre retira das profundezas da memória, das águas da tradição, dos corredores da cultura, dos sendeiros da história, dos meandros das expressões estéticas todos os alimentos da curiosidade dos companheiros de aventura, aos quais, generosamente oferece o requintado produto de seu trabalho. Sem vaidade e parcimônia, manifesta o talento que divide como um bem comum. Vai projetando as imagens e conceitos, que decifra como cinematográficas iluminuras dos textos que analisa e comenta, isto é, descobre e ilumina, com requinte de sábio intérprete: do autor, do texto em seu contexto, do apreciador comum e do leitor ideal, socializado na concretização da língua em que se fazem entender. Encontram-se no engenho de Davi Arrigucci Jr. a técnica que é arte e artesanato, sofisticada e profunda visão crítica aguçada pela sensibilidade afinada com a imensa inteligência e a incansável devoção ao trabalho nas qualidades que demonstra como professor, crítico e pensador, que colheu as lições que recebeu e as reproduziu, acrescidas de sua afetiva vivência profissional do dia-a-dia, virtuoso, talentoso como os mestres que tomou por modelos e inspiração.

N'O cacto e as ruínas, dois ensaios sobre dois magníficos momentos da expressão poética brasileira, o crítico, solidário com esses momentos de criação, com a mesma fluência do leitor-autor, refaz os percursos, recompõe as figuras e recupera a gênese dos poemas, de seus sentidos e de suas múltiplas interações estéticas. Faz a síntese das leituras praticadas em sincronia e diacronia, completo exercício de descobrimento, numa linguagem conscientemente clara e sobriamente digna dos autores que examina, literariamente expressiva como os textos que estuda e elucida, com método que explora as mais delicadas inquirições filológicas e estilísticas e as reúne com o precioso resgate das condições estéticas da criação.

"A beleza humilde e áspera" dedicado à memória de João Luiz Machado Lafetá, compreende três partes: na primeira, dois capítulos – "A força calma" e "Inextinta estrela" –, em que apresenta

o poeta, inserido no momento literário e no seu momento poético, e o poema que deles resulta; na segunda, constituída de quatro capítulos em que examina o tema e a matéria do poema, suas relações genéticas, sua articulação com a tradição e com o gênero, com as marcas literárias, estéticas e motivos que conformam o poema, o método da sua construção, com as matrizes estilísticas que o informam: “O monstro prosaico e sublime” “Cactos comparados” “Matéria e método” e a “Análise” que completa o exame; na terceira e decisiva a síntese refletida de apreciação:

“A imagem do cacto se prestava, portanto, à expressão das camadas mais profundas, da substância mais íntima, da interioridade do poeta. Assim, no cacto como na estrela, outra imagem central da obra bandeiriana, a força extrema da vida dramaticamente se encontra com a da morte, e se unem no símbolo, de que se espalha, perene, a força da poesia.” (p.70).

Na “Arquitetura da memória” dedicado singularmente para Malu, o ensaio sobre “As ruínas de Selinunte” tarefa monumental de desmontagem e reconstrução do poema de Murilo Mendes, é realizado como numa excursão por obras, tempos e lugares em que a sensibilidade manifesta do crítico alcança sublime expressão. Compõe-se de três partes, ritual harmônico de celebração artística como convém ao assunto, ao poema, ao ensaio que o decifra e ao livro que os reúne, em comunhão com o estudo exemplar d’O cacto, de Bandeira. As duas epígrafes que abrem o texto já são eloqüentes:

Qual a forma do poeta?

Qual seu rito?

Qual sua arquitetura?

Murilo Mendes

Tudo dispuseste com medida, número e peso

Livro da Sabedoria

O ensaio consegue alcançar as recônditas marcas da tradição que sustenta o processo criativo, aparentemente tão distante

das relações com o momento estético em que se encontra o poeta. Na primeira parte em que se situam o poeta e suas raízes, uma frase prenuncia a tarefa que o crítico vai enfrentar:

“Sua poesia era de uma beleza estranha e única, feita do atrito das idéias e das coisas.”

E logo a seguir:

“Até hoje não sei se o esforço crítico para conhecê-la foi de todo feliz, por sua complexidade e múltiplas dimensões.”

Situando o poeta em seu universo, bem como o poema em seu contexto, nas duas partes iniciais do ensaio reúnem-se os pressupostos para a compreensão de: “As ruínas de Selinunte” poema inserido na *Siciliana*, que contempla a milenar Sicília, projeção vigorosa de um palco histórico de que todos participamos:

“Desse modo, o movimento de reerguimento das ruínas sugere propriamente o reinício do trabalho civilizatório que dá origem à construção humana, refazendo-se a arquitetura (cujo processo o poema espelha ao se formar), restaura-se o teatro onde de novo se encena nosso destino (nossa História) que nos condena, pelo mesmo movimento, à repetição da catástrofe. No palco da Sicília, vamos assistir ao renascimento da tragédia, da nossa tragédia.

Como no próprio processo da construção do poema, que analisa e recompõe, o ensaio, na parte final, refaz com arte a arquitetura da obra e da memória, articuladas na intuição criadora numerada e medida na forma e no rito que perpetua e consagra o objeto e a crítica que o decifra, também com engenho e arte, num trabalho de penetração, análise e compreensão de todos os elementos que integram o universo histórico, cultural e estético que iluminam e adornam nossa cotidiana aventura – a obra de arte literária, dignamente esclarecida pela atividade constante e virtuosa de Davi Arrigucci Jr., de que a obra *O cacto e as Ruínas* é mais uma preciosa concretização.

290 ARRIGUCCI Jr., Davi. *O cacto e as ruínas. A poesia entre outras artes*, por Osvaldo Humberto L. Ceschin. *Língua e Literatura*, n° 23, p. 283-290, 1997.

Durante a idade média corria na Ibéria um conceito, que se pode atribuir a Teodulfo, de que a poesia é uma “fermosa cobertura que encubre úteis verdades” Retirar sutilmente essa camuflagem e deixar expostas as verdades da poesia é uma habilidade rara de que o Autor de *O cacto e as ruínas* dá demonstrações cabais em cada trabalho crítico com que presenteia o leitor.

Conferência

PARA UMA SINTAXE DA REPETIÇÃO* Língua Falada e Gramaticalização

*Ataliba T. de Castilho***

Apresentação

A partir do final dos anos 60, grupos de pesquisadores afiliados a universidades espalhadas pelo mundo se engajaram na tarefa de constituir, transcrever e descrever corpora de língua falada (LF).

Pela primeira vez, a Lingüística pôde pôr em marcha um programa sistemático de investigações sobre a oralidade. Em toda a sua história, a reflexão lingüística sempre esteve atravessada pela idéia de que a LF é a manifestação primordial da linguagem, e seu objeto primeiro de estudos. Mas esses belos propósitos só puderam se transformar em ações efetivas depois de uma circunstância um tanto banal, que foi a invenção do gravador portátil.

Surgiram então vários projetos de pesquisa, que tomaram a língua falada como seu objeto específico. No domínio da Língua Portuguesa, lembrem-se o “Projeto do Português Fundamental” conduzido em Portugal de 1970 a 1987 pelo Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa e, no Brasil, entre outros, o “Projeto NURC” desde 1970, e o “Projeto de Gramática do Português Falado” desde 1988: Castilho (1990), (1994), (1996b,c). Os franceses organizaram em 1987 o seu “Groupe Aixois de Recherches en Syntaxe” os italianos o “Lessico Italiano di Frequenza” desde 1991, os alemães o “Heutiges Deutsche” desde os anos 70, e os americanos o projeto “Conversation and Syntax” desde 1993.

(*) O texto reproduz a prova pública de erudição do Concurso para Professor Titular em Filologia e Língua Portuguesa da USP.

(**) Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

Os ensaios e livros produzidos por esses grupos estão suscitando um debate teórico sobre o que é a LF. e em que consiste descrever essa modalidade.

Um ponto comum nesses debates parece trazer água para o moinho da Gramática Funcional, entendida como um *modelo do processamento verbal*. Estou querendo dizer que em sua maior parte, os trabalhos aludem ao fato de que os processos documentados na LF são por demais evidentes para que sua descrição se limite à recolha e à classificação dos produtos.

O objetivo deste ensaio é participar desse debate, (i) propondo a gramaticalização como um dos processos constitutivos da LF. e (ii) mostrando que o procedimento discursivo da repetição desencadeia o processo da gramaticalização, fato que não tem sido apontado na literatura específica.

Os seguintes itens organizam este texto: (1) Formulações teóricas sobre a LF. (2) Gramaticalização e LF (3) Repetição e Gramaticalização.

Os exemplos aduzidos provêm das entrevistas do Projeto NURC/Brasil, gravadas entre 1970 e 1976, e de entrevistas gravadas no primeiro semestre de 1996, com alunos de Letras da USP. As primeiras foram parcialmente publicadas em Castilho-Preti (Orgs. 1986, 1987), Preti-Urbano (Orgs. 1988), e são referenciadas segundo o hábito que aí se firmou: tipo de entrevista (EF = Elocuções Formais, DID = Diálogo entre um Informante e o Documentador e D2 = Diálogo entre dois Informantes), sigla da cidade participante (REC = Recife, SSA = Salvador, RJ= Rio de Janeiro, SP= São Paulo, e POA = Porto Alegre), número da entrevista e e indicação das linhas da transcrição. As entrevistas com os alunos de Letras estão arquivadas na Sala de Projetos de Filologia e Língua Portuguesa, e são referenciadas por LPVII, 1996, isto é, Curso de Língua Portuguesa VII (Língua Oral), ano de 1996.

FORMULAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A LÍNGUA FALADA

Neste item, resenho sumariamente as posições teóricas assumidas por grupos de pesquisadores que escolheram a LF como seu objeto empírico.

Groupe Aixois de Recherches en Syntaxe

Do ponto de vista metodológico, uma das contribuições do “Groupe Aixois de Recherches en Syntaxe” foi a proposta de um processo de transcrição bi-axial dos dados, que representa uma pré-análise das mais interessantes: Blanche-Benveniste et alii (1979). Nessas transcrições, as famosas “grades da língua falada” o eixo sintagmático se combina com o eixo paradigmático, e assim transcritos, os materiais revelam o dinamismo essencial da LF.

Do ponto de vista teórico, o GARS defende uma “*séparation stricte des niveaux et des plans d’analyse: (...) la morpho-syntaxe comme point de départ (...) en laissant intacts le lexique ou le discours (...). Exploitation maximale du grammatical avant le discoursif, du syntaxique avant le lexical*”: Blanche-Benveniste (Éd. 1990: 6; v. também pp. 36 e 116).

A aplicação desses princípios levou a uma divisão do campo em duas áreas, que mantêm uma relação dialética entre si: a da sintaxe e a da macro-sintaxe.

A sintaxe vem sendo descrita através da “abordagem pronominal” que consiste em reduzir a sentença à sua estrutura esquelética, isto é, às possibilidades de combinação do verbo com os pronomes, no quadro da teoria da recção e da valência: Blanche-Benveniste et alii (1984). Essa sintaxe “*s’occupe des constructions fondées sur des catégories grammaticales, comme le verbe, le nom ou l’adjectif*” Mas não apenas a sentença entra aqui. Na verdade, num dos momentos mais controvertidos desta visão, rejeita-se a sentença como uma unidade da sintaxe, e outras unidades integram igualmente esse componente, como determinadas palavras e organizações sintagmáticas em que não poderei deter-me aqui.

O componente macro-sintático “*est un domaine différent: il s’agit des relations qu’on ne peut pas décrire à partir des rections de catégories grammaticales; ainsi, une relation de dépendance ou d’interdépendance s’exerce entre les parties a et b des exemples suivants, et pourtant a n’est pas régi par b ni b par a: ‘(a) plus je cours (b) plus je deviens sportif; (a) les uns se plaignaient (b) les autres s’en moquaient (...)*” A unidade da macro-sintaxe é o **nó**, que pode ser

preenchido por unidades sintáticas (verbais, nominais, adjetivais, preposicionais), por elementos como “*oui, non, pas question, d'accord, tant pis, tant mieux*” ou por agrupamentos complexos de que nenhum componente, bem formado sintaticamente, poderia por si mesmo constituir-se no nó, como “*plus je joue mieux je joue*”. O nó macro-sintático pode ser acompanhado de **prefixos** e/ou de **sufixos**, aqui entendidos como constituintes que não dão surgimento ao nó, mas que o antecedem ou o seguem. Exemplo disso vem à pág. 115: em “***de toute façon vous avez pas intérêt à me faire payer car ça pourrait vou coûter cher hein***” em que as expressões grifadas correspondem, respectivamente, ao prefixo e ao sufixo do nó. O argumento aqui é que não se obtém uma construção sintaticamente aceitável reunindo o prefixo e o sufixo: * “*de toute façon car ça pourrait vous coûter cher*”: Blanche-Benveniste (Éd. 1990, pp. 113 e 116).

Parece-me que “a separação estrita dos níveis e dos planos de análise” poderá passar uma imagem demasiado estática da LF, obscurecendo os processos de gramaticalização, claramente revelados pela metodologia da transcrição bi-axial. Colegas portugueses têm repercutido as pesquisas do GARS: Nascimento (1987), Mota (1989).

Lessico Italiano di Frequenza

Os italianos sustentam que na língua falada quebra-se a linearidade como um critério descritivo, comprometendo-se a abordagem estática e introspectiva da sentença. Esta unidade passa a ser vista como o lugar em que as gramaticalizações se desencadeiam, e não como o lugar das estruturas “bem comportadas”. Assim, para a gramática da língua falada, como na física, não teriam interesse os fenômenos lineares, determinísticos, e sim o mundo da probabilidade, o mundo do esfacelamento caótico. Sornicola (1994: 120 e 125) ecoa fortemente as idéias de Tullio de Mauro a esse respeito, quando afirma que “*Le oscillazioni e fluttuazioni, talora impercettibili all'orecchio umano, talora de grande entità, che caratterizzano il parlato spontaneo, possono essere meglio comprese proprio all'interno di un quadro concettuale incentrato sulla complessità e sul non determinismo*” (...) *A me sembra che i modelli strutturali*

tradizionali non siano i più adatti a rappresentare la dimensione dinamica del parlato spontaneo”

Conversation and Syntax

Os americanos desenvolveram, como se sabe, a Análise da Conversação, abundantemente praticada no Brasil. A partir de 1993, o artigo fundacional de Ono-Thompson (1993) dá início a um ambicioso plano de pesquisas. Trata-se de realizar leituras sintáticas das descobertas dos etnometodólogos, promovendo uma interface entre a Sintaxe e a Fonologia, e entre a Sintaxe e a Análise da Conversação. Está em elaboração o embasamento teórico da iniciativa, por ora denominada Sintaxe Conversacional / Sintaxe Interativa / Gramática Emergente. Trata-se, provavelmente, de um novo movimento dentro da Gramática Funcional em que as estruturas são associadas à interação, e não exclusivamente aos conceitos. No Brasil, Dias de Moraes (1987), Marcuschi (1988) e Castilho (1989) tinham antecipado esse debate.

A interface com a Análise da Conversação levou os lingüistas americanos a recolherem uma série de sugestões contidas em Sacks-Schegloff-Jefferson (1974). Sustenta-se nesse texto que o sistema de tomada de turnos na Conversação pode ser descrito em termos de dois componentes e de um conjunto de regras. Os componentes são o de construção de turno e o de alocação dos turnos. Sentenças, cláusulas, sintagmas e itens lexicais constituem as *unidades de construção de turno* (UCTs). Já a *habilidade de projetar o final de um turno e decidir sobre o momento de entrada na corrente da fala* é uma regularidade que configura o componente de alocação dos turnos.

Ora, Sacks-Schegloff-Jefferson (1974) estavam justamente se dirigindo aos sintaticistas quando afirmaram que *“it seems productive to assume that, given conversation as a major, if not THE major locus of language’s use, other aspects of language structure will be designed for conversational use and, pari passu, for turn-taking contingencies”* (p. 722). E mais além: *“It is expectable, then, that some aspects of the syntax of a sentence will be best understood by reference to the jobs*

that need to be done in a turn-in-a-series, turns being a fundamental place for the occurrence of sentences” (p.723).

Thompson destaca que levou tempo para que os lingüistas buscassem o correlato sintático do princípio conversacional de projetabilidade, ou mesmo do componente de construção de turno. Vários estudos sobre as UCTs têm revelado como a sintaxe emerge dos turnos conversacionais: *“Our discussion begins with the general fact, discussed extensively in the CA literature, that conversation itself is an interactional achievement. A reasonable corollary of this fact would be that the production of syntactic units is itself also an interactional achievement”*: Ono-Thompson (1994, p. 4).

Os pesquisadores associados ao projeto de Sandra Thompson não aceitam os postulados da *gramática a priori*, entendida como um conjunto de regras lógica e mentalmente pressupostas no discurso. No lugar disso, eles sustentam o que vem sendo chamado de *gramática emergente*, isto é, um conjunto de segmentos recorrentes e sedimentados, no sentido de gramaticalizados, *“whose status is constantly being renegotiated in speech and which cannot be distinguished in principle from strategies for building discourses”*: Hopper (1988: 118). Esse modelo vê a língua como uma atividade no tempo real, cujas regularidades são provisórias e continuamente sujeitas à negociação, à renovação e ao abandono. A língua é, portanto, heterogênea. A rigor, não existe gramática, existe gramaticalização.

As citações acima evidenciam – com uma ou outra exceção – que a maioria dos lingüistas brasileiros e estrangeiros envolvidos na reflexão sobre o oral sustenta que essa modalidade é majormente caracterizável pelos processos de criação lingüística que ela documenta. Há uma quase unanimidade em torno desta equação: língua falada é o mesmo que um conjunto de processos.

Projeto de Gramática do Português Falado

Às vésperas da consolidação dos resultados até aqui obtidos, parece que os pesquisadores do PGPF estão decididos a contrariar a expectativa dos consulentes de uma gramática de referência, a

saber, encontrar ali, devidamente hierarquizados, um conjunto de produtos lingüísticos, dispostos em planos classificatórios mais ou menos convincentes.

De fato, muitos pesquisadores não concordam com essa abordagem, pelo que ela encerra de escamoteadora do fenômeno oral. A inclinação predominante é a de caracterizar primeiramente os processos acionados pelo falante, para num segundo momento chegar aos produtos, ao enunciado: Nascimento (1993b).

Tomando o PGPF como um todo, pode-se reconhecer que seus pesquisadores passaram por três momentos na orientação teórica que imprimiram às suas pesquisas: (1) o do reconhecimento de suas diferenças, que separam formalistas de funcionalistas, segundo era voz corrente no I Seminário, realizado em 1988: Castilho (1990b); (2) o da manutenção das diferenças, mas com pequenos sinais de convergência, o que se pode constatar mediante a leitura da produção gerada entre 1989 e 1990; (3) o da postulação da língua falada como o lugar dos processos, antes que o lugar dos produtos, posição que se tornou mais nítida a partir de 1992: Nascimento (1993a) e Castilho (1995c). Assim, do projeto original de compor uma gramática com posições teóricas assumidamente distintas, evoluiu-se lentamente para a possibilidade de chegar a resultados mais integrados, relevantes para o entendimento das especificidades da língua falada.

Essa terceira fase foi assim formulada por Nascimento (1993b):

- a) *Uma concepção da linguagem como uma atividade, uma forma de ação, a verbal, que não pode ser estudada sem se considerar suas principais condições de efetivação.*
- b) *A pressuposição de que, na contingência da efetivação da atividade lingüística do falante/ouvinte [na produção e recepção de textos] temos a manifestação de sua competência comunicativa, caracterizável a partir de regularidades que evidenciam um sistema de desempenho lingüístico constituído de vários subsistemas.*
- c) *A pressuposição de que cada um desses subsistemas constituintes do sistema de desempenho lingüístico [o Discursivo, o Semântico, o*

Morfossintático, o Fonológico...] é caracterizável em termos de 'regularidades' definíveis em função de sua respectiva natureza.

- d) *A pressuposição de que um dos subsistemas constituintes desse sistema de desempenho lingüístico é o subsistema Computacional, [entendido como uma noção mais ampla que a de Língua I], definível em termos de regras e/ou princípios envolvidos na organização morfossintática e fonológica dos enunciados que se articulam na elaboração de qualquer texto.*
- e) *A pressuposição de que o Texto é o lugar onde é possível identificar as pistas indicadoras das regularidades que caracterizam o referido sistema de desempenho lingüístico.*

GRAMATICALIZAÇÃO E LÍNGUA FALADA

As afirmações de Milton do Nascimento acima transcritas reúnem magistralmente o essencial do debate que os pesquisadores do PGPF vêm desencadeando. Vou parafraseá-las, mesmo correndo o risco de, repetindo-as, acabar por dizer outra coisa.

(1) *A língua é uma atividade*, é uma manifestação dinâmica da mente humana. Para descrevê-la e explicá-la, admitindo-se a factibilidade dessa empresa, teremos de optar por um arsenal que incorpore o próprio dinamismo de que ela é feita. Precisamos, portanto, de um processo analítico que disponha de categorias processuais.

(2) Ao desempenhar a atividade lingüística, o falante/ouvinte opera sobre *sistemas e sub-sistemas*, caracterizáveis por suas regularidades. Em outros termos, ele se desloca das motivações discursivas que desencadearam essa atividade para as estruturas lingüísticas que as representam, indo da produção para o produto, da enunciação para o enunciado.

(3) Um *sub-sistema computacional*, alojado no coração do desempenho lingüístico, seria o grande gerenciador do trâmite "ne-

cessidade discursiva > sistema do desempenho lingüístico” Nascimento opera aqui com um raciocínio (e uma terminologia) gerativistas que não implicam necessariamente nesse “trâmite” que aqui fica creditado à minha leitura. Para outras interpretações das idéias de Nascimento, v. Kato (1996).

A partir desses três pontos, vou propor duas perguntas (i) que teoria lingüística estaria na base das pesquisas do PGPF sintetizadas por Nascimento ? (ii) que se pode entender por “processos lingüísticos” ?

Para encaminhar as respostas, tratarei dos seguintes tópicos: (i) uma teoria modular da língua, (ii) processos cognitivos de gerenciamento dos módulos lingüísticos postulados nessa teoria, e (iii) a gramaticalização como um processo de constituição das expressões na LF.

Teoria Modular da Língua

Uma teoria modular da língua, mesmo que não explicitada, perpassa muitos dos 102 ensaios escritos pelos 35 pesquisadores filiados ao PGPF.

Os primeiros passos na postulação dessa teoria foram dados, na Lingüística Moderna, por Morris (1938). Nesse texto, ele estabelece os domínios da Sintaxe (= estudo da relação de signos entre si), da Semântica (= estudo da relação dos signos com seu referente) e da Pragmática (= estudo da relação dos signos com seus usuários).

Franchi (1977-1991) reconhece implicitamente os três módulos mencionados por Morris, e agrega que eles são articulados pelo Léxico, insistindo em que não há relações de determinação entre eles. Lembro que Franchi não se serve do termo “módulos” preferindo “sistemas” Esses módulos / sistemas, sempre segundo Franchi, devem ser concebidos de tal forma que se preserve a autonomia de cada um, e o lingüista buscará, quando muito, identificar regras de correspondência entre eles.

Vou admitir que cada módulo é caracterizado por um conjunto de propriedades, inscritas nos itens que integram o Léxico, que

adquire portanto um papel central em minha leitura dessa teoria. Esta afirmação não tem nada de original, pois o Léxico é reconhecido em várias teorias gramaticais como uma sorte de componente essencial. Ele será aqui considerado como um componente lingüístico primitivo, no sentido de que não deriva de outras instâncias da língua. Ao contrário, o Discurso, a Semântica e a Gramática é que são referenciados ao Léxico. Desnecessário sublinhar que os módulos aqui referidos correspondem a uma divisão artificial da língua, necessária para ordenar argumentos descritivos e explanatórios. Ou, se se preferir, para “pôr as idéias no lugar”

A seguir, procedo a uma caracterização sumária desses módulos.

A referenciação, a predicação, a dêixis, a foricidade e a conexão, entre outras, são *propriedades semânticas* dos itens lexicais.

As classes, as relações que entre elas se estabelecem, as funções que essas classes assumem no enunciado, bem como sua representação fonológica e morfológica, provêm as *propriedades gramaticais* dos itens.

O sistema de turnos e de correções, a organização tópica, o arranjo dos tópicos em unidades discursivas e os operadores da coesão textual podem ser postulados *como propriedades do discurso*.

As propriedades acima integram uma lista meramente ilustrativa, e nem de longe esgotam os campos da Semântica, da Gramática e do Discurso. Vou admitir que elas são administradas por processos cognitivos prévios à verbalização.

Processos Cognitivos Gerenciadores dos Módulos Lingüísticos

Vou hipotetizar que as propriedades lexicais são suscitadas por um conjunto de processos cognitivos não seqüenciais, simultâneos. Esses processos são “cognitivos” no sentido de que são pré-verbais, e só podem ser postulados através de evidências externas. Não são seqüenciais, no sentido de que sua aplicação não hierarquiza os módulos lingüísticos em sua administração pelos falantes. De fato, não é possível sustentar empiricamente que os processos

cognitivos aqui postulados fluem unidirecionalmente de um dos módulos para os outros, como, por exemplo, do Discurso para a Semântica, e desta para a Gramática, ou, ao contrário, da Gramática para a Semântica e desta para o Discurso. A fixação de uma hierarquia entre os módulos só é cabível no quadro das proposições de uma teoria lingüística específica.

Do meu ponto de vista, o conjunto dos estudos elaborados até aqui pelo PGPF permite identificar três desses processos, que poderiam ser assim denominados: *ativação*, *reativação* e *desativação*. Em Castilho (1994) e (1996a) eu os tinha chamado de “construção” “reconstrução” e “descontinuação”. Alertado por pesquisadores do PGPF, dei-me conta de que em qualquer um desses processos sempre se estão “construindo” enunciados, e por isso optei pela nova designação.

A *ativação* será postulada como o processo que seleciona itens e suscita suas propriedades semânticas, discursivas e gramaticais. Resultam daqui (i) no Discurso, a constituição do texto, de suas unidades e formas de conexidade; (ii) na Semântica, a constituição dos sentidos lexicais, dos significados composicionais e das significações contextuais; (iii) na Gramática, a constituição das sentenças e de suas representações sintática, morfológica e fonológica.

A *reativação* é o processo pelo qual suscitamos de novo itens e propriedades previamente ativadas. A repetição ou recorrência de seqüências textuais e de itens, a paráfrase ou recorrência de conteúdos, são manifestações da reativação que se aplicam, respectivamente, aos módulos discursivo, gramatical e semântico.

A *desativação* é o processo de abandono de itens e propriedades que vinham sendo ativadas. As “despreferências conversacionais” as digressões e os parênteses textuais são desativações que afetam o módulo discursivo. As rupturas na ordem da adjacência, as elipses, os anacolutos, os morfemas e sintagmas descontínuos e as pausas são desativações no módulo gramatical. A perda de propriedades intensionais (ou “desbotamento” do Ing. *bleaching*) pode ser entendida como um tipo de desativação de propriedades semânticas de um mesmo item.

Volto a insistir em que esses processos cognitivos são “simultâneos” Propriedades do Discurso, da Semântica e da Gramáti-

ca alojadas no Léxico são ativadas num mesmo ato de fala, em consequência das análises a que os interlocutores sujeitam a situação lingüística em que estão envolvidos, selecionando estratégias para sua abertura, manutenção ou encerramento.

Em suma, parece-me que se desdobram em dois os processos intuídos por tantos lingüistas do oral: um elenco de processos pré-verbais (*ativação, reativação e desativação*), e um elenco de processos verbais, de que resultam as categorias discursivas (= processo de *discursivização*), gramaticais (= processo de *gramaticalização*) e semânticas (= processos de *semantização*). Esse aparato dá conta da criação das expressões lingüísticas, seja na língua falada, seja língua escrita, conquanto sua visibilidade maior ocorra na primeira modalidade.

Neste trabalho, vou concentrar-me na reativação de propriedades gramaticais, mostrando que esse é um dos caminhos da gramaticalização.

Gramaticalização e Língua Falada

Entendo por gramaticalização um conjunto de alterações semânticas e gramaticais de determinados itens lexicais, em seu trajeto de “forma livre” para “forma menos livre” e até mesmo para “forma presa” Essas alterações ocorrem no tempo real e no tempo aparente. Podemos identificar aí *estágios gramaticais* e *procedimentos semânticos* co-ocorrentes, sujeitos a *princípios gerais*.

Os estágios gramaticais compreendem a sintaticização, a morfologização, a redução fonológica, e o estágio zero, fase que reinstaura todo o processo.

Os procedimentos semânticos compreendem a metáfora, que é um processo cognitivo de transferência de um sentido A para um sentido B, por haver alguma similaridade entre eles, e a metonímia, que é um processo estrutural de mudança de sentido, desencadeado pela proximidade sintática de itens.

Tem-se postulado que os seguintes princípios regem esses estágios: a analogia, a reanálise, o gradualismo e a unidirecionalidade.

Não poderei detalhar todos os tópicos acima, que examinei em Castilho (1996a). Limito-me a uma apresentação resumida dos estágios gramaticais, concentrando-me em seguida na sintaticização, de maior interesse para os objetivos deste trabalho.

A *sintaticização* de um item é sua recategorização lexical, isto é, uma "classe de palavra X" passa a "classe de palavra Y" bem como sua categorização funcional, isto é, um item lexical assume um papel funcional na sentença.

- (i) A recategorização lexical afeta todas as classes de palavras. Nas do *Grupo Verbal*, um Verbo Pleno se transforma em Verbo Funcional, e este em Verbo Auxiliar. Nas do *Grupo Nominal*, um Verbo ou um Adjetivo se transformam em Substantivo. Nas do *Grupo Pronominal*, Demonstrativos e alguns nominais se transformam em Pronome Pessoal ou em Artigo. Nas do *Grupo Adverbial*, Nomes e Verbos se transformam em Advérbios. Finalmente, nas do *Grupo dos Nexos*, Nomes, Verbos e Advérbios se transformam em Preposições e em Conjunções.
- (ii) Através da categorização funcional, itens lexicais passam a integrar estruturas temáticas, argumentais e de adjunção, dando origem à sentença.

A *morfologização* é a criação de formas presas, sejam afixos flexionais, sejam afixos derivacionais. Afixos flexionais verbais podem constituir-se a partir de Pronomes Pessoais e de Verbos Plenos. Afixos derivacionais se constituem a partir de Substantivos.

A *redução fonológica* é o processo de gramaticalização mais visível, ocorrendo quando uma forma livre se reduz a um afixo. Braga (1994: 17) menciona "a relação inversa entre a dimensão dos vocábulos e sua freqüência de uso" formulada por Zipf, a que agrega "a atuação de um princípio icônico, qual seja, o princípio de que ao conceito familiar se atribui uma expressão reduzida"

Finalmente, um morfema tão trabalhosamente construído pode desaparecer, consumando-se o processo de gramaticalização no *estágio zero*, que é a conseqüência de uma cristalização extre-

ma. O estágio zero mostra que um longo processo de gramaticalização produz categorias fixas, rígidas, inalteráveis. Elas se tornam, por isso mesmo, antifuncionais. A cristalização de estruturas contraria a natureza mesma da língua, no que ela tem de dinâmico, criativo, de transitório, de re-elaborador. Os argumentos de Franchi (1977: 32) em favor da linguagem como uma atividade de permanente reformulação caem aqui como uma luva: *“A linguagem na medida em que ‘dá forma’ é bem já uma atividade quase-estruturante, mas não necessariamente ‘estruturada’, no sentido estrito do termo, ou se concebermos ‘estrutura’ como uma organização estável de categorias. (...) A linguagem natural permanece sempre o instrumento de uma prática primitiva de estruturação dos fatos da experiência, de revisão e reformulação: uma espécie de ‘lógica’ primitiva e fraca que não se cinge às restrições das propriedades formais”*

O estágio zero é o momento máximo de exaustão da estrutura, e anuncia a retomada do processo contínuo que é a gramaticalização.

Essa brevíssima resenha do que seja a Gramaticalização mostra que a Repetição, um dos fenômenos mais comuns da LF, ainda não teve avaliadas suas conseqüências no processo de constituição da gramática dessa modalidade. Ora, as Repetições têm aqui um papel importante. Por seu intermédio, o falante recategoriza classes de palavras, constitui unidades sintagmáticas e organiza os constituintes funcionais da sentença.

No próximo item, procuro identificar o papel da Repetição na sintaticização de itens lexicais, estabelecendo relações entre a Conversação e a Sintaxe.

REPETIÇÃO E GRAMATICALIZAÇÃO

A Repetição (R) de expressões lingüísticas decorre de pelo menos dois mecanismos discursivos presentes na Conversação:

- (i) O *sistema de turnos*, estudado entre nós por Marcuschi (1986), (1990), (1993), Galembeck et alii (1990), (1993), é o

conjunto de procedimentos através dos quais os interlocutores alternam suas intervenções, fazendo da conversação um conjunto de turnos.

- (ii) O *sistema de correções*, descrito por Pessoa de Barros (1993), é o conjunto de procedimentos utilizados pelo falante, que refaz sua fala, nas autocorreções, ou a fala do interlocutor, nas heterocorreções, para assegurar seu direito à voz ou para “assaltar” o turno de quem o detém.

Tanto num caso quanto noutro, os interlocutores reativam itens lexicais, repetindo-os, verbalizando com isso conteúdos referenciais, conativos e emotivos. Mas o que importa destacar aqui é que, ao mesmo tempo, são verbalizadas as estratégias mesmas de criação do texto lingüístico, procedimento que permite ao observador desvendar importantes mecanismos de constituição e funcionamento da linguagem.

Existe uma considerável literatura sobre a R na LF em que foram considerados os módulos discursivo, semântico e gramatical.

Parece claro que a R tem uma visibilidade maior como processo de organização do texto e das significações. Sobre a R na organização do texto, lembro Ramos (1984), Travaglia (1989), Koch (1990), (1992), Dutra (1990), Marcuschi (1992) e Oliveira (1994). Sobre a R na organização das significações, Hilgert (1989), (1993).

A abordagem gramatical da R aparece num universo mais reduzido de estudos.

Casteleiro (1975) tratou da “*redundância sintática e expressiva*” enumerando casos em que a R dá lugar aos quiasmos e às topicalizações.

Perini (1980) tinha hipotetizado que a função da R não contígua é restaurar a estrutura canônica das sentenças, através da sintaticização de segmentos fragmentados. Em seus dados, esse mecanismo explica 60% dos casos.

Blanche-Benveniste (1985) sustenta que a R deveria receber “*um estatuto de descrição lingüística, independentemente do efeito agradável ou desagradável que suscita*” (p. 110). Em Blanche-Benveniste

(1991: 176-182) ela volta ao assunto, genericamente intitulado “configurações”, examinando as Rs lexicais, os deslocamentos de itens e as Rs de estruturas.

Dik (1989: 52) dá pistas para o estudo da geração das sentenças, quando afirma que *“um falante pode começar [a produção de uma sentença] pela seleção da moldura do predicado, especificando em seguida os termos por ele requeridos, e assim produzir uma predicação plena, ou, então, pode começar pela formação de um ou mais termos, e então selecionar a moldura do predicado para chegar a uma predicação apropriada”* O estudo da R dos Nomes comprova empiricamente esta afirmação de Dik.

Braga (1990) hipotetiza que o estudo das Rs pode levar à identificação do “sotaque sintático” Neves e Braga (1996) trataram dos padrões de R na articulação de orações, focalizando as causais e as condicionais. Pezatti (1996) e Camacho (1996) estudaram, respectivamente, a R do juntivo *ou* e das coordenadas aditivas.

Castro (1994) mostrou que Adjetivos e Nomes repetidos, como em

*(1) comprou um lenço **claro claro**. Não é **pajem pajem**... é arrumadeira*

não ocupam o mesmo lugar no eixo paradigmático, devendo antes ser analisados como integrantes do eixo sintagmático, visto que o segundo item toma o primeiro como seu escopo, produzindo um efeito de restrição da extensão. Esse processo implica em comprometer a protipicidade do primeiro item, afirmando a protipicidade do segundo.

Uma série de intuições atravessa esses estudos, e ainda estamos longe de uma síntese. Creio que os processos e princípios que vêm sendo debatidos no âmbito das pesquisas sobre a gramaticalização podem ajudar na busca dessa síntese. Assim, procuro neste trabalho dar uma contribuição ao estudo do papel gramatical da R, restringindo o campo de observação à recorrência de Nomes e de Verbos, mesmo quando não fonologicamente representados, e tomando a sentença como o recorte máximo de observação.

Do ponto de vista metodológico, para fazer uma análise gramatical da LF será conveniente dispor de uma transcrição especifi-

ca dos dados, que represente uma sorte de pré-análise. Neste particular, o método criado por Blanche-Benveniste et alii (1979) me parece altamente relevante. Partindo da concepção saussuriana de que as línguas naturais se desenvolvem em dois eixos, o sintagmático e o paradigmático, propõe-se uma transcrição bi-axial, por “grades” que permita visualizar com clareza os arranjos sintáticos. As grades são formadas por segmentos horizontais, que representam o eixo sintagmático da língua, e por segmentos verticais, que representam o eixo paradigmático.

Adotarei com pequenas alterações essa metodologia, assinalando por **M** o segmento matriz, e por **R** o segmento repetido. Vejamos alguns exemplos transcritos nessa forma, com a exceção de (2):

(2) [narrando um desastre]

por que o trem é assim... tem uma filha de uma... e nós duas aqui...nessa de duas...ele ficou lá perdido... né... porque ele tava de lá...**M minha tia gritando e ele não respondia...**minha tia já imaginou o pior e eu não dava vontade de gritar nada... fiquei pastel lá... minha tia em cima de mim...eu não podia nem levantar...**R minha tia gritava e ele não respondia...** não fazia nada...e o desespero que a gente só olhava pros outro... todo mundo machucado... todo sujo de sangue...

(Ramos 1984: 16).

(3)

M	o::	
R	o::	<i>eu não sei bem</i>

(DID SP 18: 65)

(4)

M no caso	do::	
R	do::	<i>eu não sei bem</i>
<i>bom...</i>		<i>sei lá...</i>

(5)

M é	<i>um</i>	
R1	<i>um</i>	
R2	<i>uma peça</i>	
R3	<i>um Ø</i>	
R4 mas	<i>essa Ø</i>	<i>tinha tanta molecada</i>

(DID SP 234: 125)

(6)

<i>O trabalhador recebe</i>	<i>aquilo</i>	
	<i>aquilo</i>	<i>a que tem direito</i>

(D2 SP 250: 89)

(7)

<i>(quando eu ia bem pequeno à fazenda)</i> <i>ai M</i>	<i>tinha</i>	<i>café</i>
R	<i>tinha</i>	<i>bastante café</i>

(8)

M	<i>peixe</i>	
R1	<i>peixe</i>	<i>aqui no Rio Grande do Sul</i>
		<i>exclusivamente na Semana Santa</i>
R2 eu tenho impressão que se come	<i>peixe</i>	

(D2 POA 291: 25-26)

(9)

M a gente não enxerga	por bloqueio	
T	e esse bloqueio	tem de acabar

(EF RJ 251: 67)

(10)

M só depende	da temperatura	
R	mas a temperatura	muda

(EF RJ 251: 176)

(11)

M funciona mal	aquele negócio de...	
R	aquele negócio de limite idade	funciona muito mal

(D2 SP 360: 980).

Uma rápida inspeção nesses dados permite logo de entrada verificar a enorme complexidade que envolve a R. Nesta pré-análise, destaco os tipos de R, e aponto seu papel na criação das estruturas sintáticas.

Pré-análise dos dados

Tipos de Repetição

Em (3) e seguintes, temos uma *R contígua*, por contraste com (2), em que há uma *R não contígua*.

Pode-se distinguir a *R idêntica*, quando os segmentos M e R apresentam materiais lingüísticos iguais, estruturados da mesma forma, e desempenhando a mesma função, da *R alteradora*, quando o segmento R adiciona / subtrai / substitui materiais de M, ou mesmo recategoriza sintaticamente M; é o caso de (5) a (7), (9) a (11).

A R e a criação de estruturas sintáticas

Os exemplos de (3) a (8) mostram como se constitui a *estrutura do sintagma* na LF, através da R: em (3) e em (4) tivemos sintagmas abortados, em casos de hesitação; em (6) e em (7), agregou-se um Complementador ao Sintagma Nominal.

Em (11), a R levou à construção de uma *estrutura sentencial especular*. A R movimentou o constituinte pós-verbal para a esquerda, dando origem a um quiasmo.

Em (5), uma R alteradora teve por efeito a elipse de constituintes: o núcleo “peça” é apagado em R3, logo após sua inserção. A elipse pode ser considerada como o passo extremo no processo de R. Segundo Marcuschi (1988), a elisão de sintagmas repetidos ocorre freqüentemente “da esquerda para a direita” como em:

(12)

M	<i>não é mais</i>	<i>aquela pessoa</i>	<i>assim admirável</i>	
R1		<i>aquelas pessoas</i>	<i>calmas</i>	
R2		∅	<i>tranqüilas</i>	
R3		∅	<i>que</i>	<i>a calma</i>
R4		∅	<i>difícilmente perdem</i>	
R5		∅	<i>∅ perdem</i>	<i>o controle</i>
R6		∅	<i>∅ falam</i>	
			<i>∅ falam ∅ pausadame nte</i>	

(D2 SP 360: 121-126).

Ao contrário, a R alteradora por adição de constituintes opera da direita para a esquerda, como de (6) a (8).

Essa pré-análise deve ter evidenciado que a R envolve uma considerável quantidade de fenômenos, o que aconselha a escolha de um dado recorte. Doravante, vou concentrar-me na R como um um dos processos de gramaticalização, o da sintaticização. E como no modelo teórico aqui adotado o Léxico desempenha um papel primordial, selecionarei meus dados a partir da R de duas classes, o Nome e o Verbo.

Alguns quesitos gerais precedem minha análise.

(1) Quaisquer itens lexicais são passíveis de R ? Os dados mostram que sim. Na transcrição de uma entrevista com acadêmicos de Letras desta Universidade, gravada em 1996 pelos alunos de Língua Portuguesa VII C. Sawada, C.C. Borella, K.G. de Toledo, M. de Araújo e S.D. Paião, quantifiquei sintagmas repetidos e sintagmas não repetidos, apurando os seguintes percentuais de segmentos repetidos: SNs, 6%; SAdjs, 10%; SPs e SAdvs, 12%; SVs, 13%. Esses dados evidenciam, também, que a R não é um fenômeno quantitativamente expressivo. Apesar disso, ela revela particularidades do processamento verbal, como espero demonstrar.

(2) A R afeta indiferentemente o *dictum* e o *modus* sentencial? Os dados mostram que a R ocorre preferencialmente no *dictum*, deixando de lado o *modus*. E como se incluem-se no “modus” os advérbios sentenciais, essa constatação traz uma nova evidência em favor da hierarquia mais alta dos “hiperpredicadores” discutidos em Castilho e Moraes de Castilho (1990) e em Kato e Castilho (1991).

(3) Haverá alguma harmonia entre a R de constituintes funcionais da sentença e a R de constituintes do sintagma ? Constituintes à direita do núcleo do sintagma favoreceriam a repetição, tanto quanto os constituintes à direita do Verbo ? Pesquisas válidas para a sentença respondem pela afirmativa. Mas faltam indagações relativas à constituição dos sintagmas.

Passo a relatar meus achados relativos à R de Verbos e de Nomes.

Repetição do Verbo

Em meus dados, os Verbos repetidos se distribuem por 60% de Rs idênticas, contra 40% de Rs alteradoras.

As ocorrências demonstraram como o falante administra o Verbo, desencadeando processos de estruturação argumental, estruturação temática, seleção de Tempo-Modo, e promovendo predicções de segundo grau. Examinarei sumariamente esses tópicos, que se constituem na verdade em um vasto plano de indagações ainda por desenvolver.

R do Verbo e constituição da estrutura argumental

Sejam os seguintes exemplos:

(13)

<i>M eu</i>	<i>achei</i>	<i>ele</i>
<i>R eu</i>	<i>achei</i>	\emptyset <i>superbom... assim...</i>

(LPVII, 1996)

(14)

<i>M aí você</i>	<i>tira</i>	<i>a gravata</i>
<i>R</i>	<i>tira</i>	<i>isso</i>

(D2 SP 62: 37)

(15)

<i>M</i>	<i>a criança</i>	<i>tem</i>	<i>uma casa</i>
<i>R1</i>		<i>tem</i>	<i>um jardim...</i>
<i>R2</i>		<i>tem</i>	<i>um quintal pra ela se expandir</i>

(D2 RJ 269)

Em (13), o Verbo da M subcategoriza um argumento interno, e na R agrega uma “mini-sentença” elidindo o argumento. O exemplo mostra a precedência do argumento interno sobre a “mini-sentença” quando se organizam estruturas desse tipo, pois a ordem de constituintes não poderia ser diferente, como se vê em:

(13a) * eu achei superbom... assim... eu achei ele.

Em (14) e (15), a R do mesmo argumento cria o “efeito-lista” bastante comum na LF.

R do Verbo e constituição da estrutura temática

Sejam os seguintes exemplos:

(16)

M tem gente que	tá	no quinto ano
R1	tá	
R2	tá	
R3	tá	deslocado também

(LPVII, 1996)

(17)

M L1 - eu também	passsei	para a segunda fase
R1	não passsei..	
R2 aí... quando eu	passsei	aquí
(.....)	(.....)
R3 L2 - eu	passsei	na UNESP também... né
R4 L1	passsou	na UNESP também?

(LPVII, 1996)

A análise das alterações da estrutura temática poderá revelar se há alguma hierarquia entre os papéis envolvidos, e se ao

longo das Rs os papéis temáticos de conteúdo mais concreto seriam substituídos por aqueles de conteúdo mais abstrato.

Em (16), *estar* seleciona na M um Locativo, substituindo-o por uma expressão atributiva na R. Esse trâmite recupera a caminhada diacrônica do Verbo *estar*, fornecendo uma evidência adicional à conhecida hipótese segundo a qual na LF o falante põe em convivência diferentes momentos históricos da língua. Em (17), nota-se que *passar* atribui papel Meta na Matriz, e Locativo, de R2 a R4, com a alteração do termo adjacente.

Repetição do Verbo e seleção de Tempo-Modo

Sejam os seguintes exemplos:

(18)

	<i>a fazenda</i>	<i>era</i>	
M		<i>tinha</i>	
R		<i>teria</i>	<i>duas partes</i>

(DID SP 18: 30)

(19) [falando do crescimento desordenado das cidades]

M L1 - cidade que não	<i>dá</i>	<i>para ter planejamento</i>
R1 L2 -	<i>dá</i>	
R2	<i>daria</i>	<i>né? é que não</i>

(D2 SP 343: 75-77)

As alterações de Modo-Tempo revelam que o falante seleciona para a M as flexões temporais estatisticamente mais frequentes, como o Presente do Indicativo em (19), o Pretérito Imperfeito do Indicativo em (18). Para o segmento repetido, ele seleciona as flexões comprovadamente mais raras, como o Futuro do Pretérito, nesses dois exemplos. O fato é particularmente significativo em (18), visto que o Imperfeito concorre regularmente com a forma em *-ria*. Esses exemplos permitem hipotetizar que haveria um ritmo preferido nas

Rs alteradoras de Modo-Tempo, e seria que do Modo real o falante se desloca para o Modo Eventual e Irreal, portanto, do mais concreto para o mais abstrato.

R do Verbo e Predicação de Segundo Grau

A R do item lexical no eixo sintagmático, observada por Castro (1994), abre caminho a interessantes descobertas quando esse item é um Verbo. No exemplo (20),

(20)

M	<i>chega</i>	<i>imigrante</i>
R1	<i>chega</i>	<i>imigrante</i>
R2	<i>chega</i>	<i>imigrante</i>
M e	<i>crece</i>	
R1 e	<i>crece</i>	
R2 e	<i>crece</i>	
M e ao mesmo tempo	<i>o crescimento</i>	<i>das vias de circulação</i>
R dentro da cidade não acompanha	<i>esse crescimento</i>	<i>da população</i>

(D2 SP 343: 454-458)

a R idêntica de *chegar* e de *crescer* transforma os itens repetidos em predicadores qualitativos de segundo grau, visto que eles tomam por escopo o Verbo da M, provocando o efeito discursivo de ênfase. Com isto, o Verbo repetido assume pelo menos duas funções. Como predicador de primeiro grau, ele seleciona termos da esquerda para a direita, subcategorizando seu argumento. Como predicador de segundo grau, ele opera da direita para a esquerda, tomando por escopo o Verbo da M, intensificando suas propriedades intensionais.

Repetição do Verbo e constituição de Perífrases

Na constituição das perífrases observa-se um ritmo que vai de Verbo Pleno para Verbo Auxiliar, como em (21), de Auxiliar para Pleno, como em (22), ou de Pleno para Auxiliado, como em (23). À semelhança da constituição das sentenças, encontramos também aqui um ritmo do em que uma classe “procura” por assim dizer, outra classe, recategorizando-se, dando origem às estruturas gramaticais:

(21)

M como é que	<i>pode</i>		
R como é que	<i>pode</i>	<i>ter</i>	
R2		<i>ter tido</i>	<i>idades</i>

(LP VII)

(22)

M ia fazer	<i>uma pesquisa de arquivo</i>
R ia	<i>até o arquivo</i>

(LP VII)

(23)

M esse negócio	<i>se repete</i>	
R ou	<i>acaba se</i>	<i>em qualquer</i>
	<i>repetindo</i>	<i>cidade</i>

(D2 SP 343: 104-105)

Nos exemplos abaixo, a R operou por subtração de expressões, omitindo-se em (24) e em (25) o Verbo Auxiliado; isto que recoloca a questão do estatuto categorial do Verbo Auxiliar.

(24)

M L1	<i>tem saído</i>	<i>ultimamente... de carro?</i>
R1 L2 -	<i>tenho Ø</i>	
R2 <i>mas você diz</i>	<i>sair</i>	<i>fora</i>
R3	<i>sair</i>	<i>normalmente para a escola?</i>
R4	<i>tenho Ø</i>	

(D2 SP 343: 2-6)

(25)

M L1 <i>você viu se</i>	<i>está gravando</i>	<i>direito aí?</i>
R1 Doc -	<i>está Ø</i>	
R2	<i>está Ø</i>	<i>eu já deixo no automático</i>

(D2 SP 343: 8-9)

Observa-se nesses exemplos que a estrutura argumental da sentença é construída pelo Verbo Auxiliado, visto que, mesmo elidido, ele continua a determinar seus argumentos e adjuntos, e os termos que “sobrevivem” à omissão desse Verbo seguem ligados a ele, e não ao Auxiliar, como se pode ver pelas paráfrases inaceitáveis:

(24a) * *tenho de carro*(25a) * *está direito aí*

Repetição do Nome

A R do Nome oferece pistas sobre a sintaticização da estrutura funcional da sentença. Os dados permitem chegar a algumas conclusões quanto ao lugar sentencial que favorece a R, e à hierarquia funcional que se pode surpreender nos Nomes repetidos.

R do Nome e lugar sentencial

Bessa Neto (1991: 126) e Marcuschi (1992: 124) constataram que SNs situados à direita do Verbo são mais repetidos do que aque-

les à esquerda do Verbo. No primeiro trabalho, p. 126, reconhece-se que “(1) os itens lexicais repetidos ocorrem sempre em posição pós-verbal; (2) o verbo a que se seguem é predominantemente transitivo; (3) pertencem predominantemente à classe dos substantivos; (4) desempenham predominantemente a função sintática de objeto; (5) recobrem predominantemente referentes inanimados, e (6) ocorrem predominantemente num conjunto que abriga mais de duas orações”

Nossos dados confirmam essa tendência, de motivação funcional bastante óbvia. Essa constatação permite afirmar que a R é inversamente proporcional às rupturas da adjacência, vale dizer, à desativação de propriedades, descritas por Tarallo-Kato (1990, esp. pág. 47). Esses autores comprovaram que há maior freqüência de rupturas no espaço entre Suj. e Flex, e menor freqüência no espaço entre o Verbo e C0 e C1. Pode-se concluir que a baixa densidade informativa favorece a interrupção, ao passo que a alta densidade informativa favoreceria a repetição.

R do Nome e reanálise da função sentencial

Sejam os seguintes exemplos

(26)

M por exemplo	poluição	
R1 agora todo mundo fala	poluição	
R2	poluição	
R3 o controle não dá	de poluição	
para haver controle (.....))
R4 quer dizer	poluição	visual.. auditiva

(D2 SP 343: 142-155)

(27)

<i>olha</i>		
M	<i>trem</i>	
R1 <i>eu sou</i> <i>já</i>	<i>de trem</i>	
R2 <i>eu acho</i>	<i>trem</i>	<i>assim...</i>
R3 <i>eu</i> <i>escolheria</i>	<i>o trem</i>	
R4	<i>no trem</i>	<i>eu acho que</i> <i>há o</i> <i>repouso</i> <i>integral</i>
R5	<i>o trem</i>	<i>não tem</i> <i>mobilidade</i>
R6	<i>o trem</i>	<i>é mais</i> <i>estável</i>
R7	<i>o trem</i>	<i>tem a</i> <i>vantagem</i> <i>sobre o</i> <i>avião</i>
R8 <i>eu vou</i> <i>tomar</i>	<i>o trem</i>	
R9 <i>uma</i> <i>viagem</i>	<i>por trem</i>	<i>sempre</i> <i>repousou</i>

(D2 SP 255: 239-257)

(28)

M L2 - vamos dizer	<i>Ipanema...</i>	<i>então há um status de sociedade</i>
(.....))
R1 L1 <i>mas se bem que</i>	<i>de Ipanema</i>	
R2 L2 - não... não é só	<i>Ipanema...</i>	<i>Copacabana... não</i>
R3	<i>Ipanema...</i>	
R4 <i>acho que o problema tem</i>	<i>em Ipanema</i>	<i>é problema que...</i>

(D2 RJ 147: 327-332)

(29)

M <i>o cara procura</i>	<i>terapia</i>	
R1 <i>ou digamos a cidade procura</i>	<i>uma terapia</i>	
<i>[porque chegou um ponto assim (...) bem tribal né?]</i>		
R2 <i>mas não em termos</i>	<i>de terapia</i>	
R3 L2 - <i>eu</i>	<i>a terapia</i>	<i>é um veículo de solução</i>

(D2 SP 343: 212-218)

(30)

	<i>química</i>	
<i>professor</i>	<i>de química</i>	<i>não tem</i>
<i>não tem</i>	<i>química</i>	
	<i>de química</i>	<i>não tem professor</i>
<i>o cara que gosta</i>	<i>de química</i>	
<i>fazer o curso</i>	<i>de química</i>	
<i>o cara quando quer fazer</i>	<i>química</i>	
<i>vai fazer engenharia</i>	<i>química</i>	
<i>ele vai pensando em trabalhar com engenharia</i>	<i>química</i>	

<i>eles já trabalham</i>	<i>em química</i>	<i>né?</i>
<i>já fizeram curso na OSI lá</i>	<i>de química</i>	<i>não sei</i>
<i>acho que é na OSI que faz curso</i>	<i>de química</i>	<i>sei lá</i>
<i>agora que eles estão fazendo Osvaldo Cruz...</i>		
	<i>química</i>	

(LPVII, 1996; exemplo recolhido por A. Mendes)

A R alteradora de Nomes ilustra o princípio da reanálise, e assim uma Construção de Tópico (CT) quando repetida exibe um papel temático e um estatuto argumental de que não dispunha antes. Em (8), a CT “*peixe*” assumiu a categoria de argumento interno do verbo “*comer*”. Em (26), a CT “*trem*” vai sendo recategorizada à medida que se repete: adjunto em R1, objeto direto em R2 e em R3, de novo adjunto em R4, sujeito em R5, R6 e R7 de novo objeto direto em R8 e adjunto em R9. Os exemplos (10) e (11) evidenciam o papel coesivo da R alteradora categorizadora: em (10), o item “*bloqueio*” passa de integrante do Rema na M a Tema na R, exemplificando o esquema do Tema Derivado. Blanche-Benveniste (1991: 178) associa a estas reanálises o que ela chama de “*glissements à gauche*”

A R alteradora das funções sentenciais exibe um ritmo preferido, configurando a seguinte hierarquia funcional: Construção de Tópico > Argumento Interno [OD, OI, OBL] > Adjunto > Argumento Externo > Categoria vazia. Os exemplos (8) e de (26) a (30) documentam essa hierarquia.

R de Verbos e Nomes

Finalmente, há curiosas ocorrências em que Verbos e Nomes se alternam aos pares, como em:

(31)

teve livros
que eu caí na besteira de comprar
mas teve livros
que eu caí na besteira de comprar
e eu notei o seguinte
caí na besteira
porque os livros nunca mais abri

(LPVII, 1996; exemplo recolhido por A. Mendes)

O esquema formal encontrado no exemplo (31) traz à memória as cantigas medievais portuguesas, como esta, de Martin Soares, recolhida sob número 974 no Cancioneiro da Vaticana:

(32)

Foy hun dia Lopo jogral
a cas d'un infançon cantar
e mandou-lhe ele por don
dar tres couces na garganta,
e fuy-lh' escasso, a meu cuydar,
segundo como el canta.

Escasso foy o infançon
em seus couces partir entom,
ca non deu a Lopo enton
mays de tres ena garganta,
e mays mereç' o iogaron,
segundo como el canta

Segundo Álvaro Júlio da Costa Pimpão, a canção paralelística é um “sistema expressivo que põe a descoberto os dois polos da arte – repetição e variação – e em que domina a repetição, elevada a princípio estruturador” A isto agrega Spina (1956): “característica da cantiga d'amigo na sua forma original, quase autóctone, o paralelismo apresenta-se sob diversas modalidades, o que vem dificultando sua classificação”: pág. 392 da terceira edição, de 1991.

Obviamente a intervenção do graduando em Letras não tinha o objetivo de “*apresentar mais uma modalidade*” Mas de todo modo, os séculos pesaram pouco para o poeta medieval e esse aluno, reunidos num mesmo impulso de criação lingüística, um voltado para a caracterização do próprio tédio, e o outro divertindo-se à custa do jogral Lobo. O certo é que por cima deles e por cima de todos nós reina a Língua Portuguesa com seus mistérios, língua que ao fim e ao cabo mais nos une do que nos separa.

CONCLUSÕES

Comparei neste trabalho a posição teórica do Projeto de Gramática do Português Falado com a de projetos similares, mostrando que há uma preocupação comum entre os pesquisadores, no sentido de caracterizar essa modalidade como um conjunto de processos, mais salientes que seus produtos. Mostrei também que no presente momento do debate teórico busca-se identificar os processos constitutivos da LF.

Sustentei que a Gramaticalização pode ser encarada como um desses processos, e destaquei a importância da Repetição como um dos gatilhos da gramaticalização.

Centrada a análise no quadro da Gramaticalização, o exame da R de Verbos e Nomes evidenciou o seguinte:

(1) Como um dos recursos da sintaticização, a R concorre para a formatação da estrutura sintagmática e da estrutura funcional da sentença. No primeiro caso, ela recategoriza a classe do Verbo, levando-o a alternar nos enunciados como Verbo Pleno e como Verbo Auxiliar. Além disso, a R funciona no apagamento de constituintes, operando da esquerda para a direita, e na adição de constituintes, invertendo essa orientação. No segundo caso, a R ordena as funções sentenciais segundo uma hierarquia previsível.

(2) Quanto aos procedimentos semânticos que acompanham a gramaticalização, a R fornece indícios de uma translação da significação concreta para a abstrata, constatada no exame da estru-

tura temática da sentença e na seleção de Tempo-Modo. Mostrou-se também que o Verbo repetido desencadeia uma predicação de primeiro grau, operando da esquerda para a direita, e uma predicação de segundo grau, em que se inverte essa orientação.

(3) Finalmente, os exemplos aduzidos confirmam alguns dos princípios gerais que regem a gramaticalização. A mudança de função decorre da *reanálise* de sintagmas, desencadeada por sua repetição. É uma vez que principiamos a montar a estrutura funcional da sentença, há um ritmo *unidirecional e contínuo* que vai das estruturas menos ligadas, como as Construções de Tópico, até as mais ligadas, como os Argumentos. São muito raros os processos inversos, em que estruturas discursivamente orientadas, com escassa conexão sintática, resultem da reanálise via R de estruturas ligadas. Igualmente rara é a descontinuação desse processo de categorização funcional.

É preciso reconhecer que há domínios em que a R não desempenha um papel visível. Com isto, a LF fornece boas evidências para a teoria das motivações em competição, formulada por DuBois (1985). Por outras palavras, ao interagir, o falante se desloca das “escolhas” mais ou menos livres de materiais lingüísticos, que configuram o “Funcionalismo transparente” de DuBois, para as “determinações” impostas pela estrutura de sua língua, lugar do “Estruturalismo autônomo”

Ora, as teorias lingüísticas oscilam o tempo todo entre esses polos. Como na fábula, lingüistas com vendas nos olhos apalpam o elefante, e arriscam descrições e generalizações sobre o bicho, fundamentadas sempre numa inevitável visão parcial de seu objeto. Tinham razão meus Mestres da USP, Theodoro Henrique Maurer Jr. e Isaac Nicolau Salum quando me ensinaram a evitar uma adesão muito confiante a uma só teoria...

BIBLIOGRAFIA

BESSA NETO, Regina Stela 1991. *A Repetição Lexical em Textos Narrativos Oraís e Escritos*. Belo Horizonte, UFMG, Diss. de Mestrado.

- BLANCHE-BENVENISTE, Claire et alii 1979. Des grilles pour le français parlé, *Recherches sur le français parlé 2*: 163-208.
- _____. Deulofeu, José - Stefanini, Jean - Eynde, Karel van den 1984. *Pronom et Syntaxe. L'approche pronominale et son application à la langue française*. Paris, SELAF
- _____. 1985. La dénomination dans le français parlé: une interprétation pour les répétitions et les hésitations, *Recherches sur le français parlé 6*: 109-130.
- _____. 1990. Répétitions lexicales. In C.Blanche-Benveniste Éd. 1990. *Le Français parlé: études grammaticales*. Paris, CNRS, pp. 176-180.
- BRAGA, M.L. 1990. A Repetição na Língua Falada. Seminário do GT de Análise da Conversação, ANPOLL, Belo Horizonte, inédito.
- _____. 1994. Sentenças clivadas e reiteração. Rio de Janeiro, UFRJ, inédito.
- CAMACHO, R.G. 1996. A Repetição nas Estruturas Coordenadas Aditivas. Com. ao GT da Comissão de Lingüística Portuguesa do XI Congresso Internacional da ALFAL, inédito.
- CASTELEIRO, J. M. 1975. Aspectos da Sintaxe do Português Falado no interior do país. *Boletim de Filologia 14* (1-4), 57-74.
- CASTILHO, Ataliba T. de 1989. Da Análise da Conversação para a Análise Gramatical, *Estudos Lingüísticos 18*: 14-20 [Anais do GEL].
- _____. 1990a. O Português Culto Falado no Brasil: História do Projeto NURC/Brasil, em D. Preti e H. Urbano Orgs. 1990, pp. 141-202.
- _____. 1990b. Apresentação do Projeto de Gramática do Português Falado, em A.T. de Castilho Org. 1990, pp. 7-28.
- _____. 1993a. *A Predicação Adverbial no Português Falado*. Tese de Livre-Docência apresentada á Universidade de São Paulo.
- _____. 1994. Problemas de Descrição da Língua Falada, *DELTA 10* (1): 47-71.
- _____. 1995a. A Língua Falada e sua Descrição, em *Para Segismundo Spina: Língua, Filologia, Literatura*. São Paulo, EDUSP/Iluminuras, pp. 69-90.
- _____. 1995b. Conversação e Gramática, inédito.
- _____. 1995c. Para uma Gramática do Português Falado, em *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários, In Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 79-102.

328 CASTILHO, Ataliba T. de. *Para uma sintaxe da repetição – língua falada e gramaticalização. Língua e Literatura*, nº 23, p. 293-330, 1997.

CASTILHO, Ataliba T. 1996a. A Gramaticalização, em *Estudos Lingüísticos e Literários* [UFBa], no prelo.

_____. Org. 1990. *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, vol. I.

_____. Org. 1993. *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, vol. III.

CASTILHO, Ataliba T. de e Preti, Dino Orgs. 1986, 1987. *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*. São Paulo, TAQueiroz/FAPESP, vol. I, Elocuções Formais; vol. II, Diálogos entre dois informantes.

CASTILHO, Ataliba T de e Moraes de Castilho, Célia Maria 1990. Advérbios Modalizadores, em R. Ilari Org. 1992. *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP, vol. II, pp. 213-260.

CASTILHO, Ataliba T. de e Basílio, Margarida, Orgs. 1996. *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, vol. IV.

CASTRO, Vandersi S. 1994. Um caso de repetição no português, *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 27: 85-101.

DIAS DE MORAES, L.C. 1987. *Nexos de Coordenação na Fala Urbana Culta de São Paulo*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, inédita.

DIK, S. 1989. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The Structure of the Clause. Dordrecht, Foris Publications.

DUBOIS, John W. 1985. Competing Motivations. In J. Haiman Ed. 1985. *Iconicity in Syntax*. Amsterdam, John Benjamins Publishing Co., pp. 343-365.

DUTRA, Rosália 1990. A repetição oracional como elemento de coesão nas narrativas orais: estrutura e entoação. Belo Horizonte, Seminário do GT de Análise da Conversação, ANPOLL, inédito.

FRANCHI, C. 1976. *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado, 2 vols., inédita.

_____. 1991. Concepção de E-Gramática. Conferência pronunciada no Dep. de Lingüística da UNICAMP, inédita.

GALEMBECK, Paulo T. et alii 1990. O Turno Conversacional, em Preti, Dino e Urbano, Hudinilson (Orgs. 1990), pp.

_____. 1993. O Turno Conversacional, em Dino Preti (Org. 1993), pp. 55-79.

HILGERT, José G. 1989. *A Paráfrase*. São Paulo, Tese de Doutorado, USP.

- HILGERT, José G. 1993. Procedimentos de Reformulação: a Paráfrase, em Dino Preti et alii Org. 1993, pp. 103-128.
- HOPPER, P.J. 1988. Emergent grammar and the a priori grammar postulate, em D. Tannen Ed. *Linguistics in Context: connecting observation and understanding*. Norwood, Ablex, pp. 117-134.
- ILARI, Rodolfo Org. 1992. *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP, vol. II.
- KATO, Mary. 1996. Da autonomia teórico-metodológica na pesquisa para uma desejada convergência na concepção do produto. In M. Kato Org. 1996. *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, vol. V. pp. 9-32.
- _____. e Castilho, Ataliba T. de 1991. Advérbios Modalizadores: um novo núcleo predicador? *DELTA* 7 (1): 409-423.
- KOCH, Ingedore G.V. 1990. Reflexões sobre a repetição. Belo Horizonte, Seminário do GT de Análise da Conversação, ANPOLL, inédito.
- _____. 1992. A Repetição como um mecanismo estruturador do texto falado. Campinas, UNICAMP, 26 pp., inédito.
- MARCUSCHI, Luiz A. 1986. *Análise da Conversação*. São Paulo, Ática.
- _____. 1988. Análise da Conversação e Análise Gramatical, *Boletim da ABRALIN* 10: 1991, 11-34.
- _____. 1992. *A Repetição na Língua Falada. Formas e Funções*. Recife, UFPe, Tese de Concurso para Professor Titular.
- MAURO, T. Di. 1994. *Come parlano gli italiani*. Firenze, La Nuova Italia.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria 1991. *Os Delimitadores no Português Falado no Brasil*. Campinas, UNICAMP, Diss. de Mestrado.
- MORRIS, C.W. 1938. *Foundations of the Theory of Signs*. Chicago, The University of Chicago Press.
- NASCIMENTO, M. 1993. Gramática do Português Falado: articulação teórica. Texto inédito apresentado ao Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa.
- NEVES, Maria Helena de M. e Braga, Maria L. 1996. Padrões de repetição na articulação de orações. Com. ao GT de Lingüística Portuguesa do XI Congresso Internacional da ALFAL, inédito.
- OLIVEIRA, Mariângela R. de. 1994. *Repetição em Diálogos*. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Doutorado.

- ONO, T. and Thompson, S.A. 1994. What Conversation can tell us about Syntax ? Im Philip W. Davis Ed. *Descriptive and Theoretical Modes in the Alternative Linguistics*. Amsterdam, John Benjamins, no prelo.
- PERINI, Mário A. 1980. A função da repetição no reconhecimento de sentenças. *Ensaio de Lingüística* 3: 111-123.
- PESSOA DE BARROS, Diana L. 1993. Procedimentos de Reformulação: a Correção, em Dino Preti et alii Orgs. 1993, pp. 129-156.
- PEZATTI, E.G. 1996. A Repetição por meio do juntivo *ou*. Com. ao GT de Lingüística Portuguesa do XI Congresso Internacional da ALFAL, inédito.
- PRETI, Dino e Urbano, Hudinilson Orgs. 1988, 1990. *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*, São Paulo, TAQ/FAPESP, vol. III, Diálogo entre o informante e o documentador (1988), vol IV, Estudos (1990).
- PRETI, Dino et alii Orgs. 1993. *Análise de Textos Oraís*, 2a. ed. São Paulo, FFLCH/USP, 1995.
- RAMOS, Jânia 1984. *Hipóteses para uma Taxonomia das Repetições no Estílo Falado*. Belo Horizonte, Diss. de Mestrado, UFMG.
- SACKS, H. Schegloff, E.A. - Jefferson, G. 1974. A Simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language* 50 (4), 696-735.
- SORNICOLA. R. 1994. Quattro dimensioni nello studio del parlato, em T. De Mauro Ed. 1994, pp. 111-130.
- SPINA, S. 1956. *A Lírica Trovadoresca*, 3a. ed.. São Paulo, EDUSP, 1991.
- TARALLO, Fernando e Kato, Mary 1990. Rupturas na Ordem de Adjacência Canônica no Português Falado, em A.T.Castilho Org. 1990. *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, pp. 29-62.
- TRAVAGLIA, Luiz C. 1989. Considerações sobre a repetição na língua oral e na conversação, *Letras & Letras* 5 (1-2): 5-61.

Índice Geral

ÍNDICE GERAL

(1- 9)

(1972-1980)

Número 1

<i>Apresentação</i>	7
<i>Isaac Nicolau Salum</i> - Decomposição, Recomposição e Análise Crítica de um Texto	9
<i>M. e C. Quintino de Almeida</i> - Por um Ensino Renovado do Latim	43
<i>Aida Costa</i> - A Linguagem do Professor de Português no Curso Secundário	59
<i>Cidmar T. Pais</i> - Alguns Aspectos do Tratamento Estatístico e Computacional em Lingüística	73
<i>Albert Audubert</i> - Le Morphème Grammatical <i>Irei, ás, á</i> ... et une Forme de Futur très usitée au Brésil.....	87
<i>Antonio Candido</i> - O Mundo-Provêrbio	93
<i>Gilda M. Reale Starzynski</i> - A Linguagem Cômica de Aristófanes	113
<i>Júlio Garcia Morejón</i> - El 'Cancioneiro' de Unamuno	125
<i>Erwin Theodor</i> - Frank Wedekind, Precursor do Teatro Atual	139
<i>Vitor Ramos</i> - Brasil-França num Romance Francês de 1839	151
<i>Boris Schnaiderman</i> - Dante e a Rússia	157
<i>Neide C. de Castro Smolka</i> - O Papel do Oráculo na Vida Grega	173
<i>Leyla Perrone-Moisés</i> - Les Modes de l'Action dans Le Rouge et Le Noir	185
<i>Ligia C. M. Leite</i> - Apresentando Eco.....	205

Recensões:

Karl Tober (Marion Fleischer)	215
Carreira/Quintino (Erasmus d'Almeida Magalhães)	217
Siebs (Ruth Mayer)	218
Erich Auerbach (George B. Sperber)	221
<i>Isaac Nicolau Salum</i> - Reminiscências de Armando Tonioli	225
<i>Doação de Biblioteca</i>	235

Número 2

NOTA DA REDAÇÃO.....	7
----------------------	---

COLABORAÇÕES

<i>Gilda Maria Reale Starzynski</i> - Uma Situação Cômica: "O Cidadão Justinino faz uma Visita a Eurípidés"	9
<i>Lidia Neghme Echeverría</i> - "Há Cavalos Noturnos: Mel e Fel"	31
<i>Maria da Glória Novak</i> - A Ode <i>Ad Septimum</i> , de Horácio	49
<i>Irlemar Chiampi Cortez</i> - Narração e Metalinguagem em <i>Grande Sertão: Veredas</i>	63
<i>Isaac Nicolau Salum</i> - A Semana e o Quotidiano	93
<i>Theodor Fritsch</i> - O Latim Vulgar-Esboço Histórico e Lin- güístico	123

<i>Aída Costa - O De República e o "Princeps" Ciceroniano</i>	133
<i>Massaud Moisés - O "Eu" e o "Outro" em Estrela Polar</i> , de Vergílio Ferreira	145
<i>Maria Helena Nery Garcez - A Posição de Os Lusíadas na Evolução do Conceito de Destino da Epopéia</i>	169
<i>Onédia Célia de Carvalho Barboza - Imprensa Acadêmica Paulista: Descoberta de Byron</i>	183
<i>Valentim A. Facioli - Aires - A Consciência Crítica do Ar- tista Criador</i>	193
<i>Roberto Herron - The Individual, Society and Nature in Lima Barreto's Theory of Literature</i>	201
<i>Erwin Theodor Rosenthal - Die Tristannovelle: eine dramatische Burleske</i>	221
<i>Olívio Caeiro - Formas da "Narrativa Enquadrada" na No- vela Alemã do Realismo Poético</i>	235
<i>Jean-Maurice Fabre - Ecriture du Fantastique et Fantastique de l'Ecriture dans "Le Horla" de Maupassant</i>	257
<i>Italo Caroni - L'ambigüité du point de vue dans Poil de Carotte de Jules Renard</i>	275
<i>E. Rina M. Ricci - Conceito de Forma em Francesco de Sanctis</i>	283

RECENSÕES CRÍTICAS

<i>Cahiers de l'Institut de Linguistique (Isaac Nicolau Salum)</i>	293
<i>M. Paiva Boleo "Linguistique, géographie et unités dialectales subjectives au Portugal" (Erasmus d'Almeida Magalhães)</i>	297
<i>Adam Abraham Mendilow - O tempo e o romance</i> (trad. de Flávio Wolf) (<i>Flávio Wolf de Aguiar</i>)	301
<i>Wolfgang Langenbucher - Antologia Humanística Alemã</i> (trad. de Walter Koch) (<i>Erwin Theodor</i>)	305
<i>Iorgu Iordan y Maria Manoliu - Manual de Lingüística Romá- nica</i> (trad. e reelaboração de Manuel Alvar) (<i>Isaac Nicolau Salum</i>)	307

NECROLÓGIO

<i>Alfredo Bosi - Lembrança de Italo Bettarello</i>	317
---	-----

Número 3

<i>Nota da Redação</i>	7
------------------------------	---

ARTIGOS

<i>Segismundo Spina</i> Uma cronologia do poema camoniano	11
<i>Massaud Moisés</i> Panorama da ficção portuguesa moderna	31
<i>Nilce Sant'Anna Martins</i> Os nomes próprios na poesia de Castro Alves	43
<i>Dino F. Preti</i> Alguns problemas sócio-culturais no ensino de Português	59

<i>Hélio Lopes</i>	
Manuel Benício Fontenelle	67
<i>António Dimas</i>	
Uma proposta de leitura para <i>O Cabeleira</i>	89
<i>Hudinilson Urbano</i>	
À margem de "À margem da dupla articulação" de Martinet. Elementos para um estudo de paralingüística	101
<i>Edith Pimentel Pinto</i>	
Notas à margem da técnica de composição literária. O descritivo-narrativo	135
<i>Paulo Vizioli</i>	
Ironia dramática e metáfora estrutural em "Hemlock and After"	143
<i>Ítalo Caroni</i>	
Fábula e Trama	157
<i>Rafael E. Hoyos Andrade</i>	
Dialectología hispanoamericana y enseñanza del español	171
<i>Jorge Schwartz</i>	
Perspectivas esperpénticas en Quevedo, o una poética del desengaño en <i>La hora de todos y la fortuna con seso</i>	183
<i>Ottmar Hertkorn</i>	
Formaldidaktiken im Sprachlehrbereich (Anfang 1973)	203
<i>Rodolfo Ilari</i>	
Notas de leitura a um conto de Gadda	219
<i>Erasmus D'Almeida Magalhães</i>	
Quinze anos de lingüística indígena brasileira	251
<i>Maria Luísa F. Miazzi</i>	
Os nomes de cores nas línguas românicas	279
<i>Estuardo Nuñez</i>	
Luys de Camoens en la prosa del Lunarejo y en la poesía de Caviedes	311

RECENSÕES

<i>Emilio García Gómez</i>	
Todo Ben Guzmán (<i>Segismundo Spina</i>)	323
<i>Eduardo Lourenço</i>	
Pessoa Revisitado - Leitura estruturante de um drama em gente (<i>Nelly Novaes Coelho</i>)	327
<i>João Gaspar Simões</i>	
Heteropsicografia de Fernando Pessoa (<i>Nelly Novaes Coelho</i>)	331
<i>The World of Translation</i> (<i>Paulo Vizioli</i>)	335
<i>Rosário Farani Mansur Guérios</i>	
Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes (<i>Isaac Nicolau Salum</i>)	339
<i>Willy Ball</i>	
"O destino de palavras de origem portuguesa num dialeto quicongo" (<i>Erasmus d'Almeida Magalhães</i>)	343
<i>Carlos de Oliveira</i>	
Uma abelha na chuva (<i>M. Aparecida Santilli</i>)	345
<i>Segismundo Spina</i>	
Iniciação na cultura literária medieval (<i>Oswaldo H. L. Ceschin</i>)	349

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. *Trabalhos de Bertil Maler* (Isaac Nicolau Salum) 355
2. *Dicionários etimológicos gregos* (Isaac Nicolau Salum) 367
3. *Cahiers de l'Institut de Linguistique* da Univ. Católica de Louvain (Isaac Nicolau Salum) 377
4. *Livros e Revistas Romanos* (Isaac Nicolau Salum) 379

HOMENAGEM

- Segismundo Spina*
Fidelino de Figueiredo 385

NECROLÓGIOS

- Erwin Theodor Rosenthal*
Vitor de Almeida Ramos 395
- Nota da Redação*
Hernâni Cidade 399

Número 4

Nota da Redação

ARTIGOS

- Aida Costa*
Reflexões sobre o universo do "Hercules Furens" de Sêneca 11
- Aurora F. Bernardini*
A poesia-pintura futurista 25
- Carlos Alberto da Fonseca*
O signo entre o texto e o contexto 33
- Catarina Tereza Feldmann*
A metáfora na poesia inglesa de Fernando Pessoa 59
- Célia Berrettini*
O monólogo de Molière 77
- Edith Pimentel Pinto*
Gíria brasileira e gíria portuguesa 93
- Eloísa Ferreira Araujo da Silva*
Luz e Sombra - A Unidade da contradição 139
- Erasmus d'Almeida Magalhães*
Bibliografia de lingüística indígena brasileira (1954-1974) 149
- Hélio Lopes*
Literatura fantástica no Brasil 185
- Helmin Nasr*
Ibn El Rūmi 201
- Isabel Dantas*
Os índices na peça de teatro: "Deus lhe pague" 205
- Italo Carone*
A obra de Villiers de l'Isle-Adam 225
- Izidoro Blikstein*
Estrutural, criatividade e transformação no léxico 237

<i>Jaime Bruna</i>	
Parataxe e hipotaxe no estilo de Machado de Assis e de Eça de Queiroz	267
<i>José Antonio Pasta Junior</i>	
Projeto de Pierre Menard	285
<i>Júlia Marchetti Polinésio</i>	
Um conto de Gadda, quase sinfonia	305
<i>Luiz Piva</i>	
A descida aos infernos em José Regio	313
<i>Maria Aparecida Barbosa</i>	
Estrutura semio-táxica intra-léxica Alguns taxemas verbais	325
<i>Maria Aparecida Santilli</i>	
"Requiem" Por uma "Terra Morta"	353
<i>Maria Luisa Fernandes Miazzi</i>	
Os termos neolatinos para a designação da "boneca"	361
<i>Maria Vicentina de Palma do Amaral Dick</i>	
O problema das taxonomias toponímicas	373
<i>Marion Fleischer</i>	
Enfoque de analogias: A. dos Anjos e G. Benn	381
<i>Mauro Quintino-de-Almeida</i>	
A propósito de uma fábula de Fedro (I, 1)	391
<i>Nelly Novaes Coelho</i>	
As novas cartas Portuguesas e o processo de conscientização da mulher-século XX	409
<i>Olívio Caeiro</i>	
A reflexão sobre Hugo von Hofmannsthal	415
<i>Oswaldo Humberto Leonardi Ceschin</i>	
A irreverência religiosa na sátira medieval galego-portuguesa	435
<i>P. E. Salles Gomes</i>	
Para um estudo sobre "Os Azes de Cataguazes"	455
<i>Paulo Emílio</i>	
Ainda para os "Azes"	475
<i>Paulo Vizioli</i>	
A poesia de Philip Larkin	487
<i>Philippe Willemart</i>	
Psychanalyse et Traduction	505
<i>Victoria Namestnikou El Murr</i>	
Categoria de aspecto no sintagma verbal russo	511
<i>Walnice Nogueira Galvão</i>	
O impossível retorno	517

RECENSÕES

<i>Julio Ortega</i>	
César Vallejo escritor y a crítica. (Eduardo Peñuela Cañizal)	546
<i>Helmrich Heine</i>	
Duas edições críticas de Heine pantenteiam a divisão alemã: Historisch-Kritische Gesamtausgabe der Werke-Brief aus Berlim/ Über Polen/Reisebilder (Erwin Theodor)	549
<i>Masaharu Anesaki</i>	
Art, Life and Nature in Japan (Francesca Cavalli)	553

<i>Gerald Prince</i>	
A Grammar of Stories. An introduction. (Fredic M. Little)	560
<i>Giancarlo Marmorì</i>	
Senso e Anagramma. (Helda Bullotta Barracco)	562
<i>Aracy A. Amaral</i>	
Tarsila, sua obra e seu tempo. (Jacó Grinsburg)	564
<i>Luis da Câmara Cascudo</i>	
Nomes da Terra. (Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick)	567
<i>Weyne C. Booch</i>	
A Rhetoric of irony (Munira H. Mutran)	568
<i>John Bassett</i>	
William Faulkner — The critical heritage (Yedda Tavares)	570
NOTÍCIAS ROMANICAS (Isaac N. Salum)	573
NECROLÓGIOS	
<i>E. Rina M. Ricci</i>	
Em memória de Edoardo Bizzarri (1910-1975)	587
Número 5	
Nota da Redação	7
ARTIGOS	
<i>Adélia Bererra de Menezes Bolle</i>	
Uma Leitura Bachelardiana de Jorge de Lima	11
<i>Agustín Seguí</i>	
Modelos logico-Matemáticos: Platon y Chomsky	31
<i>Alvaro Cardoso Gomes</i>	
A consciência em crise em Cesário Verde	57
<i>Francis Henrik Aubert</i>	
Phonetic and phonemic aspects of english non-syllabic vocoids	67
<i>G. Georgette Bergo Yahn</i>	
Contribuição para o conhecimento da poesia dos Goliardos	77
<i>Hélio Lopes</i>	
Oratória Sacra no Brasil	105
<i>Irene Jeanete Gilberto Simões</i>	
"Meu Tio o Iauaretê" - um enfoque polifônico	131
<i>Jaime Brana</i>	
Euclides e o Ritmo	153
<i>Jerusa Pires Ferreira</i>	
Samuel Usque e a Consolaçam	159
<i>John Austin Kerr, Jr.</i>	
"Páscoa Feliz" Some critical and Thematic Considerations	169
<i>Leyla Perrone-Moisés</i>	
Stendhal e a era da suspeita	209
<i>Lucy Seki</i>	
O Kamaiura: Língua de estrutura Ativa	217

<i>Maria Aparecida Santilli</i> Em Camões e nos poetas inconfidentes: Uma questão de tópica e/ou de influência literária	229
<i>Maria Helena Nery Garcez</i> Um Momento Musical	247
<i>Maria Helena Ribeiro da Cunha</i> Metus praecludit vocem: a mudez d'amor	257
<i>Maria Lucia Dal Farra</i> TEXTO-MONTAGEM e experimentação em torno de Paz. Blanchot e Benjamin	265
<i>Maria Luiza Fernandes Miazzi</i> Perfil de um indianista e glotólogo e sua inestimável contribui- ção à U. S. P.: A "Biblioteca Rev. Jorge Bertolaso Stella"	275
<i>Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick</i> O Sistema Toponímico Brasileiro	311
<i>Nádia Battella Gotlib</i> POESIA/GEOMETRIS: "Chuva oblíqua" de Fernando Pessoa	321
<i>Nílce Sant'Anna Marfins</i> Aspectos estilísticos de <i>Chão de Ferro</i> (Memórias/3), de Pedro Nava	335
<i>Ray-Güde Mertin</i> DEUTSCHSPRACHIGE EXILSCHRIFTSTELLER IN BRASILIEN NACH 1933	353
<i>Terezinha Nakéd Zaratín</i> Explicações a respeito da língua chinesa moderna	373
<i>Valter Kehdi</i> Considerações sobre a partícula <i>QUE</i> - Estudo distribucional	383
<i>Willi Bolle</i> A Linguagem gestual no teatro de Brecht	393
<i>Zelia de Almeida Cardoso</i> A teoria poética de Mallarmé	411

RESENHAS

ÁVILA, Affonso - <i>O modernismo</i> (Aurora Fornoni Bernardini)	423
CAMPOS, Augusto de Plaza, Julio (Paulo Jorge Haranaka)	424
CHEVRIER, Jacques - <i>Littérature Nègre. Afrique-Antilles-Madagas-</i> <i>car</i> Paris, Armand Colin, 1974, 288p. (Italo Caroni)	427
KOCH, Walter - <i>Falares Alemães no Rio Grande do Sul. Porto Ale-</i> <i>gre</i> , Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974. 90 pp., 8 mapas, 7 ilustrações, Bibliografia p. 30-31 (Célia Maria F de Souza)	431
MENDES, Murilo - <i>Os Relâmpagos de Murilo Mendes Retratos</i> <i>Relampago</i> , Conselho Estadual de Cultura, São Paulo, 1973, 106 pp. (Boris Chnaiderman e Elisabet G. Moreira)	433
RUBIN, Joan <i>Bilinguismo nacional en el Paraguay</i> . México Insti- tuto Indigenista Interamericano, 1974. 188p. Mapas (Erasmus d'Al- meida Magalhães)	442
SILVIO CASTRO, <i>A Revolução da Palavra - origens e estrutura da</i> <i>literatura brasileira moderna</i> , Petrópolis, Vozes, 1976. (Francisco Ma- ciel Silveira)	444

Número 6

Nota da Redação 7

ARTIGOS

Aida Rámeza Hanania Bacchi
 Considerações sobre a Origem do Bilingüismo Árabe-Francês
 no Líbano 11

Angela Li Volsi, Lucia Guidicini e Philippe Willemart
 Traduction, Décentrement et Écriture 21

Antonio Dimas
 Manuel Bandeira no DIÁRIO NACIONAL 25

Aurora F. Bernardini
 Do Prazer e do Divertimento: Estudo sobre Barthes e Palazzeschi .. 37

Carlos Alberto da Fonseca
 A Arte da Índia no Brasil 43

Erwin Theodor Rosenthal
 Strukturfunktionen von Dialekt um Liedeinlagen bei Büchner 51

Irlomar Chiampi Cortez
 A Imagem da América 63

Italo Caroni
 De Flaubert à Renard: la quête du récit 87

Izidoro Blikstein
 As Etimologias de Ménage 99

João Décio
 Para um Estudo do Processo Criador na Poesia de
 Herberto Helder 127

Julia Marchetti Polinesio
 O Futurismo na Música 135

Lélia Maria Parreira Duarte
 Estudo Comparativo entre ANTÍGONA de Sófocles e ANTÍGONA
 de Júlio Dantas 149

Maria Luísa F. Miazzi
 Compostos Nominais do Hitopadexa 169

Mario Miguel González
 Conceptismo e Picaresca em EL BUSCÓN de Quevedo 193

Marlise Vaz Bridi Ambrogi
 A Tensão na Escolha do Método Crítico 199

Olga Lana Cardoso
 A Ciência e os Cientistas na Obra de Aldous Huxley 211

Rifka Berezin
 O Hebraico Moderno: um Estudo Histórico 225

Roberto de Oliveira Brandão
 Entre o Mítico e o Profano 235

Stella Tagnin
 GET: A Study of Its Deep Meanings 245

Sun Chia Chin
 Sobre o Sonho da Casa Vermelha (Hun Lou Man) por T'sao Xue
 Chin 265

Teiiti Suzuki
 Surgimento da Poesia Paisagista Japonesa 269

<i>Victoria Namestnikov El Murr</i> Expressão da Categoria Temporal: Relação com os Aspectos de Verbo Russo	277
<i>Zelia de Almeida Cardoso</i> Zoonímia e Metassemia	287

RECENSÕES

<i>LLANOS, Bernardino de</i> - Égloga por la Llegada del Padre Antonio de Mendoza representada en el Colegio de San Ildefonso (Bruno Fregni Bassetto)	295
<i>FIPF (Fédération Internationale des Professeurs de Français - Littératures de langue française hors de France. Anthologie Didactique (Italo Caroni)</i>	297
<i>CINTRA, Luis F. L.</i> - Sobre "formas de tratamento" na língua Portuguesa (Felipe Jorge)	301
<i>LUFT, Celso Pedro</i> - Gramática resumida. 3ª ed. rev. e aum. (Felipe Jorge)	304
<i>MEYERHOFF, Hans</i> - O Tempo na Literatura (João Décio)	306
<i>SILVEIRA, Miroel</i> - A Contribuição Italiana ao Teatro Brasileiro (Martha Steinberg)	307
<i>SCLiar, Moacyr</i> - Os deuses de Raquel (Berta Waldman)	311
<i>NIR, Rafael e FISCHLER</i> - Ben-Zion-Kilshon (Rifka Berezin)	314
<i>MANRANGARNERUM</i> - Os Artesanatos e o modo de Vida nas Miniaturas Armênicas (Beatriz Deniz)	319
<i>FISCHLER, Benzion e UZZI</i> - Memorial a Rosen: ensaios sobre o ensino do hebraico como uma segunda língua (Priscila Moreinas Grinblat)	323
<i>SAMUELY, Tibor</i> - The Russian Tradition (Aurora Fornoni Bernardini)	329
<i>HADDAD, Jamil Almansur</i> - Contos Árabes (Neuza Neif Naban)	330
<i>DAN, Joseph</i> - O Conto hebraico na Idade Média (Nancy Rozenchan)	333

DOCUMENTAÇÃO

<i>Antonio Dimas</i> - Uma visita à "Oliveira Lima Library": Cartas de Jackson de Figueiredo (11), Nestor Vitor (1), Machado de Assis (6) e Aluizio Azevedo (1)	339
<i>Erasmus d'Almeida Magalhães</i> - O Jornal de Filologia	369

Número 7

ARTIGOS

<i>Carmelo Distante</i> Ideologia e Poesia di Eugenio Montale da la Bufera e Altro a Satura	9
<i>Célia Berrettini</i> Cervantes entremezista - A arte de batizar suas personagens	31

Cidmar Teodoro Pais	
Estruturas de poder dos discursos: Elementos para uma abordagem Sócio-Semiótica	39
Erwin Theodor	
Heine como prosador	51
Francis Henrik Aubert	
Aspectos quantitativos do léxico nominal de histórias em quadrinhos	61
Helmi Nasr	
A epístola do perdão, precursora da Divina Comédia	71
Irene Wherritt	
A sociolinguística da oração substantiva em português	85
Izidoro Blitstein	
As etimologias de Isidoro de Sevilha	111
Jasna Paravich Sarhan e Sofia Angelides	
Modernismo Brasileiro e Cubo-Futurismo Russo	121
Julio G. García Morejón	
Presencia de España en Brasil	135
Lênia Márcia de Medeiros Mongelli	
A Ironia Camiliana	151
Lidia Neghme Echeverría	
Tres novelistas burguesas y lo aleatorio de los eventos	157
Loredana Caprara	
Problemi de linguaggio in Gadda	175
Loredana Caprara	
Alcune note su Italo Svevo	179
Maria Aparecida Barbosa	
Aspectos da dinâmica do neologismo	185
Mario Miguel González	
Actantes y conflicto en <i>Bodas de Sangre</i>	209
Marion Fleischer	
O conto na literatura Alemã do século XX	221
Nancy Rozenchan	
Raízes Ibéricas numa peça Hebráica seiscentista	233
Sakae Murakami	
O Kyogen e a sua simplicidade de representação	243
Tae Naito	
Estudo das expressões de tratamento focalizadas em Kiyomori, na obra "Contos de Heike, ED. Amakusa"	253
Yessai Ohannes Kerouzian	
Os documentos antigos da poesia Armênia	263
Zelia L. V. de Almeida Cardoso	
O oriente e a moral de Propércio	301

CONFERÊNCIAS E COMUNICAÇÕES

Dino Preti	
Os trabalhos escritos dos cursos de Pós-Graduação - O relatório para os exames gerais de qualificação	315
Gustav Siebenmann	
Ernesto Sábato y su ambición de una novela metafísica	325

Irlemar Chiampi Cortez
 "Para una semiología de la prosa modernista" Hispanoamericana . 335

Italo Caroni
 Reflexões sobre o ensino da literatura Francesa na Universidade
 Brasileira 345

Nelly Novaes Coelho
 Uma possível leitura crítica da poesia brasileira contemporânea ... 355

Rafael-Eugenio Hoyos-Andrade
 El vocalismo del Español y del Portugués: Estudio contrastivo
 fonético-fonológico y sus implicaciones pedagógicas 369

Terezinha Nakéd Zaratín
 Os estudos Sino-Lingüísticos no *Centre de Recherches linguistiques*
sur l'Asie orientale de Paris 381

NOTAS

Aurora Fornani Bernardini
 Aprender a falar (em Bergman e Marina Tzvetáieva) 397

Benjamin Abdala Junior
 A desautomatização de estereótipo em Graciliano Ramos e Carlos
 de Oliveira 405

Elisabet Gonçalves Moreira e Lenira Marques Covizzi
 O Poder no texto 411

Francesca Cavalli
 A passagem do ano em Kyoto 419

Lidia Neghme Echeverría
 Uma leitura de "Dom Quixote" 429

Philippe Willemart
 Corps du texte, Corps vivant, balancement d'une lecture 433

Roberto de Oliveira Brandão
 Poética e Vida 439

RESENHAS

RIQUER, Martin e VARGAS LLOSA, Mario - El Combate imaginário,
 las cartas de batalla de Joanot Martorel (Eliana Faganello) 447

PARRA, Violeta - *21 son los dolores*, antologia amorosa, introducción
 selección y notas de Juan Andrés Piña (Eliana Faganello) 449

ESTEBAN SCARPA, Roque - "La desterrada en su patria" (Maria
 Eugênia de Sousa Medina) 451

PUIG, Manuel - "El beso de la mujer araña" (Maria Eugênia de
 Sousa Medina) 453

CARRETER, Fernando Lázaro e CALRERON, Evaristo Correa -
 Cómo se comenta um texto literario (Felipe Jorge) 455

SCHOLBERG, R. Kenneth - Sátira e invectiva en la España Medieval
 (Felipe Jorge) 455

ALAZRAKI, Jaime - *Versiones, Inversiones, Reversiones*. El espejo
 Como modelo estructural del relato en los cuentos de Borges
 (Lenira Marques Cavizzi) 460

Número 8

ARTIGOS

<i>Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira</i> O molde e a matéria: a propósito de uma gramática da língua sânscrita	9
<i>Célia Berrettini</i> A antítese em algumas peças de Montherlant	37
<i>Cidmar Teodoro Pais</i> Semiose, Informação e Transcodificação	57
<i>Christl M. K. Brink</i> Hermann Hesse und seine Wirkung in Brasilien	69
<i>Eloá Di Pierro Heise</i> Caminhos da Radiopeça Alemã	83
<i>Filomena Y. Hirata Garcia</i> O delírio de Héracles	95
<i>Fredric M. Litto</i> Democracy and the Drama: Tocqueville and the Theatre in America, 1831-1832	105
<i>Geny Wakisata</i> O papel do substantivo nas técnicas poéticas de Otomono Sakanoueno Iratsume	119
<i>Italo Caroni</i> Alguns galicismos de certa imprensa paulistana	131
<i>Ligia Chiappini Moraes Leite</i> Mestre em "Tempo do Contra"	147
<i>Maria Aparecida Barbosa</i> Aspectos Semânticos da Produtividade Léxica	165
<i>Ruth Leitel e Nelson Rozenchan</i> O cantigo de Débora	185
<i>Sérgio França Danese</i> Sobre la narrativa social en América Latina	201
<i>Walter Rehfeld</i> Em busca do homem bíblico	229
<i>Zulema Inés Armatto de Welti e Erasmo d' Almeida Magalhães</i> Apuntes para la investigación en etnolingüística Guaraní	247

NOTAS

<i>João Décio</i> Tempo e destino n'Os Maias, de Eca de Queirós	263
<i>Luiz Roberto Alves</i> Os contos populares em Israel: O repuxo das centelhas	271
<i>Martinho Lutero dos Santos</i> As cinzas da vindita	279
<i>Philippe Willemart</i> Gamberge en cavale	287
<i>Roberto de Oliveira Brandão</i> Entre o Histórico e o Literário: o Signo	293
<i>Suzana Camargo</i> Da crise da lírica na Era Industrial em ascensão	299

<i>Stella Tagnin</i> A Short Grammar of the Two-Word Verbs in English	305
<i>Valter Kehdi</i> A flexão de gênero em Português	315

RESENHA

FERNANDO SABINO, <i>O Grande Mentecapto, relato de aventuras e des-venturas de Viramundo e de suas inenarráveis peregrinações.</i> (Eliana Faganello)	320
---	-----

NOTICIÁRIO

<i>Carlos Alberto da Fonseca</i> O IV Congresso Mundial de Sanscrito da I.A.S.S	325
<i>Heitor Megale</i> Tendências Divergentes entre Medievalistas	333

Número 9

ARTIGO

<i>Adélia Bezerra de Meneses</i> Linha de montagem	9
<i>André Camlong</i> Réflexion sur la Métaphysique de Cecília Meireles.	21
<i>Carlos Alberto da Fonseca</i> As Biografias de Kálidasa	45
<i>Célia Berrettini</i> Aspectos judaicos de "A Celestina" obra-prima da Literatura espanhola	71
<i>Cidmar Teodoro Pais</i> Algumas reflexões sobre os modelos em lingüística	89
<i>Eloá Di Pierro Heise</i> A Escritura de Günter Eich enquanto epifania	117
<i>Felipe Jorge</i> As Concepções lógica e gramatical da oração	123
<i>Fredric M. Litto</i> The Authenticity of the epilogue to Troilus and Cressida	127
<i>Irene Wherritt</i> Patterns of the subjunctive in Brazilian Portuguese	133
<i>Irlomar Chiampi</i> "Carpentier y el surrealismo"	155
<i>José Carlos Garbuglio</i> A Bagaceira entre tempos	175
<i>Julia Marchetti Polinesio</i> Um Racconto di Gadda: Compagni di prigionia quarto articolo di guerra della prima parte di "Il Castello Di Udine"	191
<i>Klaus Müller-Bergh</i> 'Vicente Huidobro: futurista y cuantico'	213

<i>Lênia Márcia de Medeiros Mongelli</i>	
O Ensino do português	225
<i>Leonard T. Perry</i>	
Ambivalencia en "La Nochebuena de 1836"	231
<i>Loredana Caprara</i>	
Influenze del futurismo su Ungaretti	241
<i>Luzia Garcia do Nascimento</i>	
Modais e modalidade na comunicação lingüística	249
<i>Maria Aparecida Barbosa</i>	
Modelos em lexicologia	261
<i>Maria Helena Nery Garcez</i>	
De Mariana e Heloisa	281
<i>Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick</i>	
A Estrutura do signo toponímico	287
<i>Mauro W. Quintino de Almeida</i>	
Os Arcanos da epigrafia	295
<i>Munira H. Mutran</i>	
Some considerations on <i>and again?</i>	307
<i>Peggy Sharpe Valadares</i>	
The Autobiographical fallay in Hemingway's "Cross Country Snow" and "Hills Like White Elephants"	313
<i>Philippe Willemart</i>	
Quarantaine suivi d'une écriture à lire à haute voix	321
<i>Terezinha Nakéd Zaratín</i>	
Tentativa de aproximação em Literatura Comparada: A Moderni- zação nas Literaturas Chinesa e Brasileira Contemporâneas	325
<i>Willi Bolle</i>	
Jakob Michael Reinhold Lenz - Sete Críticas à Dramaturgia de Brecht	341
<i>Zélia de Almeida Cardoso</i>	
A "Lua" Musical de Cruz e Souza	355

NOTAS

<i>Francisco Casado Gomes</i>	
O Auto camoniano d'el rei Seleuco e as suas informações di- dascálicas	363
<i>Maria Helena Nery Garcez</i>	
Ainda o "Carpe Diem"	367

RESENHAS

MNATZAKANYAN, S.D.A.; STEPANYAN, M.A. <i>Architectural Monuments in The Soviet Republic of Armenia</i> (Beatriz Diniz)	375
ROSSI (GIUSEPPE CARLO). <i>La civiltá portoghese</i> (Darcy Apa- recida Diniz)	378
GERMAN DE GRANDA. <i>Estudios sobre una área dialectal hispa- noamericana de población negre</i> (Erasmus d'Almeida Magalhães)	380
Três Recensões Críticas (Olívio Caieiro): JOHANNES KLEINSTUCK. <i>Die Erfinaung der Realitât. Studien zur Geschichte und Kritik des Realismus</i>	384

HANS-JOACHIM TEUCHERT. <i>August Graf von Platen in Deutschland. Zur Rezeption eines umstrittenem Autors</i>	386
MANFRED JURGENSEN. <i>Das fiktionale Ich. Untersuchungen zum Tagebuch</i>	390

NOTICIÁRIO

Cidmar Teodoro Pais

Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística SBPL (XII Encontro)	397
--	-----

Lilian Proença de Menezes Montenegro

Conversações Alas 80: Constituição Latino-americana de Sanscritista (ALAS)	401
--	-----

Nádia Battella Gotlib

O IV° Congresso Interamericano de Escritoras	405
--	-----

O próximo número dessa Revista
trará os Sumários dos números de 10/13 a 23.

Titulo LÍNGUA E LITERATURA Nº. 23
Editor de Arte Eliana Bento da S. AmatuZZi Barros
Projeto de capa Moema Cavalcanti
Diagramação M. Helena G. Rodrigues
Arte-final Erbert Antão da Silva
Revisão dos autores
Divulgação Humanitas Livraria - FFLCH/USP
Mancha 11,5 x 19 cm
Formato 16 x 22 cm
Tipologia Bookman Old Style e AvantGarde
Papel miolo: off-set branco 75 g/m²
capa: cartão San Francisco 180 g/m²
Impressão da capa preto
Impressão e Acabamento Gráfica - FFLCH/USP
Número de páginas 348
Tiragem 700

USP

